

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPG/CASA  
DOUTORADO ACADÊMICO**

**CHARLENE MARIA MUNIZ DA SILVA**

**TERRITORIALIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS:  
*habitus*, circularidade da cultura e *ethos* ambiental na localidade do Zé Açú**

MANAUS-AMAZONAS  
Fevereiro/2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPG/CASA  
DOUTORADO ACADÊMICO**

**CHARLENE MARIA MUNIZ DA SILVA**

**TERRITORIALIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS:  
*habitus*, circularidade da cultura e *ethos* ambiental na localidade do Zé Açú**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração: Dinâmicas Socioambientais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

MANAUS-AMAZONAS  
Fevereiro/2015

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586t Silva, Charlene Maria Muniz da  
TERRITORIALIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS:  
HABITUS, CIRCULARIDADE DA CULTURA E ETHOS  
AMBIENTAL NA LOCALIDADE DO ZÉ AÇU / Charlene Maria  
Muniz da Silva. 2015  
296 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Therezinha de Jesus Pinto Fraxe  
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na  
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Territorialidade. 2. *Habitus*. 3. *Ethos* Ambiental. 4.  
Sustentabilidade. 5. Ribeirinhos. I. Fraxe, Therezinha de Jesus  
Pinto II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CHARLENE MARIA MUNIZ DA SILVA

**TERRITORIALIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS:  
*HABITUS*, CIRCULARIDADE DA CULTURA E *ETHOS* AMBIENTAL  
NA LOCALIDADE DO ZÉ AÇU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração: Dinâmicas Socioambientais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Aprovada em: 13 de fevereiro de 2015.

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe  
PPG/CASA-UFAM-Presidente

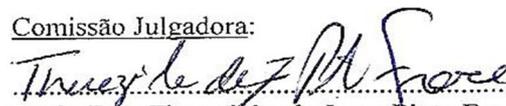
Prof<sup>º</sup>. Dr. Eduardo Góes Neves  
USP-Examinador Externo

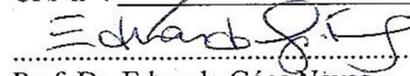
Prof<sup>º</sup>. Dr. José Camilo Ramos de Souza  
DEP.GEO/UEA-Examinador Externo

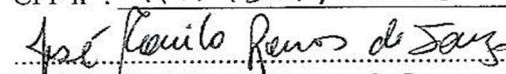
Prof<sup>º</sup>. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo  
UEA-Examinador Externo

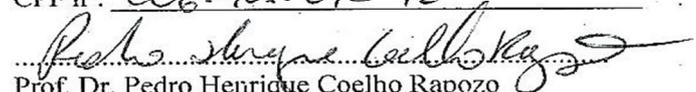
Prof<sup>ª</sup>. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira  
DEP.GEO/UFAM-Examinador Interno

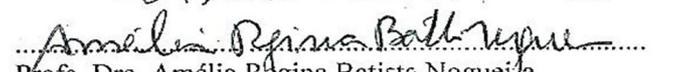
Comissão Julgadora:

  
.....  
Prof.ª. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe  
CPF nº: \_\_\_\_\_

  
.....  
Prof. Dr. Eduardo Góes Neves  
CPF nº: 111.135.988-16

  
.....  
Prof. Dr. José Camilo Ramos de Souza  
CPF nº: 206.901.692-12

  
.....  
Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo  
CPF nº: 879.793.092-15

  
.....  
Prof.ª. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira  
CPF nº: 224.545.362.87

*Aos meus pais, Manoel Humberto e Maria das Graças, pelo amor e carinho com o qual me presenteiam todos os dias.*

*A minha irmã Tatiana (in memoriam), que sempre será a lembrança mais doce de minha vida.*

*E aos ribeirinhos do Zé Açú, fonte de inspiração deste trabalho e exemplo da diversidade sociocultural Amazônica.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida, pela família maravilhosa, saúde e determinação com a qual me abençoou. Pois, sabemos que o trabalho de construção de uma pesquisa, desde as suas etapas iniciais, até a sua fase final de escrita é, por muitas vezes, árdua e solitária, incorrendo em dias, semanas e meses de dedicação ininterrupta.

Aos meus pais Manoel Humberto e Maria das Graças, por me apoiarem, incondicionalmente em todos os meus projetos de vida, meus sonhos e objetivos. Sem o carinho e palavras de incentivo deles, a caminhada se tornaria mais difícil. Meu pai, que muitas vezes me acompanhou nos trabalhos de campo no Zé Açu, conduzindo a embarcação com a qual nos deslocávamos pelo *brabo e desafiante* rio Amazonas e no *calmo e tranquilo* lago do Zé Açu, apresentando muitos dos sujeitos que prestaram informações valiosas para a pesquisa.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, em especial a minha orientadora professora Therezinha Fraxe, pela paciência e amizade nesses anos de convivência no âmbito do doutorado. Com suas preciosas observações este trabalho foi concluído.

Aos colegas professores do curso de geografia do Centro de Estudos Superiores de Parintins, em especial a Camilo Ramos de Sousa e Alem Silvia Marinho dos Santos, pela ajuda nos momentos que precisei me ausentar da sala de aula, assumindo minhas disciplinas no curso de Geografia.

A Universidade do Estado do Amazonas, pela liberação de 06 meses de minhas atividades docentes, para que pudesse concluir a tese e defender dentro do prazo determinado.

A Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo auxílio financeiro durante os quatro anos de pesquisa, que foi fundamental para viabilizar o trabalho de campo, pois, em se tratando de pesquisa em área rural, torna-se mais difícil e onerosa a logística de deslocamento.

E, em especial, aos ribeirinhos do Zé Açu, que me receberam de braços abertos em suas casas, conversando comigo, prestando preciosas informações e compartilhando um pouco das suas histórias de vida. Sem eles, este trabalho não poderia ter se concretizado.

*Esta é uma homenagem  
Ao meu querido Zé Açú  
Lago onde moramos  
Que Deus nos colocou*

*Zé Açú lago crioulo  
Tem praia, mata verde e um povo feliz  
Em Parintins na Amazônia  
E no Norte do país.*

*Quem já viu o Zé Açú  
Não esquece e sente saudade  
Tem um povo hospitaleiro  
Vilas e comunidades*

*Tem colônias e fazendas  
E um lago encantador  
Tem criação de peixes  
E caboclo trabalhador*

*Tem caças, tem peixes  
Tracajá e pirarucu  
Vai o abraço do Juk  
Ao povo do Zé Açú.*

*(Juk Camarão, ribeirão do Zé Açú)*

## RESUMO

Este trabalho buscou compreender as territorialidades rurais no município de Parintins e sua relação com a sustentabilidade socioambiental, a partir da análise do processo de circularidade da cultura, *habitus* e o *ethos* ambiental no Zé Açú. Os conceitos de território, territorialidade e lugar foram referência teórica para entender a relação existente entre sociedade, ambiente e cultura e sua ligação com a sustentabilidade em suas várias dimensões. A pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa utilizando tanto dados quantitativos como qualitativos (triangulação). Como técnicas para coleta de dados realizou-se um *survey* com aplicação de formulários, observação participante, entrevistas individuais e coletivas (grupo focal) com tabulação e processamento sendo feito com programas estatísticos (SPSS e Excel), para os dados quantitativos e a análise de discurso para os qualitativos. É por meio da agricultura e da pesca que são repassados os conhecimentos tradicionais, onde a terra e a água tornam-se o *locus* da reprodução da vida das famílias ribeirinhas do Zé Açú. Assim como, os ritos religiosos e as festas folclóricas ajudam a manter a sua estrutura social, cultural e territorial. Os principais problemas ambientais na área de estudo são: o assoreamento do lago, desmatamento para a pecuária, extração mineral e o aumento na produção de resíduos sólidos com destinação inadequada. Há pouca presença de órgãos ambientais e institutos de pesquisa para que se possam evitar/mitigar esses problemas que já afetam o *modos* de vida dos ribeirinhos. Constatou-se que a principal comunidade do Zé Açú, Bom Socorro, está passando por um processo de mudanças em sua estrutura espacial e sociocultural, porém, essas mudanças que ocorrem em áreas rurais são inerentes a chegada de aspectos da vida moderna que estreita o contato com outras referências, ocasionando, transformações. Porém, não significa ser o fim de determinados *modos* de vida, mais sim, sua resignificação, agora pautada por outros valores e práticas sociais que serão sempre dinâmicas. A compreensão da relação do território com a cultura, aqui apresentada pode auxiliar nas reflexões sobre as estratégias utilizadas por esses grupos para ordenar e controlar melhor seus territórios, assim como, na conservação dos recursos naturais de forma a garantir o equilíbrio entre os ecossistemas e os sujeitos que os utilizam, mantendo assim, o *habitus* e o *ethos* ambiental dos ribeirinhos do Zé Açú, pois, esse é o pressuposto básico da sustentabilidade em sua dimensão social, econômica, cultural e ambiental.

Palavras-Chave: Territorialidades. Sustentabilidade. Cultura. *Habitus*. *Ethos* Ambiental

## ABSTRACT

This paper seeks to understand the rural territorialities in the municipality Parintins and its relationship with socio-environmental sustainability, based on the analysis of the process of circularity of the culture, habitus, and the environmental ethos in Zé Açu. The concepts of territory, territoriality and place were the theoretical reference to understand the relationship that exists between society, environment and culture and its connection to sustainability in its several dimensions. The research is characterized as quali-quantitative, using both quantitative and qualitative data (triangulation). This is because in studies on socio-environmental issues, especially when the subject-environment relationship is involved, the joining of distinct areas of knowledge is necessary as, therefore, is the use of different methods that allow for a more wide-ranging comprehension of the reality. Data collection techniques used include a survey given via forms, participant observation, individual and collective (focus group) interviews with tabulation and processing done using statistical programs (SPSS and Excel), for the quantitative data and discourse analysis for qualitative data. Data was presented using tables, charts, graphs, maps and dense description of the analytical-reflexive character resulting from participant observation and interviews. It is through agriculture and fishing that traditional knowledge is passed on, where the land and the water become the locus of the reproduction of the life of the families living along the riverbanks of Zé Açu. Likewise, religious rites and folkloric festivals help to maintain their social, cultural and territorial structure. The main environmental problems in the area of study are: lake aggradation, deforestation for livestock farming, mining and increased production of solid waste that is improperly discarded. Environmental agencies and research institutes have little presence in order to avoid/mitigate these problems that already affect the ways of life of the people dwelling along the rivers. The main community of Zé Açu, Bom Socorro, has been found to be undergoing a process of changes to its spatial and socio-cultural structure; however, these changes, which occur in rural areas, are inherent to the arrival of aspects of modern life that bring contact with other references closer. This does in fact result in transformations; nevertheless, it does not mean the end of certain ways of life, but rather that they take on new meanings, now based on other values and social practices that will always be dynamic. The understanding of the relationship of the territory with culture as presented here can help in reflections on the strategies used by these groups to better control and order their territories, as well as in conserving natural resources so as to guarantee the balance between the ecosystems and the subjects that use them, thus maintaining the habitus and environmental ethos of the riverbank dwellers of Zé Açu. After all, this is the basic presupposition of sustainability in its social, economic, cultural and environmental dimension.

Keywords: Territorialities Sustainability. Culture. *Habitus*. Environmental *Ethos*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação esquemática de Espaço geográfico.....	29
Figura 2- Dimensões do conceito de território.....	30
Figura 3- Relação Cidade-Comunidade.....	40
Figura 4- Esquema dos elementos Centrais das comunidades rurais no Amazonas.....	42
Figura 5- Elementos de análise do <i>modos</i> de vida rural amazônico.....	44
Figura 6- -Religião das Comunidades Rurais de Parintins.....	48
Figura 7- Comunidades que possuem nomes relacionados a Santos.....	48
Figura 8- Aspectos que envolvem a vida do ribeirinho.....	55
Figura 9- Influências da Modernidade e Tradição.....	56
Figura 10- Compreensão da realidade socioambiental.....	58
Figura 11- Barcos que fazem o transporte para a cidade.....	64
Figura 12 - Paisagem do Lago do Zé Açú.....	66
Figura 13- A comunidade de Bom Socorro do Zé Açú.....	67
Figura 14- A comunidade de Bom Socorro do Zé Açú antigamente.....	69
Figura 15- As ruas da comunidade.....	70
Figura 16- Sistema Público de Telefonia.....	72
Figura 17- A escola da comunidade.....	72
Figura 18- Estabelecimentos comerciais presentes na comunidade.....	74
Figura 19- Antena parabólica nas casas.....	75
Figura 20- Elementos centrais da comunidade de Paraíso.....	76
Figura 21 e 22- Comunitários fazendo mutirão para reformar a escola.....	77
Figura 23 - Agente comunitário de saúde fazendo o atendimento nas casas dos moradores....	78
Figura 24 - Erosão na frente da comunidade do Paraíso.....	79

Figura 25- Estrada que leva a comunidade de Boa Esperança.....	80
Figura 26- Chegada na comunidade de Boa Esperança.....	80
Figura 27 - Igreja de São José Operário, na comunidade de Boa Esperança.....	81
Figura 28- Tempo de moradia no Zé Açú-Com.Paraíso.....	82
Figura 29- Tempo de moradia no Zé Açú - Com. Boa Esperança.....	82
Figura 30- Tempo de moradia no Zé Açú- Com. Bom Socorro.....	83
Figura 31- Material de construção das casas- Bom Socorro.....	83
Figura 32- Material de construção das casas- Paraíso.....	84
Figura 33- Material de construção das casas-Boa Esperança.....	84
Figura 34- Origem da renda principal- Bom Socorro.....	85
Figura 35- Origem da renda principal-Paraíso.....	85
Figura 36- Origem da renda principal- Boa Esperança.....	86
Figura 37- Tipo de produção agrícola- Bom Socorro.....	86
Figura 38- Tipo de produção agrícola-Paraíso.....	87
Figura 39- Tipo de produção agrícola –Boa Esperança.....	87
Figura 40- Renda- Bom Socorro.....	88
Figura 41- Renda- Paraíso.....	88
Figura 42- Renda- Boa Esperança.....	89
Figura 43 - Renda Social- Bom Socorro.....	89
Figura 44- Renda Social – Paraíso.....	89
Figura 45- Renda Social –Boa Esperança.....	90
Figura 46- Principais Doenças- Bom Socorro.....	90
Figura 47- Principais Doenças- Paraíso.....	91
Figura 48 – Principais Doenças- Boa Esperança.....	91
Figura 49- Acesso a água nas casas- Bom Socorro.....	92
Figura 50 – Acesso a água nas casas- Paraíso.....	92
Figura 51- Acesso a água nas casas- Boa Esperança.....	92

Figura 52- Tratamento da água – Bom Socorro.....	93
Figura 53- Tratamento da água –Paraíso.....	93
Figura 54- Tratamento da água- Boa Esperança.....	93
Figura 55- Roçado pronto dos Agricultores da comunidade de Bom.....	103
Figura 56- O roçado capinado pelos Agricultores.....	104
Figura 57- Capoeira baixa dificultando as espécies cultivadas.....	105
Figura 58- A seleção das espécies cultivadas nos roçados .....	106
Figura 59- Mapa cognitivo de uma roça de mandioca.....	107
Figura 60 - Casa de Farinha.....	108
Figura 61 - As sacas de mandioca a espera de comprador.....	113
Figura 62- Transporte de produtos da estrada por triciclos.....	115
Figura 63- Transporte de produtos por barcos até a cidade de Parintins.....	116
Figura 64 e 65- Mapa cognitivo dos locais onde os ribeirinhos pescam no lago.....	120
Figura 66 - Fabricação da tarrafa.....	122
Figura 67- Ribeirinho consertando sua malhadeira.....	123
Figura 68- Menino ribeirinho consertando a canoa às margens do lago.....	124
Figura 69 e 70- Meninos pescando no lago do Zé Açú.....	125
Figura 71- Pesca em grupo no lago do Zé Açú.....	126
Figura 72- Comercialização de pescado oriundos de outras comunidades no Zé Açú.....	128
Figura 73- Piscicultor do Zé Açú.....	135
Figura 74 - Presença de Altar e imagens de santos nas casas dos moradores.....	146
Figura 75- Cartaz da Festa.....	148
Figura 76- Frente da igreja ornamentada com bandeirinhas.....	149
Figura 77- Fiéis ornamentando o interior da igreja.....	149
Figura 78- Coral da igreja cantando os hinos católicos no barco .....	152
Figura 79- Barcos no porto da comunidade esperando o círio fluvial.....	152
Figura 80- Barquinhos confeccionados pelos moradores.....	154

Figura 81- O lago iluminado pelos barquinhos que foram soltos.....	154
Figura 82- Procissão pelas ruas da comunidade.....	155
Figura 83 - Torneio de Futebol.....	158
Figura 84- Derrubada do mastro .....	159
Figura 85- As dimensões da sustentabilidade.....	173
Figura 86- Frente da comunidade como área de lazer para tomar banho.....	176
Figura 87- Moradores limpando a frente da comunidade em forma de mutirão.....	177
Figura 88- Destino dos resíduos sólidos.....	178
Figura 89 - Lixeira a céu aberto.....	179
Figura 90 -Acúmulo de resíduos sólidos na margem do percurso da lixeira.....	180
Figura 91- Área denominada de “bairro novo”.....	181
Figura 92- Extração de areia às margens do lago do Zé Açú.....	184
Figura 93- Desmatamento para a criação de bovinos e bubalinos .....	186
Figura 94- Voçoroca próxima às margens do Lago do Zé Açú.....	191
Figura 95- Assoreamento em uma das cabeceiras do Lago do Zé Açú.....	192
Figura 96- Morte das nascentes no Lago do Zé Açú.....	192
Figura 97 - Banhistas frequentando as praias do Lago do Zé Açú.....	194
Figura 98- Principais problemas ambientais no Zé Açú.....	198
Figura 99- Participação em reuniões e debates sobre o meio ambiente.....	199
Figura 100 - Audiência em Vila Amazônia.....	200
Figura 101 - Quais atividades poderiam melhorar a qualidade ambiental no Zé Açú.....	201
Figura 102- Órgãos que deveriam atuar no local.....	201
Figura 103- Importância da escola na questão ambiental no Zé Açú.....	202
Figura 104- Importância da sustentabilidade.....	203
Figura 105 -A Reunião do grupo focal - B Árvore de problemas feita pelos moradores....	206
Figura 106 -Árvore de problemas do Zé Açú.....	207
Figura 107- Menino retirando água do poço na comunidade de N.S das Graças.....	209

Figura 108- Investimentos para o Zé Açú.....	210
Figura 109- Intensidade de importância de investimentos no Zé Açú.....	211
Figura 110- Níveis de escala da governança ambiental.....	218
Figura 111- Níveis dos atores envolvidos na governança ambiental.....	219
Figura 112- Trituração da mandioca.....	224
Figura 113 - Plantação de Olerícolas em balcões suspensos.....	229
Figuras 114, 115 e 116- Eletrodomésticos presentes nas casas.....	236
Figura 117- Nota promissória da dec. 70 assinada por um ribeirinho do Zé Açú.....	238
Figura 118- Carnê de loja, pertencente um ribeirinho do Zé Açú.....	239
Figuras 119, 120 e 121- Eletrodomésticos presentes nas casas.....	239
Figura 122- Escala da frequência das respostas dos entrevistados.....	241
Figura 123 – Festival de Quadrilhas Rurais do Zé Açú.....	247

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa de localização das comunidades estudadas.....	63
Mapa 2 - Classes de uso e ocupação da terra mapeadas nas Mbh Zé Açú e Mbh Tracajá.....	188
Mapa 3- Evolução Temporal da supressão de vegetação nas microbacias hidrográficas Zé Açú e Tracajá.....	199
Mapa 4- Mapa das territorialidades dos ribeirinhos do Zé Açú.....	233

## LISTA DE QUADROS

Quadro 2- Lista e descrição dos barcos que fazem linha para o Zé Açú.....	65
Quadro 3- Quantidade e Tipo de Estabelecimentos Comerciais na comunidade.....	73
Quadro 4- A produção agrícola dos entrevistados.....	110
Quadro 5- Elementos da pesca no Zé Açú.....	130
Quadro 6- Problemas diagnosticados no Zé Açú.....	204
Quadro 7- Possíveis caminhos para a sustentabilidade no Zé Açú.....	213
Quadro 8- Plantações nos quintais dos moradores.....	230
Quadro 9- Tabela de Alimentação do morador A.....	243
Quadro 10- Tabela de Alimentação do morador B.....	244
Quadro 11- Poesia escrita por um ribeirinho do Zé Açú.....	250

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACS - Agente Comunitário de Saúde

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

DS - Desenvolvimento Sustentável

DRP - Diagnostico Rural Participativo

GPS - *Global Position System*

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renovaveis

IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

Mbh - Microbacias Hidrográficas

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

SAAE -Serviço Autônomo de Agua e Esgoto

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente de Parintins

UEA- Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>CAPÍTULO 1 TERRITORIALIDADES RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS</b> .....	27
1.1 Abordagens teóricas sobre território e territorialidades: apresentando os conceitos em questão.....	28
1.2 Comunidades rurais na Amazônia: visão histórica e modos de vida.....	41
1.3 As territorialidades rurais no município de Parintins.....	43
1.3.1 A formação das comunidades no município de Parintins.....	46
<b>CAPÍTULO 2 A REPRODUÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA DO ZÉ AÇU</b> .....	50
2.1 A geografia cultural como possibilidade teórica e metodológica para o estudo dos aspectos culturais da sociedade.....	50
2.2 Os aspectos culturais dos ribeirinhos do Zé Açú.....	54
2.3 Caracterização histórica e geográfica das comunidades do Zé Açú.....	61
2.3.1 Comunidade Bom Socorro .....	64
2.3.2 Comunidade do Paraíso.....	76
2.3.3 Comunidade de Boa Esperança.....	80
2.4 Caracterização socioeconômica e espacial do Zé Açú.....	82
<b>CAPÍTULO 3 MODOS DE VIDA E TRABALHO EM ÁREAS RURAIS AMAZÔNICAS: UM OLHAR SOBRE A AGRICULTURA E A PESCA NO ZÉ AÇU</b> .....	95
3.1 A pesca e a agricultura como elementos de afirmação e manutenção cultural no Zé Açú.....	96
3.2 A agricultura no Zé Açú.....	100
3.3 A pesca no Amazonas.....	117
3.3.1 O território da pesca no Zé Açú.....	119
3.4 A piscicultura como uma alternativa de sustentabilidade no Zé Açú.....	134

<b>CAPÍTULO 4 A RELIGIOSIDADE NO ZÉ AÇU: MANUTENÇÃO E REAFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA, POR MEIO DAS FESTAS POPULARES EM HONRA AOS SANTOS.....</b>	<b>141</b>
4.1 Cultura e religiosidade em comunidades rurais .....	142
4.2 Religião como elemento importante no processo de reafirmação cultural e territorial.....	144
4.3 A festa em honra a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na comunidade do Bom Socorro do Zé Açú.....	146
4.4 Cultura e territorialidades: as manifestações religiosas como fator de reafirmação territorial na comunidade de Bom Socorro do lago do Zé Açú.....	164
<b>CAPÍTULO 5 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: ETHOS AMBIENTAL NO TERRITÓRIO DO ZÉ AÇU.....</b>	<b>167</b>
5.1 Crescimento econômico e desenvolvimento sustentável: uma difícil conciliação.....	170
5.2 As questões ambientais no Zé Açú.....	175
5.2.1 A questão dos resíduos sólidos.....	178
5.2.2 Transformações ambientais no lago do Zé Açú.....	183
5.3 Ethos ambiental a partir das territorialidades rurais no município de Parintins: uma reflexão sobre o Zé Açú.....	196
5.3.1 A compreensão dos ribeirinhos do Zé Açú sobre a questão ambiental.....	198
5.4 Zé Açú: Um território em busca da sustentabilidade socioambiental.....	203
5.5 Governança ambiental e políticas públicas para a sustentabilidade no Zé Açú.....	216
<b>CAPÍTULO 6 A CIRCULARIDADE DA CULTURA NO CONTEXTO DAS TERRITORIALIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM .....</b>	<b>221</b>
6.1 As territorialidades rurais no Zé Açú: Identidade, pertencimento e a vida cotidiana.....	221
6.2 A circularidade da cultura em “comunidades” rurais: As complementaridades da interação entre rural e urbano.....	235
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>251</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>258</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>266</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>281</b>

## INTRODUÇÃO

É importante conhecer a Amazônia a partir de suas dimensões ecológicas, físico-geográficas; humana; seu viés econômico, cultural e social; seus espaços rurais, urbanos, cidades, vilas, comunidades e territórios. Porém, um estudo assim, em um único trabalho, seria inviável, pois trata-se de um trabalho grandioso, que não caberia em uma tese de doutorado, posto que em quatro anos não há como abranger toda a multiplicidade dos temas citados.

Devido sua grande biosociodiversidade, analisar a Amazônia levaria anos, talvez décadas, sendo necessárias várias e várias teses e, mesmo assim, não desvendariamos metade de suas especificidades no tocante a seus componentes naturais e humanos.

Por isso a necessidade de delimitar os estudos, de fazer um recorte geográfico, a seleção de tempo-espaço, assim como de temas específicos para serem abordados nas pesquisas. E ainda assim incorremos no perigo de generalizar, principalmente no que se refere ao contexto regional amazônico.

Para muitos, a concepção que se tem da Amazônia está direcionada para a biodiversidade, com seus elementos naturais e paisagísticos como fauna e flora, o grande rio, assim como o destaque para os povos de comunidades tradicionais como os indígenas. Essa visão exógena da Amazônia tem colocado desafios para a comunidade acadêmica, principalmente no tocante à grande sociodiversidade existente.

Há diversas pesquisas realizadas sobre o trabalho, a vida e o cotidiano das “comunidades” rurais amazônicas, porém os estudos que tratam dos aglomerados rurais maiores e as territorialidades dos grupos sociais que ali vivem ainda são incipientes. Esses aglomerados populacionais possuem dinâmicas diferenciadas das encontradas nas pequenas “comunidades”, que possuem pouca concentração populacional.

É importante desenvolver pesquisas que busquem compreender melhor essas territorialidades rurais e os elementos funcionais da economia, cultura e organização social; acima de tudo compreender quais as implicações das mudanças na vida dessas sociedades, engendradas a partir da racionalidade do mundo “moderno”, sendo ela ribeirinha ou de terra firme, que mora, trabalha e vive no “mundo rural” amazônico, mais especificamente no município de Parintins.

A presente pesquisa visou a compreender as territorialidades rurais no município de Parintins e sua relação com a sustentabilidade socioambiental, a partir da análise do processo

de circularidade da cultura, *habitus* e o *ethos* ambiental na localidade do Zé Açú.

Para alcançar esse objetivo, foi necessário identificar aos aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais das comunidades pertencentes ao Zé Açú, descrevendo a circularidade da cultura e compreendendo como ocorre a territorialidade de seus moradores.

As categorias geográficas território e lugar foram a base teórico-conceitual para pensarmos as territorialidades no Zé Açú. Autores como Haesbaert (2009, 2013), Saquet (2006, 2007, 2009, 2011), Claval (2007, 2011), Heller (2008), Oliveira (2014), Tuan (1980) e Bourdieu (1979) ajudaram a pensar essas categorias analíticas, fazendo a inter-relação com o *habitus* e *ethos* dos ribeirinhos.

As questões norteadoras foram: Como se caracterizam as territorialidades rurais no Zé Açú, levando em consideração as especificidades socioespaciais engendradas pelos *habitus* de seus moradores? Quais as principais características de seu *ethos* ambiental?

Como ocorre o processo da circularidade da cultura entre rural e urbano nesses lugares? Como os territórios rurais são influenciados pelas características da “modernidade” e como esse processo pode ser analisado do ponto de vista da sustentabilidade territorial?

Perguntamos também: Como esse processo pode ser analisado, do ponto de vista das políticas públicas, para a sustentabilidade? E como a análise dos territórios pode ajudar a compreender, mais detalhadamente, o *modos* de vida das sociedades rurais no Amazonas, mais especificamente no município de Parintins?

O Zé Açú localiza-se a sudeste do município de Parintins, cerca de 14 km da sede municipal, é composta de sete comunidades rurais, segundo dados da Secretaria Municipal de Produção de Parintins (2013). Optamos por fazer um recorte geográfico e selecionamos três destas comunidades: Bom Socorro (distante 14 Km da cidade de Parintins), Paraíso e Boa Esperança (distante 2,3 e 3,2 quilômetros da comunidade Bom Socorro, respectivamente) para compor o universo da pesquisa.

O pertencimento das comunidades focais (Bom Socorro, Paraíso e Boa Esperança) a esta localidade ocorre, principalmente, pela proximidade destas com o lago do Zé Açú. Tanto as que se encontram diretamente às margens (Bom Socorro e Paraíso) como a que está mais distante, neste caso a comunidade de Boa Esperança, mas que têm relação direta com o lago devido à proximidade com a comunidade principal, Bom Socorro.

A referência territorial dessa localidade está diretamente relacionada ao Lago do Zé Açú, que tem sua importância tanto do ponto de vista da logística (via de acesso às comunidades e com a cidade de Parintins) como lugar do lazer e descanso, fonte de alimentos e da vida para os ribeirinhos que moram em suas margens. É, também, a fonte de água para

beber (pois algumas comunidades ainda consomem a água diretamente do lago, para beber, fazer a comida e demais usos), dentre outras funcionalidades que o lago tem na vida dessas pessoas.

Nos estudos de questões socioambientais, principalmente quando envolve a relação sujeito-ambiente, é necessária a conjunção de áreas distintas do conhecimento, portanto, uso de métodos diferenciados que possibilitem a compreensão mais abrangente da realidade.

Nessa perspectiva não é possível a utilização de apenas um único método na pesquisa, pois a complexidade dos fenômenos socioambientais exige visão mais abrangente sobre o ambiente. Essa perspectiva vai de encontro à ideia, muito propagada no meio acadêmico, de que, para manter a objetividade e obter resultados mais confiáveis, é necessário o uso de um único método nas pesquisas.

Este estudo foi conduzido com base em multimétodos ou triangulação, cujo objetivo é abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo, integrando métodos qualitativos e quantitativos na mesma pesquisa (GOLDENBERG, 2004).

Como afirmam Castro, Fraxe e Pereira (2012, p. 183), o viés qualitativo é “o fio condutor para uma pesquisa que envolve conhecimento, *habitus* e *ethos* que a sociedade rural detém sobre o espaço e o tempo”. Considerando esses princípios, a pesquisa qualitativa possibilita investigar a forma como as pessoas compreendem e constroem o mundo à sua volta.

A pesquisa teve como técnicas a descrição densa de determinadas atividades desenvolvidas pelos moradores do Zé Açú, fazendo a etnografia dos *modos* de vida. A metodologia etnográfica aqui empregada buscou investigar e compreender as atividades práticas e cotidianas dos ribeirinhos. Com o método da pesquisa etnográfica foi possível fazer levantamento mais profundo para descrever a territorialidade das comunidades estudadas, buscando entender a funcionalidade da estrutura organizacional dos grupos sociais ali existentes e seus *modos* de vida.

Também foi utilizado para a coleta de alguns dados o levantamento tipo *Survey*, com aplicação de **formulários**, com questões de múltipla escolha e abertas, de caráter socioeconômico (renda, atividade econômica, benefícios sociais), sobre saúde (tipos de doenças, atendimento médico, serviços de saúde) e questões ambientais (infraestrutura, esgoto, resíduos sólidos, qualidade ambiental dos ecossistemas).

O universo da pesquisa foram os moradores da comunidade de Bom Socorro do lago do Zé Açú e comunidades rurais próximas, Paraíso e Boa Esperança. Foi necessário estabelecer uma amostra, sendo utilizada a técnica da amostragem probabilística do tipo

aleatória simples, na qual, por meio de sorteio, cada elemento da população teve igual oportunidade de ser selecionado para integrar a amostra.

Foi estabelecida uma porcentagem do total do universo dos moradores de cada comunidade, utilizando uma fórmula estatística para calcular o tamanho da amostra para população finita (BARBETTA, 2002). A amostra ficou assim definida: 60 formulários para a Comunidade de Bom Socorro; 30 formulários para a comunidade do Paraíso e 45 formulários para a comunidade de Boa Esperança. A unidade de pesquisa foi o núcleo familiar e o sujeito que prestou as informações foi o responsável pela família (pai, mãe ou filho mais velho); na ausência destes, utilizamos as informações do membro da família com mais idade presente no momento da visita aos domicílios.

Os dados quantitativos tiveram o objetivo de identificar os aspectos que compõem a estrutura socioespacial das comunidades pertencentes ao Zé Açú, tendo como referência três de suas principais comunidades (Bom Socorro, Paraíso e Boa Esperança). Esses dados ajudaram na caracterização geral dessas comunidades, possibilitando o conhecimento situacional das mesmas, sendo este um ponto de partida para a pesquisa mais detalhada de seus aspectos socioculturais e ambientais.

Realizamos a **observação participante** e sistemática, por meio da qual observou-se *in loco* a realidade desses lugares, interagindo com os moradores ao participar de algumas das suas atividades. Para essa técnica foram elaborados roteiros de observação com registro sistemático no **diário de campo**, com a observação, principalmente, do *habitus*, o cotidiano, as práticas, os rituais que envolvem as tradições desse grupo social; o trabalho e seu significado, a cultura, sociabilidade e territorialidade dos ribeirinhos do Zé Açú.

Observando a vida cotidiana em seu contexto socioambiental, ouvindo as narrativas e as lembranças, assim como analisando os documentos referentes a esses lugares, foi possível obter um volume de dados qualitativos relevante para a pesquisa, de onde pudemos verificar as formas de transmissão e de construção dos saberes e conhecimentos.

Foram realizadas **entrevistas (individuais e coletivas)**, padronizadas, com roteiro semiestruturado e gravadas para facilitar a análise. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa consistiram em importante instrumento, possibilitando a compreensão desses lugares a partir de inúmeras características, ou seja, compreensão do mundo vivido onde foi possível verificar como os mesmos apreendem as mudanças pelas quais esse território está passando, assim como suas perspectivas em relação ao futuro.

Realizamos a técnica do **grupo focal**, que consiste em reuniões com as lideranças das comunidades, na qual os ribeirinhos puderam expor suas opiniões sobre as preocupações

sociais coletivas do grupo. No grupo focal foram realizadas reuniões com grupos de lideranças das comunidades. Os participantes tiveram a oportunidade de expor sua opinião sobre as preocupações sociais coletivas. Mas, primeiramente, foram elaborados roteiros de entrevista com a formulação de uma pergunta central, acompanhada de alguns itens que durante a aplicação da técnica ajudaram na condução do tema para a focalização (MINAYO, 2005). Também fizemos as entrevistas individuais que foram gravadas e transcritas posteriormente.

No grupo focal trabalhamos com procedimentos semelhantes aos descritos no Diagnóstico Rural Participativo (DRP), trata-se de um procedimento mais abrangente de pesquisa que consiste em um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico, podendo relatar sobre o estado dos seus recursos naturais, sua situação econômica e social e outros aspectos importantes para a comunidade (VERDEJO 2006).

A organização do material foi feita por meio da separação de dados, os quais foram quantificados, a tabulação de alguns dados foi realizada por meio de programas estatísticos como o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) e Excel, que deram suporte para a elaboração das tabelas, quadros e gráficos. Para os dados qualitativos foi feita a análise de discurso, com a transcrição das entrevistas dos moradores e representantes das comunidades. Da mesma forma, foi feita a análise das anotações realizadas por meio da observação participante e sistematicamente registradas no diário de campo.

A apresentação dos resultados foram feitas por meio de gráficos, tabelas, quadros, mapas das territorialidades rurais pesquisadas, assim como também foram utilizadas representações espaciais do Zé Açú por meio de mapas cognitivos. Quanto às demais informações, foi realizada a descrição densa de caráter analítico-reflexiva, principalmente aquelas provindas da observação participante, entrevistas e conversas informais.

Este trabalho foi organizado em seis capítulos para a melhor elucidação da temática em questão. No primeiro capítulo discorremos sobre a concepção de território com a qual dialogamos, fazendo primeiramente a apresentação dos conceitos principais dessa categoria analítica. Neste capítulo discorremos sobre a importância de pensar a sustentabilidade do ponto de vista do território, que pode ser uma comunidade ou conjunto de comunidades, como é o caso do Zé Açú.

No segundo capítulo apresentamos o conceito de cultura ribeirinha, refletindo sobre os sujeitos desse trabalho: os ribeirinhos do Zé Açú e seus aspectos culturais. Também apresentamos o recorte geográfico do objeto de estudo, a localidade do Zé Açú e a

caracterização geral da área de estudo com seus componentes de infraestrutura, econômicos e aspectos sociais.

No terceiro capítulo aprofundamos a descrição das territorialidades desse grupo social que mora, trabalha e vive no Zé Açú. Para tal, escolhemos as duas principais atividades desenvolvidas por eles: a pesca e agricultura; descrevendo as formas como essas atividades são desenvolvidas pelos ribeirinhos no território e como as mesmas funcionam como os elementos que mantem e reforçam essa territorialidade.

O componente religioso foi o foco principal no quarto capítulo, pois trata-se de uma dimensão importante nesse território, visto que, apresenta aspectos que ajudam a reforçar e a manter a identidade rural ribeirinha.

No quinto capítulo apresentamos as problemáticas ambientais no território do Zé Açú, e a relação território-territorialidade e sustentabilidade foram abordados. Neste capítulo identificamos os principais problemas ambientais, as causas e consequências das mesmas na vida dos ribeirinhos que utilizam dos recursos naturais ali existentes para (re)produzir seu *habitus* e manter o *ethos* ambiental. A sustentabilidade desse território é o ponto fundamental desse capítulo, onde por meio da consulta aos ribeirinhos, buscou-se compor um quadro analítico sobre as alternativas de sustentabilidade para esse território, que venham ao encontro da qualidade de vida para essas pessoas.

No último capítulo foi abordado, de forma mais aprofundada, o processo de circularidade da cultura, as trocas simbólicas e materiais com a cidade e como os aspectos da modernidade influenciam e são transformados e apropriados pelos ribeirinhos.

Os resultados presentes nesta pesquisa podem auxiliar o poder público municipal a promover ações e projetos voltados aos territórios rurais que assegurem melhor qualidade de vida aos amazônidas que ali vivem. Mas para qualquer ação nesse sentido é necessário primeiro conhecer a realidade dessas áreas, partindo do ponto de vista de seus próprios moradores.

O conhecimento dos aspectos sociais, econômicos e culturais da comunidade do Bom Socorro, Paraíso e Boa Esperança do Zé Açú, possibilitou a descrição e análise do processo de circularidade da cultura e como ocorre a territorialidade dos ribeirinhos, assim como seu *habitus* e *ethos* ambiental. Esses aspectos proporcionaram levantar os elementos que compõem as dimensões da sustentabilidade socioespacial no Zé Açú.

A escolha do Zé Açú como *locus* de pesquisa e unidade empírica de observação não ocorreu de forma aleatória, foi a soma de vários fatores que levaram a selecioná-lo. Foram horas observando o ir e vir dos ribeirinhos no lago, em suas atividades cotidianas nas

comunidades e em suas festas, que são como uma pausa nesse cotidiano, como muitos autores afirmam.

Em muitos manuais de metodologia recomenda-se certo “afastamento” do pesquisador, ou seja, o não envolvimento com seu objeto de estudo. Porém, não há como se manter cem por cento neutro e totalmente desprovido de sentimentos em relação ao lugar onde sua história começou, o lugar de origem de seus pais e avós.

Sim, o Zé Açú foi onde nasceram e cresceram meus avós paternos e maternos e também onde meus pais nasceram e, durante parte de suas vidas, também foram criados tomando banho na beira do lago, pescando, trabalhando na roça, colhendo os frutos dos quintais agroflorestais, ouvindo as histórias dos seres encantados que moram no fundo do lago e habitam a floresta.

Apesar de ter nascido na cidade e não ter tido muito contato com o mundo rural de meus pais e avós (que ainda continuam morando no Zé Açú), senti a necessidade de conhecer melhor essa realidade e, ao longo da pesquisa, passei a me familiarizar com minhas raízes rurais. Em muitas das idas a campo não sentia que estava fazendo uma coleta de dados de forma fria e incólume, pois essas visitas se tornaram mais um prazer que necessidade acadêmica, além de se tornar, um reencontro com o passado.

Por certo, não perdi de vista meus objetivos acadêmicos, estes continuavam ali presentes, sempre como uma lembrança do dever a cumprir e objetivos a alcançar. Porém, como em uma inversão, a pesquisadora também acabou sendo parte da pesquisa, o objeto de estudo não me era mais estranho, também fazia parte de mim, de minha vida e de minha história. E, desta forma, o Zé Açú também passou a ser meu lugar e meu território, claro que não da mesma forma dos que ali nasceram, cresceram e até hoje vivem suas vidas com suas famílias; o significado é diferente, porém igualmente intenso.

É importante dar uma parcela de contribuição, um retorno mais palpável a este lugar/território que me recebeu e que também me arrebatou, pois, assim como aqueles que ali nasceram, não consigo mais me imaginar sem aquela visão ainda tão bela do lago, cercado de uma floresta exuberante, tendo ao fundo as comunidades margeando suas bordas lembrando uma pintura; um quadro feito pelo mais talentoso dos artistas: a mãe Natureza. Assim é paisagem do Zé Açú e assim espero que ela permaneça por muito tempo.

## CAPÍTULO 1 TERRITORIALIDADES RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

O Estado do Amazonas, dos ribeirinhos do rio Amazonas, apresenta grande diversidade de territórios. Os territórios são espaços sobre os quais os grupos societários garantem a seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos, e sua disponibilidade no tempo e espaço.

Esses territórios apresentam em sua espacialidade as territorialidades, que correspondem “às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada (SAQUET, 2009)”.

Para entendermos como esse processo se manifesta em áreas rurais, como as comunidades varzeanas ou de terra firme, no Estado do Amazonas, é necessário compreender o conceito de território e territorialidades, buscando entender a gênese dessas comunidades rurais, como foi constituída sua estrutura espacial tradicional, a sua relação com a modernidade, e então, compreender como as mesmas podem assimilar os vários traços da vida moderna, podendo suscitar alterações em sua paisagem e organização espacial, porém, mantendo os traços dos elementos culturais que as constituíram.

As permanências e as transformações que ocorrem nas comunidades rurais, principalmente as que se localizam às margens dos rios, lagos e igarapés da região amazônica, são explicadas pela existência de uma multiplicidade de *modos* de vida, que são permeadas pelos aspectos socioculturais de seus habitantes.

Neste capítulo procuramos fazer a reflexão acerca das mudanças e das permanências nos territórios rurais, primeiramente fazendo uma abordagem mais abrangente do conceito de território, com base em autores como Saquet (2006; 2007; 2009; 2011), Haesbaert (2009), Santos (1994, 2008), Raffestin (1993), entre outros, que discorrem sobre as características de formação, processo, apropriação e uso do território. Também procuramos associar esses conceitos à realidade amazônica, principalmente à realidade dos espaços rurais, apresentando as variadas formas de manifestação das territorialidades rurais que podemos encontrar.

Com intuito de melhor especificar o componente social que dá vida à paisagem amazônica, apresentamos o conceito de “ribeirinho” devido ao seu valor explicativo, para compreender um *modus* de vida pautado não só no valor e uso da terra de trabalho, mas também nos vários espaços que são utilizados pelas sociedades rurais amazônicas, como as águas e as florestas, para prover seu estilo de vida.

Daí a importância de inserir nessas discussões o delineamento sobre comunidades, não do ponto de vista sociológico deste termo, pois existiriam problemas na validade da utilização do mesmo no aspecto epistemológico. Compreenderemos utilização do termo “comunidade” do ponto de vista das pessoas que moram e vivem nesses lugares, pois, para elas, o termo comunidade possui significado diferenciado.

Apresentamos um alinhavo com os temas abordados nos capítulos seguintes que irão detalhar as relações culturais existentes nesses territórios, o uso e o significado dos recursos naturais, as territorialidades que são manifestações do *habitus* e *ethos* dos ribeirinhos.

### **1.1 Abordagens teóricas sobre território e territorialidades: apresentando os conceitos em questão**

Antes de entrar mais especificamente no debate sobre o conceito de território, é necessário discorrer sobre a compreensão do que vem a ser o “espaço geográfico”, visto este ser conceito basilar na compreensão do “território”. Porém, não iremos nos aprofundar na discussão epistemológica sobre o conceito de espaço geográfico, pois, para a ciência geográfica essa categoria de análise tem ampla literatura que busca explicar seus aspectos teóricos e metodológicos de aplicação conceitual. Neste estudo utilizamos o conceito de espaço geográfico apenas como um conceito “guarda-chuva”, o qual está vinculado o conceito de **território**, este que, associado ao conceito de territorialidade, lugar, *habitus* e *ethos*, formam o escopo principal deste trabalho.

Sobre a compreensão do espaço compartilhamos das concepções de Milton Santos, contidas na obra *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (2008), na qual o mesmo faz abordagem integradora do conceito de espaço, lugar, técnica, correlacionando-os com o tempo que se vive, a conjuntura político-social e cultural que a nova era da globalização nos insere.

Em tempos de mudanças radicais de conceitos, comportamentos e atitudes, muitas vezes deixamos de delinear nossa tênue relação com essas categorias de análises, tão importantes para a Geografia, assim como para outras ciências sociais que trabalham com a perspectiva tempo-espaço.

Milton Santos afirma que

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único na qual a história se dá [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2008, p. 63).

É necessário considerar todos os fatores que contribuem para a constituição desse espaço, compreendendo o espaço geográfico como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido (SANTOS, 2008). Espaço geográfico vem a ser um conjunto de objetos geográficos (elementos naturais humanizados e obras humanas) com determinadas finalidades atribuídas pela sociedade.

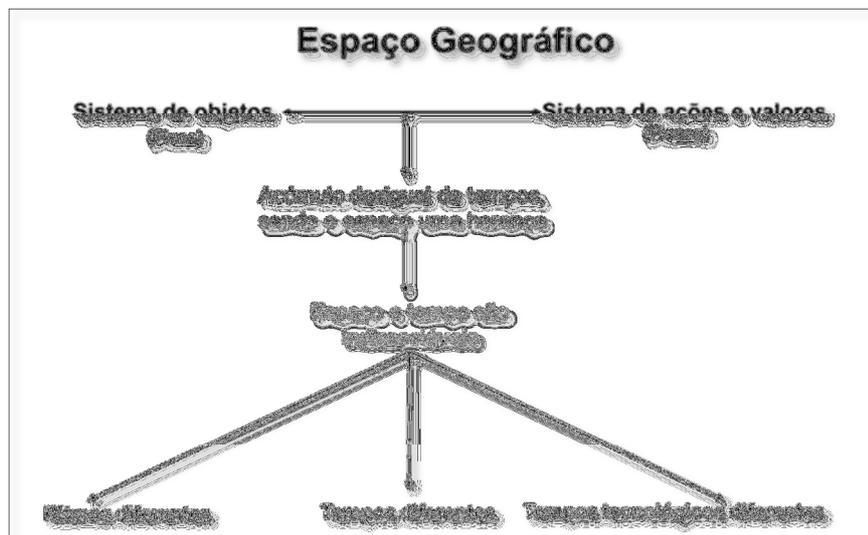


Figura 1 – Representação esquemática de Espaço geográfico.  
Fonte: Charlene Muniz com base em Santos (2008).

Compreendemos o espaço, levando em consideração a concepção de Milton Santos, como mostrado na Figura 1, sendo essa miríade de relações, que abrange vida, morte, mudança, comunicação, cultura, intercâmbio, construção e desconstrução tanto de conceitos como de práticas, o lócus onde atuam todas as formas da sociedade, todos em seus determinados lugares que ora são locais ora são globais. O espaço vem a ser a resultante da realidade social, ou seja, a dimensão concreta das relações sociais.

O território é uma das categorias de análise do espaço geográfico, dando-lhe delimitação, uma forma mais concreta de apreensão, conforme determinada perspectiva.

O território é resultante da relação da sociedade com esse espaço construído e apropriado. Para que haja um território é necessário que grupos sociais se apropriem de um

espaço físico, ampliem e o utilizem, que estabeleçam um sentimento de pertencimento e identificação com o mesmo.

Para Marcelo L. de Souza (2000), o conceito de território vem a ser o espaço determinado e delimitado por e a partir de relações de poder, que define, assim, um limite (alteridade) e que opera sobre um substrato referencial. Resumindo, território é definido por relações sociais e está relacionado diretamente com a ideia de poder.

O território é um espaço produzido e habitado onde está embutida a valorização deste espaço, logo, este é demarcado e defendido por determinados grupos sociais que o utilizam. Seabra (2004) afirma não ser válido falar do território por ele mesmo, mas apenas em seu contexto de utilização pelos grupos sociais presentes e mantendo constante diálogo; diálogo este que inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.

Os aspectos que estão relacionados quando se fala de território estão voltados para as dinâmicas socioeconômicas, poder, conflitos, dominação e o ordenamento espacial dos processos sociais que o configuram (Figura 2).

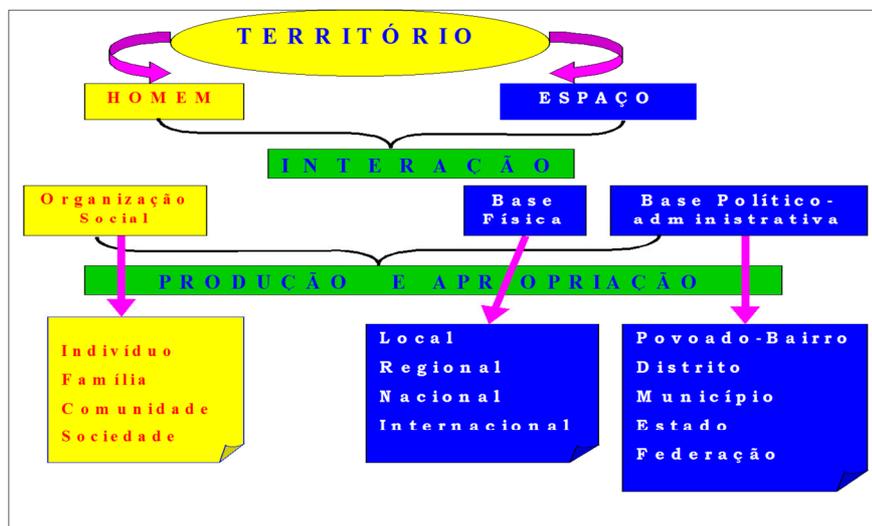


Figura 2—Dimensões do conceito de território.  
Fonte: Schneider (2008).

Como observado na Figura 2, Schneider (2008) apresenta as dimensões sociais e espaciais do território, dentre elas está a organização social, a base física e político-administrativa que envolve o mesmo. O importante neste esquema é observar que este conceito está imbuído de múltiplas dimensões que vão desde o indivíduo, a família, a comunidade e a sociedade (organização social), até os aspectos de escala local, regional,

nacional e internacional (a base física), incluindo a unidade político-jurídica (base política/administrativa) no qual se assenta.

Neste trabalho estamos considerando a escala **local** aqui representada pelas “comunidades” no âmbito dos territórios rurais do município de Parintins. Lembrando sempre que o território é uma construção social, resultado da interação homem/natureza.

O território é produzido por atores através da energia e da informação, ou seja, da efetivação, no espaço, das redes de circulação-comunicação, das relações de poder (ações políticas), das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas. É o lugar de todas as relações, trunfo, espaço político onde há coesão, hierarquia e integração através do *sistema territorial*. (SAQUET, 2009, p. 79).

O território vem a ser um produto social constituído historicamente, tanto econômica como política e culturalmente. Tem sua construção na coletividade com caráter multidimensional, possível de engendrar múltiplas territorialidades.

O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas no ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas [...] O homem age no espaço (natural e social) de se habitar, produzir e viver, objetiva e subjetivamente. (SAQUET, 2009, p. 81).

Território é um espaço utilizado pela coletividade, criando assim identidades, podendo adquirir dinâmicas econômicas próprias, em que surgem relações de poder e conflitos que visam a construir formas de dominação e controle deste espaço. Como afirma Segato (2005, p. 2), “território alude a uma apropriação política do espaço, que tem que ver com sua administração e, portanto, com sua delimitação, classificação, habitação, uso, distribuição, defesa e muito especialmente, identificação”.

Quando falamos de territórios rurais, estamos falando dos espaços que apresentam a discussão sobre questões que envolvem tanto as formas de apropriação quanto o uso do território para diversos fins como a produção agrícola.

Abordamos vários temas como formas e técnicas de plantio: mão de obra, seja ela familiar ou contratada; as relações com o mercado consumidor, venda dos produtos, sua comercialização direto ao consumidor ou atravessadores, e também aspectos de outras atividades desenvolvidas, como a pecuária e a pesca. São abordados os vários usos do território, assim como a sua importância para a reprodução social e cultural dos grupos sociais nele estabelecidos.

Estão também envolvidas neste processo as relações sociais, esse em caráter especial, pois estas tanto podem ser internas (endógenas), como na relação rural-urbano (exógena), as quais irão definir a territorialidade nesses locais, as formas de apropriação do espaço rural por seus moradores, assim como as estratégias de desenvolvimento rural.

É fundamental compreender e analisar o rural na perspectiva do território, pois apresenta elementos importantes para compreender muitos problemas do mundo rural e suas conexões com os demais territórios, como o urbano.

Serão esses aspectos que discorreremos nos capítulos posteriores, como ocorre o uso e apropriação do território no Zé Açu; como essas pessoas vivem e se relacionam entre si e com o ambiente natural; como se caracterizam essas territorialidades e como as mesmas se apresentam em relação ao uso e conservação dos recursos naturais. Por fim, como podemos pensar a sustentabilidade a partir dessa abordagem territorial.

Segundo Saquet, território é produto histórico onde há mudanças e permanências no ambiente onde se desenvolve a sociedade.

Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído com múltiplas variáveis e relações recíprocas. O homem age no espaço (natural e social) de seu habitat, produzir e viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. (SAQUET, 2009, p. 81).

Considerando as observações de Saquet, território vem a ser o resultado do processo de territorialização, no qual o homem, enquanto sujeito que vive em sociedade, se territorializa por meio de suas atividades cotidianas, seja no campo ou na cidade, constituindo um lugar de vida. Desse processo de territorialização surgem as territorialidades, como explica Saquet:

[...] são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na Igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico. (SAQUET, 2006, p. 62).

A ideia de territorialidade, segundo Soja (1993), está comumente vinculada a determinadas noções mais particularizadas como soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição. É a produção e reprodução do espaço que não envolve apenas as interações, mas a partir destas se intensificam e se impõe a sua delimitação.

Partimos do pressuposto de que as localidades rurais possuem forma própria de desenvolver sua territorialidade, principalmente a partir de suas relações com o urbano e/ou a cidade, e a partir dessas interações pode-se construir novas formas de apropriação desse território, não mais baseados nas normas sociais do passado, posto que este já está alterado. Agora é uma forma diferente de estabelecer as relações sociais e até mesmo de se relacionar com o ambiente.

Uma classificação importante, apresentada por Raffestin (1993 apud SAQUET, 2009) é a que caracteriza o território em pelo menos quatro níveis e situações distintas e complementares: a) o território do cotidiano; b) das trocas; c) de referência, e d) território sagrado, o qual faz os seguintes esclarecimentos sobre essa classificação dos territórios:

[...] O território do cotidiano corresponde à territorialização de nossas ações de todos os dias, através do qual garantimos a satisfação das necessidades; há relações entre indivíduos e lugares. O cotidiano é vivido simultaneamente, territorial e linguisticamente. É o habitar por excelência, riqueza e pobreza, banalidade e originalidade, potência e impotência, ao mesmo tempo. [...] O território das trocas também é cotidiano, mas envolve uma articulação entre o regional, o nacional e o internacional, num movimento perpétuo caracterizado pela descontinuidade (ruptura) temporal, espacial e linguística. Já o território de referência tem um caráter predominante histórico e imaginário, é material e imaterial (memória individual e/ou coletiva); é o território a que se habitou ou se conhece através de leituras e lembranças, que podem ser afetivas ou conflituosas. Por fim, o território sagrado está ligado diretamente à atuação das igrejas (religiões) e às ações políticas. (SAQUET, 2009, p. 84-85).

Ao refletirmos esses níveis de classificação de território é possível fazer uma observação destes nas áreas rurais, sempre levando em consideração que não se pode aplicar alguns conceitos a determinadas realidades de forma rígida, mas sim com algumas adaptações. Nesse aspecto vamos observar as diversas formas de apropriação do território no Zé Açú, cada uma agindo de forma diferente na vida de seus habitantes, cuja função colabora para a construção e consolidação das territorialidades.

Quando fazemos análises sob o enfoque do território devemos compreender que a interação entre indivíduos e espaço é sempre resultado do processo social, em que a territorialidade se dá a partir do uso do espaço pelo coletivo, que acaba criando uma identidade social.

A abordagem territorial nos leva à perspectiva de análise, que pode nos direcionar à compreensão dos aspectos do rural em sua interação social, complexidade de relações culturais, econômicas, políticas e institucionais que criam e recriam a dinâmica desses espaços.

Entender o território como produto dos atores sociais é não somente uma concepção mais generosa que insere a sociedade civil e suas práticas estratégicas na gestão pública, mas também uma possibilidade de reconhecer processos novos que tendem a construir novas territorialidades. (RÜCKERT, 2005, p. 13).

Quando falamos de territórios também devemos falar da sociedade que o compõe, pois “[...] não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores [...]. A sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais” (SEABRA; CARVALHO; LEITE, 2004, p. 26).

Conforme entendimento de Silva (2009), a criação de territórios por certos grupos sociais implica sempre na organização de suas relações sociais, que podem estar vinculadas tanto aos aspectos materiais, fixos no território, quanto aos simbólicos, que permeiam os espaços fixos.

Rogério Haesbaert apresenta importante discussão sobre o conceito de território e sua compreensão nas análises espaciais, principalmente quando consideramos o estudo dos territórios simbólicos no qual “cada grupo social estaria profundamente enraizado a um ‘lugar’ ou uma paisagem, com a qual particularmente se identifica” (HAESBAERT, 2009, p. 118). O mesmo afirma ainda que “[...] o território é fruto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados” (p. 121).

Este autor associa a concepção de território à ideia de redes, onde ele discorre sobre as várias escalas que os territórios possuem, e essas múltiplas escalas podem estar em constantes articulações, formando o que podemos chamar de **redes de territórios**.

A realidade concreta envolve uma permanente intersecção de redes e territórios: de redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destoem fronteiras e territórios [sendo, portanto, desterritorializadoras], e de outras que, por seu carácter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras [sendo, portanto, desterritorializadoras]. (HAESBAERT, 2009, p. 123).

Na perspectiva de redes, podemos pensar as articulações existentes entre os territórios rurais tanto internamente, entre as comunidades que compõem esse território, como com as outras localidades próximas, assim como com a cidade. Tomando como base essa concepção, uma contribuição desta pesquisa está em compreender, de forma mais sistemática, como

acontece o fluxo de informações, transporte de pessoas e mercadorias, de serviços e, principalmente, a circulação da cultura entre essas comunidades que compõem o território do Zé Açú.

Como fonte de referência sobre as redes rurais, tomamos o estudo sobre as redes estabelecidas entre as sociedades rurais com o mercado externo, assim como as formas que esse processo ocorre, que são discutidas por Eric Wolf (1970) no livro *Sociedades camponesas*. Nesta obra o autor analisa as vinculações do campesinato com os mercados, além das formas de influência do mercado com a composição dos preços das mercadorias, bens e serviços e os fatores de produção desses camponeses: terra e trabalho.

Eric Wolf (1970) foi um dos autores utilizados por Fraxe (2000) para refletir sobre os mercados em redes das populações ribeirinhas em uma localidade no Amazonas, e assim compreender como se estabelecem as trocas econômicas entre os ribeirinhos e o mercado, tanto para venda como para compra de mercadorias.

Esses questionamentos serviram como ponto de partida para compreendermos as dinâmicas socioculturais inerentes aos territórios das áreas rurais do Estado do Amazonas, pois esses estudos podem auxiliar na concepção e implementação de políticas de desenvolvimento territorial, com foco na sustentabilidade dos sistemas sociais e ambientais dessas áreas. Principalmente devido às constantes transformações por que passam algumas áreas rurais, muitas vezes alvo de políticas públicas que não observam as demandas internas da população local e impõem ações que acabam causando mais problemas que a resolução dos mesmos.

Em algumas localidades rurais esse processo de mudanças fica ainda mais evidente, apresentando de forma bem explícita, continuidades e descontinuidades em relação ao *modo* de vida rural. Ou seja, já ocorrem mudanças significativas na vida material e imaterial dessas populações, porém essas mudanças não destruíram por completo o *habitus* e as tradições desses grupos societários, posto que ele se mantém concomitante às inovações oferecidas pelo mundo moderno, ou seja, essas pessoas reagem e assimilam as exigências do mundo globalizado, porém ressignificando essas alterações.

Entre os autores que estudaram as transformações na sociedade resultantes dos aspectos da modernidade, destaca-se Antony Giddens, que interpreta essas mudanças da seguinte forma:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes [...] elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno. (GIDDENS, 1991, p. 14).

Para esse autor, as influências da modernidade fazem com que os lugares se tornem cada vez mais “fantasmagóricos”, ou seja, esses locais são permeados e muitas vezes moldados pelas influências sociais que se encontram bem distantes deles. “O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza” (GIDDENS, 1991, p. 27).

O autor trabalha com a concepção de reflexividade, considerando que “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 45).

Essa afirmação de Giddens é bem elucidativa e faz com que comecemos a ver as mudanças que ocorrem nas sociedades rurais não como algo “extraordinário”, nem como destruição do “tradicional”, mas como consequência das constantes trocas de informações, elementos culturais e conhecimentos entre as pessoas que podem estar próximas ou distantes geograficamente mas que, mesmo assim, mantêm relações recíprocas de intercâmbio, sendo que essas relações podem alterar suas práticas sociais.

Considerando o conceito de Giddens de “reflexividade”, observamos aí a possibilidade de concatena-lo com a discussão sobre a “circularidade da cultura”, conceito fundamental neste estudo. Acreditamos que essas transformações ocorrem nas comunidades rurais engendrando constante renovação em seu pensar e agir. Entretanto, não perdendo de vista as concepções do passado como norteadores de suas ações presentes, esse processo é consequência da circularidade da cultura, que cria e recria os territórios, assunto este que será mais detalhado em seção específica.

Outro processo que o autor trabalha é o “desencaixe” que o mesmo conceitua como “sendo ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (GIDDENS, 1991, p. 4).

Com isso podemos entender as mudanças que ocorrem em áreas rurais, que podem ser tanto em relação às formas de trabalho, infraestrutura, relações sociais e culturais, como algo inerente à chegada de aspectos da vida moderna, ocasionando transformações, porém não significa ser o fim de determinados *modos* de vida, mas sim sua ressignificação, agora pautada por outros valores e práticas sociais que sempre estão em constantes mudanças.

Sobre as mudanças que ocorrem nas sociedades rurais, é válido lembrar os elementos apontados por Antônio Cândido (2001) em seu estudo sobre o caipira paulista da década de 1950, guardando, é claro, algumas ressalvas, considerando a realidade desta época e de nossa região. Mas o que interessa na obra de Cândido é que o mesmo identificou e analisou as principais consequências da incorporação da economia capitalista na vida das sociedades rurais daquele período, e entre essas mudanças estão:

1. aumento da dependência econômica, que o condiciona a novo ritmo de trabalho;
2. reorganização ecológica, que transforma as relações com o meio e abre caminho para novos ajustes;
3. alteração no equipamento material das sociedades rurais;
4. alteração no sistema de crenças e valores.

Segundo Cândido, esse processo gera três formas de lidar: a) os valores são rejeitados e os antigos mantidos na íntegra; b) os valores são aceitos em bloco e os antigos rejeitados, ou c) os valores antigos se combinam com os novos em proporções variáveis. No caso da comunidade de Bom Socorro, a maior de todas do Zé Açu, podemos afirmar, com base na observação participante e entrevistas feitas no local, que a última opção é a que está ocorrendo. Muitos dos valores “tradicionais” estão sendo combinados e ressignificados, engendrando formas diferenciadas de relações sociais e com o ambiente.

Dentro desta perspectiva de (re)organizações socioespaciais que ocorrem em áreas rurais, João Rua (2007; 2006; 2005) traz a concepção de “Urbanidades no Rural”, afirmando que “[...] seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos” (RUA, 2005, p. 57), ou seja, essas seriam as manifestações de territórios híbridos nos quais urbano e rural interagem e se mesclam, mas sem se tornar a mesma coisa, já que preservam as suas especificidades. Em conceituação mais abrangente sobre as urbanidades no rural o autor afirma que:

Urbanidades no rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador [...] em áreas rurais, sem que, por isso, fossem identificados tais espaços como urbanos. As urbanidades são constituídas por uma enorme gama de manifestações, que incluem, em seus aspectos naturais, a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação, novas formas de lazer, a segunda residência, o turismo, as indústrias, o acesso a bens de consumo coletivos, especulação imobiliária e o preço da terra, novas relações de trabalho, direitos trabalhistas, aposentadoria rural e etc. (RUA, 2007, p. 272).

As discussões deste apresenta uma abordagem diferenciada sobre as influências do urbano no rural. Ele possui uma visão mais integradora das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam, definindo particularidades e singularidades que marcam cada localidade; ou seja, para ele, o território tem um caráter “híbrido” onde, segundo o mesmo, ocorre.

Um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural, transformado, não extinto. A hibridez permanente evidencia a “criação local”, isto é, a capacidade dos atores locais de, influenciados pelo externo, de escala mais ampla, desenvolverem leituras particulares dessa influência e produzirem territorialidades particulares. (RUA, 2005, p. 58).

O autor procura demonstrar que há uma espacialidade que se integra a um “urbano” que se difunde por todo o território; que há um rural com leituras particulares (criações locais) desse movimento mais amplo, que interage com aquele “urbano”, e que essas interações transformam os espaços rurais em territórios híbridos (resultado dessas interações) nos quais se dão várias formas de apropriação e dominação; que as marcas dessa hibridez são as “urbanidades no rural”, integradoras das múltiplas escalas que a ação política exige (RUA, 2005).

As concepções deste autor se aproximam com as de Néstor Garcia Canclini (2011), em que territórios híbridos produzem, também, culturas híbridas, principalmente por meio do processo de globalização:

A urbanização predominante nas sociedades contemporâneas se entrelaça com a serialização e o anonimato na produção, com reestruturações da comunicação imaterial (dos meios massivos da telemática) que modificam os vínculos entre o privado e o público. Como explicar que muitas mudanças de pensamento e gostos da vida urbana coincidam com os do meio rural, se não por que as interações comerciais deste com as cidades e a recepção da mídia eletrônica nas casas rurais os conecta diariamente com as inovações modernas? (CANCLINI, 2011, p. 286).

Para o autor, a modernização na sociedade não exige abolir as tradições. Nem o destino fatal dos grupos tradicionais é ficar de fora da modernidade. Ou seja, o fato de os grupos societários que moram em territórios rurais assimilarem alguns aspectos da modernidade não significa que eles percam totalmente seus vínculos históricos e culturais. Eles permanecem concomitantes às inovações trazidas pela modernidade.

Rua e Canclini apresentam concepções semelhantes da relação rural e urbano, em que não as vê mais como opostas, controversas e distantes entre si, mas as analisa do ponto de vista das complementações que podem ocorrer entre ambos os espaços, como as imbricações

que se materializam, não só do urbano no rural, mas também no sentido contrário, de aspectos rurais também presentes em áreas urbanas, como podemos observar em algumas pequenas e médias cidades no Brasil, mais especificamente no Amazonas.

Acreditamos que um aspecto importante a ser analisado quando falamos de território e de sua apropriação e uso (territorialidades) está relacionado à cultura e seus aspectos de circulação entre os diversos espaços.

Um dos autores que discorreu sobre circularidade da cultura no âmbito dos estudos sociais foi Carlo Ginzburg (1987), este faz referência a “circularidade” da cultura, em sua obra **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideais de um moleiro perseguido pela Inquisição**, nesta obra Ginzburg (1987, p. 13) conceitua circularidade da cultura afirmando que “Entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas “[...] existe um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se move de baixo para cima, bem como de cima para baixo”.

A circularidade da cultura se concretiza no momento que determinados elementos culturais de uma cultura ao entrar em contato com outras referências culturais sofrem transformações e influências recíprocas. Assim, pode-se observar que diversos elementos culturais, mesmo aqueles que sofrem resistência e rejeição, não são ao todo “abandonados”, mas, ao invés disso, são transformados e penetram no âmago da cultura de diferentes classes, sejam elas dominantes ou subalternas, constituindo um processo de intercâmbio.

Portanto, entendemos que a cultura é capaz de transitar em vários sentidos, estabelecendo intensas redes de conexões e interações, que são determinadas por realidades históricas próprias de cada lugar. Ela não é “pura” e secularizada, mas está em transformação ao mesmo tempo em que permanece em espaços e tempos definidos.

Acredita-se que isso ocorra no processo de trocas de influências das sociedades rurais com a urbana e vice e versa, estabelecendo processo dialético com interferências mútuas que reflete nos seus *modos* de ser e estar no mundo. Portanto, procuramos compreender como ocorre a circularidade da cultura entre a cidade e o território do Zé Açu? Quais elementos são assimilados, abandonados e ressignificados? E como esse processo influencia na formação das territorialidades?

Na compreensão dessa circularidade da cultura podemos entender melhor como ocorrem as territorialidades rurais, que Saquet apresenta da seguinte forma:

No mundo rural, efetivam-se relações com a terra, na família, com os vizinhos, na comunidade e com sujeitos da cidade. Estes indivíduos interagem, especialmente, cultural (psicológica) e economicamente: essas relações são as territorialidades cotidianas. A família organiza a casa de acordo com as características e regras de seu grupo social: as relações de vizinhanças influenciam na organização da casa; a comunidade exerce influência com vistas a uma coesão (unidade) do grupo, perpetuando seu patrimônio cultural. (SAQUET, 2011, p. 36).

No que concerne às sociedades rurais amazônicas, em especial as que vivem em agrupamentos populacionais, como as comunidades, as mesmas sempre mantêm relações com a cidade conforme observado em Fraxe et al. (2011, p. 19), “a relação com a cidade também se configura como um importante fator na formação da comunidade. A apropriação de novos elementos característicos da vida cidadina marca a oposição entre ontem/hoje”. As influências cidadinas acabam, inevitavelmente, marcando as áreas rurais, causando intercâmbios mútuos, pois, também em pequenas e médias cidades podemos encontrar alguns elementos do rural presentes em sua configuração socioespacial.

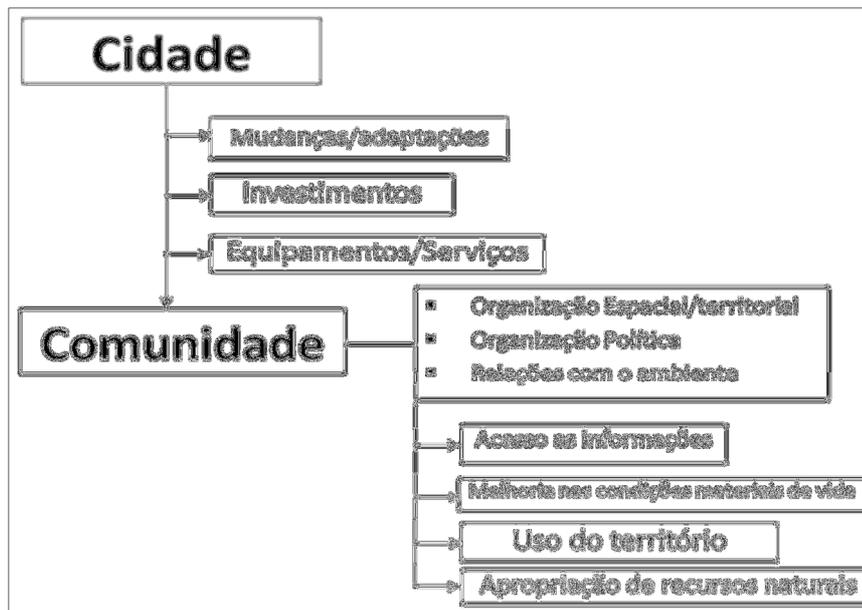


Figura 3- Relação Cidade-Comunidade.

Fonte: Organização da autora com base em Fraxe et al (2011).

A relação campo-cidade é algo dinâmico, que passa a incorporar e influenciar também na vida e na formação e configuração de uma comunidade rural, como observado na Figura 3. As mudanças, certos investimentos, equipamentos chegam às comunidades e acabam influenciando em seus aspectos de organização espacial, organização política e com o ambiente, porém de forma diferenciada de uma comunidade para outra, pois esse processo

não ocorre de forma homogênea em todas nas comunidades amazônicas. Voltaremos a este assunto nos capítulos subsequentes.

## **1.2 Comunidades rurais no Amazonas: visão histórica e modos de vida**

Em grande parte dos espaços rurais no Amazonas utilizamos o termo “comunidade” para nos referirmos às concentrações populacionais da área rural, tanto as localizadas em terra-firme como na várzea. Não nos estenderemos aqui em uma conceituação sobre o que vem a ser uma comunidade no sentido sociológico da palavra<sup>1</sup>, apenas esclarecemos que, quando nos referimos a comunidades, partilhamos da definição de Claval, o qual afirma que:

Uma comunidade de base pode ser constituída a partir de elos de sangue e de aliança que unem os membros de uma mesma família. Ela pode igualmente ser formada segundo um modelo análogo por um contrato de associação entre os membros unidos por um mesmo ideal e um projeto comum. Partilhar de uma mesma fé religiosa entre irmãos que se reconhecem filhos de um Deus criador é um cimento eficaz. Uma comunidade pode, enfim, resultar da co-habitação de pequenos grupos num mesmo lugar. (CLAVAL, 2007, p. 114).

No caso da maioria das comunidades amazônicas, constitui-se de uma área de uso comum, onde estão estabelecidos o templo religioso, o prédio escolar, um campo de futebol e uma “sede comunitária” (CRUZ, 2007; SILVA, 2009), geralmente esses elementos se tornam a centralidade desses lugares como representado na Figura 4. Porém, devemos levar em consideração que as comunidades amazônicas não são homogêneas, podendo apresentar diferenças de ordem espacial, assim como dos sujeitos que dão vida a esses lugares.

---

<sup>1</sup> Para mais informações, ler Ferdinand Tönnies, 1944. *Communauté et société*. Paris: PUF, 1887.

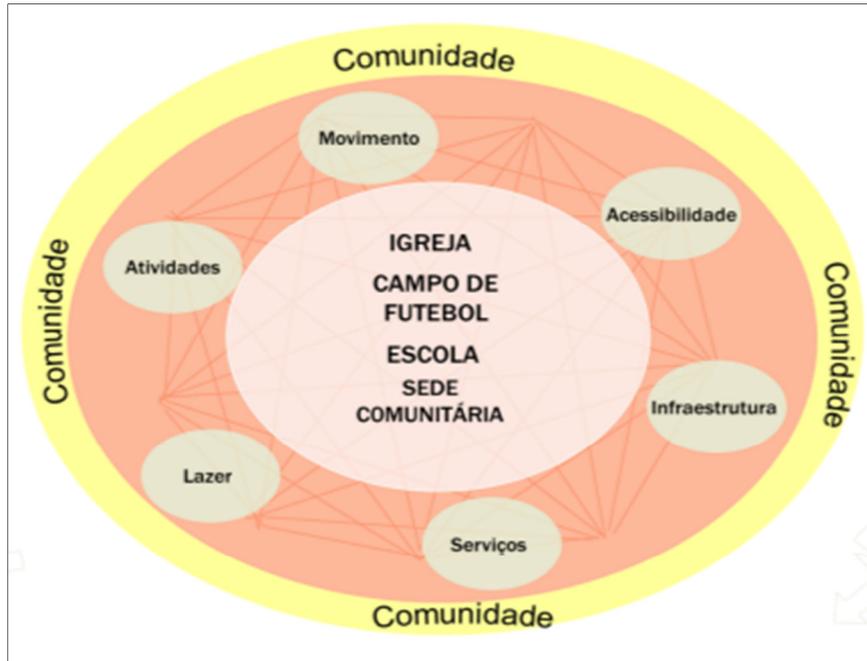


Figura 4: Representação esquemática dos elementos Centrais das comunidades rurais no Amazonas.

Fonte: Formulado pela autora com base em Cruz (2006); Fraxe (2011) e Silva (2009).

A representação acima é com base no olhar de quem é de fora (o pesquisador), um esquema que parece cartesiano em um primeiro momento, mas quando voltamos nosso olhar para a compreensão do lugar por seus habitantes, podemos ter uma representação diferenciada da comunidade, e isso poderá ser observado nos próximos capítulos. Neste momento apresentamos esse esquema apenas para representar de forma sistemática e simplificada os elementos centrais que encontramos em muitas comunidades no município de Parintins.

Em comunidades que possuem mais infraestrutura também podemos encontrar postos de saúde, antenas de celulares, telefones públicos. Nesses lugares podem morar desde uma família extensa assim como diversas famílias nucleares.

A maioria possui um líder comunitário (ou presidente, como costumam denominar algumas comunidades) eleito ou indicado pelos moradores, e que passa a representá-los frente ao Estado, município ou outras entidades como ONGs e entidades de pesquisa e extensão, para reivindicar algum benefício. Os mesmos são responsáveis por fazer a mediação social e política entre a comunidade e as várias instâncias institucionais, mas também entre os moradores da própria comunidade, visto ser comum o presidente da comunidade ser alguém que tem influência e respeito entre os moradores. Sendo assim, alguns problemas de ordem social, como desentendimentos, também são apaziguados pelo presidente que tenta mediar esses conflitos.

Como descrito acima, as comunidades podem estar localizadas tanto no ecossistema de terra firme ou de várzea. Desta forma, não somente ficam denominadas “comunidades ribeirinhas” aquelas onde os terrenos se localizam em áreas que ficam cobertas pelas águas durante a época da cheia dos rios, como também as que se localizam às margens ou próximas de rios, lagos e igarapés, mas que seus terrenos não são alcançados pelas águas. Independente do ecossistema, o fator determinante para se definir se a mesma pode ser denominada de ribeirinha é que a comunidade mantenha uma relação muito forte com o rio ou lago próximo a ela. Daí a designação “ribeirinha”, não significando, imobilidade ou atraso, mas sim uma auto identificação com o lugar de moradia e os ecossistemas do ambiente ao qual pertencem.

Do ponto de vista sociológico, existem questionamentos em relação ao conceito de “comunidade”, como abordado em pesquisas anteriores (SILVA, 2009), porém cabe aqui relembra alguns pontos importantes nesta discussão. Utilizamos esta denominação neste trabalho fundamentados na perspectiva abordada por Deborah de Magalhães Lima e Edna Ferreira Alencar.

Com relação à organização social dos assentamentos, a partir dos anos 70, o trabalho do MEB e da Prelazia, de formar lideranças comunitárias e orientar os moradores na sua nova condição de independência e responsabilidade pelo seu próprio destino, passa a ter grande repercussão. As vilas e os sítios são, a partir dessa década, chamados de comunidades, termo que denota não só o assentamento, mas carrega principalmente o sentido de responsabilidade comunal pelas decisões políticas que afetam a vida de seus moradores. Essa reorganização social dos assentamentos se consolidou na década de 80. A partir dessa data, a estrutura de lideranças criadas pelo MEB passa a ser reconhecida como autêntica (não vinculada estritamente a Igreja Católica) e é adotada tanto por instituições governamentais (como prefeituras e EMATER) quanto por outras não governamentais (como congregações protestantes). (LIMA; ALENCAR, 2000, p. 149).

O termo “comunidade” é o mais utilizado na região para se referir aos povoados da área rural, tanto os localizados em regiões de várzea quanto os de terra firme. Esse termo é usado nos povoados onde os moradores são organizados politicamente, com cargo de representação. Em relação aos nomes dados a essas comunidades, Pantoja (2005) enfatiza que as comunidades, quando formadas, foram, por assim dizer, rebatizadas com o nome de um santo(a) padroeiro(a), associado à referência geográfica relacionada ao rio, paraná ou lago onde estavam localizadas. Às vezes, o lugar já tinha o nome de santo ou santa, outras vezes não.

Fraxe et al. (2011, p. 26-27) afirmam que a formação das comunidades “não envolve apenas os requisitos básicos de espaço, necessidades e interesses comuns, mas representa

fazer parte de um sistema ‘cultural e simbólico’”, em que esses fatores são constantemente produzidos e reproduzidos socialmente.

As comunidades podem ser definidas pela forma de uso do espaço, que são refletidas diretamente nas habitações engendradas pelo cotidiano, pautadas pela história e memória das pessoas e das relações sociais, sentimento de compadrio e vizinhança que são expressões típicas das áreas rurais (MIGUEZ; FRAXE; WITKOSKI, 2011).

A rede de sociabilidade é um elemento importante a ser observado nas comunidades rurais amazônicas, elas ocorrem nas interações uns com os outros, na cooperação de trabalho, na preparação para uma festa, nos jogos de futebol ou de vôlei, nas visitas feitas aos vizinhos e familiares. Porém, destacamos que esse tipo de interação deve ser analisada levando em conta que as mesmas são formadas por grupos distintos e não com a comunidade como um todo. Ou seja, é formando no âmbito interno dessas comunidades grupos de pessoas que passam a estabelecer uma interação mais próxima entre os membros da comunidade onde moram e com as comunidades próximas e as cidades. Isso significa que não é a comunidade como um todo que interage de forma harmoniosa, pois existem também conflitos de ordem social, política e religiosa dentro dessas comunidades.

Existem desafios para quem deseja aprofundar-se nos estudos sobre comunidades rurais amazônicas, pois devem levar em consideração todas as dimensões que envolvem a vida dessas populações, como demonstrado na Figura 5.

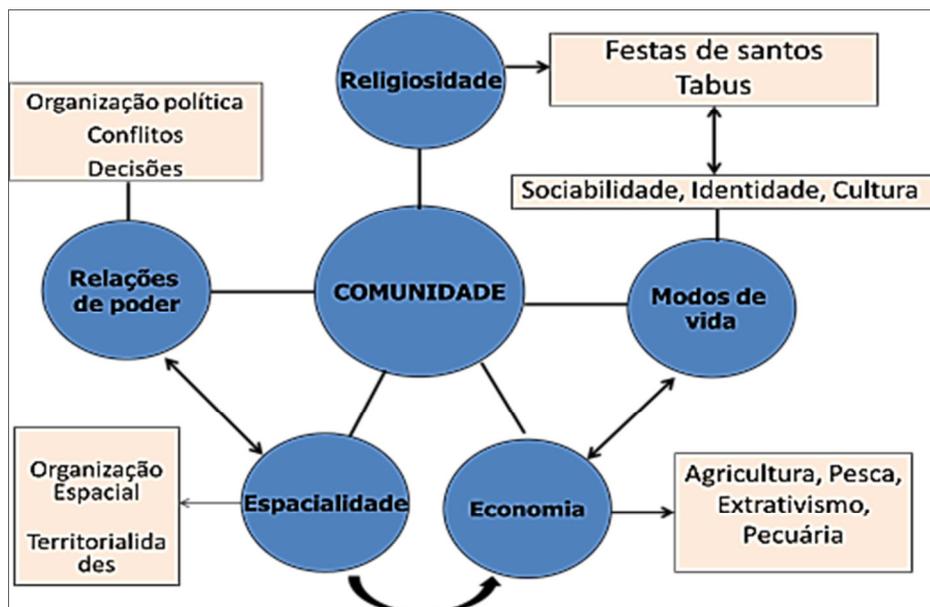


Figura 5- Elementos de análise do *modos* de vida rural amazônico.  
Fonte: Organizado pela autora.

As autoras Esterci e Schweickardt (2010) discorrem sobre essa diversidade de domínios territoriais que se formam nos ecossistemas amazônicos, na qual as pessoas estabelecem seus *modos* de vida conjugando suas atividades com as águas, terras e florestas.

De fato, a Amazônia, ainda hoje, expõe, no conjunto das calhas de seus rios, uma diversidade de modos de vida relacionados não apenas ao uso e à posse das áreas de terra-firme, mas também ao uso e às formas de domínio sobre as áreas de várzea e sobre as águas, nas quais seus habitantes praticam, invariavelmente, a pesca conjugada de diferentes maneiras e outras atividades econômicas, de modo que não só na terra firme, mas também nas áreas de várzea e sobre as águas, eles constroem seus caminhos, suas casas e suas escolas flutuantes. (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010, p. 62).

Antônio Carlos Witkoski (2007), ao estudar os camponeses amazônicos que habitam a várzea do rio Solimões/Amazonas, nas microrregiões do Médio Solimões (município de Coari), Baixo Solimões (municípios de Manaquiri e Iranduba), Alto Amazonas (município de Careiro da Várzea) e Médio Amazonas (município de Parintins), apresenta discussões importantes para se entender as formas de apropriação e uso desses territórios rurais pelas comunidades ribeirinhas tradicionais.

Sua pesquisa foi voltada para a percepção das práticas de adaptabilidade do camponês amazônico ao ecossistema de várzea. A tese fundamental adotada pelo autor é a de que os “povos tradicionais” possuem vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terras, florestas e águas onde trabalham e vivem (WITKOSKI, 2007). O trabalho de Witkoski é importante, pois mostra como os camponeses amazônicos vivem, se apropriam, modificam e trabalham no ambiente de várzea (SILVA, 2009).

### **1.3 As territorialidades rurais no município de Parintins**

O que é rural e o que é urbano? Esta tem sido uma das grandes dicotomias existentes dentro da Geografia, assim como em outros ramos do conhecimento que tratam do assunto. O que de fato diferencia os espaços rurais do urbano? Seriam seus componentes da estrutura física, paisagística? Seriam as atividades econômicas praticadas pela população de certa localidade? Seria o total de habitantes por quilômetro quadrado (densidade demográfica) ou seriam as características culturais existentes nesses lugares?

Dentro da Geografia existe uma pluralidade de conceitos e definições do que vem a ser rural e urbano. Desde autores que defendem a clara e inconfundível distinção entre ambos,

como aqueles que defendem a aproximação e até imbricação destes (RUA; 2002, 2005, 2007; CANCLINI, 2011).

Neste trabalho optamos por não entrar mais a fundo nessas discussões do aspecto conceitual e até mesmo ontológico do termo rural e urbano, apesar de em alguns momentos fazermos inferências sobre a presença dos aspectos da cidade e do urbano na área em que estamos trabalhando (que pertence geograficamente à zona rural do município de Parintins). Mas, principalmente, vamos abordar como essas relações suscitam transformações no *habitus* dos ribeirinhos.

Trataremos da discussão do rural e urbano como fator que pode modificar, em alguns aspectos, o cotidiano das populações rurais, não o destruindo, claro, apenas o transformando. Ou seja, a relação rural e urbano é tratada aqui como relacional e não como determinante de *modos* de vida que estão em constante transformação.

Para entender como esses modos vida se apresentam nos dias de hoje, este que será alvo de nossas reflexões, nos próximos capítulos, torna-se necessário a volta ao passado para conhecer e compreender a formação histórica das comunidades rurais de Parintins que, apesar de não se diferenciar muito de outras comunidades no Amazonas, contém as suas especificidades próprias, que precisam ser compreendidas.

Trataremos da formação dos aglomerados populacionais, fora da área urbana do município de Parintins, que aqui é chamado de “comunidades”, que tem todo um histórico de formação próprio, embora, em muitos aspectos, mantenha semelhanças na origem de muitas comunidades rurais amazônicas.

### 1.3.1 A formação das comunidades no município de Parintins

Alguns trabalhos já foram realizados com o intuito de elaborar essa arqueologia do surgimento das comunidades rurais no município de Parintins<sup>2</sup>.

Neste momento, caberia neste trabalho relembrar alguns pontos importantes, para que possamos iniciar a discussão do caráter de territorialização dessas comunidades no âmbito do município e como as mesmas podem ser analisadas do ponto de vista do território.

Conforme já discorremos sobre comunidades rurais, quando falamos da criação de comunidades na Amazônia, observamos que a Igreja Católica teve grande importância na fundação das mesmas sob esta denominação e forma de organização representativa. Com os

---

<sup>2</sup> Para mais informações, ver Silva (2009).

Movimentos Eclesiais de Base, muitas aglomerações e sítios da zona rural dos municípios foram organizados em um só local, ou seja, a população que antes ficava dispersa em determinadas localidades, como em volta de lagos, áreas de várzea e lugares isolados do interior ou mesmo de colônias agrícolas, foi incentivada a se concentrar em determinado lugar. Isto de certa forma facilitava o acesso aos serviços que, embora precários, são oferecidos nestes aglomerados (SILVA, 2009).

No caso do município de Parintins não foi diferente, e com a criação da Prelazia de Parintins em 1955 a mesma iniciou o processo de construção de capelas em locais determinados no município. Um registro histórico importante, e que foi durante muito tempo esquecido por pesquisadores, foi a obra escrita por Dom Arcângelo Cerqua (2009), primeiro bispo de Parintins, onde o mesmo relata esse processo e os motivos que levaram a Igreja a incitar essas pessoas a se organizarem política e territorialmente em comunidades. Como o mesmo afirma:

O cuidado de reunir os caboclos dispersos no interior em comunidades foi ideia-chave da Prelazia desde o ano de 1955 em que foi instalada. No fim do ano de 1963 havia já um bom número de comunidades, em terreno independente de patrões ou comerciantes exosos, com capela e anexa escolinha, onde o povo vivia em espírito de fé e fraternidade, respirando progresso e dignidade. (CERQUA, 2009, p. 149).

Muitas comunidades, em Parintins, nasceram como Congregação Mariana, rapidamente esse movimento foi se espalhando pela zona rural do município de Parintins, mobilizando as famílias que moravam nesses lugares.

Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações Marianas de homens, com capelas para cultos e reuniões formativas, não demoraram a surgir escola, campo de jogo, cantina comunitária, e etc. Tudo em terreno doado ou vendido à Prelazia. (CERQUA, 2009, p. 154).

Identificamos que a presença da Igreja Católica ainda é forte no seu processo de fundação, pois o nome da maioria delas está relacionado ao nome de algum santo (Figuras 6 e 7).

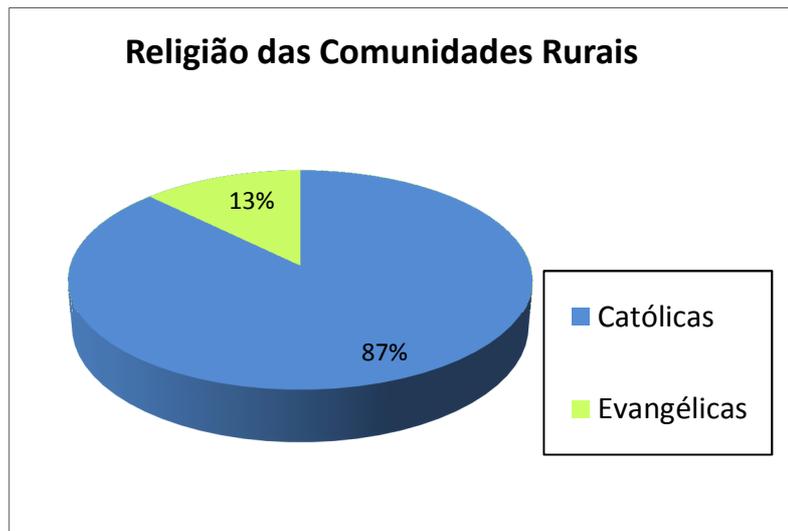


Figura 6 -Religião das Comunidades Rurais de Parintins.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

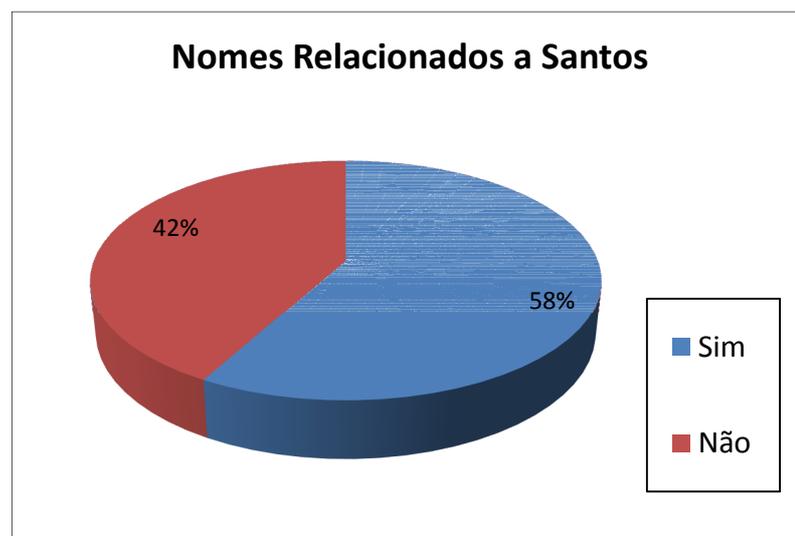


Figura 7 Comunidades que possuem nomes relacionados a Santos.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

A presença do catolicismo ainda é preponderante no município de Parintins, onde a religião possui grande influência nessas comunidades. Porém, nos últimos anos, vem aumentando o número de comunidades com orientação evangélica.

Para essas comunidades criadas pela Prelazia de Parintins foi elaborado um estatuto, segundo o qual a comunidade em questão é orientada pela paróquia e é dirigida por diretoria composta de presidente, vice, secretário e tesoureiro, que se reúnem semanalmente e é eleita por dois anos (CERQUA, 2009). Porém, essas regras não podem ser aplicadas a todas as comunidades em Parintins. Além disso, muitas comunidades vêm sofrendo alterações em suas

características socioculturais, sendo que muitas não seguem as regras da Igreja Católica como antigamente e possuem outras formas de estabelecer o controle e a organização da comunidade.

Souza também discorre sobre a formação das comunidades interioranas do município de Parintins.

A Comunidade rural, aqui tratada, não é o lugar comum onde os interesses são voltados para o bem comum. No caso estas têm sua formação com a chegada dos padres do PIME, que vão oficializar, ou seja, denominar as pequenas povoações de comunidade, onde tudo está centralizado no santo padroeiro do lugar. Antes, este santo pertencia a um rezador; este saía de casa em casa, de canoa, recebendo donativos para o dia da festa do santo. Com a chegada dos padres essa prática é encerrada porque estes constroem a capela (templo religioso), fixando o santo no lugar e assim as pessoas no quadro da comunidade. (SOUZA, 2006, p. 56-55).

Hoje, o município de Parintins possui cerca de 186 comunidades rurais, distribuídas ao longo do rio Amazonas, em áreas de várzea e terra firme, localizadas próximas e distantes da área urbana (mapa de localização em anexo); muitas delas surgiram pelo processo acima mencionado, porém nem todas têm a mesma origem na sua formação, sendo que apresentam heterogeneidade em seu processo de criação.

## **CAPÍTULO 2 A REPRODUÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA DO ZÉ AÇU**

Apresentamos neste capítulo, dentro da perspectiva da geografia cultural e da antropologia, alguns elementos que compõem o contexto sociocultural das sociedades rurais amazônicas, mais especificamente dos ribeirinhos que moram e vivem nas localidades rurais do município de Parintins e como esses aspectos estão relacionados com os seus *modos* de vida, pautados no trabalho, identidade, apropriação do espaço e uso dos recursos naturais.

Todas essas atividades e ações ocorrem no território e ajudam a moldar o mesmo, tornando-o único, palco da vida onde se desenrolam todas as ações e paixões humanas como expressado por Santos (2006), em seu conceito de espaço geográfico que, ao ser materializado e qualificado pela apropriação e uso, transforma-se em território.

É neste contexto que foram criadas as comunidades de Bom Socorro, Paraíso e Boa Esperança, todas pertencentes ao território do Zé Açú. Para termos a melhor compreensão sobre a estruturação dessas comunidades, é necessário esclarecer, mais detalhadamente, a criação das mesmas e como elas estão atualmente.

### **2.1 A geografia cultural como possibilidade teórica e metodológica para o estudo dos aspectos culturais da sociedade**

Dentro do campo de domínio da ciência geográfica, existe um subcampo que vem crescendo e se aprofundando nas últimas décadas tanto no Brasil como em outros países como EUA e França. É o da Geografia Cultural, e dentre os autores que vêm trabalhando com essa perspectiva, podemos citar Corrêa e Rosendahl (1999, 2007, 2010), no Brasil, e Claval (2002, 2007, 2011), na França. Porém, as discussões sobre os temas e metodologias da Geografia Cultural vêm ocorrendo há muito tempo, desde a década de 1950.

A Geografia Cultural teve sua origem na Europa, mas seu desenvolvimento ocorreu principalmente nos Estados Unidos, onde se constituiu a denominada Escola de Berkeley. A Geografia Cultural caracterizou-se pela adoção de inúmeros temas que tentam compreender as tradições (CORRÊA; ROSENDAHL, 1999).

Os estudos, dentro do campo da Geografia Cultural Humanista buscam compreender como o sujeito social identifica, classifica e interage com espaço em que vive e com os outros sujeitos que fazem parte de seu cotidiano.

Corrêa e Rosendhal (1999) são os autores brasileiros que pesquisam sobre a importância dos estudos sobre a diversidade das culturas, e segundo os mesmos “a diversidade das culturas apresenta-se cada vez menos fundamentada sobre seu conteúdo material” (CORRÊA; ROSENDAHL, 1999, p. 62), ou seja, está cada vez mais ligada à diversidade dos sistemas de representação e de valores que permitem às pessoas se afirmar, se reconhecer e constituir coletividades.

Uma vez que esses sistemas de representação ocorrem no espaço geográfico e são compostos de diferentes elementos onde se desenvolvem as representações, logo essas serão diferenciadas, pois cada sociedade se manifesta e a desenvolve diferentemente das demais, por conseguinte, cada sujeito carrega particularidades de sua interpretação de mundo vivido.

Tempo e espaço vividos pelo homem estão em constante movimento, mudanças e transformações, compreendendo-se, então, a representação como forma de conhecimento sendo mutável e específica de indivíduo para indivíduo. A forma de adquirir conhecimento está relacionada com a sua vivência e interpretação do mundo ao seu redor, possibilitando assim a diversificação cultural.

O olhar da Geografia Cultural ajuda a entender como a cultura promove a diversidade na organização do espaço, tornando-o dinâmico, e essa leitura da dimensão cultural é necessária para a compreensão do mundo a partir da visão de determinados grupos sociais que vivenciam esses espaços dando a nós, pesquisadores, a oportunidade de conhecer e compreender como ocorrem os sistemas culturais envolvidos nas relações sociais e com o ambiente.

A cultura está intrinsecamente relacionada à organização do espaço, pois é nele que se constitui e se concretiza o *modo* de vida de cada sociedade, sendo importante destacar que cada cultura reflete aquilo que existe em seu contexto material e imaterial, existindo diferentes concepções a respeito do mundo em que vivemos, pois cada pessoa concebe o espaço de forma diferenciada.

Os estudos dentro do campo da Geografia Cultural buscam compreender como o sujeito social se identifica, classifica e interage com espaço em que vive e com os outros sujeitos com os quais compartilham esse espaço. Fundamentam-se, principalmente, na necessidade de pensar o espaço em que cada indivíduo vive.

Nesse sentido concordamos com Claval quando afirma que

O objetivo da abordagem cultural é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica. (CLAVAL, 2002, p. 20).

Portanto, a Geografia Cultural trabalha com a cultura, observando e analisando as suas implicações no espaço e no território.

De forma geral, sob o enfoque da Geografia Cultural, o conhecimento que os homens possuem da realidade terrestre é sempre baseado em sua percepção e nas representações que os mesmos fazem dela. A geografia cultural apreende a cultura como “um conjunto de práticas, conhecimentos, atitudes e crenças que não é inato: eles são adquiridos” (CLAVAL, 2011, p. 16). Assim, torna-se importante entender como os mesmos são transmitidos, ensinados e transformados ao longo do tempo; os lugares em que ocorrem o processo de aprendizagem, as paisagens que servem de suporte para a produção e reprodução dessa cultura, esses são os principais interesses dos estudos pautados na Geografia Cultural.

Esclarecemos que a cultura também pode ser ressignificada, modificada, visto que o indivíduo constrói-se também a partir da sua *práxis*, estabelecendo sua identidade, tanto individual como coletiva, que se dá por meio das experiências que o mesmo tem com o lugar e/ou território.

Entendemos que o espaço geográfico (re)cria a cultura e que esta, conseqüentemente cria e recria os espaços em um processo dialético e recíproco. Nesses espaços, os homens, com seus sistemas de crenças e valores oriundos de sua cultura, promovem as transformações na paisagem, no lugar e nos territórios.

É nessa perspectiva que a Geografia Cultural vem contribuir nesta pesquisa, pois a mesma visa identificar aspectos socioambientais próprios de uma cultura: a dos ribeirinhos do Zé Açú.

[...] e se possível, descobrir que papel a ação humana desempenha ou desempenhou na criação e manutenção de determinados aspectos geográficos. A Geografia cultural distingue, descreve e classifica os complexos típicos de aspectos ambientais, incluindo aqueles feitos pelo homem, que coincidem com cada comunidade cultural. (WAGNER; MIKESSELL, 2007, p. 27-28).

Fica claro nas palavras de Wagner e Mikesell (2007) que, na ótica da Geografia Cultural, não há uma separação entre cultura e espaço geográfico no sentido de que ambos estão muito ligados um ao outro. Para entender como certos grupos sociais utilizam os recursos naturais a sua volta e por que e como transformam as paisagens e a forma como

criam e controlam seus territórios, é necessário compreender os aspectos culturais inerentes a seus *modos* de vida.

Essa perspectiva fica clara com Claval, quando o mesmo afirma que

[...] a geografia quer também entender as atitudes dos indivíduos diante da natureza, o sentido que eles dão às suas vidas e os horizontes futuros que eles constroem e que os guiam nas suas existências. Para compreender esses aspectos da geografia, temos que partir da idéia de que todas as realidades geográficas são aprendidas por meio de palavras e imagens. As relações entre os seres humanos e a natureza, ou as relações que os seres humanos tecem entre eles nunca são diretas. Elas sempre se apoiam em uma medição cultural. *A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, know-how, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis.* A cultura é herança e experiência. Ela é também projeção em direção ao futuro. Os outros mundos dos alhures permitem julgar o presente e pensar o futuro: eles dão aos seres humanos o poder de julgar o real, de discernir entre o bem e o mal, de fazer escolhas e tomar decisões conforme as regras morais. Mas cada um constrói, a partir das visões morais que a sociedade lhe oferece, e da sua experiência, horizontes futuros. Graças a esses horizontes, a cultura aparece mais como a força que dá forma ao futuro que como uma repetição do passado. (CLAVAL, 2007, p. 163, grifo meu).

Na definição sobre cultura, Claval traduz quão o espaço geográfico, em suas variadas dimensões, está inter-relacionado com a cultura e que a compreensão do funcionamento da mesma pode auxiliar os pesquisadores na reflexão sobre as várias estratégias que são criadas pelos grupos sociais na utilização, ordenação e controle dos territórios e, também, em possíveis ações para a conservação dos recursos naturais dos quais são usuários de forma a garantir o equilíbrio dos ecossistemas, sendo este o pressuposto básico para a sustentabilidade em sua dimensão social, econômica, cultural e ecológica.

Segundo Fraxe (2011, p. 74), “[...] a cultura se caracteriza por um processo de constante transformação social, na qual os padrões culturais sobrevivem à medida que persistem as situações que lhes deram origem”. A cultura passa a ser considerada como um contexto, isto é, um reflexo da prática social e simultaneamente um meio no qual essa prática se concretiza a uma condição na qual essa mesma prática tende a se reproduzir. A cultura é, assim, uma construção social, construída e reconstruída, porém vivida diferenciadamente pelos diversos grupos sociais.

Para compreendermos essa cultura dos ribeirinhos do Zé Açú elegemos alguns aspectos que descreveremos nos capítulos subsequentes, que foi o trabalho na agricultura e na pesca, elementos esses tradicionais presentes na vida de muitas comunidades rurais amazônicas. E também a religiosidade, que se traduz em festas em honra aos santos, sendo esses aspectos traduzidos pelo cotidiano dos moradores do Zé Açú.

Veremos as mudanças que vêm ocorrendo nessas práticas sociais, as permanências e transformações, como as mesmas ainda funcionam como elo que liga as pessoas ao passado e que ajuda na manutenção dos aspectos tradicionais desses ribeirinhos.

## 2.2 Os aspectos culturais dos ribeirinhos do Zé Açu

Um elemento a ser observado nos estudos sobre comunidade rurais é o sujeito que dá vida a essa configuração territorial: o ribeirinho.

Como afirma Fraxe,

[...] a cultura do mundo rural de predominância ribeirinha constitui-se na expressão aceita como a mais representativa da cultura amazônica, seja quanto aos seus traços de originalidade, seja como um produto de acumulação de experiências sociais e da criatividade de seus habitantes; aquela onde podem ser percebidas, mais fortemente, as raízes indígenas e caboclas típicas de sua originalidade, florescentes ainda em nossos dias. (FRAXE, 2004, p. 302).

Com base em autores que defendem o uso do termo<sup>3</sup>, o caboclo-ribeirinho constitui-se, geralmente, de famílias de organização nuclear e extensas e encontram-se em famílias dispersas ou concentradas em comunidades ao longo de rios, lagos, paranás e igarapés dos ecossistemas amazônicos de várzea e terra firme. Possuem forte e dialética relação com a natureza e utiliza de seus conhecimentos das dinâmicas do ambiente para buscar seus meios de vida.

Sua cultura consegue estabelecer uma mediação que satisfaz ambas as partes (homem e natureza), tendo como resultado uma ação antrópica que pouco interfere na dinâmica ecossistêmica. Suas características essenciais são flexibilidade, resiliência e adaptação, sendo esses herdeiros de muitas práticas culturais e costumes indígenas. Mesmo tendo a sua raiz fortemente ligada às práticas tradicionais indígenas, o mesmo mantém relações com outras concepções socioculturais e econômicas.

Há muitas discussões a cerca do uso do termo “caboclo-ribeirinho” para identificar as populações que habitam determinadas áreas da região. Autores como Mark Harris (2006), que afirmam não existir uma “cultura cabocla” em si como uma realidade ontológica, ou seja, ela não se constitui de algo imóvel, assim como não pode haver uma identidade cabocla como se

---

<sup>3</sup> Pois existem autores como Florêncio Almeida Vaz (1996) que defende a utilização de outros termos para designar essas populações que vivem em áreas rurais no Amazonas, pois consideram o termo “caboclo” inadequado e até mesmo pejorativo.

houvesse uma fronteira étnica a separando de outros modos de vida. Para esse autor, os ribeirinhos estão em constante contato com as influências externas.

[...] Os caboclos são modernos em sua renovação constante do passado no presente, uma estratégia que provou ser um sucesso reprodutivo e que foi decisiva para a adaptação dos camponeses às condições econômicas e políticas da Amazônia. (HARRIS, 2006, p. 81).

Porém, ele chama a atenção que as populações ribeirinhas não apenas se acomodam às demandas internas e externas como também respondem a elas, desenvolvendo uma capacidade de abraçar as mudanças sem que, necessariamente, acabe com seu *modos* de vida corrente (Figura 8).

Analisando o esquema apresentado por este pensamento, as sociedades rurais ribeirinhas estão em constante ligação com outras concepções de vida que não, necessariamente, venham a destruir ou modificar a sua; porém, essas podem influenciar em suas ações cotidianas voltadas para a elaboração de sua materialidade na reprodução social e suas demandas de sobrevivência.



Figura 8-. Aspectos que envolvem a vida do ribeirinho.  
Fonte: Organizado pela autora com base em Harris (2006).

Harris (2006, p. 105) aponta que as características essenciais dos camponeses que vivem às margens dos rios (ribeirinhos, caboclos) são sua flexibilidade e resiliência. Esses sujeitos sociais estão em constante processo de mudança e permanência, em contato com a modernidade e a tradição, criando um presente ambivalente (Figura 9).

Essas pessoas vivem entre o “tradicional” e o “moderno”. No tradicional quando continuam a reproduzir suas crenças em relação a certos mitos, tabus, quando suas relações ainda são permeadas pelas redes de sociabilidade como o compadrio, a vizinhança, as técnicas de trabalho, ou seja, quando dão continuidade no *habitus* permeados pelo *ethos* ribeirinho. E na modernidade quando assimilam e até buscam outras formas de atender às suas necessidades de vivência, quando incorporam novas técnicas, novos equipamentos que venham a melhorar suas práticas. A realidade de algumas comunidades rurais amazônicas está sempre permeada de permanências e transformações, entre o moderno e o tradicional.



Figura 9- Influências da Modernidade e Tradição.  
Fonte: Organizado pela autora com base em Harris (2006).

Em primeiro momento não caberia aqui definir quem está certo ou não na discussão da validade do uso do termo caboclo<sup>4</sup> para se referir a certos grupos sociais que moram e vivem nas áreas rurais da região Amazônica. Porém, destacamos que, para uma melhor análise e aprofundamento dos *modos* de vida, cultura e território, foi necessário construir um arcabouço teórico sobre os povos tradicionais, principalmente as que habitam a região amazônica. Portanto, encontramos em Diegues (2000) e Fraxe (2007) referenciais que nos auxiliaram na reflexão mais consistente sobre esta questão.

No entanto, não desconsideramos autores que possuem visão diferenciada sobre este assunto, não compartilhando do mesmo viés teórico<sup>5</sup>. Apenas optamos por utilizar aqueles

<sup>4</sup> Para maior aprofundamento, consultar Harris (2006) e Fraxe (2007).

<sup>5</sup> Como, por exemplo, o autor a qual nos referimos anteriormente, Vaz (1996) e muitos outros.

autores que, em nossa concepção, melhor fundamentam a análise e explicação do *modos* de vida desses grupos sociais que na presente pesquisa estão sendo estudados.

Compartilhamos do conceito de Diegues, em que ele elenca as características da cultura e sociedades tradicionais:

1. dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
2. conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
3. noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
4. moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e volta do para a terra de seus antepassados;
5. importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado.

Podemos afirmar que os ribeirinhos do Zé Açú fazem parte desse sistema sociocultural tradicional, mas que, conforme Harris (2006), não os impede de assimilar alguns traços da modernidade, pois eles mantêm contato com o urbano também. Existem trocas culturais que modificam a vida dos moradores dessas áreas, mais precisamente a manutenção do *habitus* que faz parte do rural, comum nesses lugares, confirmando assim essa ambivalência descrita pelo autor.

É importante a compreensão de lugar, vinculado à definição de cultura e ligado às concepções sobre cultura amazônica nas comunidades rurais. O que se vive e relaciona-se no espaço são as representações culturais intrínsecas socialmente em cada indivíduo. Por mais coletivas que sejam as representações, as experiências vividas são individuais, compostas de particularidades, de interpretações das situações cotidianas.

No dia a dia o indivíduo constrói e reconstrói, interpreta e reinterpreta as representações culturais organizando seu espaço conforme o tempo presente e a realidade construída (RIBEIRO, 2010). Para compreendermos a realidade das sociedades rurais amazônicas, deve-se levar em consideração as múltiplas dimensões que comportam a vida dessas pessoas, como observado na Figura 10.



Figura 10- Compreensão da realidade socioambiental.  
Fonte: Organizado pela autora.

No que concerne à concepção de cultura, Laraia (2001) enfatiza a compreensão de dinamismo cultural, ou seja, o sistema cultural está sempre em mudança e o entendimento desse processo dinâmico é importante para amenizar o choque entre gerações e os preconceitos dentro do mesmo sistema ou fora dele: “Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir” (LARAIA, 2001, p. 101). Para o autor, cultura vem a ser todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou *habitus* adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Herdeiro de longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e as experiências adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam (LARAIA, 2001).

A cultura, como nas palavras de Claval (2007b, p. 137) é, em grande parte, “feita de palavras que traduzem o real recortando-o, estruturando-o e organizando-o [...] falam dos lugares, da vida, dos seres ou das técnicas [...] como adquirem conotações no decorrer da existência, ganham carga emotiva”.

Roberto da Matta (1981) conceitua a cultura como sendo um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de certo grupo pensam, classificam e modificam o mundo e a si mesmas. Sahlins (2003, p. 208) chama a atenção para a noção de cultura, afirmando que “[...] não é meramente a expressão da natureza sob outra forma. Antes, pelo contrário, a ação

da natureza se desdobra nos termos da cultura, isto é, sob uma forma que não é mais a sua própria, mas sim incorporada como significado”.

No que concerne à cultura amazônica, concordamos com Fraxe:

[...] na Amazônia, com uma cultura de fisionomia própria, marcada por peculiaridades estetizantes significativas, com predomínio de componentes indígenas, mesclados por caracteres negros e europeus e cujo ator social e agente principal dessa é o caboclo, tipo étnico resultante da miscigenação do índio com o branco, europeu ou não, e cuja força cultural tem origem na forma de articulação com a natureza. (FRAXE, 2004, p. 307).

Amazônia é resultante da influência de várias correntes e grupos culturais diversos, na qual “O homem, a mulher e as crianças amazônicas trazem, ainda, a marca e os insumos sociais, biológicos e étnicos de muitos povos, tradições e costumes” (FRAXE, 2004, p. 307).

Chaves e Lira discorrem que a cultura ribeirinha não pode ser vista como algo estático e imutável, mas como processo dinâmico e complexo que “é perpassado por inúmeras determinações internas e externas e do qual transcorrem diversas modalidades de organização social” (2011, p. 114).

Discorrendo sobre a vida nas comunidades rurais, principalmente as localizadas às margens dos rios e lagos, um elemento vital da sua estrutura são os caboclos ribeirinhos.

Faz parte da cultura dos mesmos essa imbricação com o ambiente natural, como afirmam Pantoja et al. (2006, p. 94-95): “sua cultura consegue estabelecer uma mediação que satisfazem ambas as partes [homem e natureza], tendo como resultado uma ação antrópica que pouco interfere na dinâmica ecossistêmica”.

Sendo estes consagrados como herdeiros de muitas práticas culturais e costumes indígenas, que são perceptíveis em seu sistema sociocultural, eles mantêm relações com outras concepções socioculturais e econômicas, como da sociedade urbano industrial.

Quando falamos dos modos de viver do ribeirinho estamos falando do *habitus* inerentes em seu cotidiano; sendo assim, deve-se ter claro o que vem a ser o *habitus* no contexto de vida desse grupo social. O *habitus* é construído social e historicamente em cada comunidade, bem como a relação do homem com o seu espaço, onde “o homem tende a se identificar conforme o que lhe foi transmitido e armazenado na memória” (RIBEIRO, 2010, p. 2).

Fraxe e Witkoski, ao analisarem a noção de *habitus* na obra *O desencantamento do mundo*, de Pierre Bourdieu, explicam que:

Na concepção teórico/prática de Pierre Bourdieu, o *habitus* – um sistema de disposições permeado pela história social dos homens que sobrevive no mundo atual, atualizando-se igualmente nas práticas sociais – tende a perpetuar-se na vida futura. Sendo um princípio gerador de estratégias que permitem fazer frente a situações imprevisíveis e sempre renovadas, produz práticas sociais que aparecem como determinadas pelo futuro, mas que estão determinadas, em sua perspectiva, pelas primeiras experiências, pelas condições passadas de sua produção. (FRAXE; WITKOSKI, 2007, p. 135).

É importante a compreensão da noção de *habitus* como um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, não sendo este mera repetição de práticas acumuladas durante a vida, mas uma produção/reprodução de sistemas de ações, que são importantes e que influenciam diretamente a vida das pessoas, dando significado à mesma. Segundo Bourdieu

[...] o *habitus* seria o produto do longo trabalho de inculcação e de apropriação que, mesmo que muito mais intenso e determinante durante as primeiras experiências do mundo social, prolonga-se por toda a existência dos agentes. Esse trabalho se faz necessário para que as estruturas objetivas consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições “duráveis”, em todos os organismos (individuais) duravelmente submetidos aos mesmos condicionamentos, alocados nas mesmas condições de existência. (BOURDIEU, 1979, p. 13).

A compreensão das dimensões socioculturais dos sujeitos que dão vida e dinamicidade ao território é a questão-chave aqui apresentada. Para uma discussão mais aprofundada sobre a sustentabilidade dos sistemas sociais e ambientais há de se iniciar essas reflexões tomando como base o ponto de vista dos moradores dessas comunidades rurais, investigar a fundo suas concepções de vida e de ambiente, levantar seus reais interesses, suas necessidades. Só assim poderemos compor um quadro analítico o mais aproximado possível de sua realidade, e assim ajudar a pensar a Amazônia no contexto de políticas para a gestão dos territórios, que contemplem a qualidade de vida para os amazônidas, habitantes dessas áreas rurais.

Nas páginas seguintes aprofundaremos na descrição do Zé Açu, no município de Parintins, recorte geográfico escolhido para esta pesquisa. Nesta seção vamos fazer as considerações gerais acerca da área de estudo, os componentes sociais, culturais, políticos, traduzidas pelo cotidiano desses moradores. Apresentaremos como os moradores da localidade do Zé Açu estabelecem seus territórios e assim reorganizam seus espaços de vida, trabalho e relações de reciprocidade.

### 2.3 Caracterização histórica e geográfica das comunidades do Zé Açu

Apresentaremos mais informações sobre as comunidades do Zé Açu, seu histórico de ocupação, principais características socioeconômicas, apresentadas em forma de gráficos que foram gerados a partir de coleta de dados por meio de formulários abertos e fechados, com o tratamento estatístico.

As três comunidades focais deste estudo: Bom Socorro, Paraíso e Boa Esperança (Mapa 1), ficam a margem do Lago do Zé Açu. Este lago é importante para os ribeirinhos que moram em suas margens e próximas a elas. A sua relevância, do ponto de vista ambiental, foi estudada por Brandão (2013) em sua tese de doutorado, no qual a autora faz a análise do uso e ocupação da terra e a sua relação com duas unidades hídricas, a microbacia hidrográfica Zé Açu e Tracajá no município de Parintins.

Foi constatado neste estudo um processo de impacto ambiental em cadeia nessas unidades hídricas, caracterizado pela erosão no solo e taxas elevadas de sedimentos em suspensão nos leitos fluviais, o que vem a ameaçar seriamente a disponibilidade e qualidade da água para os povos das comunidades tradicionais desta área (BRANDÃO, 2013).

O trabalho desta pesquisadora serviu de referência para esta pesquisa, principalmente as informações sobre os aspectos físico-geográficos da microbacia hidrográfica Zé Açu para entendermos melhor as características naturais da área em estudo.

Brandão (2013, p.50) com base em estudos de Sioli (1985) descreve as características geológicas e geomorfológicas do lago do Zé Açu<sup>6</sup>:

As microbacias hidrográficas Zé Açu e Tracajá são do tipo águas transparentes de cor verde-oliva e pertence à rede hídrica do Brasil Central. Esse tipo de sistema fluvial não tem como característica natural de sua dinâmica fluvial o transporte frequente e elevado de cargas sólidas em qualquer categoria (arraste, suspensão, saltos etc.), porque este é diminuto, visto que, teoricamente, as cargas detríticas ocorrem somente na época das grandes chuvas e/ou oriundo da meteorização das rochas pré-cambrianas dos escudos norte e sul-amazônico.

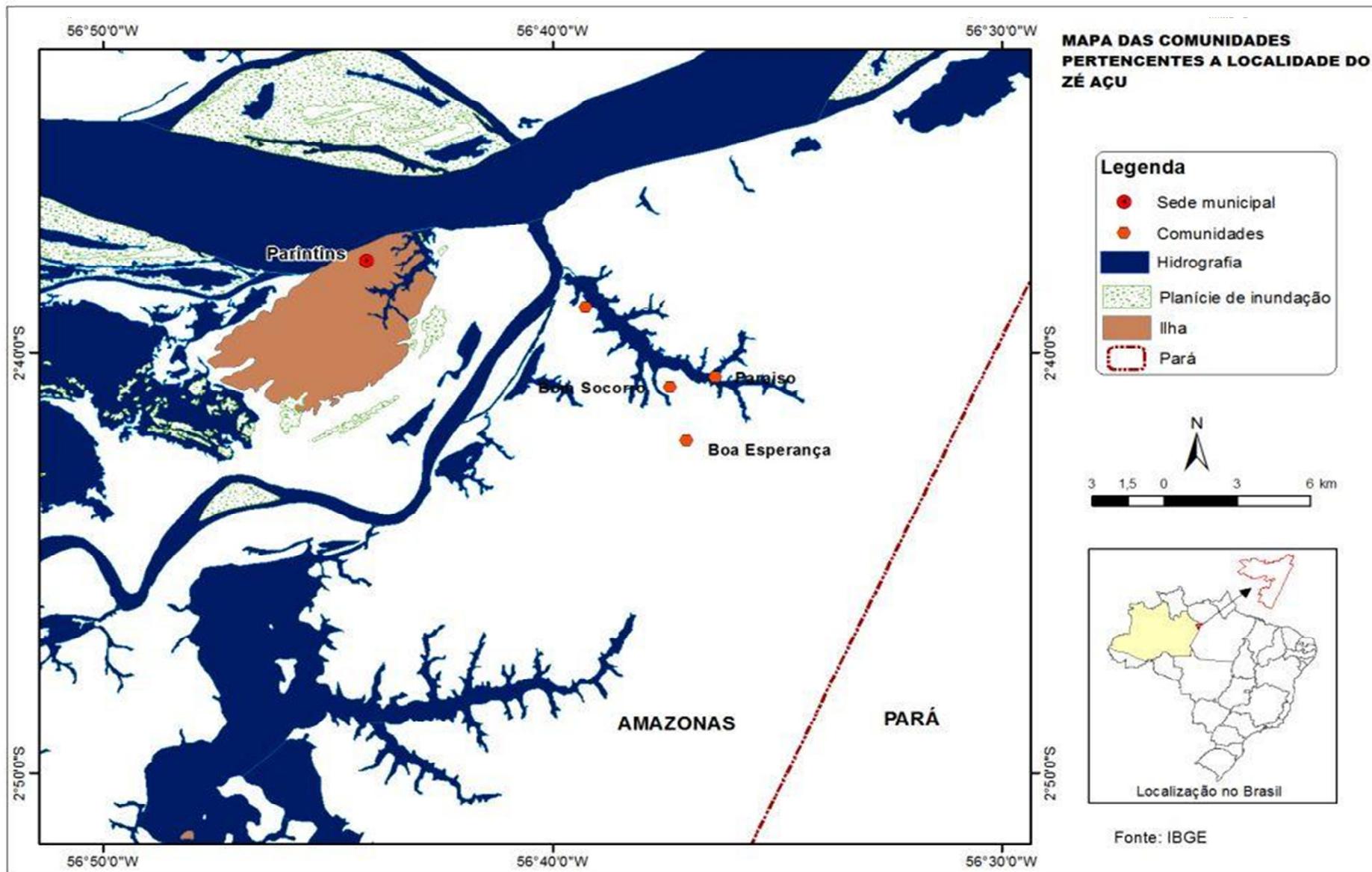
---

<sup>6</sup> Que a autora classificou de microbacia hidrográfica do Zé Açu em sua tese de doutorado.

Em determinada época do ano, a cor do lago fica bem escura, quase da cor do café que tomamos pela manhã. Suas águas são tranquilas e calmas, apresentando boa navegabilidade, onde os ribeirinhos “zé açuenses”<sup>7</sup> com suas canoas e rabetas trafegam tranquilamente, compondo a paisagem do lago. É um ir e vir constante de embarcações de todos os tamanhos, que deslizam nas águas negras do Zé Açú.

---

<sup>7</sup> Como alguns costumam denominar os moradores do Zé Açú.



Mapa 1- Mapa de localização das comunidades estudadas.  
Colaboração Técnica: Willer Hermeto Almeida Pinto.

### 2.3.1 Comunidade do Bom Socorro

A comunidade do Bom Socorro do Zé Açú dista 14 km da sede municipal de Parintins, por via fluvial, é a maior e mais bem estruturada das comunidades do Zé Açú. A forma mais utilizada pelos moradores de se chegar a essa comunidade é pelo rio, geralmente em barcos “de recreio”<sup>8</sup>, pois existem pelo menos quatro desses meios de transporte (Quadro 1) que fazem linha da comunidade para a cidade de Parintins e de Parintins para a comunidade (Figura 11).



Figura 11- Barcos que fazem o transporte para a cidade.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

---

<sup>8</sup> Como são chamados os barcos que fazem a linha de transporte da cidade para a comunidade e vice-versa. Esses barcos geralmente transportam passageiros e cargas e podem ser de pequeno, médio e grande porte.

<b>NOME DOS BARCOS</b>	<b>Porte/Descrição do barco</b>	<b>Dia da semana do trajeto</b>	<b>Horários de Vinda da cidade</b>	<b>Horários de Ida para cidade</b>	<b>Valor passagens</b>
B/M Paulo Borges	Grande Porte, dois(02) pisos. Motor 114 HP	Segunda a sábado.	12:00	05:00 e 15:00	R\$ 05,00
B/M Comandante Adi	Médio Porte, um(01) piso. Motor 75 HP	Segunda a sábado	12:00	05:00	R\$ 05,00
B/M Marechal Deodoro	Pequeno Porte, um (01) piso. Motor 125 HP	Segunda, quarta e sábado.	12:00 12:00	05:00 e 16:00	R\$ 05,00
B/M Água Branca	Médio Porte, um (01) piso Motor 125 HP	Segunda a sábado. (obs: as vezes faz retorno nos mesmos dias dos demais)	12:00 12:00	05:00  (obs: pode fazer viagens com Horários não programados).	R\$ 05,00

Quadro 1- Lista e descrição dos barcos que fazem linha para o Zé Açu.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

O percurso até o local não é longo, dura cerca de uma hora e meia da cidade até a comunidade de Bom Socorro. Durante o trajeto é impossível não se encantar com as belezas naturais, mesmo para aqueles que já estão acostumados com a exuberância do imenso rio Amazonas. E quando se adentra no lago do Zé Açu, um lago de cor escurecida que encanta os olhos de qualquer um, observa-se a riqueza na flora e fauna circundante, mas o que chama também a atenção é a forma como as comunidades estão situadas em suas margens (Figura 12).



Figura 12- Paisagem do Lago do Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

No barco, indo para as comunidades, observamos que os moradores mantêm boa convivência, aquela relação de compadrio e de vizinhança com conversas, brincadeiras uns com os outros, dá um tom mais tranquilo à viagem. Porém, há sempre aquele olhar diferenciado a quem não pertence à comunidade, a curiosidade de ver um rosto novo, de saber quem é aquela pessoa estranha que está visitando aquele lugar também se faz presente.

E ao avistarmos a comunidade de Bom Socorro percebemos uma paisagem já transformada pela ação antrópica, com a presença de elementos que outrora não se encontravam na paisagem de comunidades ribeirinhas, como a introdução de calçamentos nas ruas, divisão da comunidade em lotes e arruamento, ou seja, uma reorganização espacial diferenciada das demais comunidades estudadas que pertencem ao Zé Açú. Não podemos deixar de fazer uma comparação com paisagem de Mocambo e Caburi, agrovilas estudadas em outro trabalho.

Aos poucos as vilas vão se mostrando, parecem cidadezinhas escondidas na vastidão das matas da floresta Amazônica, não se parecem mais com uma comunidade rural ribeirinha tradicional, a paisagem já está modificada e assim se apresenta aos nossos olhos. Porém, sabemos que também não são cidades. (SILVA, 2009, p. 88).

Apesar da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú ainda não ter se transformado em uma agrovila como Mocambo e Caburi, mesmo essa sendo a vontade de alguns moradores, a mesma já tem uma espacialidade parecida com essas agrovilas pesquisadas.

A imagem que se tem ao chegar à comunidade lembra a descrita por Charles Wagley no livro *Uma comunidade Amazônica* “[...] vista do rio, a cidade é uma pausa repousante na monótona sucessão de matas que cobrem as margens do Amazonas. Destaca-se, nítida e colorida, do fundo verde-escura da vegetação” (WAGLEY, 1988, p. 45).

A comunidade de Bom Socorro apresenta essa descrição quando avistada do lago, a paisagem transforma-se de forma cênica, pois a exuberância do lago e da floresta torna-se essa visão encantadora aos olhos de qualquer um que chega lá.

Um dos primeiros objetos que podemos observar, logo na entrada, é a Igreja Católica, posicionada no centro (Figura 13), assim como em grande parte das comunidades rurais do município de Parintins.



Figura 13- Comunidade Bom Socorro do Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Para a apresentação do histórico desta comunidade foi utilizado o livro de João Lauro Simas<sup>9</sup>, intitulado “1ª história do Zé Açú”. Seu João Lauro e sua esposa, dona Raimunda Simas, foram os primeiros moradores da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, nome esse atribuído por eles e pelos padres Danilo Cappelletto e Pedro Vignola, que foram os missionários que incentivaram os moradores a se organizarem como comunidade.

Esse fato fica claro no seguinte relato:

---

<sup>9</sup> Um morador antigo da comunidade, que foi o primeiro professor leigo e presidente da mesma durante muitos anos e ajudou a criar várias comunidades no Zé Açú.

À tardinha daquele abençoado dia de fevereiro, chegaram ao Zé Açú os padres Pedro Vignola e Danilo (foram estes os primeiros missionários). Vieram de canoa, que era o meio de transporte mais comum da época. Era como eles conseguiam chegar aos nossos interiores. (SIMAS, 2000, p. 6).

Nessa época, no local que hoje é a comunidade do Bom Socorro, já havia pessoas morando, aproximadamente 51 famílias, que tinham suas atividades ligadas diretamente à agricultura e pesca, vivendo principalmente da cultura da mandioca e da extração de lenha para a usina de luz de Parintins (que na época funcionava à base de lenha) e para combustível de navios da época (SIMAS, 2000).

Simas (2000) ressalta que com a chegada dos padres, naquela mesma noite, houve orações e confissões, e no domingo pela manhã foi celebrada a primeira missa na casa de seu sogro, o senhor conhecido como “Milão”<sup>10</sup>. Ele expõe que já naquela noite de sábado, e mesmo no domingo, tiveram informações e orientações do que era e como fundar uma congregação mariana. E não demorou muito para que os trabalhos em direção a esse objetivo tivessem início.

Não hesitamos muito e partimos para a obra, com reunião e planos. Os trabalhos tiveram início em maio daquele mesmo ano de 1956, quando foi escolhida uma diretoria provisória, presidida pelo Sr. Manoel dos Santos-Toca. Na ocasião ficou decidido que Nossa Senhora do Perpétuo Socorro seria a padroeira do lago. Começava aí a congregação mariana do Zé Açú, origem da comunidade. (SIMAS, 2000, p. 7).

A Figura 14 demonstra como era a configuração espacial da comunidade no ano de 1970, em destaque percebemos ainda a presença do “mato” ao redor da rua. E nas ruas notamos que, apesar de estarem delineadas, ainda eram de chão batido.

---

<sup>10</sup> Esta pessoa, inclusive, era o proprietário das terras em que hoje se encontra a comunidade, este fez uma doação de um pequeno lote para a construção da primeira igreja, sendo que aos poucos foram chegando mais pessoas para morarem e a mesma foi crescendo cada vez mais.



Figura 14- A comunidade de Bom Socorro do Zé Açú antigamente.  
Fonte: Arquivo pessoal de Alberto Bruce, década de 19 70.

Na atualidade a mesma encontra-se bem diferente, por meio dos trabalhos comunitários ela foi pouco a pouco ganhando nova configuração espacial.

Nessa época as reuniões e as celebrações não tinham um lugar definido. Tudo era realizado na casa do Sr. Milão. Porém, em 1958, o mesmo doou um pedaço de seu terreno, ao lado de sua residência, para que então fosse construída a capela local (SIMAS, 2000).

Em 1961, graças a ação do padre João Andena, com autorização do bispo Dom Arcângelo Cerqua, foi fundada oficialmente a comunidade de Bom Socorro do Zé Açú (SIMAS, 2000).

Em 1963, com incentivo da administração municipal, alguns moradores da comunidade de Bom Socorro embarcaram no projeto nacional de colonização, inaugurando a colônia Boa Esperança com uma grande festa. Com assistência técnica e incentivos financeiros os comunitários do Zé Açú passaram a diversificar sua agricultura, plantando arroz, banana, cará, batata, cana-de-açúcar, seringa, cacau e guaraná, na colônia. E por esse motivo muitas famílias do lago passaram a residir na colônia, que mais tarde virou a comunidade de Boa Esperança, hoje importante comunidade de área e onde reside um número significativo de pessoas que vivem da agricultura.

Para Simas (2000), o ano de 1965 foi um ano de grandes conquistas no campo social, com a contratação da primeira professora da comunidade, dona Janice Tavares, paga pelos comunitários. No entanto em 1967 a mesma casou-se e não pôde mais lecionar, foi quando então ocorreu a contratação de outra professora para o Zé Açú, dona Zeraídes, que se tornou

uma das pessoas mais importantes na história da comunidade, e até hoje participa constantemente das reuniões do conselho comunitário.

Simas (2000) argumenta que os trabalhos comunitários sempre foram realizados em mutirão, com a alegre participação de homens, mulheres e crianças. Um fato fundamental no entendimento da vida social e política de uma comunidade, visto que as relações de ajuda mútua são características essenciais de uma comunidade rural.

A comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, pela luta política de seus representantes, veio pouco a pouco conseguindo crescimento de sua infraestrutura com água encanada, energia elétrica, posto de saúde que atende a maioria das comunidades do Zé Açú. Possui escola com sala de informática, entre outros equipamentos.

O crescimento alcançado possibilitou que essa comunidade se tornasse ponto central tanto na área econômica quanto na área da educação e da saúde no Zé Açú.

Por todas essas conquistas podemos dizer que se trata de uma comunidade diferenciada, pois apresenta particularidades próprias, diferenciando-se das demais comunidades rurais do município de Parintins não só por ter uma paisagem típica de pequena cidade na sua composição, mas também pela própria apropriação de hábitos e costumes típicos da cidade, visto que o *modos* de vida foram alterados. Fato este visível em função de as atividades antes totalmente ligadas ao campo na atualidade apresentarem uma diversidade na forma de trabalho dos comunitários.



Figura 15- As ruas da comunidade.

Fonte: Trabalho de campo. 2013. (Foto: Charlene Muniz).

A população da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú atualmente está em torno de 1.200 habitantes, distribuída em 230 famílias. A área da comunidade é de aproximadamente seiscentos metros de frente e mil metros de fundo. Porém, a mesma está crescendo, recentemente surgiu uma nova área de ocupação residencial, a qual os moradores denominam “Bairro Novo”. Bom Socorro possui infraestrutura semelhante à de uma pequena cidade, possuindo sete ruas e três travessas, sendo as mesmas “pavimentadas”<sup>11</sup> (calçadão) e algumas já possuem nomes (Figura 15), essa comunidade possui sistema público de abastecimento de água encanada e energia elétrica.

No que se refere ao quintal dos comunitários, percebe-se que diminuiu o número de famílias que criam animais domésticos, algumas justificaram o fato de não criá-los para evitar algum tipo de conflito com a vizinhança, porém ainda existem comunitários que criam pequenos animais como galinhas, patos e porcos, mas em número reduzido.

Existe também o posto de saúde “Maria do Carmo” na comunidade, com atendimento diário, programas básicos de saúde, atendimento odontológico três vezes por semana (segunda, quarta e sexta) e conta com três agentes de saúde comunitários, uma enfermeira e uma fisioterapeuta, além de possuir todos os programas de saúde, igualmente os postos da cidade de Parintins.

Na pesquisa constatamos que no tratamento de doenças ou outra situação que exige o serviço de saúde, 61,9% dos entrevistados declaram usar os serviços do posto de saúde da comunidade, e apenas 23,8% disseram usar os hospitais da cidade de Parintins. As doenças mais frequentes na comunidade são principalmente gripe, diarreias e casos de vômitos.

Está presente o sistema público de telefonia com orelhão (Figura 16), apesar do serviço ser prestado com muita precariedade segundo os comunitários. O sinal para celular funciona na comunidade, visto que a proximidade com a cidade de Parintins capta o sinal das antenas das empresas de telefonia móvel, porém o sinal não funciona em todos os lugares da comunidade. Em geral, o local que os comunitários mais usam para fazer ligações é na frente da igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada bem em frente da comunidade.

---

<sup>11</sup> As ruas são recapeadas com cimento.



Figura 16: Sistema Público de Telefonia.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).



Figura 17: A escola da comunidade.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Na área da educação está presente a escola Municipal “Prof. João Lauro” (Figura 17), Essa escola possui oito salas; atende do maternal ao 9º ano e possui ensino tecnológico à noite, atendendo cerca de 622 alunos e conta com 20 professores (a maioria possui ensino superior). O ensino maternal possui 21 alunos pela manhã e 24 à tarde. A escola se destaca também por ter uma sala de informática com dez computadores, além de desenvolver um

projeto de educação inclusiva, pois conta com uma sala de Atendimento Educacional Especial (AEE), atendendo 12 alunos com necessidades especiais.

Essa escola atende principalmente os alunos das comunidades adjacentes, tanto por via fluvial (barcos) como por via terrestre (ônibus), o que nos leva novamente à questão da comunidade de Bom Socorro ser a centralidade do Zé Açu não só na área econômica e da saúde, mas também na educação. Apesar da escola ser avaliada como boa por muitos moradores (71%), na pesquisa por meio da aplicação de formulários o gestor argumenta que poderia ser melhorado o transporte escolar, e poderia ainda ter mais projetos educacionais voltados para a escola.

Os comércios e mercearias estão presentes na comunidade (Figura 18), geralmente são de moradores que transformam um cômodo de sua casa em comércio, existe uma variedade no número de mercearias, açougues, pequenos comércios, lanche e bar como podemos observar no Quadro 2. Segundo informações de alguns comunitários, os comércios da comunidade de Bom Socorro abastecem não apenas o consumidor local, mas também as comunidades próximas, o que torna visível mais uma vez a importância dessa comunidade como centralidade econômica. Identificou-se também alguns casos da venda de apenas alguns produtos nas casas, geralmente a venda de cervejas e gasolina.

<b>Estabelecimentos comerciais presentes na comunidade</b>	<b>Quantidade</b>
Açougue	2
Mercearias de porte médio	3
Outros tipos de estabelecimentos (tabernas, quiosques etc.)	6
Lanchonetes	1
Bar	2

Quadro 2- Quantidade e Tipo de Estabelecimentos Comerciais na comunidade.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



Figura 18 Estabelecimentos comerciais presentes na comunidade.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Durante os dias vivenciados por meio da observação participante na comunidade foi possível constatar que os barcos sempre chegam com muitas mercadorias para abastecer os comércios locais, trata-se principalmente de alimentos em geral. Pelas conversas informais, verificamos que poucos comunitários vivem da comercialização da pesca.

É importante também frisar que o lago do Zé Açú já apresenta escassez de pescado na atualidade pelo fato de no passado e ainda recentemente ter sofrido um intenso processo de pesca predatória ilegal, mencionando ainda que a intensa devastação das matas ciliares e os processos de erosão oriundos derrubada da floresta também contribuíram para que o lago do Zé Açú não seja mais farto como antigamente. Esse tema sobre a pesca será melhor discorrido no Capítulo 3.

O rádio e a televisão também estão presentes na vida dos moradores, a comunidade possui “voz comunitária”, que transmite diariamente as notícias para o povo local. No caso da televisão, os moradores só têm acesso por meio de antenas parabólicas (Figura 19).

A antena parabólica é um elemento fundamental no elo local-global, principalmente na Amazônia, mais especificamente nas comunidades rurais dessa região, pois a existência da antena parabólica é mais que um desejo porque se configura como um sinal do mundial presente no lugar, impondo e redefinindo relações entre as pessoas e determinando formas e

padrões de comportamento que são típicos das cidades (OLIVEIRA, 2000 apud SILVA, 2009).

Em sua pesquisa sobre as vilas de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins Silva (2009) oferece importante contribuição neste trabalho quando a mesma descreve o seguinte:

Assim, mesmo nas residências mais simples foi encontrada a antena parabólica [...], o que nos permite inferir que, pelo menos “virtualmente”, os moradores daquela casa estão inseridos na relação global-local, a televisão torna-se um objeto importante na casa. (SILVA, 2009, p. 99).

Concordamos com Sposito e Whitacker (2006, p. 25) quando afirmam que “os efeitos da mídia urbana atingiram em poucas décadas aqueles valores longamente estabelecidos nas comunidades rurais, substituídos por valores bastante diferentes”.



Figura 19: Antena parabólica nas casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

A maioria dos comunitários possui antenas parabólicas, é uma das formas de perceber quanto a vida nessa comunidade tem mudado a partir desses elementos do urbano, o que demonstra mais uma vez como se dá essa forte relação rural e urbano na comunidade.

### 2.3.2 Comunidade do Paraíso

As outras comunidades pertencentes ao Zé Açú não possuem um registro formal de sua fundação como Bom Socorro. Neste caso, foi preciso buscar as informações com os moradores mais antigos das comunidades para que os mesmos nos contassem, recorrendo às suas memórias, como foi o início da mesma.

A comunidade do Paraíso é uma das comunidades mais tradicionais do lago do Zé Açú, e a mais próxima à comunidade central do Bom Socorro, ficando a cerca de dois quilômetros da mesma. Teve sua fundação no ano de 1966 e atualmente conta com 27 famílias morando em seu quadro, com a média duzentas pessoas que vivem ainda da prática da agricultura e da pesca tradicional (Figura 20).



Figura 20 - Elementos centrais da comunidade do Paraíso.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Possui sistema de abastecimento de água por meio de poço artesiano, que está funcionando há poucos anos; antes disso os moradores tinham que consumir a água diretamente do lago, sendo que isso se tornava um problema em determinada época do ano, principalmente na vazante, quando as águas do lago ficavam impróprias para o consumo devido estar carregada de sedimentos, como silte e areia, segundo relato dos moradores.

A energia elétrica também está presente por meio do programa “Luz para Todos” do Governo Federal, sendo assim várias casas já possuem alguns equipamentos eletrônicos como

a televisão e a respectiva antena parabólica, aparelho de DVD, rádio, lavadora de roupas, entre outros, que facilitam a vida das pessoas que moram neste lugar.

A comunidade também possui uma escola de Ensino Fundamental que vai até 6º ano. Os adolescentes que querem continuar os estudos precisam se deslocar até a comunidade do Bom Socorro. Porém, a escola do Paraíso encontra-se com sua infraestrutura física em estado precário, sendo que no momento da pesquisa os próprios moradores estavam trabalhando na reforma da mesma, em um esforço conjunto para melhorar as condições físicas da escola para que seus filhos possam estudar, o que mostra a luta dessas pessoas para que seus filhos tenham acesso à educação formal (Figura 21 e 22).



Figura 21 - Comunitários fazendo mutirão para reformar a escola  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).



Figura 22 - Comunitários fazendo mutirão para reformar a escola  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Não existe posto de saúde onde os moradores possam procurar atendimento médico, apenas um agente de saúde é encarregado de visitar as casas fazendo o levantamento das demandas e orientando em algumas situações (Figura 23). Quando alguém precisa de atendimento e consulta médica precisa ir até a comunidade do Bom Socorro ou, caso seja mais grave, para a cidade de Parintins.



Figura 23- Agente comunitário de saúde fazendo o atendimento nas casas dos moradores.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

No que diz respeito ao lazer, o futebol é a principal forma escolhida pelos moradores e, assim como na maioria das comunidades do Zé Açú, a festa religiosa é um momento importante em sua vida social. A festa em honra ao padroeiro **São Sebastião** também atrai muitas pessoas e, também, o “Festival de Quadrilhas Rurais”, que ocorre no mês de agosto, onde se reúnem todos os grupos de quadrilhas das comunidades próximas para disputarem.



Figura 24 : Erosão na frente da comunidade do Paraíso.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Apesar de ser uma comunidade pequena, no que diz respeito à sua extensão a mesma é populosa, há preocupação de seus moradores quanto a certos problemas, e um deles são as erosões que vêm ocorrendo na frente da comunidade.

Mesmo estando situada em área de terra firme, as terras da frente da mesma vêm caindo constantemente, fazendo com que os moradores fiquem em constante alerta (Figura 24). O problema da erosão faz com que os moradores se preocupem em preservar as matas ciliares da frente da comunidade, pois as mesmas ajudam a segurar o pacote sedimentar, evitando que o processo de erosão se intensifique, principalmente por causa das chuvas que caem constantemente no local.

### 2.3.3 Comunidade de Boa Esperança

A comunidade de Boa Esperança foi fundada no ano de 1964 como uma colônia agrícola, onde muitos dos moradores da comunidade de Bom Socorro foram morar e praticar a agricultura, principalmente plantando arroz. Naquela época foram incentivados a criarem a Cooperativa de Agricultores do Zé Açú. A mesma fica a 3,2 km de distância da comunidade de Bom Socorro (Figuras 25 e 26), por via terrestre, por uma estrada não asfaltada.



Figura 25 - Estrada que leva a comunidade de Boa Esperança.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).



Figura 26 - Chegada na comunidade de Boa Esperança.  
Fonte Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Muitos de seus moradores foram moradores do Bom Socorro, e ambas têm uma ligação muito forte, pois os moradores sempre estão indo uma na outra devido as mesmas ficarem próximas. Possui cerca de 44 famílias que vivem principalmente da agricultura. Tem energia elétrica e abastecimento de água por meio de poço artesiano, escola que atende até o 6º ano do Ensino Fundamental, telefone público e igreja.



Figura 27 - Igreja de São José Operário, na comunidade de Boa Esperança.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Segundo o presidente da comunidade, Sr. José Augusto Serrão, a mesma não tem passado por muitas transformações nos últimos anos, como em Bom Socorro. Ele relatou a vontade dos comunitários que a prefeitura invista mais no saneamento básico e tratamento dos resíduos sólidos. Existe o agente de saúde, porém não tem posto de saúde, sendo que os moradores precisam se dirigir a Bom Socorro para receberem atendimento médico, assim como os moradores da comunidade do Paraíso. Tem pouco comércio, pois os comerciantes afirmam que quando precisam fazer compras vão até Bom Socorro devido a mesma estar perto e possuir um comércio mais diversificado. No momento da visita, a igreja do padroeiro estava sendo reformada, conforme pode ser visto na Figura 27.

## 2.4 Caracterização socioeconômica e espacial do Zé Açú

As comunidades do Zé Açú têm, em média, 50 anos de sua institucionalização formal enquanto comunidades, pelo processo de criação de comunidades na Amazônia, conforme detalhado no primeiro capítulo. Sendo assim, grande parte de seus moradores tem um tempo de moradia superior a 20 anos no local (Figura 28, 29 e 30).

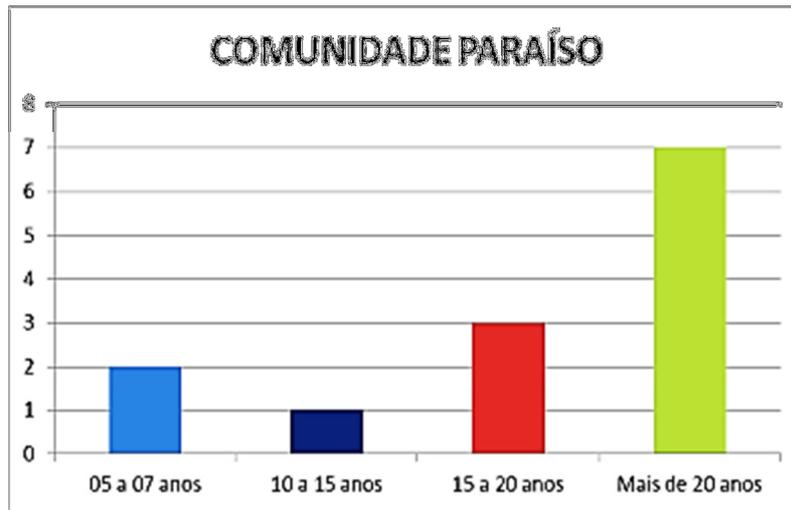


Figura 28 Tempo de moradia no Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

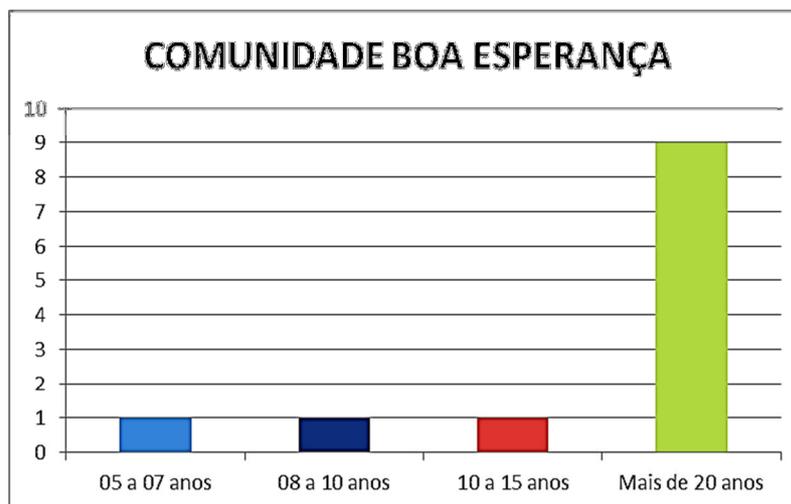


Figura 29 Tempo de moradia no Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

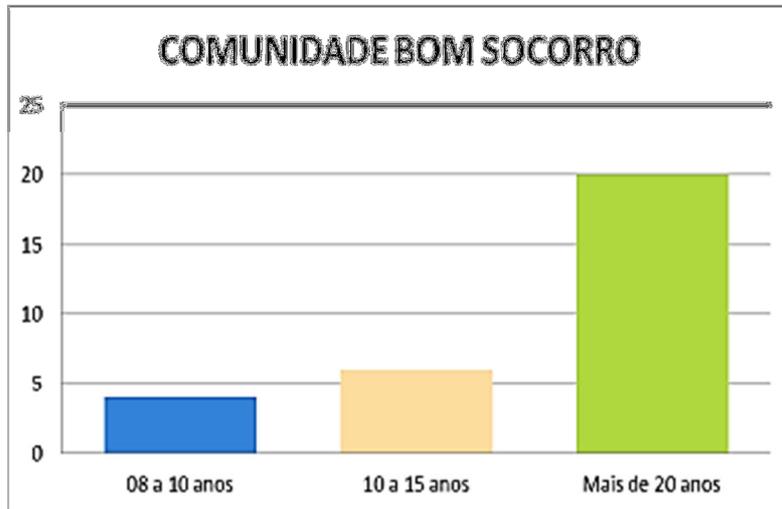


Figura 30- Tempo de moradia no Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Os materiais empregados na construção das casas ainda seguem o padrão comum das áreas rurais amazônicas, composto de madeira, porém observamos cada vez mais construções de alvenaria, principalmente na comunidade de Bom Socorro, que é a maior e mais populosa de todas as comunidades do Zé Açú (Figura 31,32 e 33).

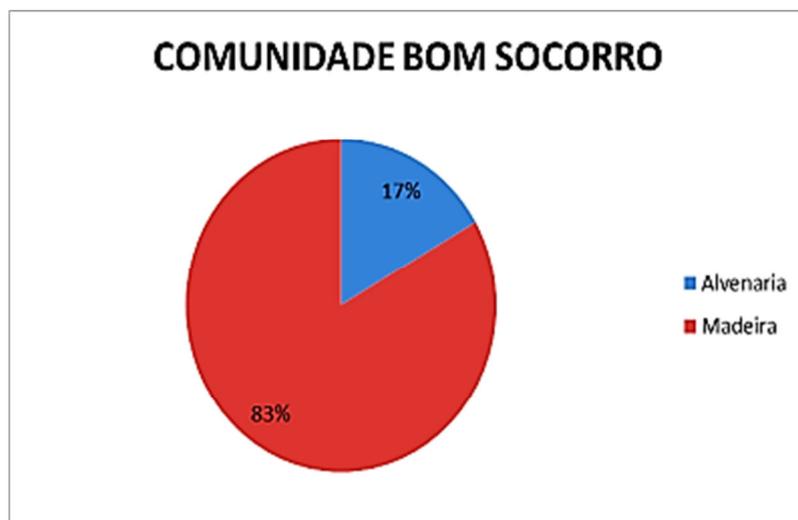


Figura 31- Material de construção das casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.



Figura 32- Material de construção das casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

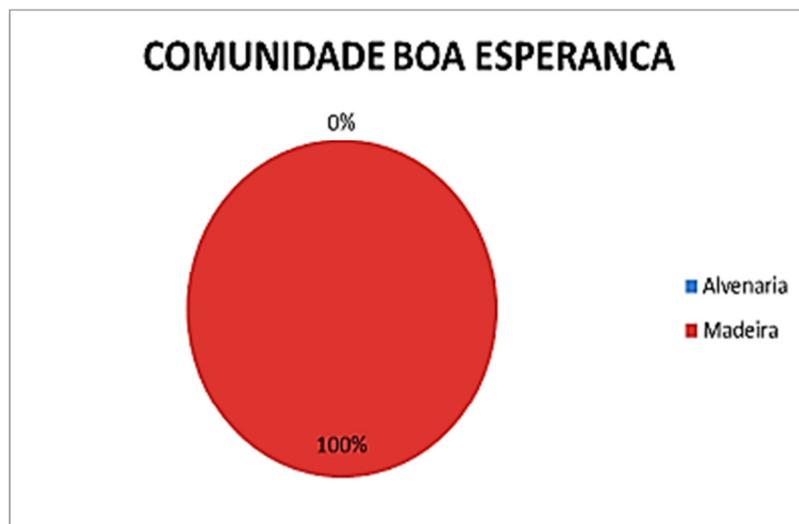


Figura 33- Material de construção das casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Observamos que na comunidade de Boa Esperança o material de construção das casas é toda de madeira, se diferenciando das outras comunidades pesquisadas no Zé Açú, por ainda manter um vínculo muito forte com a natureza, ao utilizar materiais encontrados no local para construir suas casas.

A renda principal das famílias ainda vem da agricultura, mesmo essa atividade estando em decadência, pois, segundo os próprios moradores do Zé Açú, já foi uma grande produtora do município de Parintins, tinha até cooperativa de produtores rurais, mas esse tempo já se foi, e apenas existe na lembrança daqueles que fizeram parte dessa história. Agora, o que

podemos observar é que as famílias que ainda produzem para sua sobrevivência o fazem com muito esforço para continuar essa atividade (Figura 34, 35 e 36.)

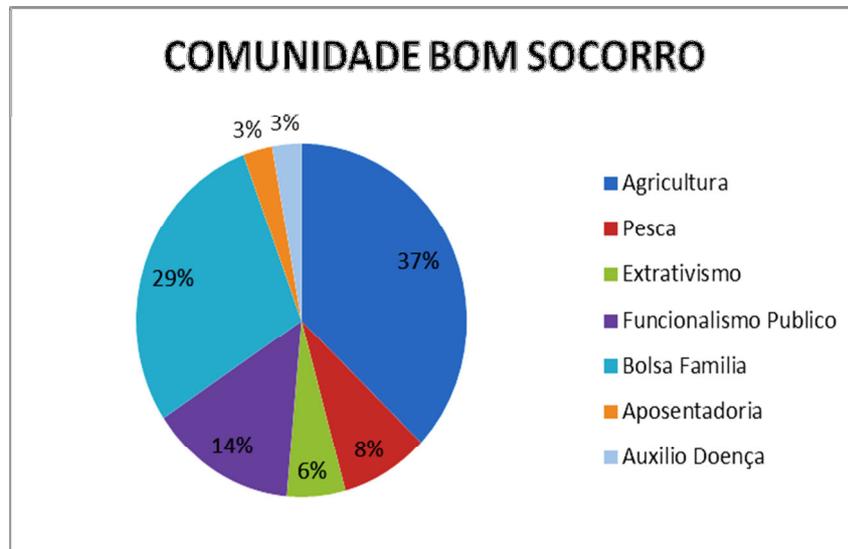


Figura 34: Origem da renda principal.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

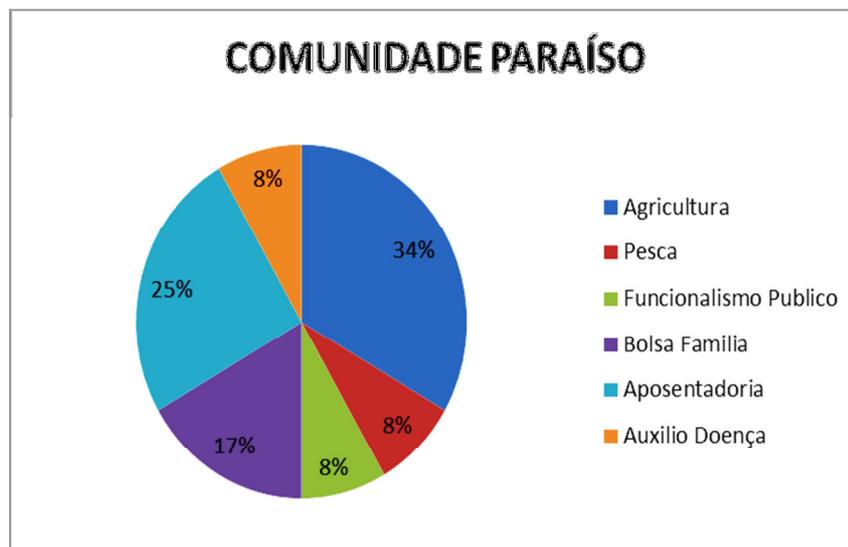


Figura 35: Origem da renda principal.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

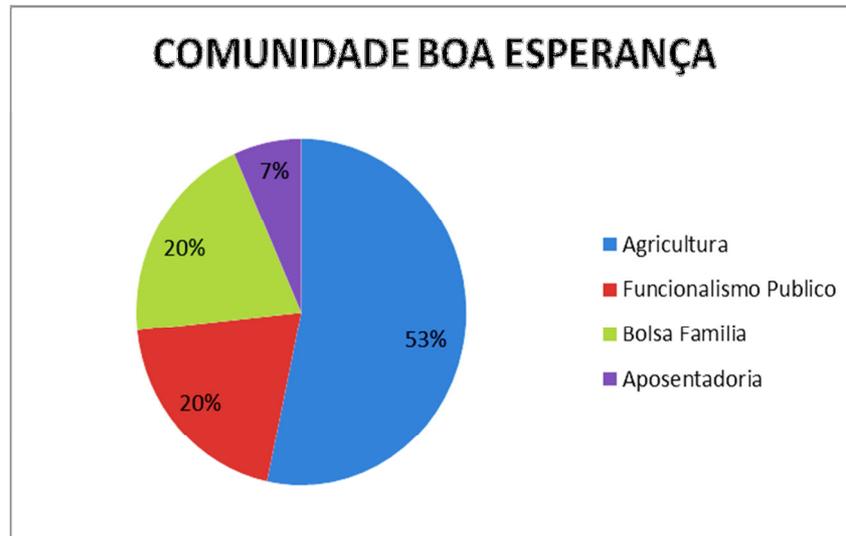


Figura 36: Origem da renda principal.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Muitas vezes, essas famílias recorrem a outras fontes de renda para conseguirem se manter. Percebemos essa fragilidade na agricultura principalmente pela pouca variedade nas plantações, principalmente na comunidade do Paraíso, na qual essa atividade se limita à roça de mandioca e macaxeira (Figura 37,38 e 39). A descrição mais detalhada dessas atividades encontra-se no terceiro capítulo, no qual descrevemos como os ribeirinhos do Zé Açú as desenvolvem em seu cotidiano.

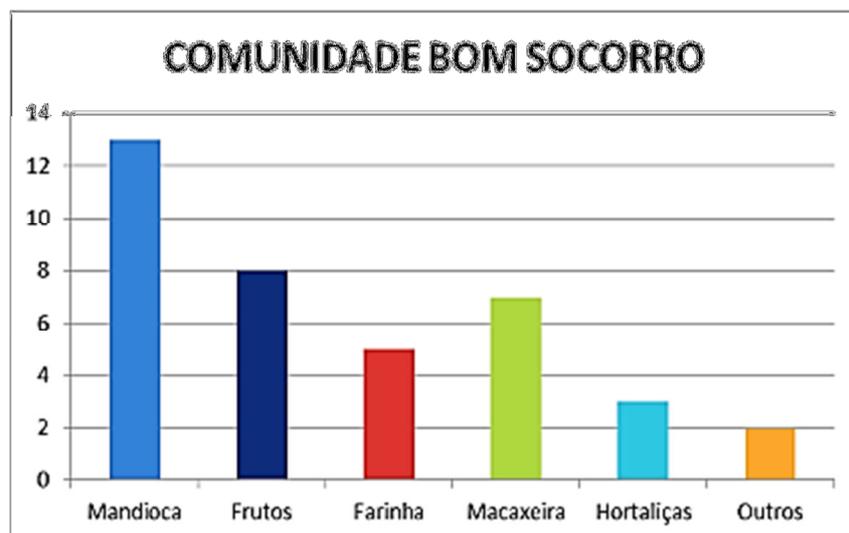


Figura 37: Tipo de produção agrícola  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

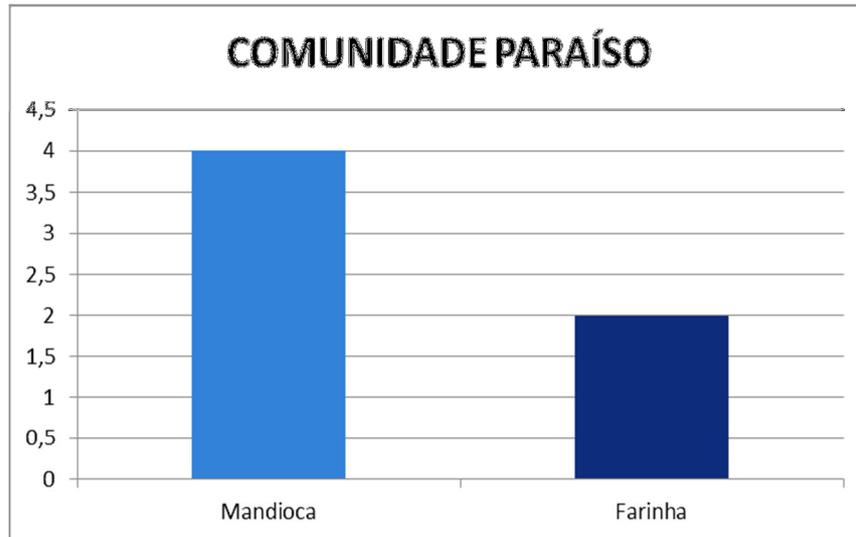


Figura 38: Tipo de produção agrícola.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

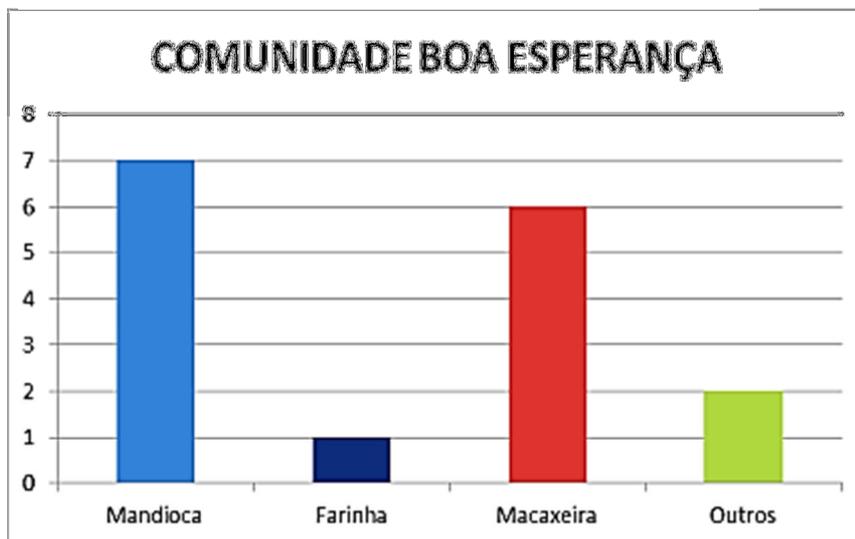


Figura 39: Tipo de produção agrícola.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

O reflexo vem na constatação da baixa renda inferida nas três comunidades (Figura 37,38 e 39). Muitas famílias recebem do Bolsa Família, um programa de transferência de renda do governo federal que, segundo eles, ajuda nas despesas mensais (Figura 40,41 e 42).

Apesar da maioria das crianças e jovens em idade escolar estar frequentando regularmente a escola, pois as três comunidades possuem essa infraestrutura, o nível de escolaridade dos responsáveis pela família está na faixa do Ensino Fundamental completo. Isso se ocorre principalmente porque de alguns anos para cá, a educação formal tem sido muito valorizada pelas famílias rurais, sendo pauta de reivindicação frequente das lideranças comunitárias.

Esse processo de instalação de escolas de Ensino Fundamental e Médio nas localidades rurais não era frequente há 20 ou 30 anos, o que dificultava e até impedia muitos desses pais de família de estudarem. Muitos entrevistados também afirmaram que precisavam ajudar seus pais na lida na roça e pesca e, posteriormente, ao constituírem suas próprias famílias, tinham de trabalhar para sustentá-las, impedindo assim avançar nos estudos. Temos agora um quadro bem diferente nessas comunidades, onde os pais sabem da importância da educação e lutam para que seus filhos frequentem a escola.

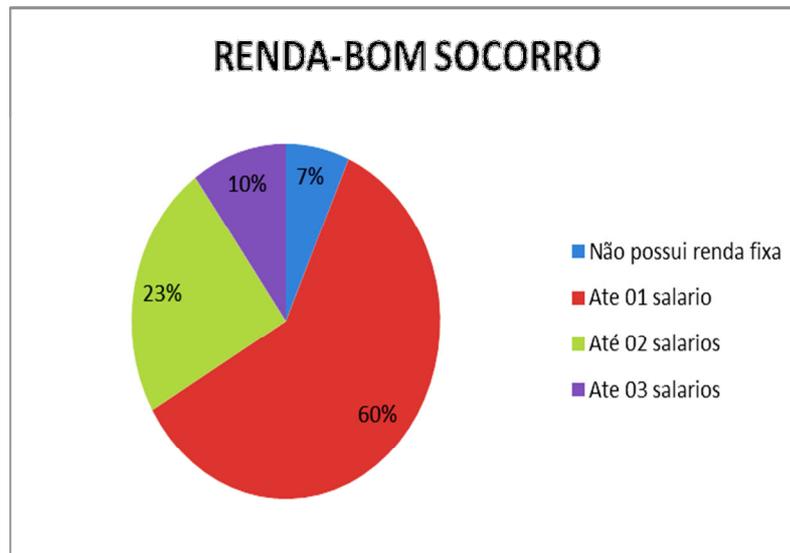


Figura 40- Renda.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

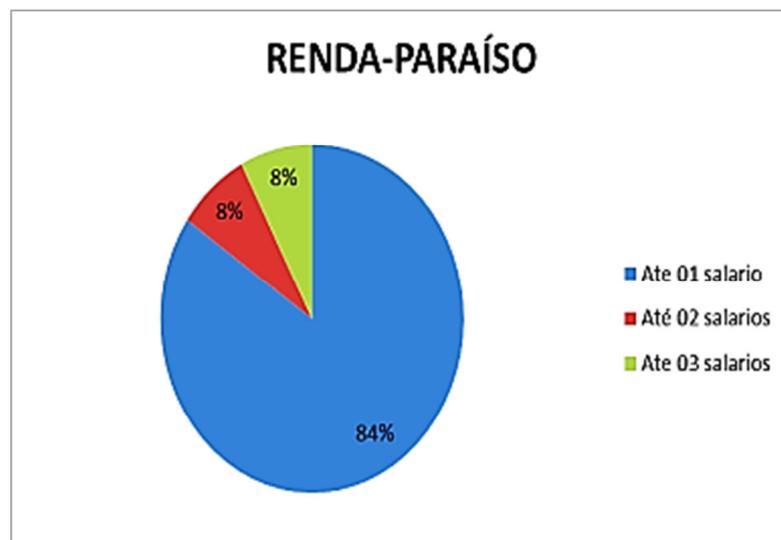


Figura 41- Renda.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

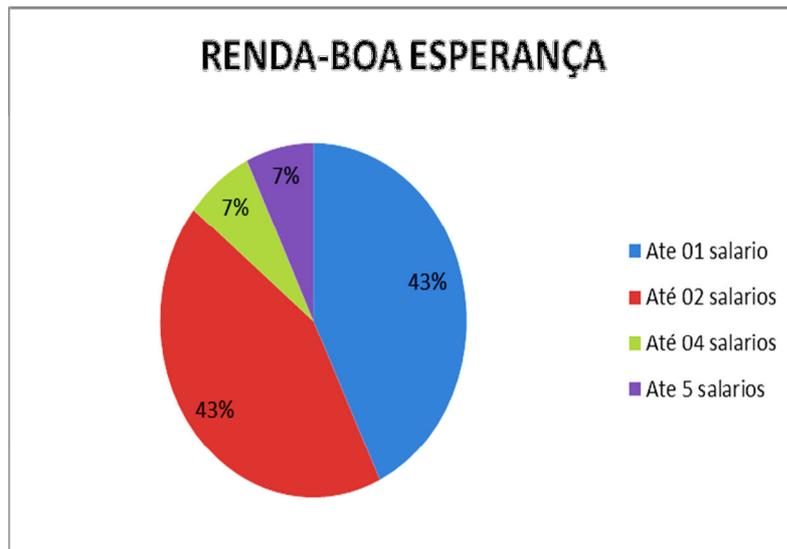


Figura 42- Renda.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

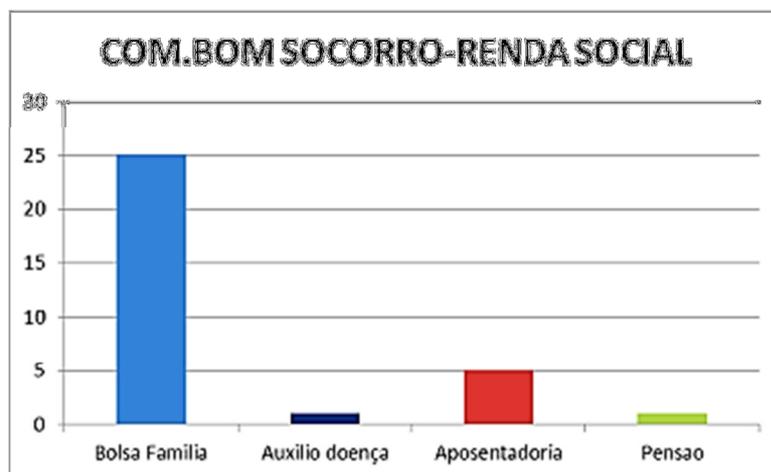


Figura 43- Renda Social.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

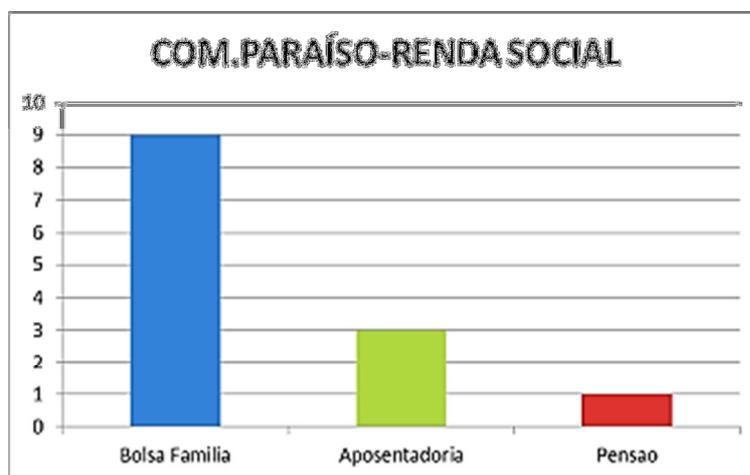


Figura 44- Renda Social..  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

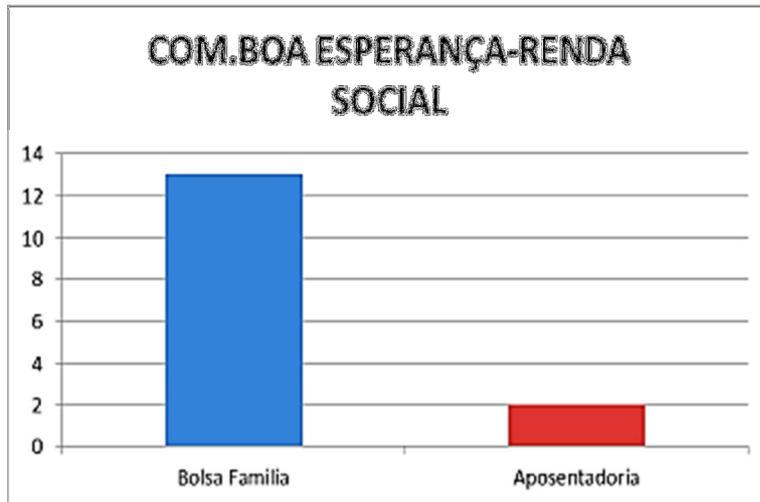


Figura 45- Renda Social.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

A saúde é outra questão importante para as comunidades, pois se trata de um fator de qualidade de vida. Eles afirmam que se tivessem um serviço de saúde de qualidade com mais médicos para atender os moradores, medicamentos no posto de saúde e programas de prevenção a doenças, isso evitaria muito a ida para a cidade, pois a causa de muitos saírem da zona rural para morar na urbana está relacionado à falta condições no atendimento médico, sendo este um serviço essencial para essas pessoas.

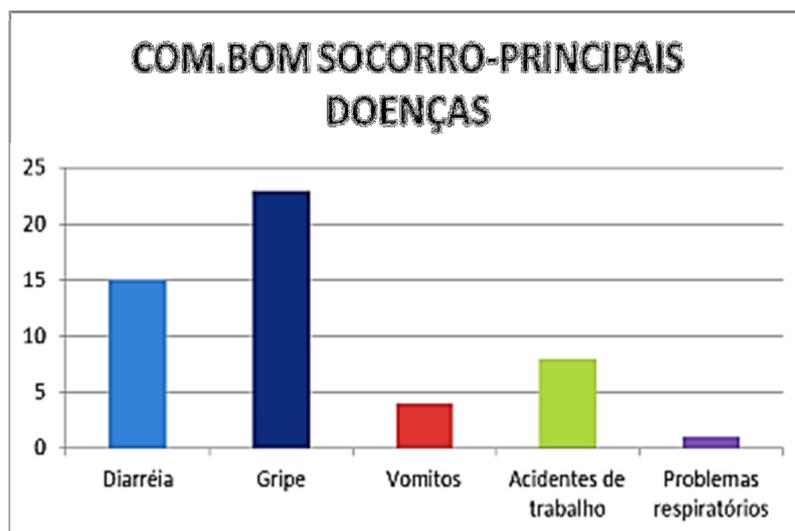


Figura 46 Principais Doenças .  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

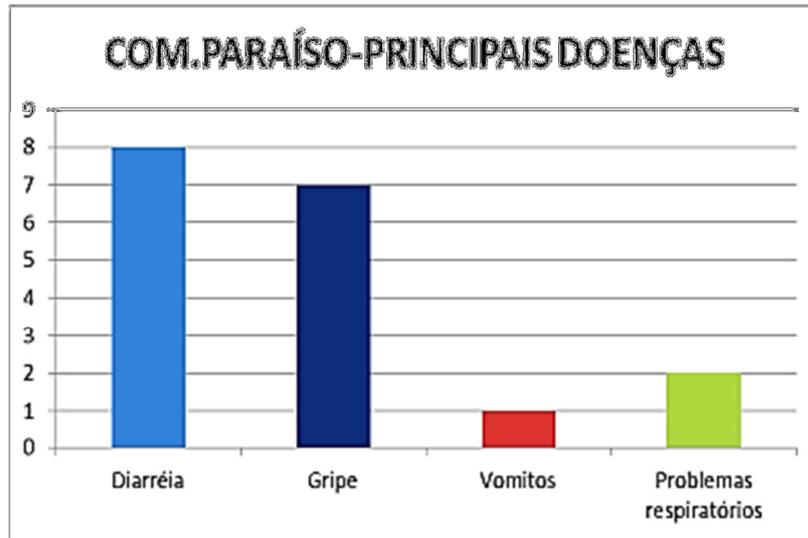


Figura 47- Principais doenças.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

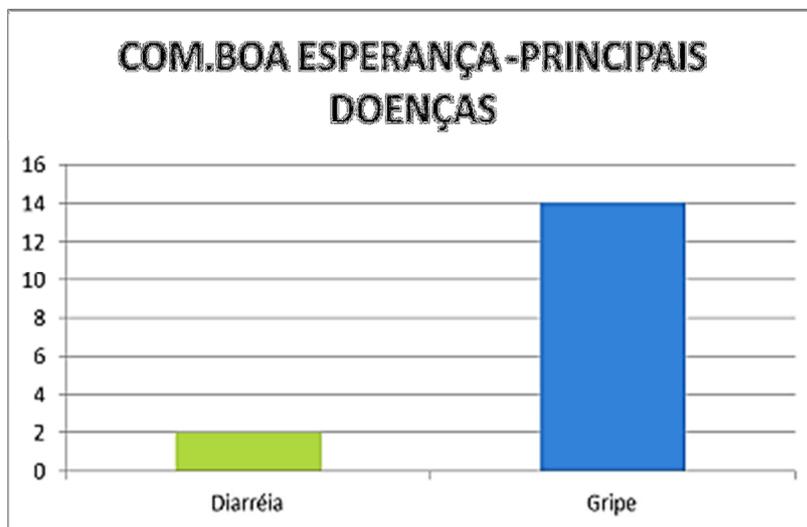


Figura 48- Principais doenças.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

No caso da localidade estudada, apenas Bom Socorro possui posto de saúde, os moradores de Boa Esperança e Paraíso precisam se deslocar até esta para serem atendidas e, algumas vezes, precisam ir até a cidade para atendimentos médicos mais complexos, fazer exames, comprar remédios, entre outros. Nas Figuras 46,47 e 48 podemos ver as principais doenças identificadas no Zé Açú.

Em relação ao acesso e consumo de água, identificamos que a maioria das casas possui encanamento e trata da água colocando cloro (Figuras 49,50 e 51). Porém, uma parte significativa das famílias não realiza nenhum tratamento na água antes de consumi-la, o que pode ocasionar algumas das doenças já citadas.



Figura 49- Acesso a água nas casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

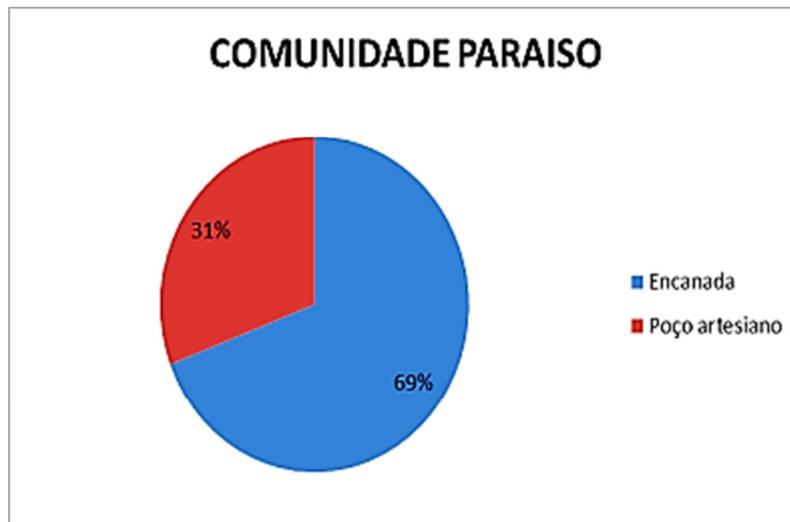


Figura 50- Acesso a água nas casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

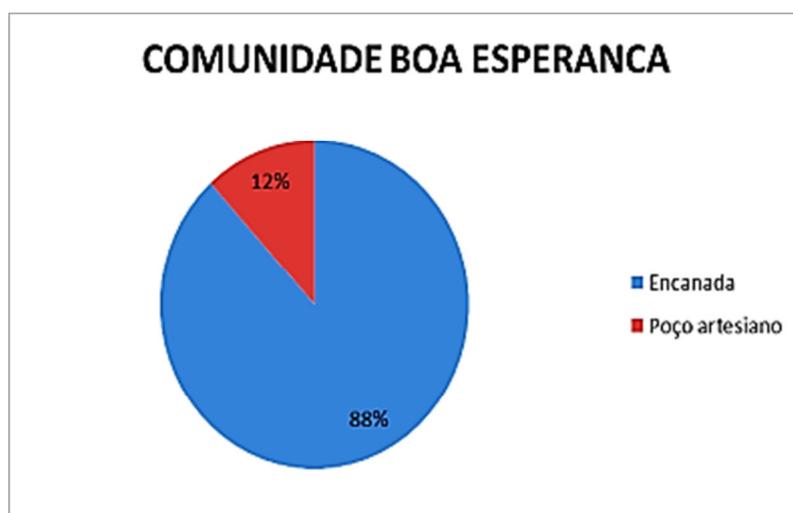


Figura 51- Acesso a água nas casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

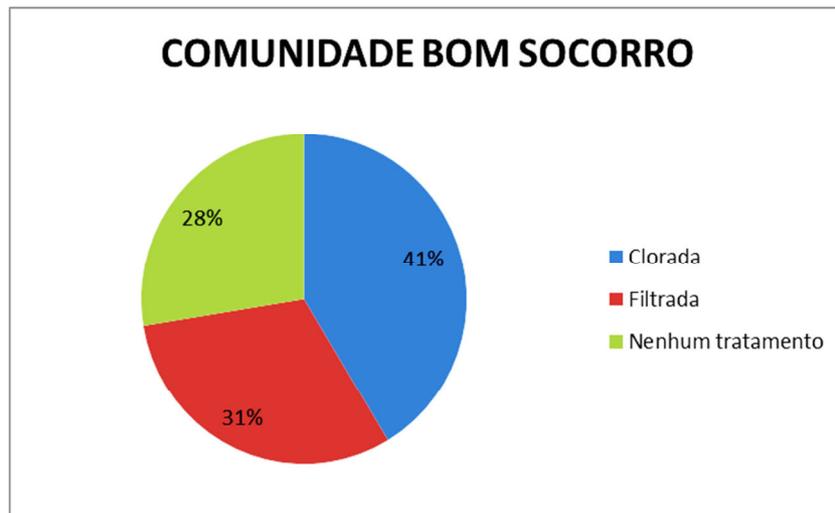


Figura 52- Tratamento da água.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

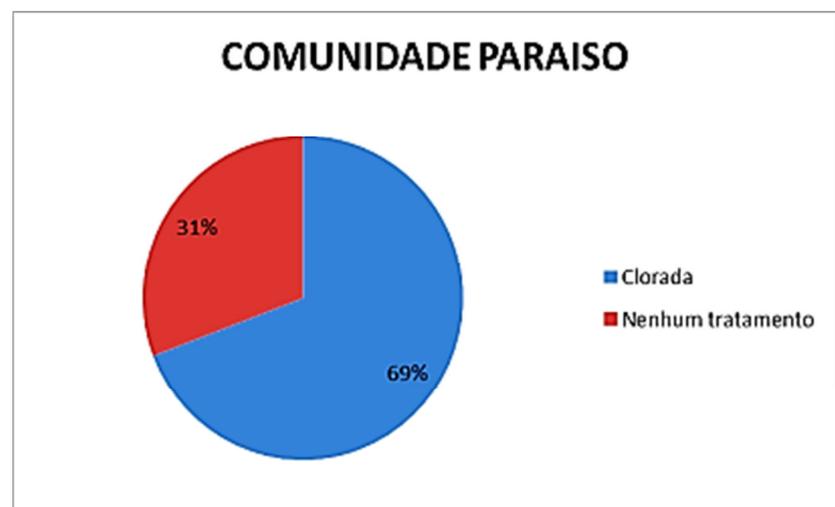


Figura 53- Tratamento da água.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.



Figura 54- Tratamento da água.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Apresentamos neste capítulo algumas das características econômicas, sociais e de infraestrutura encontradas nas comunidades pertencentes ao Zé Açu. Constatamos que as mesmas possuem algumas semelhanças, porém não são homogêneas e têm suas especificidades próprias. A comunidade Bom Socorro tem a melhor infraestrutura em relação às outras duas, Boa Esperança e Paraíso, e apresenta certa racionalidade do urbano, ocorrendo alguns problemas mais comuns às cidades que a áreas rurais, os quais serão mais detalhados nos capítulos subsequentes.

As comunidades de Boa Esperança e Paraíso ainda mantêm tanto a dinâmica espacial como social vinculadas ao *habitus* dos ribeirinhos, com poucas mudanças em relação à sua estrutura sociocultural.

Os dados levantados serviram para nos dar um diagnóstico dessas comunidades e são o ponto de partida para nos aprofundarmos nos elementos mais relacionados ao território e territorialidades desses grupos sociais. A partir dos dados quantitativos podemos selecionar as características mais relevantes, que podem direcionar para a compreensão da relação sujeito, cultura e ambiente, e como essa questão está conectada com a sustentabilidade desses territórios.

### **CAPÍTULO 3 MODOS DE VIDA E TRABALHO EM ÁREAS RURAIS AMAZÔNICAS: UM OLHAR SOBRE A AGRICULTURA E A PESCA NO ZÉ AÇU**

Há grande diversificação nos modos de vida e trabalho em comunidades rurais amazônicas, dentre as atividades mais desenvolvidas pelas populações rurais compondo seu *habitus*, podemos destacar a agricultura, principalmente a de base familiar, a pesca nos lagos, rios e igarapés, o extrativismo com a coleta de produtos florestais, a caça de animais silvestres e a pecuária, que se torna cada vez mais presente na região.

Para fazer reflexão mais detalhada, escolhemos duas atividades tradicionais mais desenvolvidas pelos ribeirinhos do Zé Açú: a pesca e a agricultura. Não significa que não existam outras atividades como a pecuária, artesanato e o extrativismo presentes na comunidade, porém, os mesmos são praticados em pequena escala pelos moradores.

O Zé Açú é uma área já bastante alterada em sua composição florestal pelo desmatamento para criação de pastos para a pecuária, porém, essas fazendas pertencem a pecuaristas da cidade de Parintins e não dos próprios moradores que, muitas vezes, apenas trabalham como empregados nessas fazendas, cuidando e tomando conta do gado para os “patrões” que moram na cidade.

Nos concentramos na pesca e agricultura, destacando sempre a relação dessas atividades como mantenedoras da cultura e identidade, que é o nosso propósito principal neste trabalho. Destacamos a importância dessas atividades para manter e reforçar a identidade cultural e suas relações com o território e as territorialidades.

No entendimento da complexidade amazônica das comunidades ribeirinhas, devemos considerar a dinâmica terra, floresta e água, em que os ribeirinhos em seu trabalho e *modos* de vida mantêm relações diretas com a várzea e terra firme, possuindo um domínio particular do ambiente natural nas atividades desenvolvidas no roçado e lago onde exercem sua territorialidade.

Witkoski, em seu livro *Terras, florestas e águas de trabalho* (2010), investiga as formas de trabalho dos ribeirinhos nos diversos ambientes naturais amazônicos, destacando em seu trabalho principalmente o ecossistema de várzea, e como os mesmos fazem essa articulação do trabalho com o conhecimento e domínio dos ambientes naturais. Witkoski (2010) analisa como é a relação dos camponeses amazônicos com o seu *habitat* natural, tendo o objetivo de explicar as formas de uso de seus recursos naturais compostos pela terra, floresta e água, onde o homem aprende com seus familiares os saberes tradicionais que são

socialmente construídos e reproduzem os mesmos na construção de sua materialidade e imaterialidade, seu *habitus*, que os orientam em sua (re) produção sociocultural.

Pensar e refletir sobre os modos de vida e trabalho no Amazonas é um grande desafio, pois envolve uma miríade de atividades relacionadas a esses elementos. Para compreender o que muitas vezes passa despercebido, e/ou que pode parecer pouco significativo no olhar de quem é de *fora* e que não pertence a esse sistema sociocultural, foi necessário ter leituras de referências e literatura de autores que trabalham há mais tempo com as temáticas desse complexo mundo rural amazônico.

Nos baseamos em obras de autores como Witkoski (2010), Mark Harris (2006), Therezinha Fraxe (2007, 2011), Castro (2006), Torres et al. (2012), Cruz (2007), Noda et al. (2007), entre outros que, de alguma forma, trabalharam aspectos relacionados aos *modos* de vida e trabalho na Amazônia, concernentes aos grupos sociais que habitam os territórios rurais. Esses autores contribuem sobremaneira na compreensão conceitual, teórica e empírica dessa temática.

Lembrando que esta revisão bibliográfica não se encerra somente nos autores mencionados neste trabalho, certamente há muitos outros que poderiam estar aqui presentes e que aceitaram o desafio de estudar a Amazônia e tentar compreendê-la em sua biosociodiversidade.

### **3.1 A pesca e a agricultura como elementos de afirmação e manutenção cultural no Zé Açu**

No Amazonas temos mudanças e permanências nas comunidades ribeirinhas, que possuem *modos* de vida particular. Fauna e flora estão diretamente ligadas à vida dos ribeirinhos, que vivem à margem de rios, lagos e igarapés, onde criam sua identidade individual e coletiva. Nesses lugares, a relação homem-natureza está presente de forma mais intensa, pois os mesmos mantêm atividades cotidianas com água, terra e floresta.

Para compreender e analisar as transformações ocorridas no *modos* de vida e economia do Zé Açu, especificamente como essas mudanças afetam seu cotidiano, é importante apresentarmos as características do trabalho na agricultura nas áreas rurais, suas dificuldades na plantação, colheita, transporte e comercialização de seus produtos. Assim, apresentamos uma caracterização de duas atividades econômicas tradicionais mais importantes observadas no Zé Açu, que é a agricultura e a pesca.

Discorremos como essas atividades vêm sendo desenvolvidas e quais os principais problemas que os ribeirinhos do Zé Açú enfrentam, principalmente pela falta de apoio do poder público para o setor primário. Destacamos como a prática das mesmas, mesmo diminuindo a cada ano que passa, funciona como elemento de afirmação da identidade cultural e pertencimento ao território, e também como reprodução dos *modos* de vida desses ribeirinhos.

Levantamos as principais atividades econômicas dos moradores das comunidades de Bom Socorro, Paraíso e Boa Esperança, comunidades focais selecionadas como representantes da localidade do Zé Açú. Procuramos relacionar essas atividades com seus modos de vida específicos, descrevendo as particularidades da agricultura e pesca.

Selecionamos alguns sujeitos que forneceram informações dentre os ribeirinhos que ainda retiram a renda da pesca e/ou da agricultura, pois, como já mencionamos, existe uma forte tendência de muitas famílias deixarem de ter a agricultura e a pesca como fonte de renda principal e passarem a ter outras fontes que não aquelas ligadas diretamente ao trabalho no campo, deixando a agricultura e pesca somente como atividades de complementação alimentar e, por vez ou outra, na renda da família.

Buscamos entender a importância dessas atividades na vida dessas pessoas e, principalmente, a relação das mesmas com a manutenção do *modos* de vida e pertencimento ao lugar por meio das atividades tradicionais desses grupos sociais, o que ajuda na reafirmação cultural e identidade territorial.

Nos roçados e no lago reproduzem-se os conhecimentos repassados por gerações. Nas comunidades, tanto agricultores como pescadores realizam as duas atividades de onde tiram seu sustento, como relata o agricultor D.R.S., 40 anos.

*Aqui na comunidade agente, né, tem que se acostumar com as duas atividades, né, com agricultura e pesca, para nós sobreviver na comunidade e ter renda no final do mês ou semana, né, eu como agricultor vejo o centro como o local de plantação das espécies no terreno, que fica localizado na estrada, né, onde serve para nós escoar nossa produção.*

*Devido eu praticar a agricultura como atividade de renda familiar, mas a gente também pesca para comer diariamente, devido não ter muita das vezes condições de comprar todo dia, né, então eu pratico também a pesca como forma de consumo da família, e na comunidade, né. As pessoas têm que se acostumar com uma vida corrida devido os lotes serem longe da casa, né, e temos que levar nossa alimentação para o roçado. Então não podendo comprar no comércio o frango, né, fazemos a atividade pesqueira como auxílio para a produção agrícola, mas a renda de nós aqui na comunidade vem da agricultura, devido ter comércio em épocas boas de venda da farinha, banana, macaxeira, pupunha, etc. É por isso que falo que a pescaria tem ainda, mas são poucas pessoas que vivem dessa atividade aqui no Bom Socorro do Zé Açú. (Pesquisa de campo, 2013).*

Como relata o agricultor D.R.S, as atividades de pesca e agricultura são complementares, em que os produtos oriundos dos cultivos agrícolas estão mais voltados para a geração de renda pela comercialização e a pesca voltada para o consumo da família. Ele ressalta a importância da pesca na alimentação diária, pois relata não ter condição financeira de comprar a alimentação no comércio da comunidade todos os dias da semana, ou seja, sua atividade principal de sustento da família vem da agricultura para a compra de produtos alimentícios, vestuário, remédios, etc., mas recorre à pesca para complementar a alimentação.

Essa situação é muito comum nas unidades familiares ribeirinhas na Amazônia, onde os mesmos são polivalentes, desenvolvendo várias atividades para seu sustento como a agricultura, pesca, coleta de produtos florestais, criação de gado bovino e bubalino e pequenos animais como galinhas, patos, porcos e também a caça nas florestas próximas às suas casas.

Essa característica foi identificada por pesquisadores como Castro (2006), que desenvolveu pesquisa em 172 comunidades de quatro municípios do Médio-Amazonas. Na ocasião ele identificou que essas populações combinam quatro atividades principais: pesca, agricultura, criação de gado e trabalho assalariado/aposentadoria, e cada um tem a sua função na estratégia econômica familiar.

Porém, ao contrário dos resultados de Castro (2006), que identificou que a pesca era a principal atividade econômica desenvolvida, na localidade por ele estudada os sujeitos entrevistados neste trabalho não praticam essa atividade como sendo a principal para a obtenção da renda. Um dos motivos informados pelos moradores de não haver mais a comercialização do pescado de forma intensiva, está na baixa nos estoques de peixes do Lago do Zé Açú.

A agricultura é realizada de forma tradicional, utilizando técnicas rudimentares e sem emprego de maquinário agrícola, onde a maior parte da mão de obra é familiar. Witkoski (2010) enfatiza os conhecimentos repassados de pai para filho, a responsabilidade de ensinar cada técnica para poder dominar a atividade que sustenta a família.

Priscila Bagli (2006) argumenta também sobre a importância do cultivar a terra para as populações rurais, pois é desta atividade que o agricultor sustenta a sua família. Mas a sua importância vai além de questões financeiras, é também por meio da agricultura que são repassados os conhecimentos herdados dos pais para seus filhos. Nessa visão, a terra e água são o palco da reprodução da vida das famílias ribeirinhas do Zé Açú.

Com a pesca também se pode evidenciar a criação e apropriação de territórios, como demonstrado por Cruz (2007) em sua tese de doutorado, na qual pesquisou sobre a territorialização da várzea camponesa na Amazônia, apresentando as estratégias que os

camponeses ribeirinhos utilizam para territorializar o ambiente aquático e desenvolver a atividade da pesca, seja em grupo ou familiar. Mostrou que, dependendo do local de pesca, é possível formar territórios de uso comum (o lago) e de uso comum e acesso livre (no caso o rio Solimões). O trabalho de Cruz (2007) analisa as territorialidades na várzea amazônica, que ele definiu em agropastoris, aquáticas e florestais.

Na prática da pesca e da agricultura, os ribeirinhos do Zé Açú demonstram grande conhecimento sobre as dinâmicas dos ecossistemas. Na agricultura, é necessário conhecimento sobre as variações do tempo, associando as estações do ano com a época do plantio. É necessário ter conhecimento sobre os tipos de solo mais propícios para o desenvolvimento das mudas de determinadas espécies.

Na pesca, o ribeirinho conhece bem o ciclo da vazante e enchente, os locais de pesca e o período de reprodução dos peixes. Todo esse arcabouço de conhecimentos sobre as variáveis naturais contribui para o sentimento de pertencimento ao território, criando assim a territorialidade no Zé Açú, sendo estabelecida uma relação de reciprocidade do homem com o ambiente natural.

Claval faz uma reflexão sobre essa relação do homem com o ambiente natural que reforça o sentimento de apropriação e pertencimento ao território:

Entre os símbolos que ajuda a estruturar as identidades coletivas, o território desempenha um papel central: ele constitui a base material da existência comum e fornece ao menos uma parte dos recursos indispensáveis à existência de cada um. É um contexto compartilhado, formado de lugares carregados de significações. (CLAVAL, 2007, p. 158).

A reflexão de Claval é aproximada da concepção de Diegues (2001), em que para o autor o território vem a ser um elemento importante na relação entre as populações tradicionais e a natureza, pois é ele que fornece ao homem os meios de subsistência; os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais e imateriais das relações sociais e que vão compor a estrutura dessa determinada sociedade.

Essa relação fica bem definida com o relato do ribeirinho G.B.S., 42 anos:

*A comunidade para mim é onde eu sustento minha família diariamente, e a terra me auxilia para mim fazer meu roçado minhas plantações ao longo das épocas que aprendi com meu pai e avós vivendo no meio deles, e a palavra centro é o local da estrada onde fica meu lote, e faço meu roçado posso dizer que minha estrutura para plantar e colher os frutos após o processo de plantação. No meu caso vivo só da agricultura, mas, às vezes, quando dá tempo de pescar também, faço essa atividade, mas não vendo, vendo somente os produtos agrícolas, farinha, banana, macaxeira, e vejo muito muito a perca dessa plantações. Muitos hoje não querem viver dessas atividades, né, porque os pais querem que seus filhos estudem para não acabar como os pais na roça, ou na proa do casco pescando sem futuro, assim dito na cidade, mas para mim se não fosse nós, os pequenos agricultores e pescadores, não teria a produção para o consumo deles. A atividade da agricultura a gente faz muito forte para vender porque tem mercado fácil na feira, quase todos produzem a farinha na comunidade, tem um porém porque nem todos fazem o processo todo, uns plantam e vendem só a mandioca, outros só fazem a farinha aqui. (Pesquisa de campo, 2013).*

Notou-se que os moradores praticam as atividades com sentimento em relação ao local de trabalho, no caso os seus lotes, que ficam ao longo da estrada que liga as várias comunidades do P.A. de Vila Amazônia, chamado por eles de “centro” de produção, onde seus plantios estão localizados.

No caso da comunidade do Bom Socorro do Zé Açú, como já mencionado, esses *modos* de vida estão sendo transformados de geração em geração, a cada momento a comunidade evolui no contato com o espaço urbano, seja nas ações para seu crescimento, seja na saúde, educação e infraestrutura. Porém, observamos que são nas atividades agrícolas e na pesca que as pessoas que moram nesta comunidade se mantêm ligadas às práticas culturais tradicionais das áreas rurais.

São manifestações de sua cultura que os mantêm vinculados ao passado, porém, sem perder de vista o futuro à frente. Nos próximos capítulos vamos aprofundar a descrição dessas atividades, detalhando a complexidade que é o trabalho em áreas rurais no município de Parintins.

### **3.2 A agricultura no Zé Açú**

O trabalho na agricultura, principalmente aquele com base de mão de obra familiar, é uma das principais características encontradas nas comunidades tradicionais amazônicas, onde esta atividade tem papel fundamental.

Antes de descrevermos as atividades da pesca e agricultura no Zé Açú é importante destacar que a renda em comunidades rurais na Amazônia pode ser analisada de diversas formas, principalmente quando se agrega aos valores da renda as diferentes estratégias

econômicas adotadas pelas populações tanto de várzea como de terra firme, como já salientado em trabalho anterior (SILVA, 2009).

A origem da agricultura na Amazônia está ligada aos povos indígenas, que foram os primeiros habitantes dessa região e detentores de um rico conhecimento da *fito e zoologia* local, dos quais seus descendentes (tanto caboclos resultantes do cruzamento do branco com o índio como os nordestinos que para cá migraram) receberam essa herança sociocultural e *etnobotânica*.

Caracteriza-se como importante forma de organização da produção, unindo família, produção e trabalho (CASTRO et al., 2011). Essas atividades são realizadas em ambientes agrícola, florestal, terrestre e aquático, combinando agricultura e extrativismo animal e vegetal. As plantações ainda seguem o processo tradicional, que “[...] corresponde a uma unidade agrícola de exploração onde a propriedade e o trabalho são familiares” (MARTINS; NODA; NASCIMENTO NODA, 2006, p. 163). Com a preparação do terreno pela limpeza e depois a queimada, a plantação é feita pelo processo da ajuda mútua, o mutirão ou *puxirum*, que ainda foi encontrado em algumas comunidades do Zé Açu, processo esse que em muitas comunidades do município de Parintins já está desaparecendo.

A atividade agrícola praticada por quase todos os moradores do Zé Açu é para o consumo próprio e venda do excedente. A relação dos agricultores com seus lotes de produção estimula a prática dessa atividade no qual observamos vários conhecimentos aprendidos no trabalho diário com seus pais, desde os meses de plantio até a colheita.

No processo de reprodução do *modos* de vida dos ribeirinhos do Zé Açu, os agricultores têm sua produção e construção material e imaterial da vida por meio dessa atividade no seu cotidiano, da qual retiram seu sustento nas unidades produtivas por intermédio das roças ou outros tipos de cultivos.

Os agricultores, em suas unidades produtivas, selecionam as espécies na medida em que o local apresenta condições de fertilidade para a plantação, sendo que a diversidade de roçados está baseada no ciclo de reposição de nutrientes do solo. O solo, depois de um tempo, perde sua fertilidade, sendo necessário o rodízio, deixando essa área que já foi plantada “descansar” por um período, sendo esta prática denominada de *pousio*.

A prática da agricultura no Zé Açu ocorre de forma similar a outras localidades da região Amazônica que ainda as desenvolve de forma tradicional, no que corresponde à sua organização e técnicas de cultivo.

A agricultura familiar na Amazônia caracteriza-se como uma importante forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestres e aquáticos. Os critérios utilizados pelos agricultores amazônicos para direcionar as decisões relativas às atividades agrícolas na agricultura familiar não visam apenas à rentabilidade, mas principalmente atender as necessidades básicas da família. Os agricultores familiares amazônicos se caracterizam por exercerem uma pluralidade de atividades produtivas que são fundamentais para complementar seus rendimentos e suas necessidades de sobrevivência. (CASTRO et al., 2011, p. 56).

Esse tipo de agricultura é uma herança que os ribeirinhos adquiriram dos antepassados indígenas, os quais tinham profundo conhecimento dos ecossistemas de várzea e terra firme e dos recursos naturais da região, sendo este adquirido e renovado pelos ribeirinhos ao longo do tempo e repassados a seus filhos e netos.

A prática agrícola se faz presente nas atividades desenvolvidas nos roçados, onde os agricultores fazem, em épocas específicas, a derrubada da floresta ou vegetação baixa, que são locais já utilizados pelos agricultores, deixando sempre bem demarcadas as divisões nos terrenos para a rotatividade do solo.

Dentre as espécies mais comuns cultivadas para venda, nas roças dos ribeirinhos do Zé Açu estão a banana, mandioca e macaxeira, estas sendo utilizadas para a produção da farinha, beijus, tapiocas e tucupi. Essas características são idênticas às encontradas em regiões pesquisadas por Noda et al., a saber:

As principais plantas cultivadas são as cultivares venenosos, denominada “mandioca”, e os não-venenosos, “macaxeira”, ambas variedades de *Manihot esculenta* Crantz e a banana (*Musa sp.*) [...] Estas corroboram para a venda e fornecimento de alimentos. A farinha de mandioca é o principal produto agrícola comercializado e em grande parte, o produto que alimenta e permite a manutenção econômica nos períodos da cheia dos rios. (NODA et al., 2006, p. 32).

As espécies são selecionadas pelos agricultores antes do período de plantação. Existe uma troca das mudas dessas espécies entre os agricultores do Zé Açu, ou seja, há socialização entre as famílias de agricultores em relação às espécies plantadas.

O “roçado”, para os agricultores do Zé Açu, tem um valor sentimental e social devido ser o local que reúne os saberes construídos ao longo dos anos no convívio com seus familiares, compartilhando seus conhecimentos sobre o manuseio do solo e das plantas.

Os meses do ano denominados quentes (setembro/outubro) são fundamentais para a derrubada do roçado, pois os agricultores na derrubada precisam da incidência de sol para a dissecação total e rebaixamento dos “tocos” das vegetações. Esses tocos, quando não são bem

retirados juntamente com a precipitação constante na região, faz com que os mesmos renasçam de forma rápida, dificultando a queimada da vegetação que é feita depois. Se essa queimada não for eficaz poderá dificultar o plantio, pois é essa queimada, denominada de “coivara” que será responsável pela adubação do solo.

Os agricultores familiares viabilizam outras soluções rápidas nesses casos, que é roçar novamente as vegetações baixas e frágeis, como capins e plantas rasteiras. As plantas roçadas também servem de adubo para o solo, pela sua decomposição; sendo assim, uma segunda queimada não é mais necessária no local, ficando somente na roçagem para esperar a decomposição dos vegetais.



Figura 55: Roçado pronto dos Agricultores da comunidade de Bom Socorro.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

A Figura 55 mostra o roçado pronto com sua dinâmica já explicada, pertencente a um agricultor de Bom Socorro do Zé Açú. Todo o conhecimento construído e aprendido em anos de contato com a terra é colocado em prática desde a derrubada da floresta até o plantio das espécies selecionadas, demonstrando a reprodução sociocultural na atividade agrícola.

Os agricultores do Zé Açú, realizam sua plantação em área de terra firme, fazendo em média três capinas por colheita. A primeira, no ano subsequente ao da plantação, somente ainda para retirada dos capins e arbustos baixos; no ano seguinte se torna essencial a segunda capina, agora uma preparação do roçado para a colheita, e a terceira e última, feita pelos agricultores do Zé Açú, é aquela que serve de delimitação para o início da colheita.

Na primeira capina eles analisam o desenvolvimento das plantas que nasceram, o espaçamento entre as espécies plantadas, quais as espécies que morreram e as que se desenvolveram.



Figura 56: O roçado capinado pelos Agricultores.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Os agricultores deixam seus roçados sempre capinados como mostra a Figura 56, onde os resíduos da vegetação se decompõem de forma natural, auxiliando a fertilidade do solo.

A colheita é realizada pelos agricultores muitas vezes em forma de *puxirum*, que é a forma de ajuda mútua entre os agricultores da comunidade. São pessoas de famílias distintas ou da mesma família que se ajudam por meio da troca de força no trabalho, utilizado frequentemente na plantação e colheita nos roçados.

O mesmo é marcado antecipadamente para ajudar ao vizinho em seu roçado e assim cada agricultor tem que pagar aquela diária quando for a vez do vizinho, ou seja, o trabalho se torna uma reserva de várias forças entre os próprios agricultores. O *puxirum* é a prática rápida concentrar mão de obra dentro de uma capoeira existente por levar muitas pessoas a trabalhar na roçagem do local para a queima.

O *puxirum* assume o momento de socialização de várias experiências no trabalho, pois cada membro relata algo diferente para manusear e instrumentalizar os roçados, ou seja, também se torna um momento de reafirmação dos conhecimentos tradicionais e que vão ser reproduzidos pelas famílias de agricultores. Nesse contexto, o *puxirum* é uma troca de sentimentos e valores acerca da agricultura em todos seus estágios. É o momento para o

planejamento em conjunto das plantações futuras, levantamento das falhas na roçagem, a identificação das espécies plantadas em locais que o solo não era propício ao desenvolvimento dessas plantas, entre outros.

Os agricultores também ensinam como respeitar o ambiente nos conhecimentos tradicionais. Cada agricultor sabe que a queimada interfere no ecossistema deles, com o calor, erosões constantes, falta da ventilação natural que vem das árvores. No entanto, nessa relação dos agricultores com o meio ambiente, eles deixam as capoeiras locais para reposição da vegetação. Essa prática de rotação de culturas é denominada de *pousio*, que é deixar a terra descansar para que a mesma possa recuperar sua produtividade, conforme as palavras de Noda et al.

As terras deixadas em descanso para recuperação após alguns anos de produção são reconhecidas como sendo de Pousio. Está prática denominada regionalmente de “descanso da terra” obedece ao senso de conservação dos recursos naturais (vegetal e animal) para uso agrícola posterior, sendo bastante difundida nas áreas de várzea. A técnica de Pousio se dá para formação de capoeiras e caracteriza-se pela ocorrência de heterogeneidades, estratificação e organização das comunidades florísticas para a manutenção da vida. Tem como função principal, a de reposição dos nutrientes e reconstrução da paisagem florística nos locais utilizados para os plantios e/ou roça. (NODA et al., 2007, p. 35).

Os agricultores deixam essa área descansar, durante um tempo para a vegetação se recompor e o solo recuperar a sua fertilidade, para que, no futuro ela possa ser reutilizada novamente.



Figura 57- Capoeira baixa dificultando as espécies cultivadas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Na Figura 57 mostra uma capoeira baixa que os agricultores já roçaram no *puxirum*, mas devido a falhas na derrubada e queima, os arbustos, capins e cipós nasceram de novo no local, sendo necessária outra roçagem rápida na vegetação.



Figura 58- A seleção das espécies cultivadas nos roçados.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

A Figura 58 mostra a organização e preparação para o plantio das espécies, eles organizam as *manivas* em pé nos troncos das árvores, para não secar com o calor. Os agricultores mantêm sua unidade de produção sempre organizada com a dimensão do local, sendo mostrado no mapa cognitivo (Figura 59) elaborado com base no depoimento dos agricultores e visita à roça.



Figura 59- Mapa cognitivo de uma roça de mandioca  
 Fonte: Elaborado por Vandrey Farias, 2014.

Como relatam os agricultores, são práticas de plantar no mesmo roçado duas vezes, devido ao solo ter nutrientes suficientes para uma nova produção agrícola. Essa organização é possível pelo espaçamento entre as *manivas* plantadas, viabilizando a diversificação no plantio.

Na Figura 59 está representada a plantação de mandioca que está pronta para ser colhida após seis meses. Nesta roça são colhidas também as hortaliças que também foram plantadas de forma consorciada. No caso desta família, a qual visitamos a roça, a mesma vende o produto *in natura* para outras pessoas realizarem a produção da farinha e seus derivados.

No território estudado, encontramos aqueles agricultores que só plantam a mandioca e macaxeira para a sua venda *in natura*, ou seja, eles não produzem a farinha ou os subprodutos da mandioca, como os vários tipos de beijos e o tucupi. Eles vendem a sua produção de mandioca em sacas, para os comunitários vizinhos que possuem local e instrumentos

necessários para a fabricação da farinha, as “casas de farinha” (Figura 60). Esses agricultores também vendem para atravessadores que vêm da cidade e que depois revendem para os produtores de farinha de outras comunidades.

O trabalho de venda das sacas de mandioca é, segundo eles, para facilitar a vida, devido ao elevado custo e o tempo curto para fazer todo o processo da produção da farinha. Nesse sistema, os compradores da mandioca *in natura* acabam ganhando mais, visto que o preço final da saca de farinha pronta é mais elevado que o preço da saca da mandioca sem o beneficiamento.



Figura 60- Casa de Farinha.

Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Uma saca de farinha pode ser vendida por até R\$ 200,00 (valor correspondente ao ano de 2013, ano em que foi realizada esta coleta de dados) nas feiras da cidade de Parintins, enquanto os agricultores que praticam a venda da mandioca ou macaxeira *in natura* podem ganhar no máximo R\$ 50,00 por saca, tendo assim seus lucros significativamente reduzidos.

Nos últimos anos em nossa região ocorreu a queda na produção de farinha de mandioca, ocasionada principalmente por grandes cheias do rio, e considerando este um produto de alto consumo pelos amazonenses, tanto na cidade quanto no interior, ocasionou o aumento significativo no preço nas cidades.

Os produtores se organizaram para não faltar a matéria-prima para os compradores; dessa forma, os agricultores planejam vários roçados no ano da seguinte forma: quando a

colheita está sendo feita na roça A, o roçado B está no processo de amadurecimento dos seis meses previstos para colheita após o plantio.

Quando ocorre a falta da matéria-prima da outra roça, os agricultores retiram do “roçado verde” chamado por eles, a complementação da produção para venda, ou seja, uma produção no ano que era de 400 sacas passa ser de 200 somente, devido as espécies não estarem no tempo de serem retiradas do solo ainda, causando diminuição na produtividade da roça.

A colheita tem organização única dos agricultores ao mesmo tempo em que estão colhendo no roçado feito no ano anterior, e assim começa o planejamento da nova área que servirá de roçado no ano seguinte. Tudo é organizado levando em consideração as épocas de derrubada, roçagem, queima e plantio.

<b>Agricultores Entrevistados</b>	<b>Espécies Utilizadas</b>	<b>Área Plantada (Quadras/Hectares)</b>	<b>Plantio (Mês/época)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Preço unitário ( R\$)</b>	<b>Quantidade Vendida por Safra/Mês/semana)</b>
<b>01</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	02 Quadras	Outubro	Sacos 50 kg	R\$ 30,00	40 sacas(mês)
<b>02</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	02 Quadras	Outubro	Sacos 50 kg	R\$ 35,00	20 a 30 sacas (safra)
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	01 Hectare	Dezembro	Caixas	R\$ 5,00	50 caixas (semana)
<b>03</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	02 Quadras	Agosto/Out.	Sacos 50 kg	R\$ 30,00	30 sacos (safra)
<b>04</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	01 a 05 Hectare	Dez./Jan.	Sacos 50 kg	R\$ 30,00	20 sacos(safra)
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	04 Hectare	Dez./Jan.	Cachos	R\$ 7,00	50 cachos (semana)
	Macaxeira( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	1/2 Hectare	Dez./Jan.	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	20 sacos(safra)
<b>05</b>	Mandioca( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	01 Hectare	Janeiro	Sacos 50 kg	R\$ 35,00	10 sacos(safra)
	Macaxeira( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	1/2 Hectare	Janeiro	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	10 sacos( safra )
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	02 Hectares	Dezembro	Cachos	R\$ 3,00 a 5,00	50 cachos(semmana)
	Cará( <i>Dioscorea sp.</i> )	01 Hectare	Dezembro	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	03 sacos ( safra )
	Abacaxi ( <i>Ananas comosus (L.) Merr.</i> )	1/2 Hectare	Dezembro	Unidade	R\$ 1,00	07 sacos (semana)
	Pupunha ( <i>Bactris gasipaes Kunth</i> )	1/2 Hectare	Dezembro	Cachos	R\$ 3,00 a 5,00	30 a 40 cachos (semana)
<b>06</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	01 Hectare	Dezembro	Sacos 50 kg	R\$ 35,00	10 sacos( safra )

Continuação						
	Macaxeira ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	02 Hectares	Dezembro	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	20 sacos( safra )
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	01 a 02 Hectare	Dezembro	Cachos	R\$ 6,00	15 cachos (semana)
<b>07</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	02 Hectares	Dezembro	Sacos 50 kg	R\$ 30,00	15 sacos ( safra )
<b>08</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	01 Hectare	Novembro	Sacos 50 kg	R\$ 35,00	25 sacos ( safra)
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	1/2 Hectare	Novembro	Cachos	R\$ 8,00	30 cachos (semana)
	Pupunha ( <i>Bactris gasipaes Kunth</i> )	1/2 Hectare	Novembro(coleta)	Cachos	R\$ 6,00	15 30 cachos (semana)
	Cará ( <i>Dioscorea sp.</i> )	1/2 Hectare	Novembro	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	03 sacos ( safra )
<b>09</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	02 Hectares	Nov. a Jan.	Sacos 50 kg	R\$ 45,00	40 sacos ( safra )
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	1/2 Hectare	Nov. a Jan	Cachos	R\$ 6,00	30 cachos ( semana)
	Pupunha ( <i>Bactris gasipaes Kunth</i> )	1/2 Hectare	Nov. a Jan.	Cachos	R\$ 6,00	28 cachos ( semana)
<b>10</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	03 quadras	Mai a Out.	Sacos 50 kg	R\$ 35,00	80 sacos ( safra )
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	02 Hectares	Novembro	Cachos	R\$ 6,00 a 8,00	100 cachos (mês)
<b>11</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	2 quadras	Julho	Sacos 50 kg	R\$ 30,00	300 sacos (safra)
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	01 hectare	Agosto	Cachos	RS 6,00	600 cachos ( safra)
<b>12</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	1 Quadra	Ago./ Nov.	Sacos 50 kg	R\$ 30,00	30 sacos (safra)
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	2 Quadras	Dezembro	Cachos	RS 7,00	80 cachos ( mês)

<b>13</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	2 Quadras	Outubro	Sacos 50 kg	R\$ 35,00	35 sacos (safra)
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	2 Quadras	Setembro/Outubro	Cachos	R\$ 6,00	80 cachos (mês)
<b>14</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	2 Quadras	Julho Agost.	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	600 sacos( safra)
<b>15</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	2 Quadras	Agosto	Sacos 50 kg	R\$ 40,00	30 sacos (safra)
<b>16</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	5 Hectare	Julho a Dezembro	Sacos 80 kg	R\$ 200,00	200 sacos (safra)
	Macaxeira ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	01 Hectare	Julho a Dezembro	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	50 sacos (safra)
<b>17</b>	Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	04 Hectares	Junho a Dezembro	Sacos 80 kg	R\$ 200,00	75 sacos (safra)
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	2 Hectares	Junho a Dezembro	Cachos	RS 7,00	90 cachos (mês)

Quadro 3- A produção agrícola dos entrevistados  
Fonte: Trabalho de Campo 2013.

Com base no Quadro 3, podemos observar que os produtos da atividade agrícola são pontuais como a mandioca e macaxeira (*Manihot esculenta Crantz*), eles plantam também a banana, pupunha, cará.

Temos também o derivado da mandioca (*esculenta Crantz*), que é a farinha. Destacamos algumas contradições, pois muitos dos entrevistados não fazem todo o processo de tratamento, torreficação, ficando concentrada a grande maioria na venda da matéria-prima para outras pessoas que fazem o processo de fabricação da farinha, nessa perspectiva o preço da saca é mais baixo, ficando em média R\$ 50,00.

Os agricultores preferem vender os sacos de mandiocas ainda *in natura*, devido muitos não ter mais a “casa de farinha” perto da unidade de produção. Assim, voltando seu planejamento exclusivamente para abastecer os consumidores desta matéria prima. Os agricultores relatam dificuldades na colheita das unidades produtivas, e após isso ainda ter que fazer todo o processo de descascar, triturar, secar no tipiti e torrar no formo. Preferindo, então, ficarem voltados, em sua maioria, para a venda das sacas da mandioca, sem produzir, mas a farinha.

A Figura 61 demonstra as sacas de mandioca na margem da estrada, à espera do comprador na comunidade de Bom Socorro do Zé Açú.



Figura 61- As sacas de mandioca a espera de comprador.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Muitos só plantam as quadras ou hectares na época de outubro, novembro e dezembro, por serem os meses de setembro a outubro o período adequado para derrubar o roçado com a força de trabalho familiar. Após vem a limpeza para a queimada do local, sendo retirados os resíduos como tocos e vegetação rasteira que não foram cortados na derrubada. Posteriormente, o último ato será o plantio das espécies selecionadas anteriormente, onde se reúne a família e os vizinhos para prática do *puxirum* no roçado.

A mão de obra utilizada pelos agricultores no trabalho diário no roçado é, na maioria das vezes, familiar, desde o derrubar até o plantio, devido ao fato de muitos não terem recursos financeiros para contratar mão de obra assalariada.

A ajuda mútua no plantio é de 80%, que ainda fazem o trabalho coletivamente entre os comunitários, convidando seus vizinhos mais próximos para o *puxirum*, onde todos se planejam para aquele dia da plantação no roçado preparado. Vários são os fatores que contribuem para a permanência dessa forma de trabalho coletivo no campo. Muitos agricultores afirmam que foi a forma como foram “criados”, principalmente os mais antigos, demonstrando aí um forte fator cultural, embora também aleguem razões econômicas de não terem condições para pagar diárias a trabalhadores.

Na comunidade de Bom Socorro, nota-se uma parceria entre os agricultores com comerciantes locais, pois, na comunidade, alguns donos de pequenos comércios também têm roçados, sendo que os mesmos possuem recursos para o pagamento de diárias de trabalhadores, desde a derrubada e plantio dos roçados até a colheita. Não recorrendo, então, à mão de obra familiar ou ao *puxirum*, como os demais agricultores.

A forma de escoamento dos produtos ocorre por estrada e pelo rio. Em relação à estrada, é porque os agricultores têm seus terrenos localizados na colônia, o chamado “centro”, onde fica sua roça, e eles precisam trazer esses produtos até o porto da comunidade para depois levá-los até a cidade de barco. Mas o rio também serve como via de locomoção para os produtos agrícolas, conduzidos por meio de barcos, canoas e rabetas.



Figura 62- Transporte de produtos da estrada por triciclos.  
Fonte: pesquisa de campo, 2013.

O transporte pela estrada é feito de forma diversificada, seja por meio de carroças, triciclos, carretas motorizadas e caminhão. Nesse sentido os membros da família se tornam de essencial importância para o escoamento da produção, pois assumem a responsabilidade de conduzir os produtos nos referidos meios de transporte (Figura 62).

Os agricultores de Bom Socorro, muitas vezes, não têm o transporte próprio da família, necessitando alugar meios de transporte ou pagar diárias para seus vizinhos ou condutores de cargas que moram na comunidade. Mas essa forma desigual de escoamento faz com que eles tenham seus lucros reduzidos, ficando em franca desvantagem em relação aos demais produtores, devido ter que custear todas as despesas desde a saída do produto da unidade de produção que fica na estrada, até a chegada ao porto, por via fluvial, da sede municipal para a comercialização com os consumidores finais.

Em muitas ocasiões, os atravessadores se locomovem até as comunidades para comprar os produtos agrícolas, porém, sabe-se que o preço pago nas comunidades é bem inferior em relação ao preço vendido na sede do município de Parintins.

Na comunidade de Bom Socorro, por ser mais populosa, existe a comercialização dos produtos agrícolas em pequena escala pelos agricultores que ainda plantam, ou seja, uma parte é destinada à cidade e a outra é reservada para vender ao longo da semana para os moradores de Bom Socorro que não praticam mais a agricultura.

A comercialização dos produtos advindos da agricultura é feita, principalmente, com a cidade e o restante comercializado na própria comunidade. Os comerciantes das comunidades

ajudam comprando também a produção dos agricultores para revender em seus comércios, principalmente a farinha de mandioca, banana e carvão vegetal.

Percebemos na comunidade de Bom Socorro uma venda significativa dos produtos oriundos da agricultura no próprio local. O que comprova que, pelo menos nessa comunidade, os moradores estão deixando de plantar ou estão plantando pouco, recorrendo assim aos agricultores que ainda mantêm suas roças e plantações regulares.

É um dado preocupante, visto que a comunidade está aumentando em número de habitantes, e caso a agricultura não seja incentivada, poderá ocorrer e falta de produtos para abastecer o consumo local, ocasionando assim vários transtornos, desde a alta no preço praticado pelos comércios até a substituição parcial ou total de produtos alimentícios regionais por industrializados. Além disso, causa ainda a perda de hábitos alimentares tradicionais, gerando insegurança alimentar.

Fraxe (2000)<sup>12</sup> expõe a problemática da falta de políticas agrícolas voltadas para o incentivo da produção familiar, e notamos em Zé Açú a presença desses agentes de comercialização chamados “atravessadores” que, pela falta desse apoio aos agricultores, se beneficiam comprando os produtos agrícolas com preços reduzidos na comunidade e também no porto da sede municipal em Parintins, para revender com preços mais elevados nos mercados e feiras.



Figura 63- Transporte de produtos por barcos até a cidade de Parintins.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

---

<sup>12</sup> Para mais informações consulta o livro *Homens anfíbios*, de Therezinha Fraxe, na qual a autora faz uma análise sobre a atuação dos agentes de comercialização nas áreas rurais.

O transporte por barcos de linhas ou recreios, como são chamados esses tipos de transporte, auxiliam os agricultores, e os dias de escoamento da produção na semana têm seu calendário específico, segundo os agricultores entrevistados. Na quarta-feira é o dia que a banana é escoada para a comercialização na cidade de Parintins (Figura 63), e na sexta-feira o produto escoado é a farinha de mandioca também para ser comercializado na sede municipal.

Noda et al. analisam essa relação entre o agricultor e o consumidor.

Os consumidores são atores sociais importantes no processo de comercialização dos produtos. Quando possível, em períodos de escassez de certos produtos, os produtores conseguem vender seus produtos diretamente para os consumidores urbanos nas áreas próximas aos mercados e feiras. A venda efetivada diretamente é mais vantajosa aos produtores, porém, mais difícil de ocorrer durante todo o ano, pois o tempo necessário de permanência no local de comercialização, provoca custos adicionais com despesas de estadia e alimentação. (NODA et al., 2007, p. 59).

Na assertiva de Noda et al. (2007) podemos constatar a dificuldade que os produtores rurais enfrentam, para vender diretamente seus produtos aos consumidores finais da cidade. Além de não terem apoio dos setores públicos (Estado e município) na logística de transporte, eles têm gastos para permanecer por mais tempo na cidade.

Ocorrendo principalmente com aqueles agricultores que não têm casa de parentes ou amigos para se hospedarem durante o período de venda, obrigando-os muitas vezes a venderem seus produtos por preços muito abaixo do esperado, para que possam, assim, retornar à comunidade o mais rápido possível.

### 3.3 A pesca no Amazonas

*Antigamente era uma enorme quantidade de peixes no lago, né, saímos e rapidamente era pescado para o consumo e venda, mas com o tempo a pesca predatória foi acabando essa quantidade de peixes em nosso lago. Ainda temos uma relação com o nosso lago, né, é porque foi nossos pais e tios que olhando eles fazerem seus materiais de pesca né, aprendemos junto com eles. É no fazer e no praticar, todos os dias faço mesmo que eles faziam a muitos e muitos anos atrás, e lá me sinto bem devido o lago me dizer um pouco de minha história nesse conhecimento que levo. É por isso que defendemos o lago, porque ele é nosso, me criei e vivi aqui, então é nosso esse local. Mas agora as atividades se complementam, por que planto roça e pesco, tiro das duas atividades né uma renda, mas pesco para a sobrevivência de minha família. (L.L., 46 anos, pescador/ agricultor do Zé Açu, Pesquisa de campo, 2013).*

O complexo sistema hidrológico da bacia amazônica, uma das maiores do mundo, com seus rios, lagos e igarapés, possibilita o desenvolvimento de um grande número de espécies de

peixes e outros animais aquáticos, que foram, e ainda são, a principal fonte proteica das populações rurais e urbanas da região.

A ligação do ribeirinho com a pesca vem de muito tempo. Este o herdeiro das práticas dos primeiros habitantes do continente, os ameríndios, que sempre fizeram da pesca uma das suas principais práticas de subsistência em conjunto com demais atividades como a agricultura e extrativismo (PEREIRA; SOUSA; RAMOS, 2011).

Aspecto importante desta atividade é que, para os povos indígenas, a pesca tinha valor de uso, e não de troca, ou seja, eles utilizavam o pescado como elemento indispensável para alimentação, que associavam com outros tipos de alimentos oriundos da extração vegetal e agricultura.

Nos dias atuais, ainda temos em grande parte da região amazônica essa relação da pesca como valor de uso. Porém, nas últimas décadas a pesca tem mudado significativamente na região, deixando de ser utilizada exclusivamente como valor de uso, passando a possuir valor de troca.

A pesca tem destacado papel socioeconômico, quer como produtora de alimento, quer como geradora de trabalho, renda e lazer para milhares de pessoas, tanto na zona rural como urbana. É por meio dela que se explora o pescado para consumo e para o comércio de peixes ornamentais [...] com exceção da pesca industrial, praticada no estuário do rio Amazonas e cuja produção é destinada à exportação, todo restante da pesca amazônica é artesanal, ou seja, pouco organizada e com produtividade muito variável ao longo das diferentes épocas do ano. Esse caráter artesanal se verifica tanto na forma de subsistência quanto na comercial, independentemente se o pescado se destina aos grandes centros populacionais da região ou simplesmente ao consumo próprio ou das pequenas vilas do interior. (SANTOS; FERREIRA; ZUANON, 2006, p. 10).

Esse contexto histórico de mudanças, segundo Batista et al. (1970 apud PEREIRA; SOUSA; RAMOS, 2011) teve seu início já no século XV com a criação dos pescadores reais que tinham a finalidade de providenciar uma infinidade de peixes que vinha a abastecer a mesa portuguesa. Deste então, com o passar dos anos a pesca foi perdendo seu caráter somente de subsistência para também se tornar a atividade econômica exclusiva de muitas pessoas, que tinham somente nessa atividade a obtenção da renda familiar.

Dentre os aspectos dessas mudanças podemos citar a entrada da região amazônica na pauta do planejamento territorial e econômico do Brasil (a partir da década de 1960), onde foram atraídos para a região diversos empreendimentos econômicos que demandaram investimentos no setor de infraestrutura (abastecimento de energia, estradas) ocasionando o

adensamento populacional e crescimento das cidades que aumentaram a demanda pelo pescado.

Associando isso com a modernização do aparato tecnológico que propiciou a criação e aproveitamento dos subprodutos do petróleo (isopor, apetrechos de pesca como as linhas sintéticas), a popularização dos motores a diesel implicou na facilitação da pesca o que aumentou a produção pesqueira que, por outro lado, ocasionou forte pressão dos estoques pesqueiros dos lagos e rios da região.

Todos esses elementos contribuíram para que houvesse mudanças na pesca na Amazônia, sendo esta pesca praticada como atividade economicamente dominante no contexto da organização social e produtiva dos grupos societários na região (PEREIRA; SOUSA; RAMOS, 2011), pois é valorizada enquanto produto de troca.

A figura do pescador monovalente passou a ter importância no quadro econômico das comunidades ribeirinhas. Não que o pescador-agricultor ou polivalente, que é o pescador não profissional que pratica a pesca apenas como complementar as atividades da agricultura e do extrativismo, tenha deixado de existir, em absoluto. Este ainda permanece em muitas unidades familiares ribeirinhas, como foi observado na área pesquisada e que descreveremos a seguir.

### 3.3.1 O território da pesca no Zé Açú

A atividade da pesca realizada no Zé Açú é realizada no lago do mesmo nome. É um dos momentos em que os moradores socializam seus conhecimentos, onde eles ensinam seus filhos à arte da pescaria. Nesses locais, a dinâmica do pescado é constante em função de estar em contato com o Paraná do Ramos, canal que serve de transporte dos comunitários e pescadores com seu peixe para a cidade de Parintins.

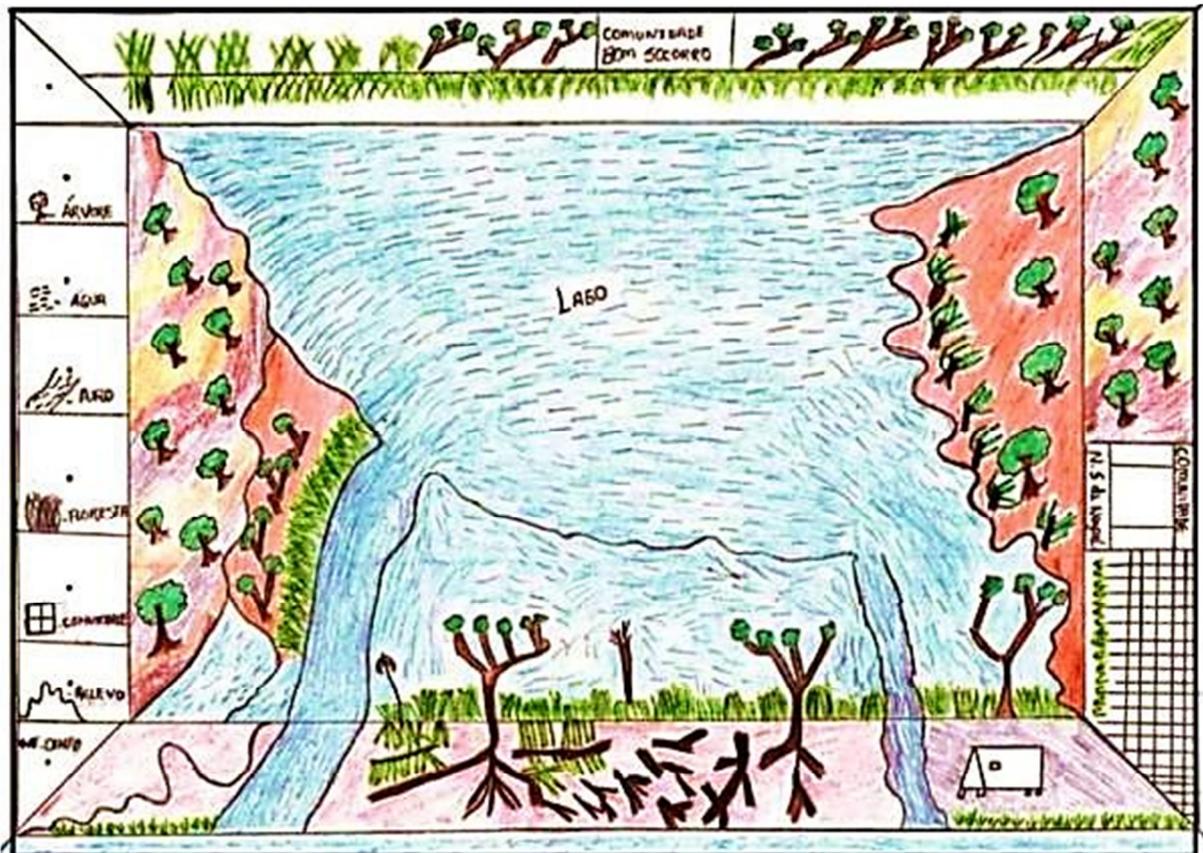


Figura 64- Mapa cognitivo dos locais onde os ribeirinhos pescam no lago.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

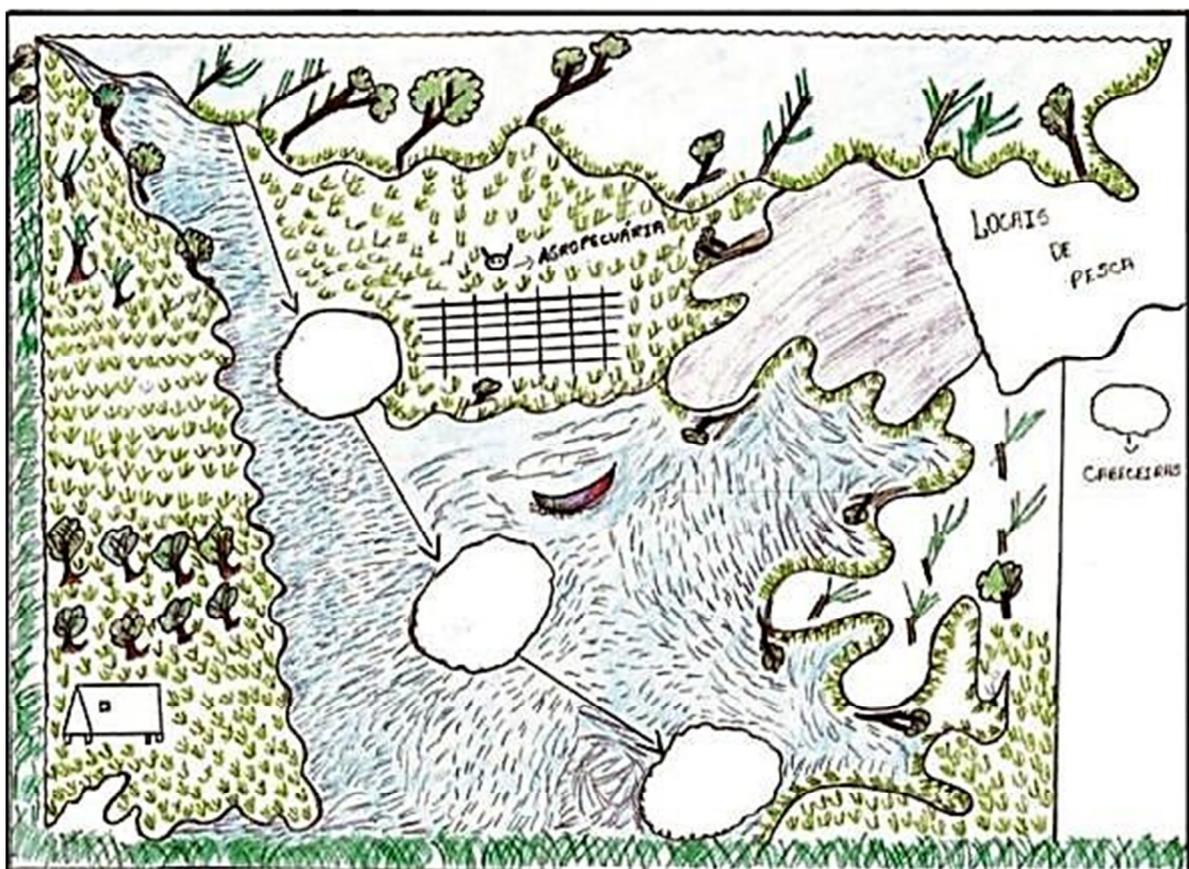


Figura 65- Mapa cognitivo dos locais onde os ribeirinhos pescam no lago.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

As Figuras 64 e 65 representam os mapas cognitivos, elaborados em campo com a ajuda de um pescador do Zé Açú, acompanhamos o mesmo e ele foi apontando os locais em que realiza suas pescarias diariamente. Nesse desenho foram identificadas as principais “cabeceiras<sup>13</sup>” do lago do Zé Açú.

Os pescadores repassam seus conhecimentos a seus familiares por meio da pesca no lago. A importância dessa atividade para as populações ribeirinhas amazônicas é ressaltada por Rapozo et al.:

A atividade da pesca, como um desses elementos, marca imemoriavelmente a constituição histórica dos povos Amazônicos e, ao mesmo tempo, garante a construção da vida e em particular da produção e reprodução material e simbólica dos grupos sociais locais. (RAPOZO; WITKOSKI; FRAXE, 2009, p. 191).

Essa atividade relaciona a vida diária e social das famílias e nessa relação cada movimento praticado pelos pescadores tem um significado. No acordar cedo para ir ao lago os pescadores reproduzem sua cultura, ao amolarem o anzol antes da pescaria os mesmos têm seus apetrechos renovados para mais um dia de trabalho, e ao consertarem as malhadeiras e tarrafas, principalmente aos sábados, têm a expectativa de fisgar um peixe grande no lago que vai alimentar sua família. Ao bater na canoa espanta o pescado para longe, no casco a faca de bordo não deve faltar, e observando o banzeiro da água eles têm a percepção de cardumes grandes se aproximando. Essas atitudes dos pescadores do Zé Açú são particulares de seu cotidiano nas atividades da pesca.

O lago para os pescadores familiares é o local de captura do alimento da semana, no entanto, se a pesca for boa, tem a possibilidade de vender o excedente, como nas palavras de Castro:

Em alguns casos, a pesca é estritamente de subsistência, sendo realizada para o consumo local e distribuição do excedente para familiares vizinhos. No entanto, o pescado excedente é geralmente comercializado sempre que possível. Além disso, uma mesma família pode variar entre a pesca comercial e de subsistência ao longo do ano ou entre anos distintos. (CASTRO, 2006, p. 176).

Essa prática da pesca é realizada constantemente pelos pescadores nas épocas específicas do ano, pois na vazante os pescadores se organizam em família ou grupos de amigos para ir ao lago ou ao rio efetuarem a pescaria, sendo estimada uma grande quantidade

---

<sup>13</sup> Área onde existem os “olhos d’água” (nascentes) que dão origem a um curso fluvial; é o oposto de foz (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 97).

de peixes e diversificação das espécies. Nessa época, alguns pescadores da comunidade vendem o excedente para seus vizinhos ou atravessadores. A prioridade é abastecer primeiramente a família para a semana, e depois, se ainda sobrar peixes no depósito, realizam a venda do excedente.

Muitos dos apetrechos dos pescadores do Zé Açú são feitos por eles mesmos, usando conhecimentos tradicionais para a fabricação desse material. Temos a tarrafa, que é tecida pelo pescador na comunidade, e a malhadeira, que geralmente é comprada na cidade de Parintins (Figura 66 ).



Figura 66- Fabricação da tarrafa.

Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Seus pais ensinaram o processo todo da pesca, desde fazer os apetrechos, até como as percepções das mudanças no lago como o som da água com o movimento dos cardumes, poderiam indicar o local certo para a captura dos peixes.

Os apetrechos são construídos usando seus conhecimentos na fabricação das tarrafas, redes, caniços, arpão, etc. Nessa relação dos pescadores construírem seus próprios apetrechos de pesca (Figura 67) Fraxe ressalta que:

Alguns utensílios (apetrechos) de pesca mais utilizados pelos pescadores das localidades também são descritos e relacionados com o sentido dado às práticas produtivas – subsistência e/ ou comercial. O conhecimento empregado na confecção de alguns utensílios – o arpão, o arco e flecha e as malhadeiras – enfatiza a combinação de uso de técnicas tradicionais e modernas. Fato que expressa situações de “inovação tecnológica” de instrumentos modernos por parte do pescador (como tingimento colorido de malhadeiras e tramalhas), e em certas circunstâncias quando postos em práticas, revelam condições que podem indicar menor ou maior intensidade de pesca sobre os recursos pesqueiros. (FRAXE, 2009, p. 113).



Figura 67: Ribeirinho consertando sua malhadeira.

Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Notamos que desde criança os ribeirinhos vão adquirindo a habilidade de construir seus equipamentos de pesca e de consertá-los também, quando for necessário. Na Figura 68 observamos que essa arte se entrelaça com a vida e o lazer dessas crianças, não tendo esse caráter de trabalho, apesar de sê-lo.

Essas atividades fazem parte de seu mundo, um mundo em que consertar uma canoa torna-se uma brincadeira e, ao mesmo tempo, atividade necessária para deixá-la apta para pescar novamente. Observamos na imagem abaixo o universo de lazer e trabalho das crianças ribeirinhas, enquanto uns consertam as canoas, outras brincam nas proximidades do lago.



Figura 68- Menino ribeirinho consertando a canoa às margens do lago.  
 Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Em geral, a pesca no lago é efetuada na maioria das vezes (80%) somente pelos membros da família, tendo como principal objetivo o consumo familiar por não terem muita perspectiva de venda do pescado, pois o lago não oferece grande quantidade de peixes para a venda do excedente. O restante (20%) da pescaria é realizada em grupo de vizinhos próximos e amigos, os quais montam estratégias de pescar uma quantidade suficiente para a venda; neste aspecto há também a socialização dos conhecimentos sobre a pesca entre os moradores.

No entanto, cada dia que passa a pesca vem ocorrendo apenas para a subsistência familiar dos comunitários, mas permanece como atividade importante na manutenção da cultura, como relatou o senhor L.L.S, 46 anos.

*Antigamente era uma enorme quantidade de peixes no lago, né, saímos e rapidamente era pescado para o consumo e venda, mas com o tempo a pesca predatória foi acabando essa quantidade de peixes em nosso lago. Ainda temos uma relação com o nosso lago, né, é porque foi nossos pais e tios que olhando eles fazerem seus materiais de pesca, né, aprendemos junto com eles. É no fazer e no praticar, todos os dias faço mesmo que eles faziam a muitos e muitos anos atrás, e lá me sinto bem devido o lago me dizer um pouco de minha história nesse conhecimento que levo. É por isso que defendemos o lago, porque ele é nosso, me criei e vivi aqui, então é nosso esse local. Mas agora as atividades se complementam, por que planto roça e pesco, tiro das duas atividades né uma renda, mas pesco para a sobrevivência de minha família. (Pesquisa de campo, 2013).*

O pescado nos dias atuais está difícil, como relata o pescador acima, as espécies antes eram abundantes no lago, os pescadores saíam para o local de pesca com a família ou em grupo, e pescavam uma quantidade suficiente para o consumo da família, e o que sobrava era vendido. Mas nos dias atuais essa abundância de peixes, não se encontra mais no Zé Açú, como confirmado pelos depoimentos dos pescadores.

A pescaria realizada em família e nos grupos formados pelos vizinhos próximos é de essencial importância para socialização dos conhecimentos tradicionais, e para a manutenção dessa atividade pelas futuras gerações da comunidade. Como foi destacado por Fraxe et al. (2004, p. 124), “a vivência dessas práticas durante as pescarias é muito comum nas comunidades, pois o pai atribui responsabilidades a seus filhos e ensina-os empiricamente, a identificar e demarcar os melhores pontos de pesca”.

A família é base, e os filhos reproduzem esses conhecimentos, aprendem desde cedo a arte da pescaria e depois quando o pai não pode ir pescar no lago por motivos de doenças ou outras atividades relacionadas à agricultura, os filhos mais velhos desenvolvem a atividade, assumindo a responsabilidade de orientar seus irmãos para ir em busca da alimentação.



Figura 69 – Menino pescando no lago do Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).



Figura 70 – Adolescente praticando a pesca  
Fonte: Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Nas Figuras 69 e 70 podemos observar meninos na faixa de 10 anos a 15 anos colocando a malhadeira no lago do Zé Açú, nota-se a destreza com que manuseiam a rede de pesca, a posição correta de sentar na canoa e manter o equilíbrio para que ela não vire com o peso, entre outras habilidades.

Outra prática é a pesca em grupo dos pescadores de Bom Socorro do Zé Açú, sendo viável quando se quer pescar espécies maiores e de maior valor comercial onde os arrastões no lago são feitos para capturar espécies de grande porte (Figura 71).



Figura 71- Pesca em grupo no lago do Zé Açú.  
Fonte: Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

Os tipos de embarcações mais utilizadas são a canoa e o rabeta por não ser um local com muita ventania. Evidenciamos que muitos pescadores não têm condições de ter uma embarcação maior para essa atividade. Eles procuram extrair da natureza a matéria-prima da floresta, as árvores que servem para a fabricação de cascos e canoas pequenas para seu manuseio diário na atividade, 80% dos pescadores utilizam a canoa e rabeta para desenvolver a atividade pesqueira na comunidade, e 20% o casco de estimação, muitos são feitos pelos próprios pescadores do Zé Açú.

A utilização de geladeiras e freezers foi citada pelos pescadores familiares da comunidade, sendo o tipo de conservação principal. Como relata J.H.S.M, 47 anos.

*Para mim a pesca serve como subsistência da família principalmente nossa comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, que vem se modificando ao longo desses anos, e nós pescadores fazemos para o consumo próprio de meus filhos e esposa, aqui não encontramos pescadores de venda grande de peixes, mas é quando sobra e o vizinho pede ou fala em comprar, aí vendemos um pouco, mas é muito difícil por que muitos trabalham no roçado com a produção de farinha, eu pesco e sou associado a colônia Z-17 de Parintins e minha esposa também. O tipo de embarcação é a canoa mesmo e casco pra pescar nos igapós, onde encontramos espécies de grandes porte, é o tambaqui e etc., antes nós salgamos, hoje tudo é gelado na geladeira ou frizeres, deixando sem gosto quando passa muito tempo congelado, e também temos a comercialização do pescado vindo de fora na comunidade, vemos isso no tempo do jaraqui, que embarcações vem vender aqui no porto da comunidade. (Pesquisa de campo, 2013).*

Ressaltando a entrevista do morador da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, a pesca tem sua época das espécies de grande porte no lago, os pescadores conhecem esse momento de subida e descida das águas. Identificamos também na comunidade pelas observações, confirmadas pela fala do pescador, que na comunidade de Bom Socorro, a maior entre as comunidades do Zé Açú, existe a comercialização de peixes por pescadores de outras localidades e atravessadores, tendo como a espécie mais vendida no porto da comunidade o jaraqui (*semaprochilodus*).

Essa comercialização do pescado no porto da comunidade é estimulada pela falta do mesmo, pois os pescadores familiares somente têm na reserva o pescado para o consumo familiar, e uma vez que o número de famílias vem aumentando e levando em consideração que nem todas as famílias praticam mais a pesca para a subsistência, ocorre a falta deste alimento na mesa dos ribeirinhos. A Figura 72 mostra a embarcação fazendo a comercialização do pescado.



Figura 72- Comercialização de pescado oriundos de outras comunidades no Zé Açú.

Fonte: Trabalho de campo, 2013. (Foto: Charlene Muniz).

São frequentes essas embarcações de pequeno porte na comunidade de Bom Socorro do Zé Açú. Devido à escassez do pescado eles compram dos atravessadores vindos de outras comunidades, como é o caso da embarcação mostrada na figura 72, que veio da Comunidade do Maranhão, onde os cardumes são capturados na saída da comunidade para o Paraná do Ramos, e depois esses pescadores se deslocam para a comunidade de Bom Socorro para vender esses peixes.

Os pescadores da comunidade mencionam também, dentre os fatores de diminuição da prática da pesca comercial, o tempo que demora em pescar uma quantidade necessária para a comercialização do excedente, pois a quantia que eles conseguem pescar em pouco tempo somente abastece a família, pois os mesmos precisam desenvolver outras atividades ao longo da semana.

O conhecimento socialmente construído e aprendido com as gerações passadas é fundamental para o planejamento e desenvolvimento do trabalho para obtenção da renda familiar em áreas rurais.

Os pescadores e agricultores elaboram seu calendário de trabalho nas suas atividades, levando em consideração a composição familiar. Eles mesmos determinam a hora de saída para a unidade produtiva e chegada ao final da tarde.

A área pesquisada apresenta uma economia voltada basicamente no desenvolvimento da atividade agrícola, onde a maioria da produção é vendida para a sede do município em Parintins; nas unidades de produção a força é familiar para todo o processo diário da agricultura e pesca.

Em relação à pesca, apresenta-se principalmente para autoconsumo da família devido à dificuldade na captura de grandes quantidades necessária para o comércio na cidade, ocasionada, principalmente, pela escassez do peixe no lago.

Dentre os fatores que causaram a escassez do pescado estão as alterações na paisagem natural devido ao desflorestamento para a plantação de pastos, que acaba causando a erosão nas margens do lago, implicando em alterações físico-químicas da água e também essa remoção da vegetação ciliar, que serve de alimento para certas espécies de peixes, acaba refletindo diretamente na reprodução dos mesmos, assim como até o aumento populacional da localidade, visto que os próprios moradores falam que antes existia fartura tanto em peixes como outros animais como os quelônios; pássaros e outros animais para a caça, e agora com uma população de mais de mil habitantes isso já não existe mais.

Com o aumento populacional e as alterações no ecossistema local, os recursos disponíveis tanto para alimentação como para a obtenção da renda por meio da venda do excedente correspondente à pesca e à agricultura não são mais fartos como outrora.

Alguns moradores apenas praticam a pesca para complementar sua alimentação, pois em muitos casos os moradores preferem comprar outros tipos de alimento como frango congelado, carne, conservas e enlatados. Isso indica que, principalmente na comunidade de Bom Socorro, vem ocorrendo uma mudança nos hábitos alimentares, ora antes baseada principalmente no peixe e na carne de animais de criação (galinhas, patos e porcos) como também na carne de caça (capivaras, tatus, aves silvestres), agora está sendo introduzido de maneira intensa os produtos industrializados oriundos da cidade.

No Quadro 4 podemos observar as principais espécies de peixes e apetrechos utilizados pelos pescadores do lago do Zé Açú.

Pescadores entrevistados	Espécie	Local Pesca		Tipo de Embarcação	Apetrecho	Armazenamento		
		Seca	Cheia			Salga	Gelo	Freezer
1	Tambaqui ( <i>Colossoma macropomum</i> )	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Branquinha ( <i>Potamorhina spp</i> )	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Tucucunaré ( <i>Cichla monoculus</i> )	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
2	Mapará ( <i>Hypophthalmus edentatus</i> )	lago	lago	Canoa e rabeta	variados		X	X
	Tucunaré ( <i>Cichla monoculus</i> )	lago	lago	Canoa e rabeta	variados		X	X
	Branquinha ( <i>Potamorhina spp</i> )	lago	lago	Canoa e rabeta	variados		X	X
3	Mapará ( <i>Hypophthalmus edentatus</i> )	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Tucunaré ( <i>Cichla monoculus</i> )	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Aracu ( <i>Shizodon fasciatus</i> )	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Acará-açu ( <i>Astronotus ocellatus</i> )	lago	lago	rabeta	malhadeira			X

### 1. Locais de Pesca

### 2-Apetrechos Utilizados

1-Lago do Zé Açú	1- Malhadeira	4- Tarrafa
2-Cabeceiras	2- Caniço	5 -Zagaia
3- Igapós	3- Arpão	6 – Linha de mão

Quadro 4- Elementos da pesca no Zé Açú.

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

A seguir está a entrevista feita com um pescador do lago do Zé Açú, o senhor D.T.S. (63 anos), que nos contou um pouco como executa essa atividade no cotidiano.

Pesquisadora: **Fale um pouco sobre essa cabeceira onde o senhor pesca** (as cabeceiras a que nos reportamos são as que foram identificadas nos mapas mentais na página 120).

Pescador: *Olha, essa cabeceira era uma das cabeceiras daqui que a gente pegava peixe com facilidade e a gente vinha aqui de manhã cedo pegava um anzol e já pegava um tucunaré, saía aqui rapidinho, pegava dois três tucunarés daqueles bonitão. A gente saía oito horas e quando já era dez horas já estava em casa, dava pro almoço, janta e merenda do outro dia e hoje não tem. Tá vendo como os povos estão morrendo por aí tudo né e aí gente diz que é culpa de Deus... eu não sei não. Eu digo assim, olha até a água aqui do lago a gente ver assim que ela tá meio branquicenta por baixo, né, ela não tá uma água limpa como antes.*

Pesquisadora: **Quais as espécies que o senhor pega aqui com mais frequência?**

Pescador: *Olha, o que ainda dá mais e que você pega aqui é o charuto e o acará tinga, é o que ainda pega assim como mais facilidade. Mais outros peixes a gente tem que andar muito atrás deles (risos).*

Pesquisadora: **Fale mais sobre essa cabeceira da comunidade de Nossa Senhora das Graças. (Comunidade pertencente ao Zé Açú)**

Pescador: *Olha essa cabeceira aqui pra cá que a gente vem pesca né que a gente ainda pega mais os peixes, ainda existe mais peixes porque ainda tem bem igapó, pro peixes se alimenta e sobreviver. Aqui ainda dá bem peixe, tucunaré, jaraqui, pacu, matrinchã, esses peixes.*

*Isso em tempo de verão você tem que ver como é, essa água aqui fica igual um barro mesmo branca, branca, branca, e você ver que não tem nem um peixinho mesmo, você não ver boiar nem um peixinho mesmo do menor que tem, porque não tem onde se acomodar, né, principalmente fruta pra ele comer que não tem mais.*

Pesquisadora: **Fale sobre essa relação que o senhor tem com o lago do Zé Açú em relação à pesca que o senhor faz aqui.**

Pescador: *Eu digo assim, antigamente a gente saía do trabalho da gente da roça e pegava a malhadeira, caniço e anzol né e vinha aqui e pegava o peixe rapidinho pro almoço, né, e hoje em dia não, você passa dois três, dias pra pegar o almoço. Pra você ver a diferença! Você tem um trabalho pra fazer amanhã, mas aí você empata dois três dias.*

Pesquisadora: **Fale sobre como o senhor pesca aqui no lago**

Pescador: *A gente pesca mais é de noite botando a malhadeira porque de dia não adianta a gente vir porque você não pega nem para o almoço e aí o pessoal já coloca a malhadeira pra pegar à noite porque de dia não tem como.*

*Não existe mais aquele peixe que a gente pegava antigamente, né, e aí a gente já procura outro ambiente, né, onde pegar o peixe mais fácil e mais ligeiro. Vamos dizer, se é pra me empatar o dia inteiro aqui pra pegar só o almoço eu vou lá na beira do rio Amazonas, a gente já vai procurar outro local distante daqui do lago.*

*Eu to com 63 anos e eu comecei a pesca desde os 10 anos de idade, eu que sustentava a casa dos meus pais, nós trabalhávamos só com roça, fazia aqueles puxiruns com 30, 40 pessoas pra fazer aquele plantio de mandioca, mas naquele tempo era muito fácil, com poucas hora você pegava muito peixe, agora não.*

Pesquisadora: **Os jovens aqui do Zé Açú ainda pescam?**

Pescador: *Tem alguns que pescam, outros já não pescam mais.*

Pesquisadora: **Por que o senhor acha que os jovens já não pescam tanto quanto como antes?**

Pescador: *Porque muita coisa mudou, muita coisa mudou porque eu vejo assim você diz pro seu filho: olha eu vou pra roça hoje tirar mandioca e você vai pescar o almoço... e aí quando você chega e pergunta onde está o fulano? E aí dizem: Ele estava aqui mais saiu, e aí você vai ver ele já está em má companhia.*

Pesquisadora: **O que a pesca representa para o senhor hoje?**

Pescador: *Olha a pesca representa um trabalho de melhoria pras famílias da gente né, porque você sabe a gente não pode passar nenhum dia sem comer, né, de ter a comida dentro de casa e mesmo você não tendo outros meios, né, e vive da pescaria, né.*

*Quando falha a pesca aqui, principalmente na época da cheia, a gente vai pesca lá na boca do Zé Açú, num local chamado laguinho, porque lá é um local chamado criador de peixe né, por isso lá não falha peixe.*

Pesquisadora: **Como é a pescaria no tempo da cheia e no tempo da vazante? Como fica a pesca aqui no lago nesses períodos?**

Pescador: *Olha, a pesca no tempo da vazante ela fica mais fácil porque geralmente os peixes ficam tudo reunido e aí você fica com mais facilidade pra pegar eles. E na época de cheia fica difícil porque eles estão tudo dentro das cabeceiras e eles tão tudo dentro do mato de igapó, e aí fica difícil a gente pegar eles.*

*Você ver assim que até os bichos de casco desapareceram do lago esse ano, antes a gente tirava ovo de tracajá pra gente comer, não muito, já esse ano não apareceu mais nada*

*mais, porque não tem onde eles se manterem e sobreviverem, foi tirado a moradia deles, o alimento deles.*

No depoimento do pescador podemos perceber a importância da pesca para a vida dos ribeirinhos do Zé Açú. É uma atividade que envolve a sua sobrevivência, a sua reprodução enquanto sujeitos sociais que utilizam o recurso da natureza, e que dão significado a mesma. Não somente do ponto de vista de sua sobrevivência, mas também e, sobretudo de sua cultura, pois esses conhecimentos foram repassados por seus pais e são constantemente renovados.

Constamos nesse depoimento, a compreensão desses ribeirinhos de seu lugar de vida, seu território, onde ele sabe, por meio do conhecimento empírico, as transformações que estão ocorrendo no lago e as consequências em suas vidas.

Apresentamos aqui os aspectos que envolvem a pesca no Zé Açú, que está cada vez mais difícil, principalmente para capturar determinadas espécies que antes eram abundantes no lago e que agora não se captura mais, ou para capturar o pescador precisa se esforçar muito.

Mas apesar desses problemas, que até certo ponto podem ser considerados como ambientais devido à pressão sofrida pelo lago por certas atividades econômicas, a pesca ainda continua sendo praticada pelos ribeirinhos de forma artesanal e quase exclusivamente para o consumo da família.

Os pescadores da área estudada utilizam esse conhecimento da natureza que advém de seu capital simbólico acumulado e de suas práticas cotidianas que estão sempre intrincadas, ambas colaboram para que ocorra sempre uma resignificação dos conhecimentos sobre os recursos da natureza.

O importante a ser destacado neste capítulo é que esta atividade serve de elemento de manutenção da cultura dessas pessoas, e de identificação com o território. Nessa prática, os ribeirinhos demonstram profundo conhecimento dos lugares de pesca, das espécies de peixes e seus hábitos alimentares, áreas de descanso, como também percebem as alterações ambientais que estão ocorrendo no lago do Zé Açú, como ressaltado pela entrevista.

### **3.4 A piscicultura como alternativa de sustentabilidade no Zé Açú**

Observamos que o território estudado, que antes já teve fartura em peixes e outros animais, hoje apresenta um déficit, não mais suprindo a necessidade de alimentação de todas as comunidades pertencentes a seu território.

Diante deste quadro a atividade da piscicultura apresenta-se como uma alternativa viável para ser desenvolvida no Zé Açú, desde que seja respeitado o ecossistema. Alguns moradores já estão investindo nesses projetos. Tivemos a oportunidade de conversar com um desses moradores da comunidade de Bom Socorro, o senhor O.P., 45 anos. Ele pratica essa atividade há alguns anos e nos levou até a sua propriedade, que fica na estrada cerca de 18 quilômetros da sua casa e nos relatou como desenvolve essa atividade que, segundo ele, vem apresentando bons resultados para a comunidade.

Esse piscicultor tem três tanques de criação de peixes, e está construindo mais dois tanques com a capacidade de suportar até mil e quinhentos peixes cada um, que no momento da visita estavam sendo preparados. Ele pretende colocar mais cinco mil peixes nos tanques quando estiverem prontos (Figura 73).



Figura 73- A: Piscicultor do Zé Açú ; B: Tanques de criação de Peixes; C: Berçário de Alevinos; D: Ração para o peixe

Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

A água que abastece os tanques é bombeada e levada por encanamento de um curso d'água próximo, por isso é necessário ter uma energia elétrica de qualidade, tanto para levar a água até os tanques como para alimentar a motobomba que serve para oxigenar a água dos tanques.

De um tanque berçário já chegou a tirar dois mil alevinos para transportar para o tanque de engorda e crescimento. Nos tanques também ele coloca espécies diferentes, como tracajá e tartaruga, fazendo uma mistura de espécies.

Ele nos contou como consegue os alevinos para a sua atividade. Algumas espécies de alevinos ele compra em Manaus, pois a Secretaria de Produção do Estado fornece só a pós-larva do tambaqui, mas a do matrinchã é preciso comprar. Está custando em média R\$ 300,00 o milheiro, e ainda é preciso pagar o frete que vem de barco, em camarote, pois alevinos não suportam muita trepidação e devem ser transportados com muito cuidado.

Ele possui vários contatos para a compra tanto dos alevinos do peixe como os insumos (ração entre outros). Já chegou a ir até Novo Airão comprar dez alevinos de pirarucu, que lhe custaram cada um R\$ 50,00, gastando no total R\$ 500,00 naquela época. E desses dez, seis foram furtados de sua propriedade, restando quatro, dos quais apenas três sobreviveram.

Os peixes retirados de seus tanques estão com o peso em média de 300, 400 a 500 gramas cada um chegando a tirar até três mil peixes de um tanque. E nos tanques atuais, na época da visita, já estavam com três mil peixes novamente, ou seja, os tanques estavam com sua capacidade máxima.

O piscicultor nos contou que está com ideia de fazer uma área para a desova das tartarugas a tracajás, limpando uma área para colocar areia, e assim esses quelônios subiriam para depositar seus ovos nesse local. Na época da visita ele estava com três matrizes de pirarucu, 20 tartarugas e vários tracajás em seus tanques, fora as outras espécies como matrinchã e tambaqui.

O piscicultor trabalha muito para manter seus tanques de criação de peixes, pois ele diz que a limpeza e manutenção são difíceis, e no momento ele estava trabalhando com apenas duas pessoas, como ele mesmo afirma “*já batalhei demais aqui*”.

Apesar de tudo, o mesmo diz ser difícil arrumar mão de obra que possa cuidar bem do que é seu, “*achar uma pessoa de confiança é difícil*”. Ainda emprega mão de obra familiar, pois um dos seus empregados é sobrinho de sua esposa. Mas apesar do trabalho ele confirma que esse empreendimento já lhe deu retorno. “*Para mim, isso daqui, Graças a Deus está sendo muito válido.*”

Gastou em média para fazer dois tanques R\$ 5.000,00, e nos que ainda não estão prontos já gastou R\$ 1.500,00 e ainda irá gastar em torno de R\$ 1.000,00 para terminar. Apesar do tipo de solo onde foram feitos os tanques não ser o mais adequado, pois é um solo muito argiloso, que acaba deixando a água dos tanques barrenta, quando o ideal é que a água fique com uma coloração esverdeada. Apesar disso, não é prejudicial ao peixe, pois o mesmo só precisa ser bem alimentado e manter a oxigenação da água necessária à respiração. Só em calcário para corrigir o solo ele gastou R\$ 150,00.

Um aerador de tanque está custando em média R\$ 2.500,00, logo, com a adaptação que ele faz de motores de outras máquinas em seus tanques, acaba fazendo uma economia substancial *“esses sistemas de gerador foi eu mesmo que bolei, aqui você tem que ser técnico, você tem que ser engenheiro... esse maquinário tudinho que tem aí é daquelas máquinas de lava roupa, tudo foi adaptado”*.

Teve uma época em que, por motivos pessoais, ele quis vender a sua propriedade, pois queria ir embora do Zé Açú. O valor pedido era de R\$ 150.000,00 por sua propriedade, mas as ofertas recebidas foram muito inferiores a este valor. Não dava para pagar o investimento na preparação de seu terreno em infraestrutura. Agora ele não pensa mais em vender e pretende investir nessa atividade da piscicultura.

Ele gasta muito também em ração que é comprada em Manaus. Há dois tipos de ração, para o crescimento e engorda dos peixes, tudo isso é necessário saber o tempo certo de trocar a ração. Por exemplo, com mais ou menos dez meses de vida do peixe, você não lhe dá mais ração para crescimento e sim para a engorda, para o mesmo ganhar peso e ser vendido por um bom preço, pois a comercialização é feita por quilo. Cada saco de ração custa em média R\$ 48,00, a ração para crescimento e a ração de engorda de R\$ 42,00.

A falha constante de energia do programa “Luz para todos”, já queimou vários motores do piscicultor, dando-lhe muito prejuízo.

Perguntamos ao mesmo como ele avalia a sua atividade e qual a importância de investir na piscicultura no Zé Açú.

**Pesquisadora: Como o senhor avalia a importância da sua atividade, da atividade da piscicultura para o Zé Açú?**

*“Olha hoje eu vejo que o maior potencial na piscicultura depois de todo esse tempo pra um local que tem um bom volume de água, ela é uma economia cem por cento sustentável né. Hoje se a comunidade de Santa Fé se mudasse pra onde tem água era pra ser o maior potencial hoje para a criação de peixes. Eu não queria muito, só queria que cada morador tivesse seu tanque.”*

*“Porque olha só, se tu tiver mil peixes aqui num tanque e tirar todo dia em um ano um peixe pra você comer, você vai consumir 360 peixes né, e ai sobraria 640 peixes pra você vender.”*

Uma das maiores dificuldades para exercer essa atividade está em se conseguir um bom financiamento para os projetos, mesmo assim, o piscicultor afirma que não recorre a empréstimos e financiamento de bancos:

*“Olha eu não faço com recurso de banco, porque eu não gosto de trabalhar com banco, eu já disse uma vez pro gerente do banco, eu não vou me sujar com dois três mil reais, porque essa quantia eu mesmo posso conseguir... eu quero é dinheiro de 150 mil pra lá, porque eu quero fazer um negócio grande, entendeu? Porque aqui eu tirando uma safra de peixe eu faço oito mil reais de lucro.”*

*“Faço tudo com recurso próprio.”*

*“Muitas vezes você tem um projeto mais aí o banco não libera o valor necessário, só quer liberar mixaria que não dá para trabalhar.”*

Um dos problemas que o banco coloca para não financiar valores altos em projetos é que o piscicultor não possui o título definitivo de posse da terra, por ser uma área de assentamento como ele explica:

*“Se eles já sabem que não vão poder financiar, porque ficam iludindo a gente pra ir lá no banco, só pra fazer a gente perder o nosso tempo?”*

*“Outra coisa que eu já discuti com o gerente do banco é que eu não quero pedaços de dinheiro, porque tem o negócio de eles liberarem hoje mil, depois de um tempo mais mil, amanhã trezentos. E aí eu disse eu quero dinheiro suficiente pra mim trabalhar... aí eles dizem que dinheiro tudo de uma vez eles não liberam, e aí então eu digo: então eu não quero! Porque se eu pego esses mil reais, mas eu tenho que fazer um tanque que custa muito mais que isso, o que que eu vou fazer com esses mil reais? Por isso muitos pegam esse dinheiro e vão pro bar, vão fazer aniversário. Por isso não me calo pra essas entidades de financiamento e governo, porque quando eu cobro alguma coisa, é porque eu quero que dê certo. Por isso eu faço e quando eu faço dá certo.”*

Ele também cria em seu terreno algumas cabras, em torno de quarenta cabeças e está com plano de diversificar as atividades em seu lote, como criar galinhas, plantar laranja e limão, mas tudo de forma organizada, por meio de projetos. Como o mesmo diz:

*“Porque eu digo assim: Vale a pena eu me capacitar? Eu digo que vale, porque aí eu não vou pegar dinheiro de um canto pra jogar em outro que não vai me dar lucro.”*

*“Eu sou assim, quando vejo uma oportunidade eu faço experimentos.”*

Ele já criou gado, mas agora está concentrado só em uma atividade, que é a criação de peixes em tanque.

*“A gente tem que fazer as experiência, se não der certo, bem, se der, melhor ainda, mas você tem que ir testando. Eu tentei criar abelhas trazidas da várzea, não deu certo e eu parei, mas tentei outras coisas.”*

*“É pelo conhecimento que as pessoas me conhecem, pelo trabalho que eu faço e por isso muitas vezes as pessoas me respeitam, assim como eu respeito eles.”*

O mesmo critica a falta de visão de alguns agricultores do Zé Açú e fala da importância de se capacitar e procurar observar outras realidades fora do local.

*“Hoje a economia do Bom Socorro é bolsa família, é aposentadora, hoje em dia não produz mas nada. A comunidade de Santa Fé já produziu muita coisa, produzia banana e outras coisas, e hoje se você ver o caminhão que vem de lá, só tá já arriando o carvão, então como está a mente desse povo? Tem gente que tem terrenos grandes aqui pra dentro, mas deixa ai abandonado, ou então vai plantar lá pra casa dos caramba! Eu digo tem que investir na produção, em um adubo químico, que você vai produzir o que você produz lá longe. Sai daqui e vai ver como o pessoal tá plantando lá em Rio Preto da Eva, por exemplo! Eu vi lá em Rio Preto o cara produzindo só em um hectare a banana, melancia, laranja... é tudo uma questão de adubo, é consórcio das plantas.”*

*“Só pra adubar e corrigir um hectare de terra, você tem que colocar no mínimo, mil e quinhentos quilos de calcário. Ou seja, só pra te preparar, adubar um hectare você vai gastar em torno de cinco mil reais, aí dizem que é muito dinheiro, mas aí você vai ganhar mais dinheiro, pois um hectare vai ter a produtividade de dois três hectare com o tratamento adequado.”*

*“Eh o que eu digo assim a mente do povo a formação fica fechada.”*

*“Eu vejo cada coisa nessas comunidades... antes quando a gente vinha numa comunidade aí a gente dizia o que você tem? Vamos compartilhar juntos? Traz uma galinha que o fulano traz outra e vamos aqui fazer uma festa juntos... Mas agora não, tem que comprar tudo, tem que comprar um frango congelado lá no Bom Socorro (comunidade principal) [...] eu, por um lado, até acho bom porque vão comprar lá no meu comércio (risos) [...] O pessoal não tão mais criando a galinha, até o peixe no lago não tem mais, e quando o camarada pega, é um peixinho deste tamaninho. Eu lembro que quando meu pai trabalhava na roça ele jogava uma linha e deixava lá no lago e quando a gente voltava já tinha o almoço. Nesse lago dava muito aqueles bererezinho, agora vá lá na beira pra ver se pega! Não acha mais é nada!”*

Nos relatos, podemos observar uma parte da realidade encontrada no Zé Açú, tanto no que concerne à agricultura, com a carência em apoio dos órgãos financiadores e de apoio técnico e capacitação para aos agricultores. Observa-se também, as mudanças na forma de sociabilidade entre as famílias de antes e as de agora. As dificuldades na pesca também foram ressaltadas, o que comprova que o lago não apresenta mais a fartura de antes.

A experiência do senhor O.P., 45 anos, mostrou que é possível investir em determinadas atividades no Zé Açú, sendo necessário criar e fortalecer uma rede de troca de informações entre os moradores, setores públicos, instituições de pesquisa e outros agentes sociais incentivem iniciativas sustentáveis para esse território. Essas são as premissas básicas de uma Governança Ambiental para o território do Zé Açú, do qual discorreremos em capítulo específico.

A experiência relatada, mostra que é possível sim, desenvolver atividades voltadas a sustentabilidade no Zé Açú. Mas é preciso de incentivo e apoio das diversas instancias institucionais e da sociedade civil organizada. Para que as informações sejam disponibilizadas para o povo local e que eles mesmos sejam protagonistas das mudanças e melhorias que esse território necessita.

## **CAPÍTULO 4 A RELIGIOSIDADE NO ZÉ AÇU: MANUTENÇÃO E REAFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA, POR MEIO DAS FESTAS POPULARES EM HONRA AOS SANTOS**

A religiosidade é um elemento importante na vida da sociedade como um todo, sendo fator de manutenção dos costumes, crenças e valores. Observa-se o impacto da modernidade sobre a religião e religiosidade na Amazônia, contribuindo para que ocorra a perda de algumas características tradicionais nas manifestações religiosas. Porém, ainda podemos verificar em algumas localidades rurais a permanência de ritos católicos que possuem ligações com o passado, demonstrando assim sinais de resistência ao processo de perda do significado da religião no espaço vivido.

As manifestações da religião imprimem mudanças na organização espacial que, por sua vez, influencia na própria percepção/concepção de mundo das pessoas que participam deste processo. Conforme Rosendhal (2010), a religião analisada no contexto geográfico está relacionada à interpretação da apropriação de determinados segmentos do espaço. Os geógrafos que estudam as manifestações da religião se preocupam em analisar os padrões espaciais que refletem o controle de pessoas e objetos, grupos religiosos e instituições sobre o território.

Com processo de modernização que ocorre em muitos lugares na Amazônia alguns ritos religiosos vêm perdendo seu grau de importância e sua tradição, cedendo espaço para novos processos que, de certa forma, são reinventados ou adquirem outras formas e características.

Partindo da premissa de que os aspectos religiosos são parte importante na estrutura social, cultural e territorial dos ribeirinhos na região amazônica e que a mesma, por meio de seus ritos, ajuda na manutenção da identidade sobre o território (territorialidade), buscamos compreender como vem ocorrendo o processo da manutenção da cultura, identidade e territorialidade das populações rurais no Zé Açu por meio das festas em honra aos santos.

Utilizamos a perspectiva da Geografia Cultural, para entender como os moradores vivenciam a religiosidade popular, manifestas nas festividades em honra aos santos, e como essas experiências contribuem para o processo de (re) afirmação da cultura, identidade e territorialidade nesse território.

#### 4.1 Cultura e religiosidade em comunidades rurais

A Amazônia possui as comunidades ribeirinhas, que apresentam características culturais típicas da região, contudo, é por meio das pequenas diferenças e particularidades de cada comunidade que podemos compreender as expressões culturais específicas existentes em cada uma delas.

As comunidades amazônicas são, muitas vezes, vistas como um espaço monótono, esquecido pelo tempo por aqueles que não conhecem esse fascinante lugar. Porém, aqueles que adentram nesse universo misterioso se surpreendem a cada instante. O modo de viver, o contexto natural que os cercam, as peculiaridades, a forma como vivem, o jeito acolhedor como recebem aqueles que desejam conhecer mais de seu cotidiano, vida e cultura, são características marcantes desses lugares que possuem vida e história.

Wagley faz uma assertiva sobre a cultura marcante de uma comunidade amazônica, pois, o mesmo realizou estudos detalhados em uma comunidade na Amazônia na década de 1950.

Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. (WAGLEY, 1988, p. 44).

Para Fraxe (2011, p. 54), “a cultura nas comunidades ribeirinhas consiste no processo de construção social, que orienta e dá significado a toda e qualquer prática humana”. Diante dessas palavras, a cultura passa então a ser vista como algo que aos poucos vai se constituindo socialmente, porém não rápida, mas gradativamente, ou seja, a mesma é inseparável do próprio conceito de sociedade, pois a cultura não pode existir sem que haja uma convivência social daqueles que vivem e fazem parte de um mesmo sistema.

Na Amazônia, é comum a crença em superstições, lendas e mitos que fazem parte do contexto e do cotidiano das comunidades<sup>14</sup>. Mas há, também, a forte devoção aos santos católicos por parte de quem vive nesses lugares, e as comunidades se reúnem em momentos específicos do ano para celebrarem seus santos padroeiros, transformando-se em eventos que

---

<sup>14</sup> Esse assunto foi focado com propriedade e profundidade por Therezinha Fraxe no livro *Cultura cabocla ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade* (2007) e também por Eduardo Galvão, em seu livro *Santos e visagens* (1955).

se caracterizam pela reafirmação e manutenção cultural, identidade e territorialidade dessas populações que demonstram essa devoção por meio da realização das festas religiosas ou festejos, como são popularmente chamados na região. Repassando não somente um rito, mas reafirmado a identidade cultural expressa na forma de rituais católicos, para as futuras gerações.

O aspecto da religiosidade em comunidades amazônicas, já tinha sido estudado de forma aprofundada e descrita minuciosamente por Eduardo Galvão, em sua obra clássica *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*, onde ele descreve como ocorrem as manifestações em honra aos santos padroeiros de determinada localidade, que na obra ele chamou de Itá, mas que na verdade trata-se de um município do Estado do Pará, na década de 1950.

Nesta descrição densa sobre a vida religiosa amazônica, Eduardo Galvão fez uma etnografia de como essas pessoas vivenciam a devoção aos santos, como organizam as festas, pagam as promessas feitas em troca de uma graça alcançada.

O autor também esclarece que, apesar dessa devoção aos santos e a prática do catolicismo ibérico, os caboclos não deixam de lado suas crenças em seres lendários que habitam as florestas e os rios como: o curupira, a cobra-grande (a boiuna), a mãe-d'água, o boto, que em certas noites se transforma em homem bonito e galanteador para seduzir as jovens ribeirinhas. Acreditam nos “bichos visagentos” que vêm castigar aqueles que abusam da mãe Natureza.

Muitas dessas crenças são heranças culturais indígenas, que foram assimiladas e integradas na vida dos ribeirinhos, que são os herdeiros destes, resultado da mistura das populações que ajudaram na povoação/colonização da Amazônia, como os portugueses, africanos, nordestinos, juntamente com os que aqui já se encontravam, que são os povos indígenas<sup>15</sup>.

As crenças religiosas que tem origem nas culturas indígenas do vale e são hoje parte do patrimônio caboclo, modificaram-se sob a influência do cristianismo e do folclore europeu, sob nova forma difundiram-se e integraram-se na cultura regional. Constituem-se parte tão essencial da vida religiosa, quanto as crenças católicas e respondem a necessidade emocionais condicionadas pelo ambiente e pelo agrupamento social. (GALVÃO, 1955, p. 157-158).

---

<sup>15</sup> Para mais aprofundamento no processo de formação dos caboclos ribeirinhos ver a obra de Parker (1985).

Therezinha Fraxe relata sobre essa devoção e festejos que ocorrem nas comunidades amazônicas, tendo como exemplo os festejos de Nossa Senhora de Nazaré, na comunidade de mesmo nome, no município de Manacapuru, a qual discorre da seguinte forma:

Os festejos de Nossa Senhora de Nazaré nos remetem a noção de festa como um momento ritual, sagrado, relacional, comunitário, além de reproduzir padrões vigentes (rememoração do passado que mantém a significação da vida social do presente). A festa é um momento extraordinário, no sentido de suspensão da vida cotidiana. Assim, a festa, principalmente a festa de santo deve ser observada como fenômeno social que descortina o imaginário dos moradores locais a partir das representações cotidianas transportadas para os momentos festivos como não-formais e não-cotidianos. (FRAXE, 2011, p. 29).

As comunidades amazônicas (re)constroem sua cultura, onde as festas de santo não são apenas parte da tradição desses grupos sociais, mas sim são a própria cultura, exaltada e expressa em festejos que também reforçam o sentimento de pertencimento ao território rural.

#### **4.2 Religião como elemento importante no processo de reafirmação cultural e territorial**

Para entendermos a importância da religião na vida de uma comunidade ribeirinha, é necessário primeiramente compreendermos como se desenvolveu o processo histórico relacionado à religiosidade no Brasil, especificadamente em comunidades amazônicas com destaque para a comunidade Bom Socorro do Zé Açú no município de Parintins/AM.

O cristianismo foi trazido pelos portugueses no chamado “descobrimento” das Américas, onde foi implantada a religião cristã que até então era a religião dos portugueses colonizadores. Essa nova religião foi se desenvolvendo e sendo imposta aos indígenas de forma ditatória, pois os mesmos poderiam até se casar com os brancos, entretanto havia uma pequena exigência posta pelo Estado: os mesmos deveriam aderir ao cristianismo, à cultura e à língua portuguesa.

Fraxe faz uma pequena narrativa acerca do contexto em que viviam os povos indígenas no Brasil antes da chegada dos portugueses:

Aqui só havia povos indígenas, distribuídos em centenas de comunidades tribais. Cada uma com seus hábitos, seus costumes, muitas vezes com sua própria língua ou dialeto. Andavam quase nus, suas vestimentas eram, tipicamente, vinculadas à tradição de seus habitantes, com séculos de história pra contar. O Estado se confundia com a própria sociedade. O governo era exercido pelo Cacique (Tuxaua). O conhecimento era herança cultural e resultava na proliferação histórica dos saberes tradicionais, os quais ofereciam, desde a cura para as doenças, até os instrumentos para o parto. A religião era comandada pelo Pajé. (FRAXE, 2011, p. 18).

Depois de todo o contexto histórico que aconteceu logo após a descoberta do Brasil, relacionado aos indígenas *versus* portugueses, têm-se agora duas correntes religiosas, uma proveniente do cristianismo com destaque para o catolicismo e outra trazida pelas práticas fetichistas africanas, todas constituídas por rituais, feitiçarias e superstições, que é genericamente referido como afro.

Partindo para o campo mais específico, temos a Amazônia, cujo nome é referente às Amazonas, que eram mulheres guerreiras de uma determinada tribo onde, diz a lenda, que as mesmas não tinham o seio direito, pois assim acreditavam que possuiriam maior habilidade com o arco e a flecha que usavam para a caça e a guerra.

A Amazônia já foi um lugar densamente povoado por povos indígenas, na qual se encontrava uma diversidade de tribos, línguas, dialetos e culturas que foram com tempo sendo dispersas ou exterminadas. Essa diversidade de características deixadas e que ainda continuam a ser repassadas por algumas tribos indígenas que resistem, chegando até os nossos dias.

Partindo para um subcampo ainda mais específico, temos então as comunidades ribeirinhas e com o foco o Zé Açu, sendo aqui representado principalmente pela comunidade de Bom Socorro, que é a maior e mais populosa de suas comunidades. Neste local foi realizada grande parte das observações e entrevistas, visto que as outras comunidades também realizam festas em honra a seus santos padroeiros de forma muito similar.

É importante ressaltar que para a execução deste trabalho algumas entrevistas foram gravadas e alguns formulários aplicados. Entrevistas estas que foram feitas com alguns moradores mais antigos ou membros mais velhos presentes no momento, para que se pudesse chegar aos resultados.

A maioria dos moradores que vivem na comunidade do Bom Socorro são adeptos à religião católica, o principal motivo para este fato está na própria constituição da comunidade, que, desde a sua formação, foi comandada por líderes católicos, como padres, bispos e leigos. A Figura 74 demonstra a questão da religião na comunidade Bom Socorro.



Figura 74- Presença de Altar e imagens de santos nas casas dos moradores.  
Fonte: trabalho de campo 2012.

É comum a presença nas casas dos ribeirinhos as imagens de santos, terços, altares entre outros, corroborando com o que já tinha sido observado por Galvão (1955) em sua pesquisa sobre religiosidade “[...] praticamente, todas as casas possuem um pequeno altar, onde à falta de imagens, são exibidos figuras de santos recortados de livros ou almanaques” (p. 41). Símbolos esses que caracterizam a presença do catolicismo, mas também e especialmente a sociabilização entre os moradores que a igreja propõe.

#### **4.3 A festa em honra a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na comunidade do Bom Socorro do Zé Açú**

O ser humano desde os primórdios, sempre sentiu a necessidade de adorar algo ou alguma coisa. Aqui cabe a assertiva de Rosendahl (1999, p. 66) de que “sempre foi um programa o homem religioso à procura de um Deus no plano físico e visível [...]”, adorar um deus significa mais que uma tradição para o ser humano, é uma necessidade pois ele sempre procurou adorar algo, seja um deus de pedra, ou um deus em forma de um animal, ou simplesmente algo que não se pode ver e nem tocar.

Não sendo diferente de outros lugares, a comunidade do Bom Socorro do Zé Açú em sua concepção sentiu a necessidade de ter um deus para adorar, esse deus seria o Santo protetor da comunidade, como existe em todas outras comunidades nas quais há festejos para

o santo todos os anos como forma de agradecimento, seja por uma boa colheita em sua roça ou por alguma graça alcançada pelos fiéis.

Até meados de 1963, sem a imagem da santa e sem nenhuma capela para celebrar a missa, os comunitários se deslocavam do Zé Açú até a sede principal de Vila Amazônia (a comunidade de Santa Maria) para participarem do culto religioso. Esse tempo é considerado importante para história do Zé Açú, principalmente por parte daqueles que vivenciaram a formação da mesma. É lembrado por alguns moradores com sentimento de alegria e saudade.

Simas faz uma narrativa descrevendo a importância desse momento vivido pelos comunitários mais antigos, o qual se reporta da seguinte forma:

Todos os domingos nos deslocávamos daqui do Zé Açú até Vila Amazônia, para participarmos da missa. Era uma aventura que começava no sábado, com os preparativos da viagem que se iniciava às quatro horas da manhã de domingo, em embarcações (canoas) escolhidas entre as maiores do local, para aguentar o maior número possível de fiéis. Eram famílias inteiras numa viagem alegre. As famílias de mais próximo à boca do lago esperavam em locais previamente combinados. Assim quem fosse completando a lotação deixava os próximos passageiros para a canoa seguinte. (SIMAS, 2000, p. 10).

Em 1965, com a definição de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro como a santa padroeira da comunidade, que foi decidido pelos próprios moradores e a construção da capela, adquiriram a imagem da santa, que primeiramente foi apenas uma pintura no quadro e, posteriormente, adquirida uma escultura de 53 centímetros de altura.

Desde então acontece anualmente o festejo em honra à santa padroeira da comunidade do Bom Socorro do Zé Açú, que é realizado nos dias 20 a 23 de junho. Cujo tema escolhido pelos organizadores da festa para o ano de 2012 (ano do trabalho de campo para esta temática) foi, “*Eis aí a tua Mãe*” e como lema: “*A família de Jesus*” (Figura 75).



Figura 75- Cartaz da Festa.  
 Fonte: Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).

Os dias que antecedem ao festejo são vividos com bastante alegria e ansiedade pelos moradores da comunidade, que se revelam por meio da organização, ornamentação das ruas e frentes das casas com bandeirolas e enfeites que tem relação com a parte religiosa ou o sagrado. Tais organizações não acontecem apenas nas ruas e nas casas dos comunitários, elas acontecem principalmente na primeira vista que se tem da comunidade, e que recebe quem apenas visita, que é a igreja.

A pintura no prédio da igreja, feita uma semana antes do início da festa, contou com a união de alguns moradores para a pintura da mesma com o objetivo de lhe dar um visual novo e ao mesmo tempo bonito para a comunidade. Foram feitos também por alguns comunitários, antes da festa, alguns reparos na parte elétrica da comunidade já preparando para os dias de celebração.



Figura 76- Frente da igreja ornamentada com bandeirinhas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).



Figura 77- Fiéis ornamentando o interior da igreja.  
Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).

A Figura 76 mostra a igreja toda pintada, ornamentada com bandeirolas coloridas para a festa, sendo esta cena tipicamente encontrada em muitas comunidades ribeirinhas que festejam seus santos padroeiros.

Na Figura 77 observamos a ornamentação interna da igreja feita por alguns comunitários, em sua maioria mulheres. É importante ressaltar a organização, o compromisso e, principalmente, a união que os comunitários têm com a festa da santa. Alguns passam dias e noites planejando cada detalhe do festejo, desde o Círio Fluvial até o último ato do ritual,

que é a derrubada do mastro. Em relação à organização do espaço para a realização da festa, Wagley (1988, p. 52) descreve que “todos os anos, o dia do santo é comemorado na localidade e a organização da festa é uma tarefa importante da irmandade”.

É pertinente destacar os laços de vizinhança que ainda existem entre os comunitários, pois observamos a união entre os moradores da comunidade, no que se refere à ornamentação da igreja e das ruas, na limpeza da praça, entre outros, principalmente neste período festivo.

Fraxe (2011, p. 108) compreende e descreve bem essas relações entre vizinhanças, em relação às comunidades ribeirinhas quando afirma que “na verdade, os laços de vizinhança são imprescindíveis para garantir a vida cotidiana em uma comunidade rural, pois garantem que essas pessoas sintam-se parte de um sistema sociocultural comum”.

A festa em honra ao santo não se remete apenas a um momento de fé, é antes de tudo, momento em que vizinhos, conhecidos, parentes que moram distantes e até mesmo pessoas estranhas que vêm de outros lugares, em que, muitas das vezes há tempos não se comunicavam e que têm a oportunidade de se reencontrar em momentos como este. Aproveitam este momento de socialização, de descontração, de conversas, de lembranças e recordações de bons momentos já vividos, mas que sempre são agradáveis de relembrar, principalmente nesta época.

Rosendahl e Corrêa argumentam sobre esta sociabilização que há entre os indivíduos, em festas populares, conforme segue:

Nas relações cotidianas, este ‘ir-ao-encontro-do-outro’ geralmente se limita às relações de vizinhança e amizade e aos laços familiares. Entretanto, nas festas, nos posicionamos diante de uma coletividade em que muitos ‘estranhos’ tornam-se ‘próximos’, e isto em virtude da excepcionalidade expositiva e receptiva e do aguçamento da afetividade gerados no momento festivo. (ROSENDAHL; CORRÊA, 1999, p. 174).

Nessas manifestações há sempre o espírito de aceitação, interação de todos, inclusive dos ditos “estranhos”. Nessa oportunidade se divertem, integram e se misturam, mesmo quando não conhecem um ao outro. Em entrevista, nos relatou a senhora Z.G., 64 anos, uma das primeiras moradoras a se estabelecer na comunidade do Bom Socorro do Zé Açú, “*É o momento da confraternização né? Não só lá na igreja mais fora, no arraial né? Que tem pessoas que já faz um tempo que não vem aqui, e de repente ela aparece, é aquela alegria toda né*” (Pesquisa de campo, 2012).

Neste contexto, notamos que a festa é um momento de reaproximação, de união entre os moradores e aqueles que vêm de outros lugares para participarem também.

O primeiro ato da festa acontece com a ida da imagem um dia antes do primeiro dia de festejos para uma das comunidades próximas que pertencem a Zé Açú e que ficam perto de Bom Socorro. Esta comunidade é selecionada por sorteio que acontece todos os anos e é feito pelos coordenadores da festa. A comunidade sorteada no ano de 2012 foi a Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, que é a primeira comunidade avistada, quando se entra no Lago do Zé Açú.

Na noite que antecede o dia da festa, os comunitários adentram a madrugada trabalhando, dando os últimos retoques para que no dia seguinte esteja impecável quanto à ornamentação. Antes do raiar do primeiro dia da festa, precisamente às quatro horas da manhã, acontece a alvorada festiva com a salva de fogos, feita por alguns moradores, sendo uma das tradições da festa. Com um triciclo e uma caixa de som, a alvorada percorre as ruas da comunidade, anunciando o primeiro dia da festa, com o término na praça da igreja com o hasteamento das bandeirinhas do arraial.

Não se pode deixar de lado a informação de que a parte da sonorização da festa, que vai desde as caixas de som, a iluminação, até aos instrumentos musicais, são levados da cidade de Parintins para a comunidade no dia que antecede o primeiro dia da festa. Outro fato que não se pode deixar de mencionar é a participação das outras comunidades do Zé Açú nos dias de festejo, pois em cada noite em que é celebrada a missa, o responsável pela celebração é o líder da parte religiosa de cada comunidade pertencente ao Zé Açú.

Chega o tão esperado primeiro dia da festa, Wagley (1988, p. 195) descreve este momento da festa, com a seguinte expressão: “O dia da festa do santo constitui o ponto alto dos festejos, devendo, portanto, ser comemorado de maneira toda especial”.

Este primeiro dia inicia-se com a parte religiosa, com a ida dos comunitários até a comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, para a realização do Círio Fluvial, que geralmente acontece ao entardecer do dia. Vários comunitários se reúnem para esse momento, sendo transladado por barcos que são acompanhados por bajaranas, rabetas, lanchas e canoas dos ribeirinhos do Zé Açú.

É importante destacar que as embarcações que participam do Círio Fluvial são organizadas e enfeitadas com bandeirolas coloridas e também a sonorização adequada para aquele momento de fé. Durante todo o trajeto percorrido os comunitários vão cantando alegremente os hinos católicos e soltando fogos para anunciarem a chegada à comunidade onde a santa está à espera (Figura 78).



Figura 78- Coral da igreja cantando os hinos católicos no barco.  
Fonte: Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).



Figura 79- Barcos no porto da comunidade esperando o cício fluvial.  
Fonte: Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).

A Figura 79 reporta o momento da chegada das embarcações a Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, no Lago do Zé Açú.

O antropólogo Charles Wagley discorre sobre o Cício que é feito nessas festas, destinadas aos santos padroeiros das comunidades, onde o mesmo denomina em alguns momentos os organizadores da festa de irmandades. O autor se reporta a esse momento descrevendo o seguinte:

A função principal das irmandades rurais é organizar a festa anual do santo a que são dedicadas. Essa festa é, às vezes, precedida pela folia. Nessas ocasiões os administradores da irmandade levam a imagem do santo, numa canoa especialmente enfeitada, em visita a outras aldeias e distritos rurais. (WAGLEY, 1988, p. 195).

A partir de então há todo um ritual a ser feito pelos ribeirinhos. Inicialmente, a oração ou reza do terço, em seguida os cânticos entoados pelos fiéis em honra à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e, finalmente, a saída da imagem da santa da igreja da comunidade, com a transladação da mesma pelo lago do Zé Açú.

Inicia-se o início do Círio Fluvial que é para os comunitários locais, e também para aqueles vindos de outras comunidades ou do próprio município de Parintins, um momento ímpar de fé e devoção. Os fiéis percorrem todo o lago do Zé Açú com a santa lá no alto da embarcação, e com a participação do coral infantil e do coral dos adultos da igreja, cantando e tocando instrumentos musicais, saudando e louvando a Santa Padroeira com salva de fogos e a reza do terço.

Importante ressaltar, que nesse momento muitos devotos da santa fazem pedidos à mesma, e um dos pedidos feitos é a proteção do lago do Zé Açú, pois, para o ribeirinho, que tem relação muito próxima com o rio, lagos e igarapés, essa fonte de vida que é a água, é indispensável, tanto para a sua alimentação como também para seu ir e vir, e seu lazer.

Um momento que chama bastante atenção nesse círio fluvial é a soltura de várias barquinhas no lago do Zé Açú, as quais são confeccionadas pelos próprios comunitários como forma de devoção à Santa. São feitas de pedaços de isopor, têm os quatro lados encapados com papéis coloridos e no centro é colocada a vela, um dos símbolos do catolicismo, que é bastante utilizado nesse tipo de festejo. Posteriormente, a vela é acesa e os barquinhos soltos no lago, dando à noite estrelada e ao Lago do Zé Açú com suas águas escuras um tom colorido e deslumbrante, fazendo prevalecer um ar de gratidão e satisfação por parte dos moradores locais ao fazerem esse ritual.



Figura 80- Barquinhos confeccionados pelos moradores.  
Fonte: Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).



Figura 81- O lago iluminado pelos barquinhos que foram soltos.  
Fonte: Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).

As Figuras 80 e 81 mostram o momento da soltura das barquinhas em frente da comunidade para receber o círio fluvial que traz a Santa Padroeira, observamos que são muitas e que as mesmas simbolizam um ato de fé e devoção.

Ao chegar à comunidade do Bom Socorro, os fiéis, juntamente com o andor em que está a santa, se dirigem à igreja para celebrarem a missa em honra à Nossa Senhora do

Perpétuo Socorro. A missa significa para aqueles que participam, um momento de superação, de gratidão, de comunhão, de fé e, acima de tudo, de devoção à Santa.

Na fachada da igreja foi pintada a imagem da Santa Padroeira, cuja imagem foi coberta com um tecido branco para ser retirado apenas no momento em que os fiéis e a santa chegassem do Círio Fluvial para celebrar a missa, ocorrendo neste momento salvas de palmas e fogos de artifício.

Os elementos observados durante o festejo à santa, e que se destaca em relação à importância da igreja, são a imagem do andor e da cerimônia ou missa para os comunitários. Estes são símbolos muito utilizados na prática catolicista, e não sendo diferentes os fiéis sentem e dão reverência a estes símbolos. O andor que transporta a imagem da Santa é confeccionado por mulheres da própria comunidade, que com bastante dedicação e criatividade ornamentam com flores, ramos, cruzes entre outros.

A imagem da santa é bastante respeitada e reverenciada pelos devotos, como discorrido por Galvão (1955, p. 42): “Os Santos, podem ser considerados como divindades que protegem o indivíduo e a comunidade contra os males e infortúnios”. Aquela imagem representa a presença da protetora da comunidade, merecendo todo o respeito e devoção.



Figura 82- Procissão pelas ruas da comunidade.  
Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).

A Figura 82 nos mostra o andor com a imagem da Santa Padroeira conduzido pelos fiéis na procissão pelas ruas da comunidade.

A igreja é o local em que o homem sente mais próximo do seu deus. Os comunitários têm uma relação muito próxima com igreja, pois é lá que acontecem os principais eventos sociais da comunidade como casamentos, batizados, primeira comunhão, entre outros. Esta forte ligação é representada especial e principalmente nas senhoras que residem na comunidade e fazem parte do apostolado, as quais têm um cuidado especial com o templo da igreja, cuidando da limpeza, da ornamentação entre outros trabalhos.

A cerimônia ou missa é uma parte do rito que é vivenciado com fé. É nítida a expressão de devoção nos comunitários, visitantes, enfim, daqueles que vão para a parte devocional da festa. Ao adentrarem na igreja, os mesmos têm uma forma específica de fazer reverência à padroeira, que é de se prostrar de joelhos perante a imagem da santa, ao mesmo tempo fazendo o sinal da cruz, como forma de reverência e adoração, não só à imagem, mas sim a fé que os mesmos têm e sentem que é expressa com a reverência, adoração e missas.

Rosendahl e Corrêa (1999, p. 234) descrevem sobre o que realmente significa o sagrado para aqueles que, do seu modo, adoram o seu deus “o verdadeiro significado do sagrado vai além de imagens, templos e santuários, porque as experiências emocionais dos fenômenos sagrados são as que se destacam da rotina e do lugar comum”. Dessa forma, fica impossível entender ou até mesmo descrever, o que realmente um devoto sente no momento em que está adorando a imagem de um santo.

Depois de todo o contexto que se refere à parte religiosa, logo em seguida vem a parte social ou profana, como é intitulada por muitos autores que estudam o assunto. Dentre eles Eliade (1992, p. 79), o qual, em sua obra *O sagrado e o profano a essência das religiões*, descreve que “o homem religioso sente necessidade de mergulhar por vezes nesse Tempo sagrado e indestrutível. Para ele, é o Tempo sagrado que torna possível o tempo ordinário, a duração profana em que se desenrola toda a existência humana”.

Muitos estudiosos se referem ao profano como o comércio e as danças, porém, devemos levar em consideração que esse momento faz parte da festa, e é esperado com certa ansiedade pelos moradores.

Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa, no livro *O espaço, o sagrado e o profano* (1999, p. 239), conceituam o espaço profano da seguinte forma: “Pode-se definir espaço profano como o espaço desprovido de sacralidades, estrategicamente ao ‘redor’ e em ‘frente’ do espaço sagrado”. Neste contexto, podemos afirmar que espaço profano é a parte da festa

religiosa, em que se é despido de todo o tipo de sacralidades, ou seja, não existe relação com a religiosidade.

Na comunidade do Bom Socorro, o momento que se destina ao profano inicia após a missa. É interessante mencionar que o espaço que se utiliza para a prática profana geralmente em comunidades ribeirinhas, não sendo diferente na comunidade do Bom Socorro, se localiza nos arredores da igreja.

Temos então o início do “arraial”, como é popularmente mais conhecido o momento profano das festas religiosas em comunidades rurais. E é nesse momento que há uma reciprocidade entre espaço sagrado e profano.

A abertura do arraial ocorre com muito som ao vivo, que é realizado por bandas musicais que são contratadas para tocarem no festejo. Esse elemento é muito importante para a realização da festa, pois, em geral nas comunidades amazônicas é muito comum a presença de dois estilos musicais que os comunitários dão preferência em ouvir nas suas casas, em comércios e principalmente na parte social da festa, que são denominados de “brega” e “forró”.

Nessas festas populares também é comum o desfile das “Princesas da Festa” ou “Bonecas Vivas”, tradição esta que se constitui em crianças do sexo feminino que fazem uma preparação, nas quais são feitas arrecadações através de diversas atividades, como, a venda de guloseimas, de bingos e outras atividades que tenham como objetivo a arrecadação de dinheiro para as “Princesas da Festa”. Sendo que no último dia da festa há a apuração de quanto cada “Princesa” conseguiu arrecadar, e a vencedora será a que conseguir maior arrecadação em dinheiro. É importante destacar que o valor arrecadado é investido na manutenção da igreja e do centro social comunitário.

Em seguida há a realização do bingo popular e do bingo gigante, que são dois momentos realizados pela coordenação da comunidade e têm também como o foco principal a arrecadação de verbas para a manutenção da igreja, da escola ou de outra infraestrutura que a comunidade esteja precisando.

O bingo popular é realizado antes do bingo gigante e tem como prêmios objetos que têm menos valor comercial: produtos oriundos da agricultura como jerimum, cachos de banana, farinha de mandioca, entre outros, e geralmente a forma de se ganhar é na quina.

Já o bingo gigante tem maior amplitude, além de ser o mais esperado por quem participa do festejo em honra à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, os prêmios são mais

valiosos, como: bicicletas, ventiladores, celular, mamote<sup>16</sup>, entre outros. Os bingos são realizados pelos coordenadores da festa, e esse momento é festejado com bastante alegria pelos participantes, com descontração, diversão, alegria, brincadeiras, enfim, vivem um momento marcante, que só acontece uma vez por ano, constituindo-se no momento de sociabilidade entre os moradores.

Em relação ao comércio que movimenta a festa, há uma prática muito comum que é a realização de leilões para angariar fundos para a igreja do santo homenageado, no caso Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Então, não podemos considerar esse ato como uma atividade caracteristicamente profana, pois as pessoas que adquirem esses objetos, que são doados por alguns moradores, vendem para ofertarem ao santo uma parte do dinheiro auferido.

Destaca-se ainda mais uma tradição do festejo em honra à santa que são os torneios de futebol, os quais são realizados e disputados por vários times inscritos na competição, sendo que a mesma é realizada no último dia da festa.

É importante dizer que os times que participam desse torneio vêm de várias comunidades do Zé Açú, não apenas da comunidade do Bom Socorro, mais uma vez um momento propício ao reencontro de amigos, parentes e outros conhecidos que essa festa proporciona. Nessa ocasião muitas pessoas vêm para acompanhar e torcer pelo seu time favorito, conforme a Figura 83.



Figura 83- Torneio de Futebol.  
Fonte: Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).

---

<sup>16</sup> Gado pequeno, novilho.

Ainda há nesses festejos o uso do mastro, como na maioria das festas de santos que acontecem em comunidades ribeirinhas. O mastro é enfeitado com frutas, bombons, folhas, balões e que possui ao topo uma bandeirola de cor verde. Cada pessoa tem a sua vez de dar um “golpe” com um machado no “pé” do mastro, não bastando apenas derrubar o mesmo, mas principalmente conseguir para si a bandeira que se encontra no topo. Este momento é um dos mais esperados pelos brincantes da festa, que viram a madrugada até a manhã do dia seguinte para assim participarem com alegria e gratidão e união. Wagley (1988, p. 200) afirma que “[...] a derrubada do mastro, cerimônia simbólica da terminação dos festejos”, geralmente ocorre às seis da manhã, e é nessa parte do rito que se decide quem ficará como responsável pela festa do ano seguinte (Figura 84).



Figura 84- Derrubada do mastro.

Fonte: Trabalho de campo, 2012. (Foto: Charlene Muniz).

A manifestação religiosa na comunidade do Bom Socorro é importante, pois vivifica a memória e o cotidiano das pessoas que vivem nesses lugares, que são ao mesmo tempo repletos de lembranças e tradições que perduram ao longo do tempo e são repassadas dos pais para os filhos.

No final da tarde do último dia do festejo se realiza também o último ato sagrado, que é a procissão. Nesse momento a imagem da Santa Padroeira percorre as ruas da comunidade do Bom Socorro, simbolizando um ato de fé e devoção a todos que participam. A procissão tem início com a preparação dos participantes moradores em frente à igreja da comunidade, onde se tornam perceptíveis a organização e respeito que os mesmos têm com o rito. Nesse

ritual participam crianças, idosos, jovens e adultos, todos aqueles que desejam fazer um bom ato em honra a seu santo padroeiro.

Wagley (1988, p. 222) nos relembra que a procissão também se torna uma das promessas que são pagas pelos fiéis à santa, quando o mesmo descreve que: “De certo modo, até as ladainhas, as procissões e outras cerimônias coletivas em homenagem a um santo são consideradas promessas”. A procissão é um momento extraordinário sendo um dos principais momentos da parte religiosa que acontece nesses festejos, em que é importante mencionar que esse momento é esperado com muita emoção pelos moradores, que saem pelas ruas da comunidade para saudar com fogos a festa da sua Padroeira.

Os devotos acendem velas, levam flores entre outros símbolos. Durante este momento é comum o ato de pagar promessas e penitências e, ao mesmo tempo, renovar votos e fazer promessas ao santo padroeiro.

Wagley (1988, p. 222) relata sobre esse ato que é muito comum em comunidades ribeirinhas: “A promessa é a principal maneira de se obter a proteção de um santo ou seu auxílio nos momentos difíceis”. Algumas das promessas que observamos no trajeto percorrido pela imagem da santa foi a presença de alguns devotos com os pés descalços, como forma de pagar por alguma graça alcançada e também como forma de fé e devoção.

#### 4.3.1 Mudanças e permanências nas festividades em honra aos santos das comunidades do Zé Açú

As manifestações religiosas ocorridas em comunidades ribeirinhas em forma de festejos em honra aos santos católicos vêm perdendo alguns elementos tradicionais. Esse impacto sobre a religiosidade nessas comunidades se dá principalmente pela adesão dos aspectos da vida moderna no meio rural ocorrendo, por outro lado, a permanência de alguns ritos que ainda continuam resistindo a esse processo de modernização.

Esses ritos que ainda persistem, possuem um grau de relação com o passado, sendo importante para a manutenção cultural e identitária da comunidade, pois são conhecimentos, costumes e tradições que foram repassadas de geração para geração. Já outros ritos nascem de outras formas ou são reinventados, tomando características distintas daquelas que foram a priori estabelecidas para o ritual religioso. Essas mudanças que vêm ocorrendo já foram também observadas por Galvão.

As mudanças que se observam na organização das festas, no culto dos santos, e nas Irmandades não são devidas principalmente ao que se poderia classificar frouxamente de aculturação dos centros urbanos, isto é, à difusão de novos padrões e atitudes desenvolvidos nas cidades. As transformações resultam de fatores peculiares à estrutura social urbana e à das freguesias rurais. A perda e substituição de elementos, resultantes de influências citadinas são comparativamente poucas. O isolamento das freguesias tem contribuído, por outro lado, para uma conservação mas acentuada de elementos arcaicos. Mas o isolamento, em si mesmo, não é a causa, é antes consequência desses fatores que se poderia classificar de históricos e geográficos. (GALVÃO, 1955, p. 171-172).

O autor destaca que as mudanças ocorridas nas festas não têm como fator determinante as influências citadinas, estas podem ocorrer sim, porém essas mudanças são resultado, principalmente, do contexto sociocultural das comunidades, ou seja, cada comunidade possui características próprias de organização social, aspectos culturais, históricas e de localização geográfica que influenciam na forma como essas mudanças vão ocorrer. Que podem engendrar transformações mais rápidas e perceptíveis, como também, podem ajudar na manutenção de práticas tradicionais que perduram ainda nos dias de hoje.

Ao observar a festa em honra à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que acontece na comunidade do Bom Socorro, localizado no Lago do Zé Açú no município de Parintins, podemos fazer uma reflexão em relação às transformações e mudanças que ocorreram e ainda ocorrem na mesma desde a sua origem.

Para sistematização deste processo, foram utilizados alguns trechos de entrevistas cedidos por alguns dos comunitários, sendo interessante pensar nas histórias vivenciadas e memorizadas pelos comunitários mais antigos, nas quais as lembranças que os mesmos possuem perpassam o espaço e o tempo. Fraxe (2011, p. 100) descreve que “falar das histórias vivenciadas por eles é resgatar a história construída em um lugar, história esta que ficará guardada na memória coletiva da comunidade é apenas uma das muitas crenças que dão sentido e vida em um agrupamento social”.

Um dos elementos que sofreu essa modificação e que é bastante questionada entre os comunitários, é em relação ao dia da festa e também aos dias de novena que foram reduzidos de nove para apenas três noites. Essa questão é discutida principalmente entre os moradores mais antigos, pois os mesmos antes faziam o festejo todo o dia 22 de junho e por todas as nove noites de novena, onde os mesmos iam de casa em casa para rezar o terço para o santo protetor.

Porém, o dia do festejo foi alterado, para ser dia 23 de junho, e as novenas que eram as nove noites agora passam a acontecer apenas nos três últimos dias do festejo. De acordo com uma das moradoras da comunidade a senhora E.S., 62 anos, a mesma relata sobre a mudança

e alteração das datas do festejo, da seguinte forma: “*A gente fazia nove noites, agora é três ou quatro noites. Isso aí foi uma coisa que enfraqueceu, eu acho assim. Mas a gente continua fazendo, do dia 13 que começava a festa, até dia 22*”. Ficou esse impasse entre o primeiro dia de festejo e as nove noites de novena que acontecem na festa em honra à santa padroeira da comunidade do Bom Socorro, onde muitos moradores ficam a favor da mudança das datas, enquanto outros se posicionam contra.

Outro aspecto que merece destaque está relacionado à questão da modernidade que a cada dia está adentrando com mais força dentro das comunidades ribeirinhas. É nítida, atualmente, a presença de muitos itens que antes só se viam no meio urbano, mas que agora também podem ser encontrados no meio rural com mais frequência. Entre eles estão a televisão, a antena parabólica, o computador, internet, o celular, entre outros. Porém, esse processo não é recente, isso já havia sido percebido por Galvão quando estudou as manifestações religiosas na década de 1950.

A melhoria dos meios de comunicação e transporte promove o enfraquecimento de instituições locais. Crenças e costumes são suplantados por outros de difusão mais ampla. Instituições nacionais passam a atuar mais efetivamente sobre as regionais. Justamente com esse processo, a introdução de novas técnicas e a difusão de conhecimentos científicos através dos postos de saúde e das escolas, invade gradualmente a órbita de conhecimento e crenças mantidas pelo caboclo. (GALVÃO, 1955, p. 189).

Esses equipamentos que antes não faziam parte do cotidiano da maioria dos comunitários está, segundo a opinião de alguns, contribuindo para a diminuição da participação e até mesmo exclusão de muitos moradores nas atividades sociais e religiosas da comunidade, como, por exemplo, a participação nas missas que acontecem na igreja.

Alguns moradores mencionam como principal causa desse problema ser a presença de um equipamento bastante utilizado pelos comunitários, que é a televisão. Como pode ser observado a seguir no trecho de um relato de um morador da comunidade, o senhor B.M., 79 anos, que relata o seguinte:

*Na minha mente principalmente a televisão. Por que no início não tinha televisão e aqui o povo se achegava mais. Hoje em dia liga a televisão: “eu não vou na igreja mais, vou espiar televisão”. E eu acho que por uma parte a televisão ela apresenta coisa boa, mas por outra não.* (Pesquisa de campo, 2012).

Os moradores ainda mencionam que antigamente na comunidade, o povo era mais obediente em relação à questão religiosa e também vivia mais em união, como pode ser visto nos trechos das entrevistas abaixo do senhor B.M., 79 anos, e da senhora Z.G., 64 anos.

*Logo no princípio, eu achava que o povo era mais obediente, porque tinha pouco morador aqui, mais os outros que moravam por aí ao redor, né, quando era dia de domingo eles vinham compartilhar aqui. E hoje já muitos já tá aqui agrupado, e quando é dia de domingo já não vai lá. (B.M., 79 anos, Pesquisa de campo, 2012).*

*O povo era mais humilde, o povo se reunia mais, [...] hoje como um domingo, o pessoal vinha, de canoa de casco, não tinha motor, não tinha rabeta. Vinham e se juntavam tudo na igreja pra rezar, após a reza a gente não fazia bingo, porque nesse tempo não se falavam em bingo, era leilão, aí a gente armava um leilão, e aí até uma hora dessa o pessoal ainda estavam aqui, com aquela alegria. Aí já trazia a comidinha deles pronto, já deixavam lá na canoa, que podia deixar, hoje não pode deixar mais nada. [...] Eu achava que era mais animado nessa parte. Hoje não, hoje eu acho assim, que quanto mais vai crescendo, parece que o pessoal vai perdendo a fé, eles já se ligam mais pra parte social. (Z.G., 64 anos, Pesquisa de campo, 2012).*

As tradições que fazem parte dessas manifestações religiosas em forma de festejos em honra ao santo que se realizam em comunidades ribeirinhas, estão sendo a cada dia substituídas, ou até mesmo deixadas de lado, de maneira que parte da identidade e cultura desses povos vai se perdendo ou se transformando com o tempo. Fraxe discorre sobre esse processo que vem acontecendo nas festas camponesas tradicionais, como a mesma denomina, da seguinte maneira:

*A festa camponesa tradicional constitui uma forma que os grupos locais encontram para reafirmar para si próprios sua religiosidade e a crença que possuem em determinados ritos. Representa um estado reativo de um grupo de pessoas que busca manter uma tradição diante das transformações socioculturais engendradas nas sociedades modernas. (FRAXE, 2011, p. 60).*

As tradições que ainda permanecem no festejo estão a cada dia sendo modificadas pelas influências da modernidade, pois não há como impedir que este fenômeno ocorra em comunidades amazônicas, ficando cada vez mais evidente e nítido que os elementos que antes só eram vistos no meio urbano agora são vistos com mais frequência nessas localidades, dessa maneira modificando paulatinamente um contexto baseado em tradições arraigadas na cultura.

#### **4.4 Cultura e territorialidades: as manifestações religiosas como fator de reafirmação territorial na comunidade Bom Socorro do lago do Zé Açu**

A cultura de uma dada sociedade é marcada pelo auto reconhecimento do que é atribuído a valores, ações, crenças do seu dia a dia. Não sendo diferente nas comunidades ribeirinhas, a religião é uma das marcas registradas que identifica a crença e a fé das pessoas que vivem nesse contexto. Em geral, o ribeirinho é cercado por um mundo mitológico repleto de seres lendários, normalmente ligados ao rio e à mata e que têm um papel importante na constituição da identidade, cultura e territorialidade.

Os festejos em honra aos santos católicos é um dos principais elementos, juntamente com o mundo mitológico que os cercam, constituindo assim a identidade de uma comunidade. Essas manifestações definem um território que, por sua vez, caracteriza e organiza o espaço.

Fraxe (2011) descreve sobre essa territorialidade ao mencionar que o território não é somente demarcado por leis ou títulos definitivos de posse da terra, mas, principalmente, está representado na identidade que as pessoas adquirem em convivência com este território.

Portanto, essa expressão de territorialidade não reside na figura de leis e títulos, mas está viva na memória coletiva que é incorporada a partir das dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com o lugar, o que dá mais consistência e profundidade a noção de território do que os títulos definitivos de terra. (FRAXE, 2011, p. 114).

A festa na comunidade do Bom Socorro expressa principalmente a territorialidade da comunidade, onde se observa que nos dias de festejo há uma certa manutenção e reafirmação da identidade cultural dos comunitários. Fraxe (2011, p. 59) comprova essa afirmação quando a mesma descreve que “A festa representa a afirmação do modo de vida que se cristaliza pouco a pouco no cotidiano de um lugar [...], ela se torna a forma mais concreta de apropriação dos espaços pelas populações locais, que inventam e reinventam suas práticas culturais [...]”. Dessa forma, o momento festivo, reforça o sentimento de pertencimento, de territorialidade, daqueles que vivem nessas localidades.

Segundo Rosendahl e Corrêa (2011, p. 40), “[...] construir sua identidade por meio do sentido dado às coletividades às quais estão ligados e aos lugares que elas habitam [...]”. Nesse contexto, podemos afirmar que não há território sem que haja vínculo de identidade ou símbolos que venham a caracterizar determinada sociedade que o ocupa.

O território religioso manifesto nos festejos em honra aos santos padroeiros é um momento esperado o ano inteiro por alguns comunitários, principalmente os mais devotos à santa. Rosendahl e Corrêa (2011, p. 67) descrevem que “muitos ancoram suas identidades nos aspectos sensíveis de seu meio ambiente, tanto quanto nos valores ou crenças que compartilham”. Nesse momento é possível observar a territorialidade que se manifesta durante estes festejos, apontando para a importância e reconhecimento do território ocupado pela Igreja Católica.

A manutenção da identidade territorial tem como o principal fator a religião católica no referido recorte espacial, onde a mesma colabora e influencia na dinâmica e organização a partir da distribuição espacial dos seus territórios religiosos, pois, em outras comunidades que fazem parte do Zé Açú, observa-se que há também essa forte influência da religiosidade, visto que a Igreja Matriz é quem comanda a parte religiosa, influenciando assim as outras que ficam próximas a ela.

Importante destacar que durante o ritual há a participação das comunidades adjacentes que fazem parte do território do Zé Açú, e também de outras comunidades que não fazem parte da mesma, mas que também são convidadas a participarem.

Podemos afirmar que as festas de santos em comunidades contribuem para a afirmação destas identidades dos ribeirinhos das margens do lago do Zé Açú, identidade essa que traz consigo as marcas de um passado em que se rememora a lembrança de momentos vividos com mais união e simplicidade, onde os comunitários se reuniam para juntamente com outras comunidades adjacentes festejarem seus santos.

Dentro desse processo de ressignificação da cultura, em cada nova manifestação há a incorporação de novos elementos que são trazidos pela modernização, onde tais manifestações se renovam em consequência desta relação estabelecida com o moderno. É por esse motivo que se pode afirmar que a cultura ribeirinha, sua memória e seus espaços simbólicos se encontram em estado de transformação e de mudança permanente.

A territorialidade é mantida mediante a existência do território religioso, essa territorialidade se torna mais visível no momento festivo, pois assim há um fortalecimento das experiências religiosas tanto coletivas como individuais. Reconhecer o fenômeno religioso, seus símbolos e seus significados conferidos ao espaço é fundamental para que o território seja então identificado, delimitado e reconhecido.

A religião, no território do Zé Açú, é importante para a manutenção e reafirmação da cultura, funcionando como um dos principais elos que liga as comunidades pertencentes ao Zé Açú.

A compreensão da territorialidade e identidade em comunidades ribeirinhas, sob a compreensão das festas em honra a santos padroeiros, nos ajuda a refletir que as tradições que ainda permanecem no cotidiano e na vida de quem mora nesses lugares, muitas vezes longínquos do meio urbano, mas que de alguma forma acabam impactados com os avanços tecnológicos e da modernidade, estão cada vez sendo transformadas em ritos que lembram muitas vezes manifestações religiosas do meio urbano.

Essas manifestações religiosas são momentos especiais e principalmente de fé e devoção por aqueles que ainda lutam para que a tradição festiva não acabe, pois ela relembra momentos em que a comunidade foi construída, momentos onde havia aquele vigor de lutar para construir a primeira capela e chegar ao título de comunidade.

Muitas características foram encontradas no festejo, como a organização dos comunitários na ornamentação da igreja, das ruas e casas, na união dos moradores para fazer um belo festejo. Há que se falar também da fé dos comunitários, observando que a maioria das pessoas que moram na comunidade pertencem à religião católica e, por conseguinte, há uma preferência a atividades que se referem a esta religião.

Verificamos que para entender as pessoas que moram em comunidades à beira do rio, lagos e igarapés amazônicos, é necessário entendê-lo dentro de seu mundo, o que muitas vezes diferencia de lugar para lugar, resultando em várias comunidades com tradições culturais diferenciadas uma das outras, assumindo assim uma identidade própria com valores culturais únicos.

Portanto, evidenciamos que os festejos realizados anualmente em honra a santos padroeiros no Zé Açú, mais detalhadamente descrita aqui, a festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, vivifica e reafirma a cultura, identidade e o sentimento de pertencimento da comunidade, ou seja, a territorialidade. E por mais que ocorram transformações, mudanças e resistência no meio rural em relação aos elementos que fazem parte do meio urbano, as manifestações religiosas são parte das tradições deixadas pelos primeiros habitantes da comunidade, e serão sempre realizadas como forma de manutenção e reafirmação dessas identidades coletivas que são culturais e ao mesmo tempo territoriais.

## **CAPÍTULO 5 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: *ETHOS* AMBIENTAL NO TERRITÓRIO DO ZÉ AÇU**

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) foi criado na década de 1980, pela necessidade de atender às resoluções da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972.

A Conferência de Estocolmo refletiu a preocupação, sobretudo dos países ricos, com a vulnerabilidade dos ecossistemas e a finitude dos recursos naturais. Sua ênfase estava nos aspectos técnicos da contaminação provocada pela industrialização acelerada e principalmente pelos problemas ocasionados pela explosão demográfica (GUIMARÃES, 1991).

O relatório Brundtland, de 1987, apresenta para o debate, em nível internacional, o desenvolvimento sustentável como paradigma ambiental e econômico a ser alcançado, um “desenvolvimento que é capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas” (CMMAD, 1988). Por este conceito, O DS teria como fundamento a compreensão de que há um esgotamento do modelo de desenvolvimento experimentado nas últimas décadas, e a necessidade de uma nova concepção.

Esse esgotamento está associado principalmente ao contexto da sociedade capitalista industrial e aos impactos decorrentes de seu estilo de vida, como o elevado consumo e desperdício de recursos, assim como a poluição dos ambientes tanto naturais como antrópicos e, além disso, enfoca também as desigualdades sociais e injustiças que ocorrem nessa sociedade extremamente individualista.

O DS surgiu para contrapor a ideia de que a natureza é infinita e nos fazer refletir e entender que o crescimento econômico a qualquer custo ameaçaria a manutenção de nossa própria espécie. É necessário entendermos que o modo de produção e consumo vigente nos dirige a uma catástrofe cada vez mais iminente.

Brown (2003) ressalta que o sistema econômico está em conflito com os sistemas naturais do planeta, constatado pelas observações cotidianas do desaparecimento das zonas de pesca, redução das florestas tropicais, erosão do solo e desaparecimento de espécies.

Cavalcanti (1994) afirma que a economia não pode ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existe atividade humana sem água, fotossíntese ou ação microbiana no solo.

Porém, autores como Morin (2007) asseguram que o DS nada mais é que um discurso que tempera o desenvolvimento por meio da preocupação ecológica, mas sem questionar seus fundamentos, ou seja, ele nos apresenta o outro lado do DS. Aquele que está por trás dos interesses dos grandes empreendimentos e potências econômicas que querem usar seus conceitos e princípios para benefício próprio e obter, cada vez mais, o lucro, aumentando o abismo existente entre as classes sociais.

As dimensões da sustentabilidade que normalmente são mais discutidas estão relacionadas aos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Nesse ponto de vista, vislumbre-se um modelo de produção e consumo que seja equilibrado, trata-se de produzir e consumir equilibradamente de forma que este padrão não sobreponha a capacidade da manutenção do ecossistema.

Autores como Leonardo Boff (2012) afirmam que dentro das leis capitalistas que vigoram na sociedade, desenvolvimento e sustentabilidade obedecem a lógicas diferentes e se contrapõem em muitos aspectos.

Não podemos conceituar a sustentabilidade apenas por um fator que determina o crescimento e o desenvolvimento, mas sim ter uma visão geral da realidade por ela abarcada, desde a sociedade, comunidade, cultura, políticas e ecossistemas do planeta. Então, é preciso que haja um moderado equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ecológicos. Boff (2012) argumenta que é preciso alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e futuras gerações.

É preciso reduzir o crescimento quantitativo para dar mais importância ao qualitativo, preservando recursos que serão necessários às futuras gerações, exaltando sua preocupação no que difere ao crescimento desorganizado em que nos encontramos (BOFF, 2012). O autor expõe a preocupação acerca do crescimento quantitativo acelerado, uma vez que é preciso dar mais importância à qualidade deste crescimento.

Existem vários autores que questionam o conceito de DS, da forma como foi proposto pelo **Relatório Brundtland**, dentre eles estão: Cavalcante, Boff, Veiga, Nascimento, Léna e Latouche, estes últimos trouxeram para o debate atual outra concepção sobre o crescimento/desenvolvimento, com parâmetros diferentes do sistema capitalista vigente. Eles chamam a atenção para cenário atual da globalização, afirmando ser impreterível a discussão sobre o “Decrescimento”.

Ao defender essa linha de pensamento partem do pressuposto de que “não se pode crescer infinitamente num mundo finito”, ou seja, os parâmetros atuais para mensurar o

desenvolvimento da sociedade estão pautados, principalmente, no crescimento econômico, na produção e consumo de bens materiais e na acumulação de capital financeiro.

Esse processo por si só já é *insustentável* do ponto de vista econômico, social e ambiental. Quanto maior a produção e consumo de bens, maior a pressão por recursos naturais para supri-los, o que resulta em maior poluição, ultrapassando em muito a capacidade de regeneração do planeta.

Pensadores do decrescimento, como o Serge Latouche (2012), argumentam que **Decrescimento não é o contrário de crescimento**, como muitos podem pensar, mas sim **uma mudança profunda de valores e princípios**, ou seja, uma mudança de civilização.

O decrescimento trata-se mais de uma bandeira que se associa aos movimentos sociais e ambientais, assim como com a academia. Por isso, não existem ainda teorias ou modelos prontos, apenas uma multiplicidade de propostas que apontam para a sociedade de “prosperidade sem crescimento” e de diminuição da pegada ecológica (LÉNA, 2012).

Latouche (2012) é bem claro ao afirmar que decrescimento é um *slogam* político provocador, que visa confrontar o objetivo do crescimento pelo crescimento, que já trouxe consequências desastrosas para o meio ambiente. É buscar alternativas para sairmos da ditadura do PIB e sua relação com o bem-estar da população, pois é comprovado que nem sempre uma economia com alta produção significa, necessariamente, uma distribuição igualitária de seus benefícios.

Trata-se de desacoplar ou desconectar a melhoria da situação do indivíduo, do aumento estatístico da produção material, ou seja, uma redução do “bem-ter” estatístico para o “bem-estar” vivenciado, eliminando as externalidades negativas do crescimento. Isso só seria possível em uma sociedade de decrescimento (LATOUCHE, 2012).

Para o autor, o projeto do decrescimento partiria de um programa político a ser concebido na forma de um “círculo virtuoso” de sobriedade expresso em oito “R”: *reavaliar, reconceituar, reestruturar, relocalizar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar*.

Consideramos este um projeto ousado, que exigirá de todos nós uma mudança radical em nossos padrões e *modos* de vida, como na forma de conceber o funcionamento do mundo, a nossa realidade. É considerar que a riqueza não é só feita de dinheiro. A verdadeira riqueza pode ser também o fato de termos amigos, fazer coisas interessantes que nos dão prazer e que não estejam, necessariamente, vinculados à acumulação de bens materiais.

Muitos consideram os objetivos e princípios do decrescimento impraticáveis na atual conjuntura política, social e cultural da sociedade capitalista vigente. Porém, acreditamos que a forma de pensar e agir sobre a natureza, vendo-a apenas como mercadoria de troca

monetária, tornará nossa existência difícil e até mesmo inviável daqui a algumas décadas. É necessário refletir sobre essa proposta com mais cuidado e atenção, pois futuramente caso a humanidade continue mantendo um ritmo acelerado de consumo de recursos naturais com a consequente degradação dos ecossistemas, não haverá muito que fazer a não ser lidar com o colapso da sociedade.

É importante pôr esta categoria em foco, pois como mostraremos no capítulo 6, Mocambo e Caburi<sup>17</sup> já introduziram em seu território alguns elementos da cidade de Parintins<sup>18</sup>, transformando as vilas nas centralidades daquelas localidades.

Nesses termos que o decrescimento pode ajudar a pensar as transformações no Zé Açu, pois os representantes da comunidade de Bom Socorro desejam que a mesma se torne futuramente vila, como ocorreu em Mocambo e Caburi.

Essas questões implicam diretamente na sustentabilidade territorial, econômica, cultural e ambiental do Zé Açu, conforme será apresentado.

### **5.1 Crescimento econômico e desenvolvimento sustentável: uma difícil conciliação**

O relatório Brundland, ao conceituar o DS como forma de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, deixa exposta a difícil tendência de conciliá-lo a desigualdades sociais ao crescimento econômico:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – mas não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. Para a comissão a pobreza já não é inevitável. A pobreza não é um mal em si mesma, mas para haver desenvolvimento sustentável é preciso atender as necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. (CMMAD, 1988, p. 9-10).

Este trecho do relatório Brundland mostra-se contraditório a partir da análise socioeconômica. Mesmo reconhecendo os problemas sociais como parte fundamental dos

---

<sup>17</sup> Territórios rurais do município de Parintins.

<sup>18</sup> No caso do Mocambo tem o Mocambódromo, referência clara ao Bumbódromo da cidade de Parintins.

problemas ambientais. O discurso DS é fundamentado na concepção de um desenvolvimento baseado no crescimento econômico.

Nessa conjuntura, Boff comenta que:

As causas reais da pobreza e a da degradação da natureza, vê se que resultam, não exclusivamente, mas principalmente, do tipo de desenvolvimento industrialista/capitalista praticado. Ele é que produz degradação, pois dilapidam a natureza em seus recursos e explora a força de trabalho, pagando baixos salários e gerando assim pobreza e exclusão social. (BOFF, 2012 p. 46).

É difícil pensarmos no crescimento econômico em sintonia com a conservação do meio ambiente, visto que são dois pensamentos em busca de objetivos diferentes. Entretanto, ao analisarmos o aspecto social, é notória a importância do equilíbrio entre esses dois aspectos que representam a unificação de um modelo social de desenvolvimento em busca da sonhada sustentabilidade.

Cavalcanti (1994) comenta que a noção de uma economia da sustentabilidade diz respeito ao fato de que as funções ecossistêmicas são parâmetros que não podem modificar impunemente, necessitando de estabilidade diante de perturbações suscitadas pelas ações do homem.

O relatório Brundland parte do pressuposto da possibilidade e da necessidade de conciliar crescimento econômico e conservação ambiental e divulga o conceito de DS como um conjunto de premissas que desde então tem orientado os debates sobre desenvolvimento e questão ambiental.

Ao refletirmos sobre o conceito de DS, o qual o mais amplamente utilizado é aquele difundido pelo já mencionado Relatório Brundtland, tendo como conceituação que o mesmo é a possibilidade atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987). Porém, mais recentemente, essa conceituação clássica vem sendo posta em discussão por muitos pesquisadores. Vários questionamentos têm sido feitos em relação a este conceito: Que necessidades seriam essas? Como mediar a satisfação de sociedades com modos de vida tão diferentes? Que setores da sociedade seriam responsáveis por colocar em prática as formas de se chegar a esse desenvolvimento sustentável? Desenvolvimento em que termos? Ou desenvolvimento para quem?

Para esta pesquisa, o questionamento recai sobre como podemos refletir e analisar a sustentabilidade para uma região tão complexa quanto a Amazônia. E como o mesmo pode ser apreendido no contexto dos territórios rurais.

Concordamos com Nascimento (2012) quando afirma que a definição apresentada pelo Relatório Brundtland é vaga e carece de um *corpus* teórico e prático mais palpável e concreto, pois deixa em aberto quais seriam essas necessidades humanas atuais e, mais ainda, quais seriam essas necessidades nas gerações futuras.

Em um mundo no qual cada vez mais se confunde necessidades com desejos, mundo em que essas necessidades e desejos são criados a partir da conjuntura econômica, social, política e cultural de cada sociedade, a partir de sua realidade concreta material e imaterial, fica muito difícil traçar os parâmetros desse consumo.

O conceito de DS proposto no relatório Brundtland e amplamente difundido, traz em seu bojo a noção da intergeracionalidade, associando-a à noção de justiça social com a necessária redução das desigualdades sociais, no qual é preciso a ampliação dos direitos de acesso aos bens necessários a uma vida digna, assim como os aos valores éticos, que é justamente esse compromisso com as gerações futuras. Porém, não deixa claro como chegar a esse patamar.

O termo “desenvolvimento sustentável” vem sendo usado de forma contínua e muitas vezes explorado intensamente pelos diversos segmentos, tornando-se um campo de disputa, segundo Nascimento.

Com múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam. O domínio da polissemia é a expressão maior desse campo de forças, que passa a condicionar posições e medidas de governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organismos multilaterais. (NASCIMENTO, 2012, p. 51).

O autor contribui para entendermos o percurso histórico do termo, apresentando as origens e o contexto no qual passou a ser utilizado, e as concepções de vários autores em relação ao DS e sustentabilidade. Desde autores que acreditam ser uma fraude ideológica (RICHARDSON, 1997), até os que acreditam que ser um conceito político-normativo (NOBRE; AMAZONAS, 2002), ou até mesmo um novo valor que, sendo adotado pela sociedade, será capaz de mudar os rumos do desenvolvimento atrelado apenas ao crescimento econômico material (VEIGA, 2010).

Para Veiga (2010), só se poderá chegar ao DS quando formos capazes de “eliminar o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas tanto sociais

quanto ambientais” (p. 171-172). Para ele, as dimensões do conhecimento para a compreensão do DS envolvem as questões sobre o comportamento humano, econômicos e sociais; a evolução da natureza e a configuração social do território.

Nascimento (2012) destaca as três principais dimensões da sustentabilidade que são frequentemente abordadas nas bibliografias referentes a este tema: a ambiental, econômica e social, que consistem em:

A primeira dimensão do desenvolvimento sustentável normalmente citada é a ambiental. Ela supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência. A segunda dimensão, a econômica, supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais. Trata-se daquilo que alguns denominam como ecoeficiência, que supõe uma contínua inovação tecnológica que nos leve a sair do ciclo fóssil de energia (carvão, petróleo e gás) e a ampliar a desmaterialização da economia. A terceira e última dimensão é a social. Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros. Isso significa erradicar a pobreza e definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais. Em resumo, implantar a velha e desejável justiça social. (NASCIMENTO, 2012, p. 55-56).

O esquema a seguir (Figura 85) apresenta os principais elementos que compõem as dimensões da sustentabilidade.

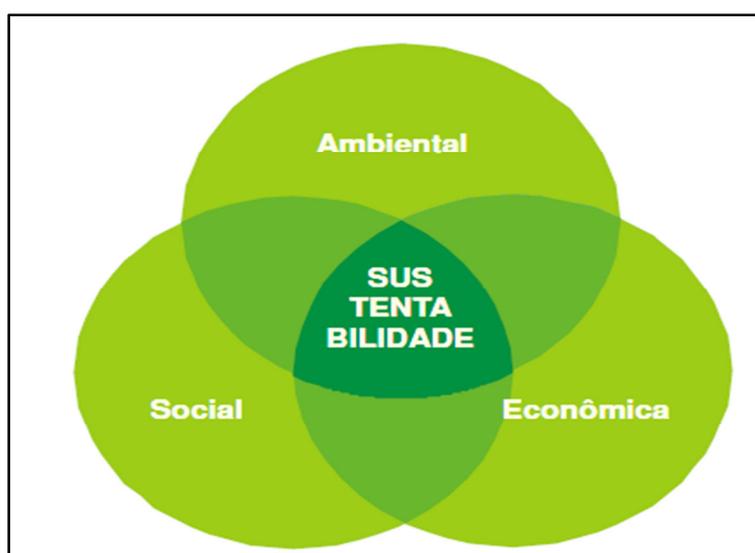


Figura 85- As dimensões da sustentabilidade.

FONTE: Elaborado pela autora com base em Nascimento 2012.

As dimensões citadas por Nascimento não são as únicas, compreendemos que a concepção de sustentabilidade abarca várias dimensões de nossa vida tanto material como imaterial. Dentro desta perspectiva, Sachs (2009) trabalha com oito critérios da sustentabilidade, que envolvem mais aspectos da sociedade como um todo:

**Social:** alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

**Cultural:** mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis de modelos alienígenas).

**Ecológica:** preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso de recursos não renováveis.

**Ambiental:** respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

**Territorial:** configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria no ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

**Econômico:** desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.

**Política (nacional):** democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.

**Política internacional (internacional):** eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento dos parceiros mais fracos); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade. (SACHS, 2009, p. 85-87).

Esses critérios precisam ser observados por qualquer instituição na busca por um mundo mais sustentável. A região amazônica passou e ainda passa por uma intensa pressão em torno de seus recursos naturais e sua sociobiodiversidade, logo, é importante compreender como a mesma está incorporada no discurso do DS e como essas mudanças podem estar afetando a vida de muitos povos tradicionais nessa região.

Para falarmos sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, tanto de áreas rurais como urbanas, enfim, dos diversos ecossistemas que compõem o ambiente no qual vivemos, é necessário compreender os *modos* de vida, organização sociocultural e econômica das sociedades que compõem o quadro humano nessas áreas.

Leff chama a atenção para necessidade da construção de uma nova racionalidade ambiental, em que a compreensão da complexidade ambiental poderia pautar as ações para a mudança necessária na forma de uso de nossos recursos naturais:

A complexidade ambiental é uma nova compreensão do mundo, incorporando o limite do conhecimento e a incompletude do ser. Implica saber que a incerteza, o caos e o risco são ao mesmo tempo efeito da aplicação do conhecimento que pretendia anulá-los, e condição intrínseca do ser e do saber.

A complexidade ambiental abre uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer; sobre a hibridação do conhecimento na interdisciplinaridade; sobre os diálogos de saberes e a inserção da subjetividade dos valores e dos interesses na tomada de decisões e nas estratégias de apropriação da natureza. (LEFF, 2003, p. 22).

É dentro desta seara que esta pesquisa se propõe a analisar essa diversidade na forma de compreensão/apreensão do território que, sem dúvida, perpassa os aspectos culturais que as determinaram.

## **5.2 As questões ambientais no Zé Açú**

A partir deste ponto apresentamos as principais problemáticas concernentes aos aspectos ambientais no Zé Açú, e quais as implicações nos modos de vida da população local.

Com crescimento significativo que a mesma apresentou (e ainda apresenta) nos últimos anos, problemas no âmbito ambiental surgiram em sua espacialidade. Problemas esses que apresentam implicações socioambientais, ou seja, não é apenas um problema ecológico, mas também social.

Ao analisarmos a Figura 86, na qual mostra a parte frontal da comunidade de Bom Socorro, banhado pelo lago do Zé Açú, é perceptível a presença de um grave problema socioambiental. As ruas da comunidade são calçadas, e apresentam certo declínio em seu terreno na parte da frente, considerando que a comunidade não possui serviço de coleta de lixo, observou-se que é comum a presença de embalagens plásticas (salgadinhos, bolachas, bombons, entre outros) e também fezes de animais (cavalos, burros, cachorros e galinhas) nas vias de circulação. Todos esses resíduos são carregados no período de chuvas, para dentro do lago, uma vez que o lago do Zé Açú é o único destino das enxurradas, onde desembocarão todos esses dejetos.

Apesar das casas serem servidas com água do posto do SAAE<sup>19</sup>, a parte da frente da comunidade é utilizada por muitas pessoas na recreação para tomar banho<sup>20</sup> (Figura 95), sendo comum ver nos fins de tarde muitas crianças, jovens e adultos banhando-se naquelas águas, existindo a possibilidade de obtenção de doenças decorrente das águas poluídas pelo lixo presente nessa área.



Figura 86- Frente da comunidade como área de lazer para tomar banho.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

Segundo o ribeirinho R.J.L.S, 39 anos:

*[...] tem muitos animais solto, isso pode prejudicar daqui um tempo a nossa comunidade também, né? Cachorro, cavalo, galinha, pato, tão solto, né? Isso é prejudicial a nossa saúde também, a gente vai tomar banho na “beira”, isso pode causar enfermidades no povo, né?*

Ele expressa preocupação com os animais soltos nas ruas da comunidade, pois sabe que o lago é o único receptor das fezes desses animais no período das chuvas, esse problema está presente no cotidiano desta comunidade.

<sup>19</sup> Sistema de abastecimento de água e esgoto de Parintins.

<sup>20</sup> Atitude comum em muitas comunidades rurais ribeirinhas onde as pessoas costumam banhar-se nas águas na frente de suas casas.

A Figura 87 mostra alguns jovens fazendo um mutirão na frente da comunidade, pois é comum a presença de embalagens de produtos comestíveis neste local, pois se trata de uma área pública. Esta é uma das únicas áreas de lazer daquela comunidade no período noturno, servindo como local de passeio, reunião entre amigos e festas da comunidade. Conhecida entre os jovens da comunidade como “praça digital”<sup>21</sup>, pois este local é uma das poucas áreas da comunidade que recebem o sinal das empresas telefônicas existentes na sede do município, possibilitando os jovens acessarem a internet pelo celular.



Figura 87- Moradores limpando a frente da comunidade em forma de mutirão.

Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

A maioria dos entrevistados (85%) confirmou a presença do agente ambiental na comunidade, mas eles ressaltaram que existe pouca atuação do mesmo. A pouca atuação do agente ambiental, tem reflexos negativos para a comunidade, pois as ações ou atividades desenvolvidas pelo mesmo poderiam ajudar na proteção do meio ambiente.

---

<sup>21</sup> Uma clara referência à Praça Digital que existia na cidade de Parintins e que agora está desativada.

### 5.2.1 A questão dos resíduos sólidos

A comunidade Bom Socorro do Zé Açú está passando por um contínuo processo de crescimento demográfico, um dos motivos para que os moradores necessitem refletir acerca do planejamento sobre a destinação dos resíduos sólidos produzidos.

No levantamento feito pela aplicação de formulários (Figura 88), constatamos que a maioria das famílias queima o lixo doméstico, acarretando problemas de saúde aos comunitários.

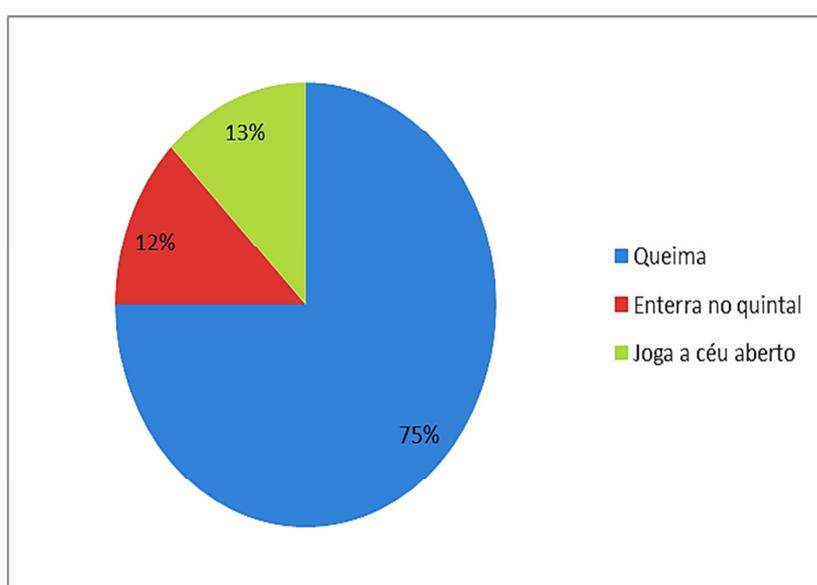


Figura 88- Destino final dos resíduos sólidos.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

Ao entrevistar uma das responsáveis pelo centro de saúde da comunidade, a senhora I.G.S, 29 anos, informou que:

*[...] nós não temos o agente comunitário de endemias, que é que fica mais responsável pela questão do lixo acumulado nos quintais, e aí como a gente começou a observar muitos casos de diarreia, o que tá acontecendo, qual é o caso de tanta diarreia? E aí nós começamos a intensificar mais essa orientação sobre a limpeza de quintais, a coleta do lixo. É um problema que agente escolheu pra trabalhar em cima e buscar soluções junto com escola, com a comunidade e com os ACS<sup>22</sup> que a cobrança maior é em cima deles que estão aí diariamente, né? O que a gente observa, falta de orientação não é, não é porque a televisão tá, o rádio tá falando, todo mês a gente faz visita orientando, então a gente começou meio que ser mais rígido na orientação, só que aqui nós não temos a lixeira, então nós tivemos uma reunião com a coordenação da comunidade pra definir o que que nós vamos fazer, qual a estratégia pra diminuir a quantidade de lixo jogado por aí. Aumentou o número de pessoas, aumentou o consumo e com certeza a quantidade de lixo também.*

<sup>22</sup> ACS – Agente Comunitário de Saúde.

Muitos moradores despejam os resíduos sólidos a céu aberto em um terreno determinado pela comunidade (Figura 89). Isso ocorre principalmente porque não há coleta pública de resíduos sólidos. A situação é preocupante, pois o local não atende às necessidades ambientais exigidas para que se possa ter um controle. Cabe ressaltar que muitos dos moradores não jogam o lixo nessa área, mas nas proximidades da comunidade, acarretando problemas sérios principalmente com ratos, baratas e outros vetores de doenças.



Figura 89- Lixeira a céu aberto.

Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

Em detrimento das problemáticas ambientais ocasionadas pelos resíduos sólidos na comunidade do Bom Socorro do Zé Açú, constatamos que os moradores da comunidade estão sempre fazendo mutirões de limpeza na frente da comunidade. Nesse sentido, o senhor C.M.N, 39 anos, diz que:

*[...] o segundo impacto maior é a questão do lixo, o que fazer com o lixo? tá, muitos não sabem o que fazer, qual destino realmente se dá ao lixo? a comunidade tem uma área aqui cavada que é pra fazer o aterro pra se colocar o lixo, mas muitos deles num colocam nem no lugar certo, já foram feitas campanhas pra colocar o lixo lá no local, muitas pessoas foram pra lá, trabalharam, aí passou uma semana o lixo já tava de novo todo espalhado, até pela margem da estrada. Então a consciência do povo é que faz com que muitas vezes, muitos só querem cobrar, mas muitas vezes não querem fazer presente nas hora dessas ações, é muito fácil dizer assim, “ah o fulano tem que fazer”, mas no fundo do meu quintal eu não cuido, aí eu já olho lá na frente o outro que tá fazendo, quer dizer, a educação vem primeiro de onde? Na minha casa que tá cheio de lixo, bom se eu não sei o que fazer com o lixo da minha casa, como é que eu vou cobrar da comunidade que tem que fazer isso, se eu não tou inserido nesse papel?*

No depoimento o senhor C.M.N. mostra-se indignado com a falta de sensibilização de alguns comunitários, que não têm a preocupação com a destinação correta dos seus resíduos sólidos. Segundo ele, os comunitários preocupam-se apenas em cobrar ou exigir a comunidade limpa, mas não fazem nada para resolver ou amenizar tal problema.

Cabe ressaltar aqui que, segundo alguns moradores, o problema do despejo dos resíduos sólidos nas margens das ruas de acesso à área determinada pela coordenação da comunidade para a destinação, se dá pelo fato das pessoas mandarem principalmente as crianças realizarem o serviço de despejo dos resíduos na lixeira, sendo que, devido a distância do centro da comunidade (aproximadamente um quilômetro), muitas dessas crianças vão jogando esses resíduos na metade do percurso.

A Figura 90 mostra a realidade acerca do destino dos resíduos sólidos, citado pelo senhor C.M.N.



Figura 90: Acúmulo de resíduos sólidos no percurso da lixeira.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

A questão dos resíduos sólidos é um problema sério nas grandes cidades. No Brasil, são poucas as cidades que dão destinação correta a seus resíduos, tratando-os, separando-os e despejando-os de uma forma que não venha a causar danos ao ambiente.

E pelo que foi constatado, não só no local dessa pesquisa, mas em outras áreas rurais, é o aumento produção de resíduos sólidos não orgânicos, incorrendo na dificuldade no destino final. Como afirma Andrade (2011, p. 25), o enfrentamento dessa questão “requer, ainda, mudanças no âmbito privado e público”.

Para que possamos minimizar os impactos decorrentes da produção e descarte dos resíduos sólidos, é necessário um trabalho em conjunto entre União, Estados e municípios com a sociedade em geral, somando esforços no planejamento, organização, execução e controle das políticas relacionadas aos resíduos sólidos. O processo educativo é ponto fundamental para engendrar mudanças sobre essa questão.

A comunidade está aumentando em relação ao número de moradores, principalmente em decorrência de melhorias na infraestrutura básica (calçamento das ruas, construção de praça, muro de contenção), melhorias no sistema de saúde, com a reforma e ampliação do centro de saúde e avanços na educação com a reforma e ampliação da escola da comunidade (esta que atende inúmeras comunidades pertencentes ao lago do Zé Açú). No entanto, esse contexto trouxe alguns problemas socioambientais para a comunidade Bom Socorro do Zé Açú.

Na área disponibilizada pela comunidade para a construção de novas residências, já foi retirada parcela significativa da vegetação primária para a criação do “bairro novo”<sup>23</sup> (Figura 91). Ocasionalmente ocasionando problemas ambientais na comunidade, não apenas de cunho social, mas também ecológico, pois neste local existia uma diversificada e rica fauna que, conjuntamente com as espécies de árvores que ali existia, foi destruída.



Figura 91- Área denominada de “bairro novo”.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

---

<sup>23</sup> Nome este atribuído pelos moradores da comunidade a nova área de ocupação residencial.

Constatamos problemas socioambientais a partir da retirada da arborização para a construção de casas, fato este que ocorre com muita frequência nesta comunidade, não somente por pessoas que moram nas comunidades adjacentes, como também pelos próprios moradores que por ali constituem famílias.

A partir dessa conjuntura, foi questionado aos moradores se os mesmos têm a sensação de que o calor aumentou nos últimos anos e se isso teria relação com a retirada da arborização para a construção de novas casas e a impermeabilização do solo com a concretagem das ruas. E 90% dos entrevistados afirmaram que **Sim**, pois reconhecem que a partir da constituição daquela área para a implantação do “bairro novo” e a cobertura das ruas por cimento, eles sentiram um aumento considerável na sensação de calor, principalmente durante a parte do dia.

Alia-se a esse processo a considerável retirada de vegetação primária no Zé Açú, que contribui para esse aumento da sensação térmica sentida pelos moradores, é como nas palavras de Rabelo et al.:

Fatores climáticos aliados à práticas humanas desordenadas, tais como a criação extensiva do gado com o pisoteio e compactação dos solos, destruição da vegetação nativa, intensificando os processos erosivos, as práticas da agricultura itinerante que desmatam, queimam e degradam, são ações que intensificam os processos de desertificação e que, conseqüentemente, impactam diretamente a qualidade de vida das populações, reduzindo drasticamente a fertilidade do solo e diminuindo as reservas hídricas e a biodiversidade. (RABELO et al., 2012, p. 22).

A partir do ano de 2010 a comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, por meio do governo do Estado do Amazonas, obteve a implantação da infraestrutura viária com o “calçamento”. Ao se fazer uma análise, constatamos que a maioria dos moradores (95%), afirmam que antes das ruas serem calçadas a sensação térmica era mais agradável, e contrariando essa relação socioambiental tivemos apenas 5% dos entrevistados.

No entanto, ao serem questionados se os mesmos preferiam as ruas atuais (calçadas) ou as de antigamente (de piçarra<sup>24</sup> e argila), levando em consideração o aumento da temperatura, os mesmos disseram que preferem as ruas dos dias de hoje, pois, segundo eles, “as ruas ficaram mais bonitas”.

Os moradores preferem a boa infraestrutura nas ruas, deixando o conforto térmico em segundo plano, pois, segundo os mesmos, antigamente devido às ruas serem piçarradas e com

<sup>24</sup> Termo usado para indicar por vezes um estado de decomposição de certas rochas, no qual elas se acham semiagregadas. Exemplo: areia grosseira; outras vezes usa-se para designar o cascalho que aparece no solo, ou ainda, para as concreções ferruginosas (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 483).

muito barro, em tempos chuvosos, ficavam impossibilitados de trafegar pelas mesmas devido estarem com muita lama.

Esse processo corresponde ao que Giddens (1991)<sup>25</sup> conceituou de “desencaixe” que, por meio de seus mecanismos, acaba retirando a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais, ou seja, os moradores passam a ter outras concepções que antes não tinham, neste caso, preferências por ruas limpas e bonitas seguindo os padrões das cidades, distanciando-se assim do contexto rural da maioria das comunidades rurais do Amazonas e especificamente de Parintins, onde há uma aproximação maior com o ambiente natural e/ou pouca alteração na paisagem.

Comprovando que os aspectos da modernidade acabam por chegar e transformar os lugares. Ocorrendo então o que o autor chamou de reflexividade da vida social moderna.

Apesar disso, eles têm conhecimento de que os aspectos da modernidade têm seu preço, pois ao serem questionados se a comunidade apresenta algum problema ambiental, cerca de 95% dos entrevistados confirmaram que sim, apenas 5% dos entrevistados disseram não.

Observa-se aí que essas pessoas sabem que a comunidade em questão tem seus problemas, que não estão somente relacionados à infraestrutura, mas também por fatores exógenos, como a pressão em relação a seus recursos naturais, como a floresta e o lago.

### 5.2.2 Transformações ambientais no lago do Zé Açú

Observamos acima alguns problemas ambientais inerentes à principal comunidade do Zé Açú, a comunidade de Bom Socorro. Quanto as outras comunidades, devido as mesmas ainda permanecerem com infraestrutura não muito diferente de quando se constituíram, com pouco elementos estruturadores e com população menor, as mesmas não possuem os problemas apresentados em Bom Socorro. Porém, todas as comunidades que fizeram parte desta pesquisa (Bom Socorro, Paraíso e Boa Esperança) possuem alguns problemas ambientais e sociais em comum, principalmente em relação a um dos elementos mais importantes na vida desses moradores, que são o lago, a terra e as florestas do Zé Açú.

O Zé Açú tem uma parcela de contribuição para crescimento da infraestrutura espacial da cidade de Parintins, pois nela concentra-se uma das maiores jazidas de areia do município de Parintins. Cabe ressaltar que as alterações ambientais que ocorrem nas proximidades e

---

<sup>25</sup> Em seu livro *As consequências da modernidade* (1991).

margens do lago do Zé Açú, este sendo um dos retentores dessa riqueza mineral, pois a maioria da areia retirada do Zé Açú concentra-se às margens do lago (Figura 92), acarretam alterações ambientais em toda a extensão do mesmo.

De acordo com Brum (2003), “a extração de areia natural, que no passado era prática comum nos vales e nos leitos de rios, agora se concentra em baixadas, provocando impactos ambientais em consequências da remoção de coberturas vegetais nas áreas a serem lavradas”.



Figura 92- Extração de areia às margens do lago do Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

Direcionamos aos reais problemas ambientais ocasionados pela extração de areia às margens daquele lago devido à sua importância aos ribeirinhos do Zé Açú como um recurso natural, que tem implicações não só econômicas como também culturais para essas pessoas.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2007)<sup>26</sup>, apresenta o relato do ribeirinho J.S.M, morador da comunidade de N. S<sup>a</sup> de Nazaré<sup>27</sup>:

*Nós não temos o apoio do IBAMA, do INCRA. Vem aqui tá cheio de balsa cheia de areia, levam madeira, levam tudo daqui da nossa área. Nós fica olhando. Não tem o IBAMA, o INCRA pra nos apoiar pra fazer reunião com nós e debater com algo que nós pode procurar as leis.*

<sup>26</sup> Um projeto coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida que estuda as populações tradicionais e várias temáticas que vão do ambiental ao social e econômico.

<sup>27</sup> Comunidade ribeirinha pertencente ao lago do Zé Açú que não entrou no universo da aplicação dos formulários, mas que também é impactada ambientalmente pelas atividades econômicas predatórias no lago.

Ainda nesse contexto, Simas afirma que:

O lugar pacato e conservado, o lago do Zé Açu, passou a ser ameaçado e agredido. Era um lago limpo e farto em época de verão. A abundância de peixes e caças permitiram a seu povo, uma alimentação variada e farta. (SIMAS, 2000, p. 17).

Nos relatos contatamos as problemáticas ambientais decorrentes da exploração dos recursos desse território, e a ineficiência dos órgãos públicos na fiscalização das atividades predatória dos recursos naturais.

É possível associarmos o crescimento urbano da cidade de Parintins com os impactos ambientais no lago do Zé Açu, uma vez que grande parte da areia utilizada em construções civis na cidade foi oriunda desse local. Ou seja, a demanda por areia da cidade para a construção de casas, infraestrutura urbana entre outros, fez com que as empresas de construção voltassem seus olhos para esse recurso mineral existente em abundância no Zé Açu e assim passassem a explorá-los de forma intensa e sem nenhum controle por parte dos órgãos ambientais, como a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM).

Outra problemática evidente às margens do lago do Zé Açu é a intensificação da pecuária, pois existem muitas propriedades destinadas à criação de bovinos e bubalinos em torno do lago (Figura 93), sendo o desmatamento praticado por muitos fazendeiros um dos principais impactos ambientais, mais especificamente nas margens do lago. Nesse sentido,

[...]com o progresso vieram também suas mazelas. Hoje as fazendas predominam as margens do lago. Os campos foram construídos sem nenhum cuidado, com devastação da mata marginal e dos igapós que serviam de viveiro natural para os peixes e outros seres aquáticos. (SIMAS, 2000, p. 17).



Figura 93- Desmatamento para a criação de bovinos e bubalinos as margem do lago do Zé Açú.

Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

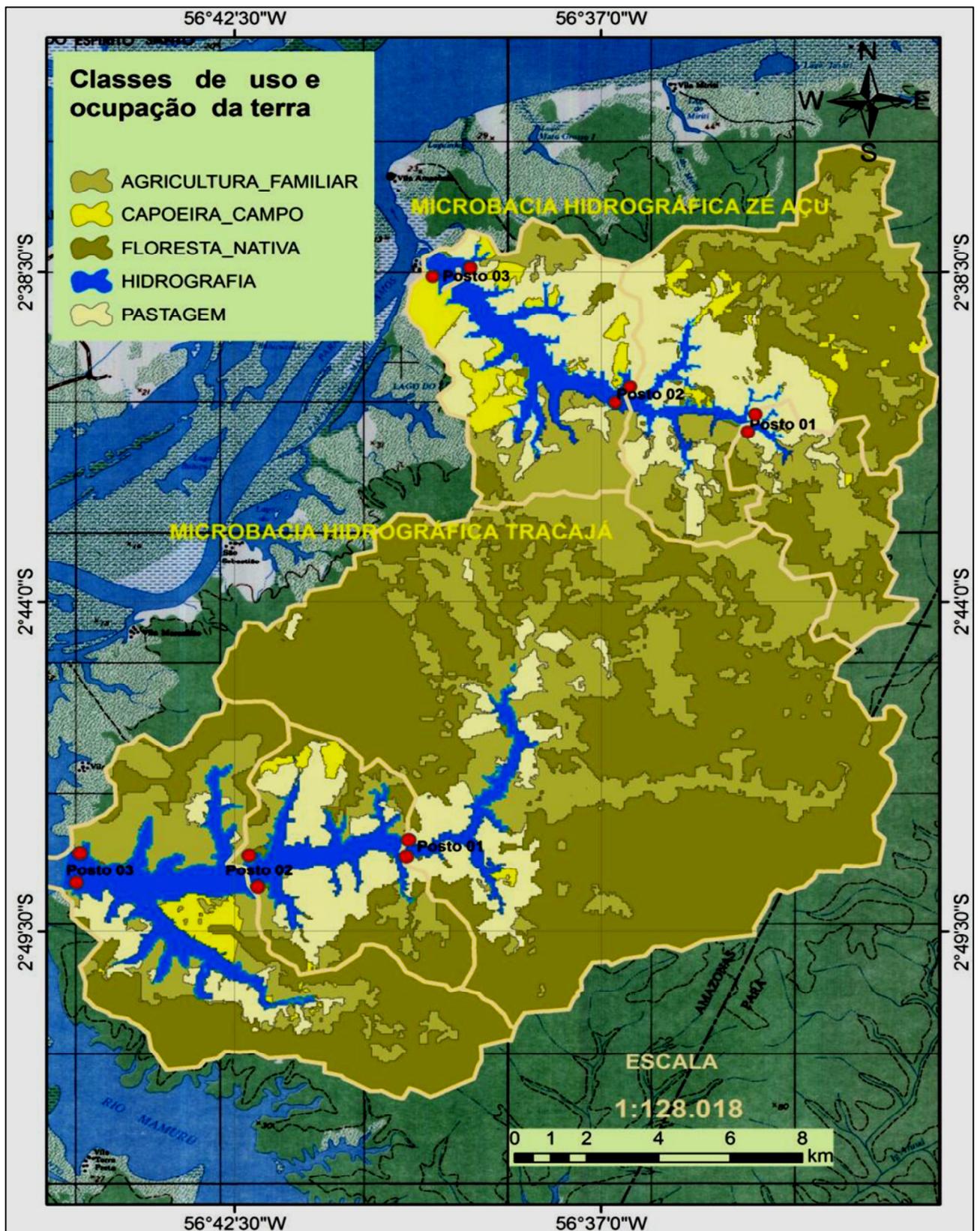
Essa atividade econômica já causou perda significativa da mata primária do Zé Açú, conforme relata Brandão (2013), que estudou os impactos ambientais nas microbacias hidrográficas Zé Açú e Tracajá. Nesse estudo foi mensurado quanto essa área já foi alterada pela pecuária, como a autora expõe:

A Mbh Zé Açú – das suas 57 nascentes, distribuídas em 0,44 km<sup>2</sup> foi suprimido 0,18 km<sup>2</sup> (40,9%) de vegetação nativa. As APP de rios/faixas marginais houve uma perda de 18,23% [...] O uso e a ocupação da terra indicam os impactos ambientais de maior ou menor gravidade. No caso das duas microbacias hidrográficas, a Mbh Zé Açú é a mais afetada com a supressão de vegetação e no local, a maioria das ocupações é com as atividades de pecuária extensiva (bovino e de bubalinos), sobrepondo as APP. A segunda atividade é da agricultura familiar, mas está localizada nas áreas de interflúvios, em topografias mais planas, distante dos rios e mais próximas dos ramais e estradas, onde a lavra da terra é realizada com equipamentos simples (terçado, enxada, carroça-de-boi, cambito, machado, etc.) [...] Assim, a exposição dos solos na Mbh Zé Açú às intempéries e sendo usado por atividades, na maioria das vezes voltadas para a criação extensiva de gado bovino e bubalinos, contribuiu significativamente para a expansão das voçorocas. (BRANDÃO, 2013, p. 125-128).

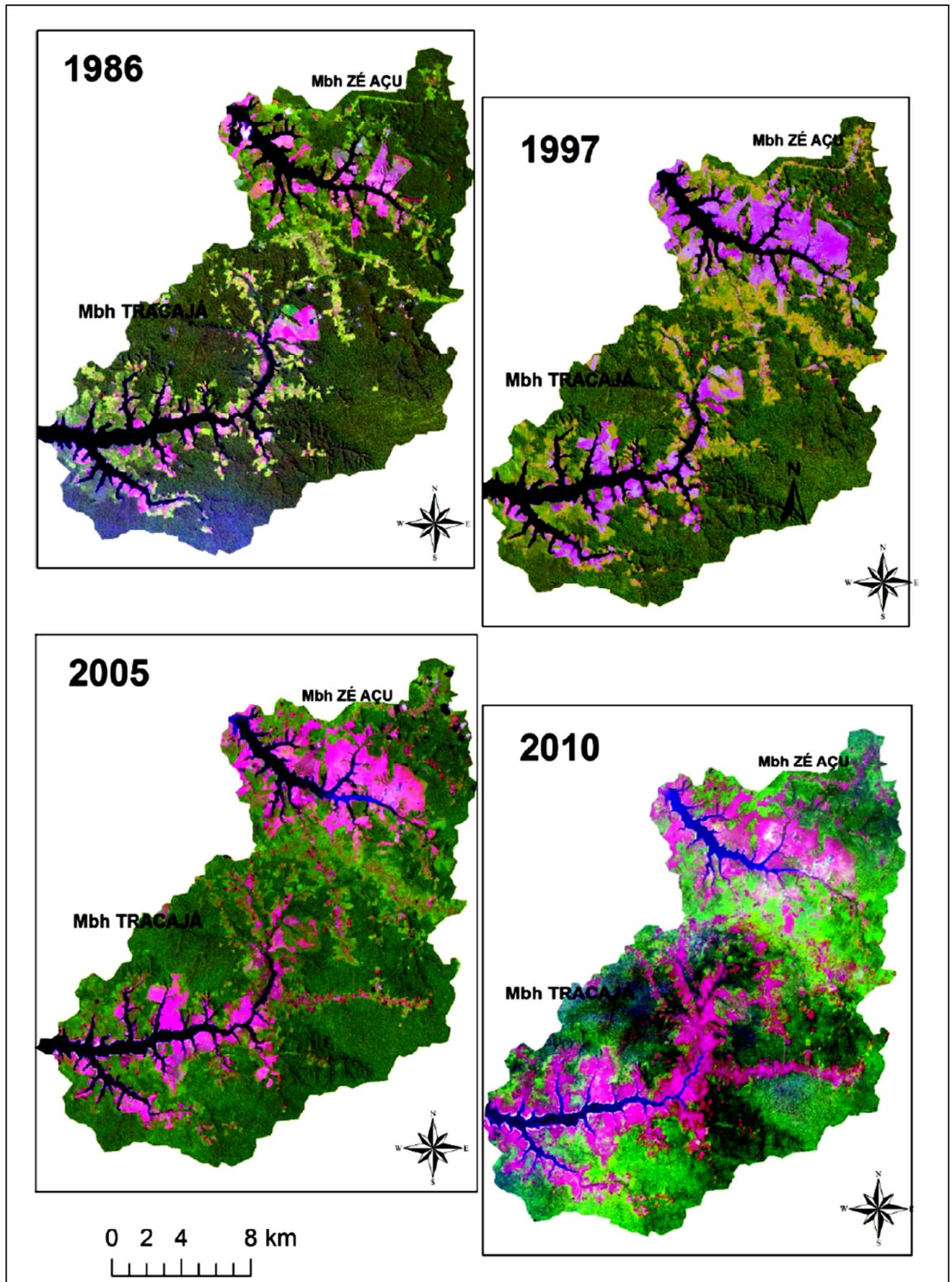
A pesquisadora fez o levantamento de quanto à área do Zé Açú já está degradada e faz um alerta afirmando que, se o desmatamento continuar nesse ritmo, as principais nascentes irão desaparecer causando grandes prejuízos não só ambientais, mas econômicos e culturais para os ribeirinhos que moram à margem desse lago. Podemos ver no mapa 2 e 3<sup>28</sup>, elaborado

<sup>28</sup> Que a autora cita como mapa em sua tese, mas que na verdade é uma carta imagem.

pela pesquisadora, o uso e ocupação do solo no Zé Açú e proximidades, assim como, a evolução da retirada da cobertura vegetal.



Mapa 2 - Classes de uso e ocupação da terra mapeadas nas Mbh Zé Açú e Mbh Tracajá  
 Fonte: FOLHA SA.21-Z-A-IV/ME-524 - PARINTINS/1981/ME-DEC.; Proj. TerraClass-2008/2110  
 Org. PACHÊCO, J.B./2012



Mapa 3- Evolução Temporal da supressão de vegetação nas microbacias hidrográficas Zé Açú e Tracajá  
Fonte: Jesuete Pachêco Brandão (2013) .

Ainda sobre os impactos socioambientais, o senhor C.M.N., ribeirinho da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, argumenta que o desmatamento pela ação de fazendeiros é um dos principais responsáveis pelos impactos ambientais no lago:

*Eu classifico dois problemas ambientais muito sério, primeiro é o desmatamento provocado pelos pecuaristas da região, esses são os principais responsáveis pela desertificação de uma boa área do Zé Açú, tá? Nós temos só na última pesquisa da UFAM, 26 fontes que morreram devido ao desmatamento, por aí você tira, o lago do Zé Açú no verão, ele tá secando cada vez mais devido a essa situação, as fontes estão morrendo devido ao quê? É o comunitário que vai lá cortar uma árvore? Não! O comunitário às vezes corta uma árvore pra fazer a sua casa, enquanto que o pecuarista destrói 20, 30 hectares pra colocar o seu gado, então um dos pontos principais é o desmatamento provocado pelos pecuaristas. Os grandes pecuaristas são os principais responsáveis por esse impacto ambiental na região do Zé Açú. Inclusive essa situação você vê que seria o quê? Uma média de 50 m né, pra se desmatar próximo ao lago, não é isso? Isso é uma lei federal, a questão do desmatamento das matas ciliares, então você vê que uma boa parte dessas fazendas aqui, quase não tem mais matas ciliares, causando o assoreamento, a erosão com a enxurrada vai aterrando cada vez mais o lago.*

Nesse depoimento constatamos que a pecuária produz significativas alterações ambientais no Zé Açú, com a retirada da vegetação primária, que muitas vezes vai até a margem do lago, desrespeitando as reservas legais. Causando o assoreamento do lago e morte de muitas nascentes na área. Ele sabe que os ribeirinhos que vivem lá, não são os responsáveis pela degradação ambiental, pois, os mesmos utilizam os recursos como valor de uso e não como valor de troca, apenas para suprir suas necessidades básicas de alimentação e moradia, ao contrário dos pecuaristas que exploram economicamente os recursos ali existentes.

O mapa 3 mostra o processo de erosão decorrente da intensificação da pecuária na região, que retira a vegetação primária e deixa o solo exposto às intempéries do clima. Observamos a formação de voçorocas<sup>29</sup> em uma área próxima ao lago do Zé Açú (Figura 94).

---

<sup>29</sup> Voçoroca: Escavação mais ou menos profunda, que ocorre geralmente em terreno arenoso, originada pela erosão. É formada devido a ação da erosão superficial ou mais frequentemente, pela ação combinada da erosão superficial e da erosão subterrânea. A erosão superficial tem como ponto de partida estradas antigas, valetas, ou também pontos topográficos favoráveis. Pode alcançar profundidades de várias dezenas de metros e extensão de centenas de metros.



Figura 94: Voçoroca próxima às margens do Lago do Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

Com os impactos ambientais motivados pela expansão da pecuária, o assoreamento como resultado das erosões manifesta-se como problema sério para muitos ribeirinhos que utilizam o Lago do Zé Açú para sua subsistência, através das atividades pesqueiras e até mesmo para o consumo da água, pois os mesmos sofrem no período da estiagem, devido às águas do lago apresentarem uma característica suja e barrenta, ficando difícil a prática da pesca, e a água fica imprópria para o consumo.

Partindo da problemática da intensificação da presença de fazendas nas margens do Lago do Zé Açú, o assoreamento intensificou-se. Segundo relato de alguns moradores, afirmam que antigamente o lago era farto em pescado, hoje o mesmo não oferece condições de manter as comunidades que estão no seu entorno. Nesse contexto, Costa argumenta que:

[...] o lago do Zé Açú é bastante escasso do pescado na atualidade pelo fato de no passado e mesmo recentemente ter sofrido um intenso processo de pesca predatória ilegal, mencionando ainda que a intensa devastação das matas ciliares e os processos de erosão que são impostos pela derrubada da floresta também contribuíram para que o lago do Zé Açú não seja mais farto como era antigamente. (COSTA, 2012, p. 30-31).

Segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2007), a morte das nascentes ocorre devido às erosões que causam o assoreamento das cabeceiras<sup>30</sup>, o que leva a morte do rio e dos peixes, fazendo com que os ribeirinhos saiam de sua terra. Nesse Contexto,

<sup>30</sup> Área onde existem os olhos d'água que dão origem a um curso fluvial; é o oposto de foz (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 97).

Simas (2000) confirma que as águas, antes negras e claras, hoje apresentam cor turva, suja, pelo assoreamento e pela erosão, pois as margens não têm mais como conter as enxurradas. As Figuras 95 e 96 mostram o processo de assoreamento de uma das cabeceiras pertencentes ao lago do Zé Açú:



Figura 95- Assoreamento em uma das cabeceiras do Lago do Zé Açú.  
FONTE: Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).



Figura 96- Morte das nascentes no Lago do Zé Açú.  
FONTE: Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

Na figura 95, observamos um sedimento abaixo que tem a aparência de areia, mas na verdade, trata-se de argila. Há alguns anos, esse local era um braço de rio, que mesmo no verão existia água suficiente que permitia o tráfego de canoas e rabetas nessa área, mas agora

está totalmente soterrado por sedimentos que vêm das partes altas do relevo. Essa situação corrobora com o depoimento de um morador local

*Tá vendo aquela praia ali?, Isso não é praia não, se meter o pé ai vai sumindo, isso é lodo, que a enxurrada vem e aí vai descendo. Antes aí existia um açaiçal que nesse tempo a gente vinha apanhar açai aí, a gente dizia: vamos apanha dois cachos de açai pra gente levar e tomar vinho lá em casa? Hoje não tem mais, porque aterrou tudinho e aí eles morreram. (D.T.S., 63 anos).*

Pela análise acerca das alterações ambientais no lago do Zé Açú, buscamos evidenciar os principais conflitos socioambientais emergentes da atuação capitalista neste território. Nesse sentido procuramos analisar a opinião dos moradores, tentando compreender quem seriam os principais responsáveis pela degradação ambiental no lago do Zé Açú e constatamos que 44% dos entrevistados responsabilizam os fazendeiros como os principais agentes causadores da degradação ambiental no lago, pois os eles afirmaram existir conflitos entre comunitários e fazendeiros. Segundo o depoimento do senhor S.S.M., exposto no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2007:

*Na região do Paraíso, entre Nossa Senhora das Graças e Paraíso, tem uma área de Dono o fazendeiro, mas não é não, é da União é do INCRA né? É da União, tem os parceiros que têm mais de 30 anos que eles passam, bem próximo, lá onde tem umas crateras grandes né? Ele colocou uma cerca elétrica e impediu dos parceiros passarem pro seus lotes pra buscar sua produção.*

Um fator interessante nos resultados foi que 28% dos entrevistados puseram esta responsabilidade aos próprios comunitários, o senhor R.J.L.S. afirma que “os comunitários têm que dar exemplo primeiramente, para depois cobrar dos outros”, mostra também que 17% dos entrevistados apontam as empresas da construção civil como as principais responsáveis pela degradação do lago, uma vez que, elas, levam riqueza e deixam pobreza, não se referindo apenas à pobreza social, mas também a pobreza ambiental.

Apenas 11% declararam culpados os banhistas que frequentam aquele lago nos fins de semana. Esses banhistas, que geralmente são da cidade, buscam as praias do lago do Zé Açú como forma de lazer para os fins de semana (Figura 97), mas é comum esses banhistas poluírem o lago, despejando sacolas e copos plásticos, latas e garrafas de refrigerante e de bebidas alcoólicas.



Figura 97- Banhistas frequentando as praias do Lago do Zé Açú.  
FONTE: Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

Buscamos identificar as alterações no lago do Zé Açú, compreendendo as especificidades que compõem os aspectos socioambientais, evidenciando a importância deste para os ribeirinhos. Sobretudo apontar possíveis caminhos que venham a amenizar esses problemas ambientais que estão presentes no Zé Açú, especificamente na comunidade de Bom Socorro, onde o maior problema apresentado foi o descontrole no acúmulo dos resíduos sólidos.

O lago que banha essa comunidade, vem apresentando mudanças no seu estoque de peixes, consequência decorrente da atuação de fazendeiros e empresas da construção civil que retiram as matas ciliares, provocando erosões que levam ao assoreamento do lago, que é ainda, a única fonte de alimento e água potável, para muitas famílias que moram ao entorno do Lago do Zé Açú.

No levantamento realizado acerca das problemáticas ambientais no Zé Açú, evidenciaram-se os impactos ambientais decorrentes das mais diversas atividades. Produção e destino inadequado de resíduos sólidos foi destacado como principal problema na comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, pois a comunidade não detém de uma área que atenda às exigências ambientais básicas para depósito de resíduos. Dessa forma, é de suma importância que o poder público municipal avalie e ofereça à comunidade uma solução ao problema, pois os moradores esperam desse órgão público alternativas para resolver essa situação.

Outro fator que cabe aqui ressaltar são as alterações ambientais que estão ocorrendo às margens do lago do Zé Açu pela falta de planejamento dos fazendeiros, posto que os mesmos buscam apenas o crescimento de sua atividade sem o devido cuidado com o ecossistema local. Como resultado dessa ação, os mesmos deixam o lago poluído, devido à erosão como consequência da derrubada das matas ciliares para a plantação de pasto. Além disso, há ainda o problema com as grandes empresas da construção civil, que fazem daquela região sua principal fonte de retirada de areia.

É preocupante a falta de pescado nesta região, o que leva a muitos moradores a alimenta-se de produtos industrializados, como frango, calabresa, salsicha, sardinha enlatada, entre outros, pois, segundo os mesmos, o lago não tem mais peixe em quantidade suficiente para alimentar os moradores de todas as comunidades do Zé Açu.

Esse fator ambiental acaba influenciando diretamente um aspecto cultural e histórico que é o consumo de peixe pelas populações ribeirinhas na Amazônia. Agora, a mesma é abastecida por pescado oriundo de outras comunidades fora do Zé Açu ou até mesmo por vendedores que vêm da cidade vender pescado, e não raro o valor cobrado pelos pescadores e atravessadores que vendem seu peixe em Bom Socorro é bem elevado, não sendo possível para o comunitário adquiri-lo.

Observamos que as mudanças no padrão alimentar estão sendo ocasionadas por um fator ambiental ligado diretamente à carência de peixe no lago do Zé Açu. No entanto, para se compreender as dimensões ambientais no Zé Açu, fez-se necessário refletir sobre a própria relação que os moradores possuem com o ambiente natural ao seu redor, pois sabemos que quando essa relação está em desequilíbrio, observa-se uma séria dissonância entre homem e ambiente e quem acaba perdendo mais nesse caso é o homem, que necessita de ambiente saudável para se reproduzir social e culturalmente.

Porém, pelos dados obtidos, a maioria dos moradores ainda não se mostra totalmente preocupada com os problemas ambientais que vêm ocorrendo, então é necessário apoio dos órgãos competentes como a prefeitura. É necessário que haja um diálogo entre estes, na perspectiva de buscar soluções a esses problemas.

Contudo, segundo alguns os ribeirinhos, a comunidade também precisa se unir à escola, para que juntas possam reivindicar ao poder público municipal palestras de cunho socioambiental a fim de sensibilizar os moradores a preservar os recursos naturais existentes na comunidade.

Portanto, é preciso que haja um diálogo entre as instâncias institucionais públicas e sociedade civil, para incentivar discussões sobre a sustentabilidade nos territórios rurais, a fim

de efetivamente buscar soluções que beneficiem não só as comunidades pertencentes ao Zé Açu, mas muitas outras comunidades da Amazônia que estão passando por situação semelhante.

Constatou-se que o Zé Açu tem vários problemas socioambientais, mas que podem ser resolvidos ou amenizados com políticas públicas sérias voltadas para as questões ambientais em áreas rurais. Dentre essas ações podemos citar a fiscalização mais eficiente de órgãos ambientais sobre a atividade de pecuária e de extração de areia, projetos na área de educação ambiental para amenizar o problema com os resíduos sólidos, programas voltados à valorização e apoio as atividades agrícolas, turismo rural, e outras atividades que venham a beneficiar os ribeirinhos do Zé Açu com a geração de renda, porém, sem destruir seu ecossistema e suas tradições locais.

As questões ambientais observadas no Zé Açu vão na contramão das premissas da sustentabilidade, discutidas no começo desse capítulo. O que revela a nossa preocupação em relação a qualidade de vida dos ribeirinhos que moram e vivem nesse território. Até que ponto o equilíbrio desse ecossistema irá manter a sua resiliência? Se os problemas identificados nesse trabalho não forem mitigados poderá interferir significativamente no *modos* de vida dessas pessoas que tem em sua relação com o ambiente natural a fonte de seu *ethos* ambiental.

### **5.3 *Ethos* ambiental a partir das territorialidades rurais no município de Parintins: uma reflexão sobre o Zé Açu**

Ao fazermos a abordagem sobre *ethos* ambiental, em um primeiro momento explicitamos aqui sobre termo *ethos*. O mesmo deriva do grego e significa “caráter ou propósito moral” de um grupo social. Quando nos referimos ao *ethos*, estamos falando de uma categoria mais abrangente, ou seja, designa o caráter cultural e social de um grupo ou sociedade, passa a designar uma espécie de síntese dos costumes de um povo (HONIGMANN, 1987).

Leonardo Boff também apresenta uma reflexão sobre o que é o *ethos*

Ethos significa os costumes, vale dizer, o conjunto de valores e de hábitos consagrados pela tradição cultural de um povo. Ethos como conjunto dos meios ordenados ao fim [bem/autorrealização] se traduz comumente por moral. Moral [mos-mores, em latim] significa, exatamente, os costumes e valores de uma determinada cultura. Como são muitos e próprios de cada cultura, tais valores e hábitos fundam várias morais. (BOFF, 2009, p. 31).

O conceito de *ethos* é apresentado como conjunto de costumes fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres, etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), que são características de uma determinada coletividade, época ou mesmo região. Geertz apresenta uma conceituação mais concreta do que vem a ser o *ethos* na visão antropológica:

[...] os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos [...] O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade [...] o *ethos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a visão de mundo descreve, e a visão de mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica. (GEERTZ, 1989, p. 143-144).

Para entendermos o *ethos* ambiental dos ribeirinhos do Zé Açú, buscamos compreender como eles apreendem o ambiente à sua volta, suas opiniões em relação à natureza, os impactos sofridos sobre ela, a atuação das instituições públicas e como os desequilíbrios em seu ambiente natural podem afetar sua reprodução sociocultural. A partir da compreensão das questões ambientais presentes no território, também foram inferidos os possíveis caminhos e soluções para as questões ambientais apontadas pelos moradores e constatadas pelo trabalho de campo.

Acreditamos que só se pode pensar em alternativas de sustentabilidade, tanto econômica como social e cultural, a partir da realidade concreta das pessoas, realidade esta composta pelas mais diversas dimensões de sua vida cotidiana onde estão imbricados e inter-relacionados o trabalho, a família, religião, festas, enfim, todo seu sistema sociocultural que dá sentido à sua existência e que compõe o seu *ethos*.

Entender um pouco sobre esse *ethos* das populações tradicionais e sua relação com o ambiente à sua volta, permitirá refletir sobre o necessário equilíbrio ambiental, condição *sine qua non* para a qualidade de vida que os grupos societários tradicionais têm o direito de possuir, mas que, muitas vezes, não é levado em consideração pelo sistema capitalista de produção, que busca se expandir e consolidar a qualquer preço, tanto em áreas urbanas como rurais, expondo os grupos sociais mais vulneráveis às mais diversas injustiças ambientais causadas por suas atividades.

### 5.3.1 A compreensão dos ribeirinhos do Zé Açú sobre a questão ambiental

Os resultados inferidos dos formulários comprovam o constado pelas entrevistas com os moradores e discorrido anteriormente no início do capítulo: os principais problemas ambientais estão relacionados ao assoreamento do lago, desmatamento para a pecuária, a extração de areia e a produção de resíduos sólidos (Figura 98). Interessante foi perceber que as porcentagens de cada resposta são muito próximas, isto ocorreu pelo fato de os moradores conhecerem bem esses problemas e conviverem com eles há algum tempo. Nas entrevistas esses problemas eram sempre citados, e os moradores dizem que todos deveriam ser resolvidos, ficando difícil escolher qual deveria ser priorizado, pois todos causam muitos danos às comunidades pertencentes ao Zé Açú.

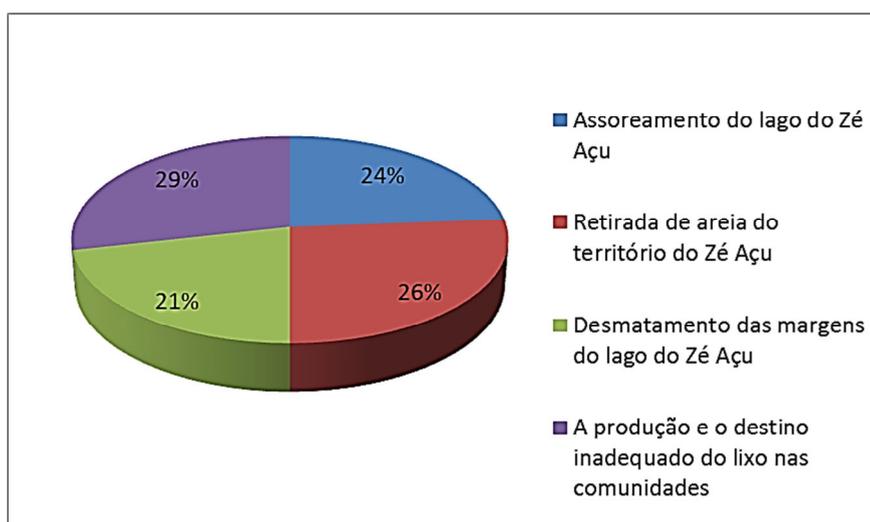


Figura 98- Principais problemas ambientais no Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A preocupação sobre os problemas ambientais também se reflete nas respostas sobre a participação em debates que envolvem o assunto, com parcela significativa respondendo que sabe da importância e sempre está participando das discussões (41%). Outros, informaram que participam às vezes (45%), a maioria dos moradores reclama que dificilmente os órgãos ambientais se reúnem com eles e ouvem suas reivindicações, e quando os ribeirinhos os procuram suas reivindicações não são atendidas, causando frustração e desânimo em participar desses debates.

Apenas 14% disseram que não participam de reuniões e debates sobre esse tema, mas, apesar de não estarem engajados diretamente, apoiam qualquer atividade ou projeto que traga melhoria às comunidades rurais (Figura 99).

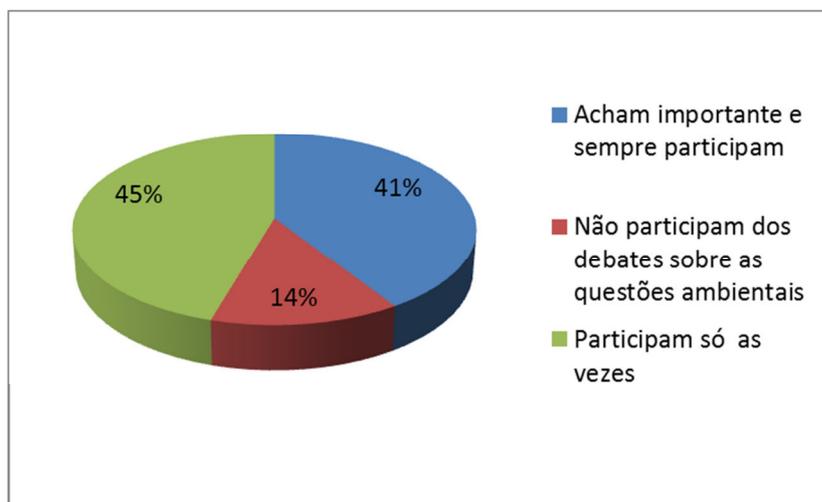


Figura 99- Participação em reuniões e debates sobre o meio ambiente.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Um fato interessante a ser discorrido sobre esse assunto é que essas pessoas que participam ativamente desses debates têm uma compreensão ampla sobre a importância de se preservar a qualidade dos ecossistemas. Isto foi comprovado quando, em setembro de 2013, os assentados do P.A. de Vila Amazônia, à qual o Zé Açú pertence, foram chamados para participar de audiência pública sobre a possibilidade de transferência da lixeira municipal da cidade para esse assentamento rural. Exatamente em local próximo ao lago do Zé Açú e onde existe uma comunidade localizada logo em frente. Nesta ocasião registrou-se a presença de mais de duzentas pessoas, entre moradores das comunidades do P.A., representantes de órgãos públicos, imprensa e polícia.

A caminho dessa audiência já se tinha a idéia do posicionamento dos moradores das comunidades em relação ao projeto da prefeitura de Parintins, percebemos que os mesmos tinham conhecimento claro sobre os impactos dessa ação. A senhora próxima a mim comentava: *“Por que não levam essa lixeira pra outro lugar? Um que não tenha pessoas morando? Lá tem um lago lindo, não pode acabar!”*, outro dizia com a voz exaltada: *“Nós não queremos lixo na nossa comunidade!”*.

O clima de tensão permaneceu durante a audiência, os comunitários foram unânimes em não aceitar a transferência da lixeira para a Vila Amazônia, muitos se manifestaram com

cartazes, faixas e vaias, quando os representantes do município apresentaram o projeto (Figura 100 ).



Figura 100 - Audiência sobre a transferência da lixeira pública de Parintins para a Vila Amazônia.

Fonte: Arquivo pessoal de Charlene Muniz, 2013.

No final da audiência, depois de ouvida a opinião dos moradores, foi confirmado que o local escolhido para a lixeira não era apropriado e o município voltou atrás em sua decisão e paralisou os trabalhos. Porém, se os moradores não tivessem se manifestado contra e dito **não** à transferência da lixeira municipal, certamente a prefeitura teria prosseguido com esse projeto e, possivelmente, os danos ambientais já estariam afetando centenas de pessoas que moram no Zé Açú e outras áreas próximas.

Esse episódio comprova a importância da mobilização pública contra projetos que venham na contramão da sustentabilidade. E o Estado precisa ouvir a opinião das populações locais em relação às atividades que ocasionam transformações no ambiente.

Esta tese aponta que toda política pública deve vir dos anseios dos grupos societários, que devem participar do planejamento à implantação e implementação de qualquer ação voltada a seus territórios.

Um grupo, quando bem organizado, tem mais força na hora de reivindicar seus direitos, esse vem sendo o caminho a ser tomado pelos povos de comunidades tradicionais, e a união e a organização política e social têm um peso importante na hora da tomada de decisão e devem ser incentivadas cada vez mais.

A insatisfação dos moradores quanto aos órgãos ambientais é grande, e os mesmos afirmam que muitos dos problemas que hoje existem no Zé Açú poderiam ser controlados se o governo fizesse a parte dele, que é fiscalizar as atividades que prejudicam os ecossistemas naturais. Entre os órgãos mais cobrados estão o IBAMA, SEMA e IPAAM (Figuras 101 e 102).

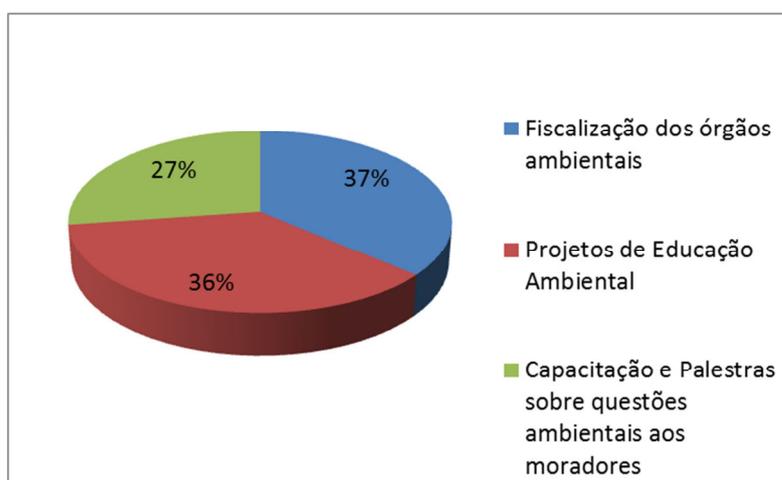


Figura 101- Quais atividades poderiam melhorar a qualidade ambiental no Zé Açú.

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

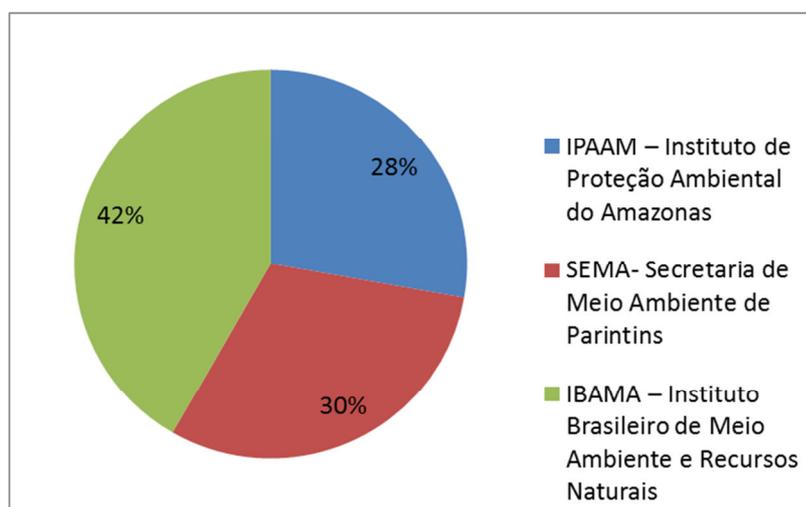


Figura 102- Órgãos que deveriam atuar no local.

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Eles também afirmam que tanto os órgãos governamentais como a escola e universidades poderiam ajudar o Zé Açú por meio de palestras às comunidades e a execução de projetos em Educação Ambiental, para que as pessoas possam se sensibilizar sobre os problemas existentes e fazer a sua parte para amenizar e até mesmo evitar, assim como ganharem mais força para reivindicar junto ao poder público. A escola tem um papel

fundamental, segundo os moradores, para repassar as informações às comunidades, pois é a instituição que está mais próxima a eles e que respeitam e valorizam muito (Figura 103).

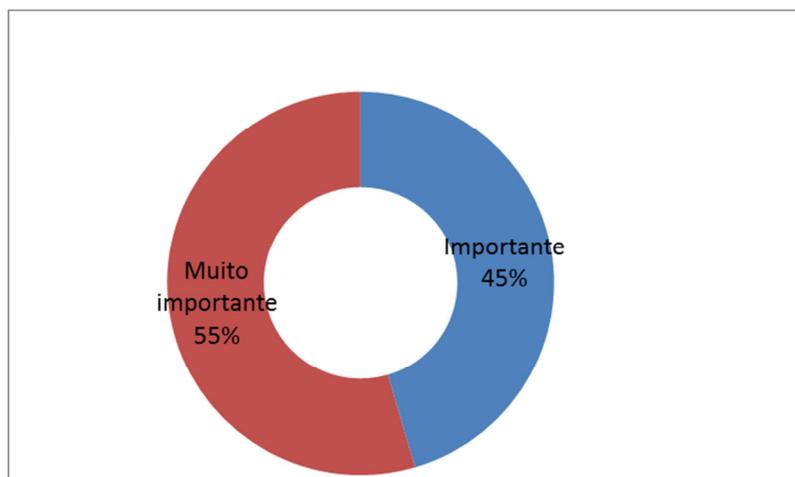


Figura 103- Importância da escola na questão ambiental no Zé Açu.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Acreditamos no poder revolucionário da educação e em especial na Educação Ambiental, pois como afirma Catalão:

À medida que aumenta o horizonte de significados da crise ambiental, aparece o termo “ecologia humana” para dar conta do campo de relações em que interagem cultura e natureza, e a Educação Ambiental (EA) é convocada como parte da resposta aos problemas ambientais locais e planetários. Invoca-se para a educação o desafio de formar novas gerações capazes de superar os limites e os impasses das gerações anteriores e do nosso padrão civilizatório gerador da crise ambiental contemporânea. (CATALÃO, 2009, p. 254-255).

Percebemos essa falta de informações mais conceituais sobre a questão ambiental, apesar de empiricamente essas pessoas saberem da importância do meio ambiente em equilíbrio. Da mesma forma, sabem quanto a poluição e o desmatamento afetam as suas vidas e a de seus filhos, mas é necessário apoio maior dessas entidades para que as informações possam chegar a eles.

Essa questão foi confirmada pelas respostas em relação à importância da sustentabilidade para o Zé Açu, pois muitos não souberam responder à pergunta, e quando perguntados sobre o porquê de suas respostas eles responderam não entender muito bem o significado da palavra “sustentabilidade”. Com isso, foi necessária uma rápida explicação de

nossa parte sobre o assunto para que pudessem entender melhor a nossa pergunta, porém resolvemos deixar nos formulários as primeiras respostas que eles deram (Figura 104).

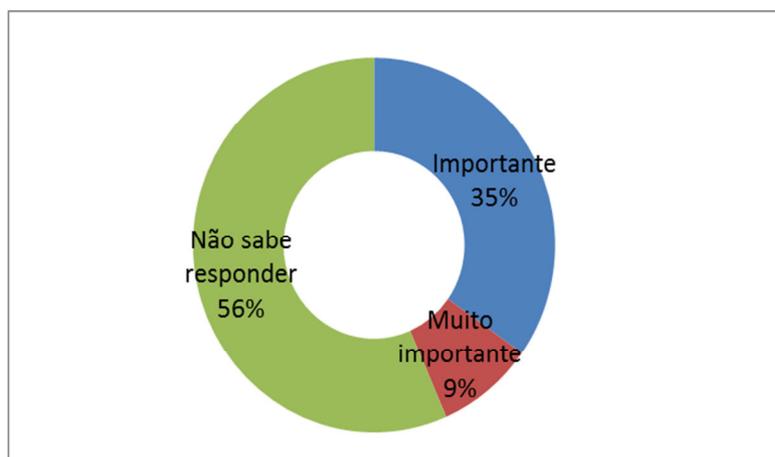


Figura 104- Importância da sustentabilidade.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Acreditamos que mais palestras sobre sustentabilidade poderia auxiliá-los na compreensão da importância dessa temática. Se fossem fornecidos mais subsídios teóricos conceituais a essas pessoas, deixando-os cientes de seus direitos, poderíamos instrumentalizá-los para se defenderem e defenderem seus territórios das ações predatórias dos grupos econômicos e políticos. Daí a necessidade de fazer com que os mesmos compreendam a importância do que vem a ser sustentabilidade.

#### **5.4 Zé Açú: Um território em busca da sustentabilidade socioambiental**

Com base nos relatos dos moradores, na observação *in loco* constataram-se grandes desafios à sustentabilidade, em suas várias vertentes, para a área estudada.

Tomando como referencial um dos principais teóricos sobre esse tema, Ignacy Sachs (2009), que apresenta seis critérios que levariam à sustentabilidade dos sistemas sociais e ecológicos. Identificamos primeiramente os problemas que existem no Zé Açú, e que vão de encontro aos critérios de Sachs, e que precisam ser observados, para que o Zé Açú alcance a sua sustentabilidade. Os problemas identificados foram os seguintes (Quadro 5).

OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE IGNACY SACHS ( 2009)	PROBLEMAS IDENTIFICADOS NO ZÉ AÇU
<p><b>Social</b>  <i>Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;</i>  <i>Distribuição de renda justa;</i>  <i>Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;</i>  <i>Igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.</i></p>	<p>Falta de políticas públicas direcionadas para melhorar a qualidade de vida das populações rurais: ribeirinhas ou de terra-firme;          Êxodo rural devido às condições desfavoráveis das populações que moram na zona rural: agricultores, pescadores, extrativistas e pequenos criadores.          Aumento de casos de violência nas comunidades rurais (devido consumo de bebidas alcoólicas e drogas) e a falta de efetivo policial          Oferta e melhoria dos serviços públicos básicos como saúde, educação, segurança, lazer, transporte e renda.          Mais investimentos na educação, com incentivos para projetos de educação ambiental.</p>
<p><b>Econômico</b>  <i>desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado</i>  <i>segurança alimentar</i>  <i>capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica</i></p>	<p>Baixa renda devido ao enfraquecimento da agricultura familiar e da pesca.          Dependência de benefícios sociais (aposentadoria, pensão e bolsa família) como fonte principal de renda da família;          Falta de incentivo à atividades econômicas que gerem renda para a população local;          Não investimento, pelo poder público municipal, no setor primário (agricultura, pesca, extrativismo).          Falta de investimentos em atividades que gerem renda a população local, sem destruir seu ecossistema e nem seus sistemas socioculturais tradicionais.          Insegurança alimentar          Artificialização, cada vez maior, da alimentação pelo troca do consumo de produtos locais por produtos industrializados</p>
<p><b>Ecológica</b>  <i>Preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis</i>  <i>Limitar o uso de recursos não renováveis</i></p>	<p>Intensificação da produção de resíduos sólidos inorgânicos e disposição inadequada dos mesmos          Supressão intensa da vegetação para construção de moradias e vias de circulação;          Aumento da sensação térmica devido a impermeabilização do solo (asfaltamento de ruas);          Doenças devido o consumo de água sem tratamento adequado, devido o aumento pela demanda de água encanada nas casas.          Intensa atividade da pecuária extensiva, retirando a vegetação primária para a plantação de pasto.          Surgimento de Voçorocas          Morte das nascentes          Degradação do solo devido a retirada da cobertura vegetal e constantes chuvas na localidade.          Desaparecimento de espécies vegetais e animais do ecossistema local          Assoreamento do lago devido o acúmulo de sedimentos em seu leito.</p>

<b>Continuação</b>	
<p><b>Cultural</b>  <i>Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre o respeito à tradição e inovação);</i>  <i>Capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);</i>  <i>Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.</i></p>	<p>Mudanças de hábitos e costumes tradicionais por hábitos da modernidade;  Mudanças nas festas populares;  Enfraquecimento da sociabilidade típica do campo; do sentimento de solidariedade, compadrio e ajuda mútua entre vizinhos e amigos.  Conflitos intra-geracionais ( Os jovens não escutam e não respeitam os mais velhos )</p>
<p><b>Territorial</b>  <i>Configurações urbanas e rurais balanceadas(eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimentos públicos)</i>  <i>Superação das disparidades inter-regionais</i>  <i>Estratégias de desenvolvimento ambiental segura para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento )</i></p>	<p>Mudança na organização espacial: ruas, loteamentos, valorização de terrenos devido a sua localização (principalmente em Bom Socorro)  Adensamento populacional nas comunidades maiores  Carência na oferta de infraestrutura e serviços de saúde, educação, lazer e segurança devido a grande demanda.  Desequilíbrio na relação rural e urbano: Com o favorecimento da área urbana para investimentos na área de saúde, educação, emprego e renda, segurança e lazer.  Falta de um Zoneamento Ambiental que possa identificar as áreas propícias as atividades econômicas e como as mesmas devem ser utilizadas de forma sustentável.</p>
<p><b>Ambiental</b>  <i>Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais</i></p>	<p>Problemas de conflitos em torno de recursos naturais: água, florestas, sobre exploração dos recursos pesqueiros, retirada de produtos florestais, retirada das matas ciliares dos lagos,  Adensamento populacional, sem um necessário planejamento.  Aumento da pressão sobre os recursos naturais, tanto de ordem populacional como econômica.  Distribuição, por parte do INCRA, dos lotes da Gleba de Vila Amazônia, da qual o Zé Açú faz parte, sem critérios claros e justos, e não fiscalização do mesmo sobre as atividades que estão em desacordo com a finalidade de um assentamento agrário.  Incentivo, pela municipalidade e órgãos Federais como IBAMA, SEMA INCRA e IPAAM, para atividades que depredam o ambiente, por meio de concessão de lotes de terras e liberação de licenças ambientais sem o devido acompanhamento.</p>

Quadro 5: Problemas diagnosticados no Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Esses problemas que implicam na (in)sustentabilidade foram confirmados pelos resultados do grupo focal, onde utilizamos a técnica da árvore de problemas<sup>31</sup> que é uma das ferramentas utilizadas pelo Diagnóstico Rural Participativo (DRP) para saber quais os principais problemas que existem em localidades rurais, pois, como afirma Lydia Kummer, “numa comunidade rural é importante mobilizar a população para que ela mesma comece a diagnosticar e analisar sua situação” (2007, p. 117). A partir daí, priorizar quais os assuntos devem ser resolvidos a curto, médio e longo prazo.

Primeiramente ouvimos essas pessoas e coletamos as suas opiniões; posteriormente organizamos para que fossem discutidos os resultados pelos próprios a fim de elaborar as alternativas.

Essa ferramenta permitiu visualizar e ajudou a entender alguns problemas, suas causas, efeitos e o que fazer para eliminá-los. O procedimento foi o seguinte: Desenhamos o tronco de uma árvore em papel pardo e o afixamos em um painel móvel; em seguida foi solicitado que os participantes escrevessem o problema priorizado em uma tarjeta e a afixassem no tronco da árvore; foi perguntado quais as causas que alimentam este problema e os seus efeitos negativos (Figura 105).



Figura 105 – A Reunião do grupo focal - B Árvore de problemas feita pelos moradores.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

<sup>31</sup> A ferramenta Árvore de Problemas usa um dos conceitos básicos do método ZOPP, um instrumento do Planejamento Participativo Orientado por Objetivo, que foi desenvolvido e introduzido através da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) nos anos 1980. [...]. As pessoas que nasceram e vivem no meio rural têm uma vivência muito ligada com a natureza e seus símbolos como, por exemplo, uma árvore. A partir disso, adaptou-se esta ferramenta (KUMMER, 2007, p. 123).

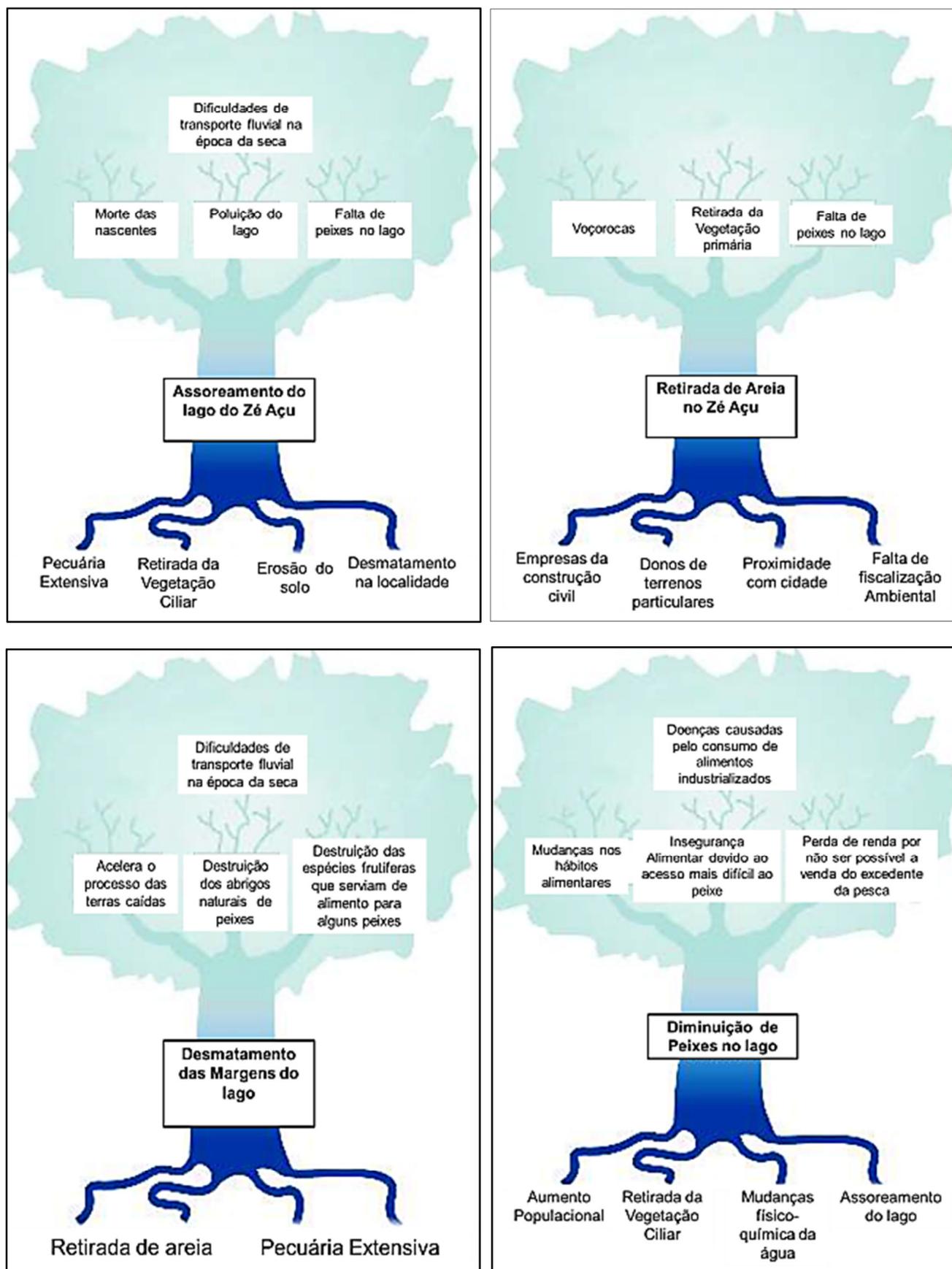


Figura 106 –Árvore de problemas do Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

No tronco da árvore está visualizado o problema; as raízes simbolizam as causas do problema e os galhos, com seus frutos podres, representam os efeitos que determinado problema está gerando.

Depois de realizada a técnica, organizamos os resultados obtidos no grupo focal. Para melhor visualização, transferimos para o computador o desenho da árvore e dispusemos as respostas dos ribeirinhos do Zé Açú sobre os problemas ambientais, suas causas e efeitos para seu ecossistema (Figura 106).

Com esses esquemas visualizamos as consequências dos principais problemas ambientais identificados no Zé Açú, e como afetam a vida dos ribeirinhos que moram nas margens do lago.

Buscamos identificar quais os setores que devem ser melhorados nas comunidades, os investimentos por conta do poder público. Também identificamos quais os principais investimentos que deveriam ser feitos nas comunidades e a prioridade dada pelos moradores a cada investimento.

Dentre os principais estão: a coleta e destino adequado de resíduos sólidos (31%) e melhoria na infraestrutura de água e energia (30%).

Apesar das três comunidades pesquisadas terem energia elétrica por conta da chegada do programa do governo federal “Luz para todos”, o mesmo não apresenta qualidade satisfatória, segundo os moradores. É comum a interrupção do fornecimento de energia nas comunidades, principalmente quando chove. E quando a energia falta, leva vários dias para ser reestabelecida, causando transtornos às pessoas, pois elas já se tornaram dependentes dessa energia, já possuem eletrodomésticos como geladeira e freezer, onde condicionam a comida que acaba estragando quando a energia cessa de ser restabelecida.

Os moradores reclamam muito da precariedade desse serviço, afirmam que mesmo quando não há a energia em sua casa, a conta da luz chega para pagarem, e muitas vezes o valor a ser pago é elevado, teve um morador que informou que até conta no valor de R\$ 200,00 já chegou para ele pagar.

Sobre o fornecimento de água, ainda existem comunidades no Zé Açú que não possuem o poço artesiano, dificultando a vida dessas pessoas, principalmente na época da vazante. Há comunidades no Zé Açú que possuem o poço, mas a água ainda é retirada de forma manual, ficando esse trabalho principalmente ao encargo dos jovens e crianças (Figura 107).



Figura 107- Menino retirando água do poço na comunidade de N.S das Graças.

Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

Das comunidades que fizeram parte desta pesquisa, a maioria das casas possui água encanada, porém os moradores reclamam da falta de tratamento para o consumo, a água contaminada está entre as causas mais comuns de doenças no Zé Açú.

Os moradores afirmam que é preciso ter esse investimento no tratamento e distribuição de água nas casas, assim como no saneamento básico, visto que a maioria das casas ainda não possui um modo adequado de tratamento de seus dejetos. Grande parte das casas ainda utiliza as fossas negras<sup>32</sup> o que representa risco para a contaminação das águas superficiais que abastecem essas comunidades.

O que chama mais a atenção nas respostas dos moradores é o grau de importância que eles atribuem ao processo educativo. Eles falam que a escola deve ser a instituição que precisa de investimentos do setor público, pois, é a base para o futuro de seus filhos e netos (Figura 108).

---

<sup>32</sup> Cova feita no chão, geralmente com cobertura e cercada, usada como sanitário.

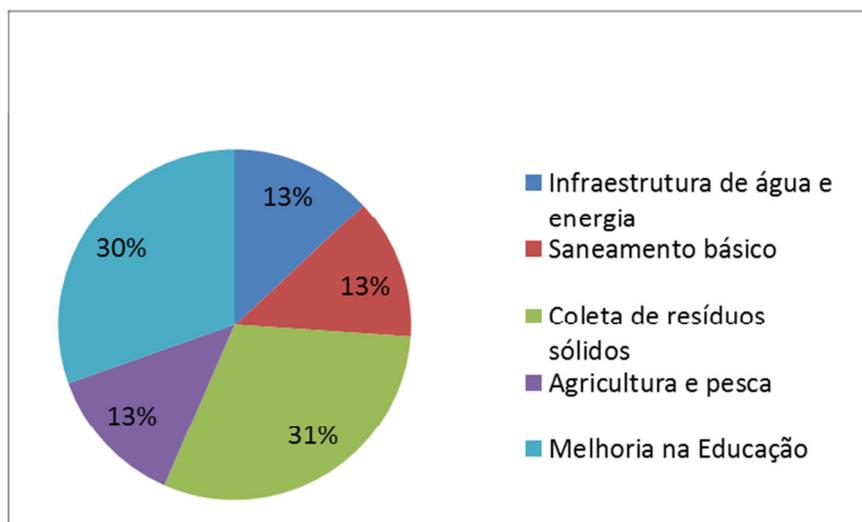


Figura 108- Investimentos para o Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Com base nos investimentos citados pelos moradores para o Zé Açú, agrupamos as respostas em comum para mensurar a intensidade de importância desses investimentos. Esses dados foram inseridos no programa estatístico SPSS<sup>33</sup> para serem processados. No SPSS foi composta uma escala de gradação em azul com o seguinte parâmetro: Pouco importante, Importante, Muito Importante, Essencial. Inserimos duas opções, que não foi citada pelos moradores, uma foi o investimento para o Ecoturismo, explicando aos mesmos o que seriam essas atividades e os benefícios que poderiam trazer. Isso foi feito para saber como seria a aceitação dos moradores de uma outra atividade econômica. A outra foi a pecuária, para sabermos a importância dessa atividade na visão dos moradores, sendo que essa atividade foi a que mais provocou alterações na paisagem natural do Zé Açú. As respostas foram as seguintes:

<sup>33</sup> *Statistical Package for Social Sciences.*

### Infraestrutura de água e energia



### Saneamento básico



### Coleta de resíduos sólidos



### Agricultura e pesca



### Pecuária



### Melhoria na Educação



### Ecoturismo



Figura 109- Intensidade de importância de investimentos no Zé Açu.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Observamos que os moradores, ao priorizarem os investimentos para o território, elegeram principalmente a melhoria na educação, saneamento básico e coleta de resíduos sólidos, que contam com os maiores percentuais de  **muito importante**. A Pecuária, como já era de se esperar, pelo impacto que ainda produz, como a atividade que menos os moradores consideram importante (Figura 109).

Com base no que foi informado pelos moradores no grupo focal, entrevistas individuais, formulários, pesquisa documental e observação direta, organizamos um quadro de possíveis caminhos para que o Zé Açu possa alcançar a sua sustentabilidade tanto ambiental, como econômica, social e cultural.

<b>OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SEGUNDO IGNACY SACHS ( 2009)</b>	<b>POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO ZÉ AÇU</b>
<p><b>Social</b>  <i>Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;  Distribuição de renda justa;  Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;  Igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.</i></p>	<p>Maior mobilização da população a fim de reivindicar, junto ao poder público, melhorias nos serviços básicos;  Ampliação na oferta de atendimento médico, com mais recursos humanos qualificados para atender nos postos de saúde nas comunidades.  Implantação de postos de saúde em comunidades que ainda não possuem.  Mais agentes de saúde comunitário  Contratação de médico que fique fixo na comunidade,  Mas medicamentos nos postos de saúde para distribuição gratuita para os moradores  Transporte rápido de pacientes em caso de emergências médicas ( Ambulancha)  Ações na área da saúde preventiva, para orientação das famílias quanto a prevenção de algumas doenças  Melhoria na qualidade da Educação, com contratação de professores com qualificação ,  Mais estrutura para a escola, com ampliação da infraestrutura para atender mais alunos.  Salas de informática com acesso a internet  Implantação da Escola Familiar Rural;  Melhorar a infraestrutura da casa dos professores, nas comunidades. E que sejam bem remunerados para que os mesmos permaneçam na comunidade  Inclusão no orçamento municipal de recursos para investimento obrigatório em projetos na área rural  Construção de um posto policial e manutenção de um efetivo da polícia militar na comunidade; estender o programa Ronda no bairro para as maiores comunidades na zona rural  Garantir a segurança alimentar das populações locais e que venham a respeitar seus costumes e tradições  Construção de quadras de esporte e áreas de lazer para a recreação de jovens e adultos.  Maior mobilização política das comunidades  Mais apoio dos comunitários as ações das diretorias das comunidades, assim como a ajuda para ações coletivas que venham a beneficiar a mesma.</p>
<p><b>Econômico</b>  <i>desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado  segurança alimentar  capacidade de modernização  contínua dos instrumentos de</i></p>	<p>Direcionamento de políticas públicas para a geração de emprego e renda nas áreas rurais que estejam de acordo com as potencialidades locais  Fortalecimento da agricultura familiar por meio de incentivos financeiros, capacitação técnica dos produtores,  Facilitar o transporte de mercadorias até a cidade, eliminando a figura do atravessador/marreteiro para que o agricultor possa obter um preço justo por seu produto.</p>

<b>Continuação</b>	
<p><i>produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica</i></p>	<p>Incentivo a outras atividades econômicas que possam explorar, de forma sustentável, os recursos existentes na localidade como: ecoturismo ou turismo rural, piscicultura, artesanato.</p> <p>Orientar, capacitar, incentivar e fomentar os agricultores nas técnicas da agroecologia para a produção de hortaliças, verduras, legumes, frutas e outros produtos para que as próprias comunidades rurais de Parintins venham a suprir a demanda da cidade, que hoje é abastecida em grande parte por produtores de fora do Estado.</p> <p>Cursos de formação (técnico agrícola, zootecnia e plantas medicinais) para os filhos do Zé Açú, para que os mesmos possam permanecer em seu território e contribuir para o desenvolvimento e melhor qualidade de vida.</p> <p>Construção de um Banco Postal nas principais comunidades, para que os aposentados, pensionistas e outras pessoas que precisam receber seus benefícios sociais não precisem se deslocar até a cidade.</p> <p>Melhorar a geração de energia elétrica, para que haja uma energia confiável e de qualidade, com um preço justo.</p> <p>Controlar o preço cobrado por produtos, pelos donos de comércios locais, que muitas vezes são muito elevados.</p>
<p><b>Ecológica</b></p> <p><i>Preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis</i></p> <p><i>Limitar o uso de recursos não renováveis</i></p>	<p>Implantação da coleta seletiva nas comunidades</p> <p>Projetos de arborização das ruas nas comunidades maiores e manutenção da vegetação nas comunidades menores</p> <p>Melhorias no abastecimento de água com o tratamento adequado para consumo</p> <p>Melhoria nas condições de saneamento básico nas comunidades</p> <p>Fiscalização dos órgãos ambientais quanto a atividades da pecuária e extração mineral no Zé Açú</p> <p>Recuperação de áreas degradadas com o devido reflorestamento das espécies nativas</p> <p>Monitoramento das voçorocas existentes na localidade</p> <p>Preservação da mata ciliar</p> <p>Alternativas sustentáveis de manejo do solo ( Plano de Recuperação de áreas já degradadas)</p> <p>Evitar a pesca predatória, punindo legalmente, aqueles pescadores profissionais que utilizarem apetrechos proibidos por lei</p> <p>Conservar os <i>habitats</i> naturais dos peixes, pássaros, quelônios e pequenos mamíferos, para que os mesmos possam se reproduzir sem interferências antrópicas.</p>
<p><b>Cultural</b></p> <p><i>Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre o respeito à tradição e inovação);</i></p> <p><i>Capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno</i></p>	<p>Incentivo a manutenção dos costumes e tradições no Zé Açú</p> <p>Revalorização do sentimento de pertencimento as suas raízes rurais;</p> <p>Valorização dos conhecimentos tradicionais oriundos da vivencia e do cotidiano com o lugar</p> <p>Incentivo a continuação da tradição de realização das festas em honra aos santos seguindo seus ritos</p> <p>Respeito as crenças religiosas e a pluralidade de credos</p> <p>Retorno e Fortalecimento da união entre os moradores e das famílias</p> <p>Incentivo a formação de grupos de jovens na igreja</p>

<p><i>(oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.</i></p>	<p>Fortalecimentos do clube de mulheres para a prática de atividades que venham beneficiar a comunidade Projetos na escola que venham a mostrar aos mais jovens a importância da valorização do sentimento de pertencimento a comunidade, aos <i>habitus</i> e costumes e as tradições da cultura local Intensificação de relações intra e inter comunidades que reforcem o sentimento de pertencimento ao território do Zé Açú.</p>
<p><b>Territorial</b> <i>Configurações urbanas e rurais balanceadas(eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimentos públicos) Superação das disparidades inter-regionais Estratégias de desenvolvimento ambiental segura para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento )</i></p>	<p>Ordenamento Territorial no Zé Açú , com a definição do uso e ocupação do solo, que estejam de acordo com as características ambientais, econômicas e sociais daquela localidade, levando em consideração as populações tradicionais ali existentes Respeito as territorialidades dos ribeirinhos do Zé Açú, garantido o seu acesso e uso dos recursos naturais em acordo com seu <i>ethos</i> ambiental herdado, construído, reproduzido. Mas que também foi ressignificado ao longo do tempo pelos mesmos. Melhorar o acesso entre as comunidades por via terrestre ( estrada) e fluvial (rio) que possa facilitar o fluxo de pessoas e produtos.</p>
<p><b>Ambiental</b> <i>Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais</i></p>	<p>Cumprimento da legislação ambiental Proibição de desmatamento das áreas de proteção permanentes do lago do Zé Açú. Promoção de atividades de educação ambiental como palestras sobre as temáticas: Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável ; Turismo e meio ambiente; Paisagens Naturais e Culturais; Ecossistemas Lacustres ; a Importância da água no Século XXI ; Legislação Ambiental, Degradação Ambiental, Coleta seletiva, entre outros temas. Capacitar os comunitários em monitoramento ambiental para que os mesmos possam fiscalizar e denunciar as injustiças ambientais cometidas no Zé Açú. Não distribuição de lotes, para assentados que não cumprirem o perfil necessário para ocupar esses lotes Mais fiscalização do INCRA sobre as atividades incoerentes com um projeto de assentamento rural Realização de oficinas para sensibilização e reaproveitamento de partes de resíduos sólidos Programas de incentivo a criação/manutenção de hortas nos quintais das casas Incentivar a criação e manutenção de uma Horta comunitária Incentivo a criação/manutenção das farmácias naturais nos quintais, pela plantação e uso das ervas medicinais Incentivo a criação/manutenção dos jardins, com suas plantas ornamentais na frente e nos quintais da casa Programas e projetos que venham a demonstrar a importância dos quintais agroflorestais para a alimentação e venda do excedente</p>

Quadro 6- Possíveis caminhos para a sustentabilidade no Zé Açú.

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

O Quadro 6 foi elaborado com as respostas, sugestões e aspirações dos moradores do Zé Açu. Ele não está completo, acreditamos que mais alternativas precisam ser inseridas. Também não significa que se fossem todas implementadas trouxessem imediatamente a sustentabilidade para esse território.

Trata-se mais de uma tentativa de reflexão sobre as alternativas disponíveis para a possível melhoria na qualidade de vida dessas pessoas que moram, trabalham e vivem nessas áreas rurais e que merecem viver com tranquilidade e com o ambiente saudável, para que se reproduzam socialmente, mantendo as suas tradições, seus *modos* de vida, que não é melhor ou pior que de outras sociedades, mas é a manifestação própria e seu *ethos* ambiental, que precisa ser respeitado e mantido.

Lembramos do conceito apresentado no início do capítulo, que alguns autores chamam de “decrescimento”, que se trata da tentativa de pensar o crescimento não da forma como o sistema econômico vigente pensa, ou seja, em termos numéricos. É pensar que o desenvolvimento pode se dar de várias formas, que não necessariamente pode ser em termos financeiros, ou de aumento na exploração de recursos naturais. Por isso, nosso cuidado ao apresentar essas alternativas, e que as mesmas devem ser bem avaliadas para saber até que ponto elas de fato trariam bem-estar e qualidade de vida a essa população sem alterar de forma significativa seu *habitus* e seu *ethos* ambiental.

### **5.5 Governança ambiental e políticas públicas para a sustentabilidade no Zé Açu**

A cidade de Parintins, exerce influência econômica, social e cultural no Zé Açu que já apresentam implicações socioambientais que repercutem na (re)produção do *habitus* de seus moradores. Dentre essas mudanças a questão ambiental é preocupante, pois a problemática dos resíduos sólidos vem impactando diretamente as comunidades, porque está aumentando a produção de resíduos sólidos não orgânicos, e não havendo coleta de lixo pública e nem local apropriado para depositá-lo, as pessoas queimam e/ou jogam o lixo nos terrenos baldios e nos barrancos próximos ao rio, colocando em perigo a saúde e segurança deles próprios.

Há também muitas fazendas que derrubam as áreas de vegetação primária para fazer pastos e muitas vezes retiram toda a mata ciliar do lago do Zé Açu. Outro problema ambiental é a retirada de areia da área das comunidades para a construção civil na cidade de Parintins, ocasionando sérios problemas de erosão.

Por todos esses problemas inferidos, é necessária a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para estas áreas no tocante às questões socioambientais. O processo de governança ambiental pode ajudar no diálogo entre os distintos atores sociais para que se possa resolver/mitigar esses problemas.

A Governança Ambiental tem surgindo com frequência nas discussões acadêmicas, como “uma ‘categoria-chave’ que envolve a discussão sobre desenvolvimento sustentável, alinhada a outras categorias como negociação, participação, parceria, sociedade civil organizada etc.” (ZHOURI, 2008, p. 97).

Quando múltiplos atores se utilizam dos mesmos recursos naturais as implicações podem ser as mais diversas, desde o esgotamento desses recursos a conflitos de gestão; logo, é necessário estabelecer acordos entre os mesmos para elaboração de regras e práticas comuns, contribuindo para que haja coordenação de ações que auxiliem na resolução de conflitos, assim como negociação das várias compensações, o compartilhamento de informação e a construção de redes de conhecimento sobre esse bem comum.

A Governança, portanto, depende fundamentalmente da colaboração de múltiplos atores sociais entre os diferentes níveis e escalas de organização (ARMITAGE, 2008). Esses atores precisam interagir e estabelecer uma coordenação de ações para a resolução de determinados conflitos e serve, dentre outras coisas, para propor: negociação das várias compensações, partilha de informações e construção de conhecimento comum (BODIN; CRONA, 2009).

Porém, o processo de governança sobre determinados recursos é difícil, pois os ambientes, assim como a sociedade, são caracterizados por incertezas e dinâmicas complexas, ou seja, variações naturais, escalas e hierarquias de dependências em relação aos recursos e também à conjuntura econômica e política nas quais estão inseridas.

Considerando a importância da governança ambiental e a necessidade de iniciar um processo de discussão, diálogo e resolução sobre os problemas identificados no Zé Açú, apresenta-se na Figura 110 um esquema representativo dos níveis de escala espacial, temporal, jurisdicional e institucional que envolveria a governança nesse território, bem como os múltiplos atores que estariam envolvidos nesse processo (Figura 111).

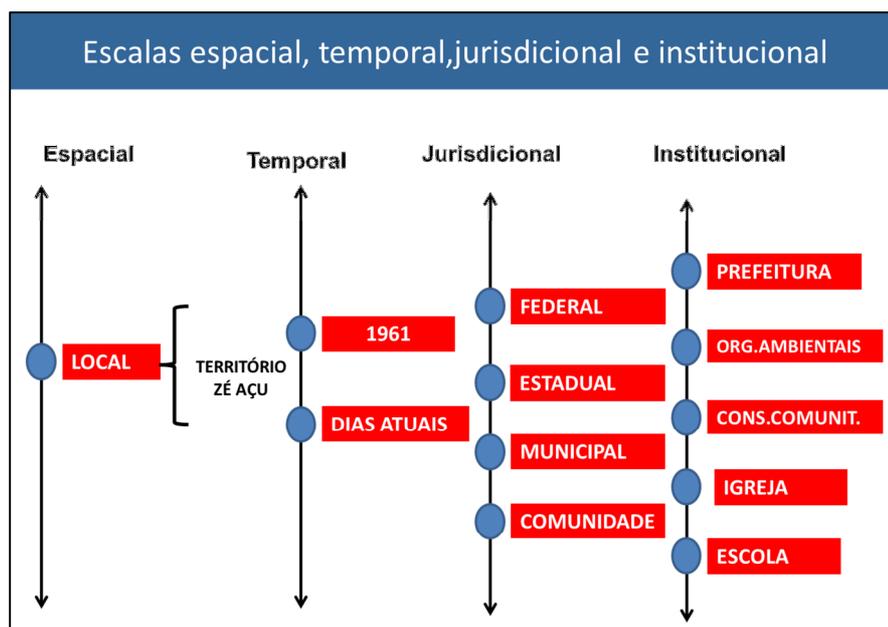


Figura 110- Níveis de escala da governança ambiental.  
 Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A escala espacial é local, estaria circunscrito ao Zé Açú a escala temporal abrangeria compreender as transformações socioespaciais que ocorreram ao longo dos anos no território e em sua paisagem para que possamos fazer o diagnóstico e posterior análise de como se encontram as mesmas nos dias atuais. Zé Açú é uma localidade rural pertencente ao município de Parintins, assim, a escala jurisdicional será municipal. No que corresponde às esferas institucionais, é importante o envolvimento da prefeitura municipal, da associação de moradores, da escola, assim como da igreja, sendo esta uma instituição muito importante ainda na vida da população rural em Parintins, estando no cerne de muitas outras comunidades rurais como uma das principais incentivadoras da criação destas em quanto tal.

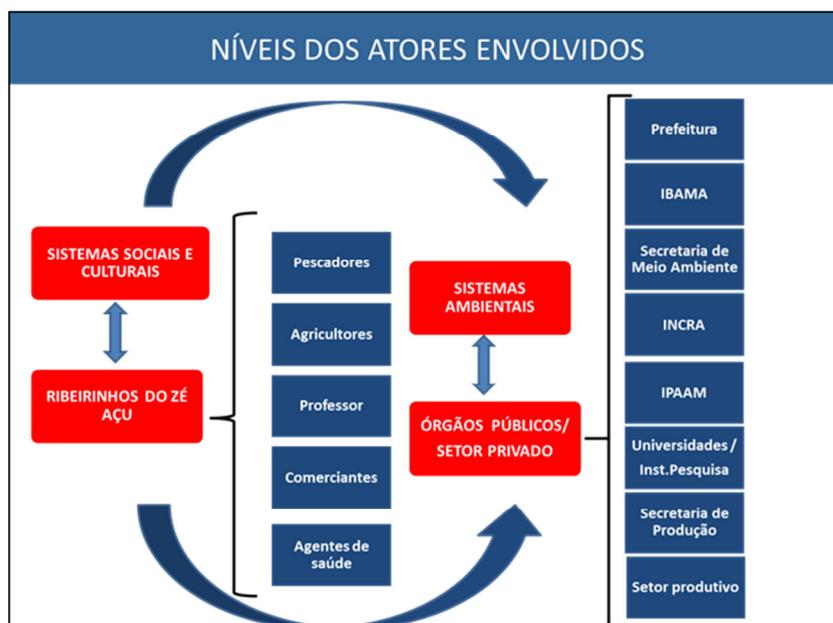


Figura 111- Níveis dos atores envolvidos na governança ambiental.  
Fonte: Trabalho de campo. 2014.

Buscamos refletir sobre a importância da Governança Ambiental para o território do Zé Açú, sendo necessária a participação de múltiplos atores, cada um com sua função dentro do processo de governança. O trabalho precisa ser em conjunto, formando uma rede de cooperação. Na Figura 111, são apresentados os níveis e os atores que podem participar no planejamento das políticas públicas para o Zé Açú, lembrando que deverá sempre haver interação entre os mais diversos atores, estabelecer diálogos para decidirem em conjunto as ações a serem realizadas, os planos, programas e propostas que as esferas públicas e privadas precisam desenvolver, visando à sustentabilidade dos sistemas sociais, culturais e ambientais.

Apresentamos os principais conceitos que envolvem a governança ambiental, sua importância na conjuntura atual, visto o projeto desenvolvimentista em voga na sociedade moderna, rompendo muitas vezes com os processos e equilíbrio dos ecossistemas, imputando impactos socioambientais às comunidades e afetando diretamente populações inteiras e provocando injustiças ambientais, em graus variáveis, em todos os lugares. O “desenvolvimento” da sociedade tem seu preço, e muitas vezes este é pago e/ou distribuído desigualmente entre as camadas das populações mais pobres e vulneráveis.

Neste aspecto devemos fazer uma reflexão em torno de processos que tenham como premissas fundamentais um diálogo entre os mais diversos atores sociais que utilizam um mesmo recurso, para a construção e implementação de políticas e ações conjuntas para manter a integridade e disponibilização deste recurso a quem é de direito, evitando assim conflitos e

impactos ambientais negativos sobre os ecossistemas, equalizando as injustiças ambientais que ocorrem devido à exploração intensa por parte de certos segmentos econômicos do mercado, sejam eles públicos ou privados.

No caso específico do Zé Açu, a preocupação está em mitigar/evitar os problemas decorrentes do uso indiscriminado dos recursos ali existentes, por agentes econômicos externos, sem nenhuma preocupação com as especificidades ambientais e culturais deste território, pois, apesar das mudanças em curso, o mesmo ainda mantém relações próximas com o ecossistema natural, o rio, a floresta.

Os moradores têm seus modos de vida pautados nos aspectos culturais tradicionais das áreas rurais como as relações de parentesco e vizinhança, a solidariedade e a ajuda mútua. Acreditamos que o desenvolvimento deve ser acompanhado por políticas públicas com o apoio dos comunitários que se preocupam com as questões ambientais, evitando a perda de suas riquezas naturais e de seus valores culturais e que as mudanças possam promover a qualidade de vida que essas pessoas merecem, como acesso à educação, saúde, segurança, lazer e renda, evitando com isso o lado negativo da vida nas cidades, como as desigualdades sociais, insegurança alimentar, violência, carência no acesso a serviços médicos, degradação ambiental, entre outros.

O Zé Açu precisa de um planejamento que seja pautado pela sustentabilidade e a governança ambiental pode ser elemento importante nessa discussão, desde que seus princípios fundamentais de diálogo, multidimensionalidade, descentralização, desenvolvimento do capital social, cogestão entre outros sejam respeitados.

## **CAPÍTULO 6 A CIRCULARIDADE DA CULTURA NO CONTEXTO DAS TERRITORIALIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM**

Este capítulo apresenta a interface dos temas abordados nos capítulos anteriores articulando com o conceito de circularidade da cultura e as territorialidades rurais identificadas no Zé Açu. Buscou-se compreender como o processo de circularidade da cultura contribui na criação e manutenção das territorialidades na área pesquisada.

O intercâmbio entre os sujeitos e os espaços rurais e urbanos, acabam por criar e/ou manter as territorialidades, que apresentam especificidades próprias pautadas pela cultura, *habitus* e *ethos* dos grupos societários. As áreas rurais, ao mesmo tempo que interagem e trocam informações com a cidade, possuem especificidades próprias que são mantidas e que, por sua vez, dependendo da situação podem ser também transformadas. E hoje com o advento da modernidade esses processos ficam cada vez mais dinâmicos e se estendem as mais diversas localidades no Amazonas e mais especificamente no município de Parintins.

### **6.1 As territorialidades rurais no Zé Açu: Identidade, pertencimento e a vida cotidiana**

Territorialidade tem a ver com a apropriação e uso do território pelos grupos societários a ele vinculados. Este uso pode ocorrer de várias formas, e por muitos meios. Já apresentamos nos capítulos anteriores como os ribeirinhos do Zé Açu utilizam seu território, seja por meio da agricultura, com suas roças, seja pela pesca, com locais determinadas para essas atividades. As festas também reforçam essa territorialidade, onde a afirmação da identidade e do pertencimento ao lugar são mantidas e reafirmadas.

Neste capítulo apresentamos, de forma detalhada, como, apesar das transformações pelas quais o Zé Açu vem passando tanto nos aspectos socioculturais como em sua paisagem natural, a presença dos aspectos rurais ainda permeia a vida e o cotidiano de grande parte dos ribeirinhos do Zé Açu.

A importância de viver *o* e *no* lugar, também será aqui evidenciada por meio das entrevistas dos moradores antigos. Onde percebe-se de forma mais clara as ambiguidades, contradições e interações da relação rural e urbano.

Essa perspectiva vem a convergir com o pensamento de Saquet, em que o mesmo afirma “a territorialidade é compreendida como relações sociais, econômicas, culturais e políticas realizadas nas famílias, na vizinhança, na *comunidade* e entre a cidade e o campo”

(SAQUET, 2011, p. 15-16), essas relações se efetivam por meio de redes de comunicação e circulação. Ou seja, a territorialidade corresponde ao espaço vivido e as relações sociais de alteridade e exterioridade cotidianas.

Entender o cotidiano torna-se importante para compreender como as territorialidades se efetivam, criam e recriam os territórios. Por isso, o pensamento de Agnes Heller (2008) também ajuda a entender essa dimensão da vida de todos os homens, ela enfatiza a importância de compreender a vida cotidiana:

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente. A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. (HELLER, 2008, p. 31).

A autora cita o que faz parte da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, o lazer e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e purificação (HELLER, 2008). Sendo assim, são muitas as atividades que poderíamos expor aqui como fazendo parte da vida cotidiana dos ribeirinhos do Zé Açú, desde a ida a sua roça, a pesca nos lagos, as suas orações diárias, os banhos nas “cabeceiras do lago”, enfim, suas práticas diárias realizadas como elementos estruturadores de sua vida, que caracterizam seu *habitus*. Alguns desses aspectos já foram apresentados em capítulos anteriores.

Ao passar dias observando a forma como vivem algumas dessas famílias e, principalmente, as suas atividades diárias, achamos pertinente descrever aqui uma atividade que chama atenção pela naturalidade e destreza com que é feita pelos moradores, demonstrando todo o conhecimento herdado por gerações e que continua a ser reproduzido pelas gerações mais jovens, mesmo não ocorrendo mais com tanta frequência como antes, mais ainda presente em suas atividades diárias: a produção da farinha de mandioca, produto este indispensável na alimentação dos ribeirinhos amazônicos.

Em uma manhã de janeiro de 2014, estava a acompanhar uma família ribeirinha do Zé Açú em mais uma atividade que faz parte de seu cotidiano. Essa família estava a fazer farinha para seu consumo, não vendem mais o produto, pois, como informado pela matriarca (a família é composta pela mãe, filho, nora e netos de 07, 10 e 15 anos de idade) desde que

começaram a criar algumas cabeças de gado, os mesmos só plantam a roça para o próprio consumo.

Interessante notar que como a farinha não é para a venda, mas para o consumo da família, não há preocupação com a sua aparência e cor pois, nesta ocasião, a mandioca que estava sendo preparada para fazer a farinha já estava escurecida devido ter sido colhida e descascada há alguns dias, o que resultou numa farinha mais escura a qual não é apreciada pelos compradores na cidade, que preferem uma farinha de cor amarelada.

O processo inicia-se com a trituração da mandioca, para isso usa-se um pequeno motor, que muitas vezes adapta-se dos motores tipo rabeta que os ribeirinhos utilizam em suas canoas para se locomover nos rios, lagos e igarapés. Esse motor é colocado em um suporte de madeira que também vai servir de recipiente para a mandioca já triturada. Após a trituração a mandioca tem que ser espremida no “*tipiti*” para a saída de um líquido venenoso que é chamado de “*tucupi*”. Essa substancia, quando fervida adequadamente, perde sua propriedade venenosa tornando-se um ingrediente muito apreciado na culinária ribeirinha, usado para cozinhar peixes, assim como, em pratos regionais como o *tacacá*, entre outros.

A massa de mandioca já espremida deve ser peneirada, para que adquira a espessura necessária para ser torrada, processo que também pode ser feito com as mãos, porém, com uma peneira torna-se mais fácil e rápido.

Antes de iniciar a torrefação é necessário consertar o forno de barro que, devido às condições do tempo foi se deteriorando. Dona Rosa dos Santos (matriarca) pede para seu filho e netos buscarem o barro (argila) nas proximidades do terreno, onde este material é abundante. Rapidamente o mesmo é umedecido e amassado com as mãos virando uma espécie de massa argilosa homogênea que, quando bem agregados, fica como aspecto de cimento, sendo usado para consertar os buracos no forno.

Esse conserto é necessário para que o calor não escape do interior do forno, quando a lenha estiver queimando lá dentro. Dona Rosa vai colocando o barro nos buracos do forno, moldando-os com suas mãos, com a destreza de quem já fez isso várias e várias vezes, em poucos minutos o forno já está consertado, porém é necessário deixar que o barro fique seco, sendo assim, a “*farinhada*” fica para o dia seguinte. Dona Rosa manda seu filho retirar a lenha que servirá de combustível para o forno, no dia seguinte. O mesmo com um machado vai pegar lenha, que também é encontrada nas mediações de seu terreno.



Figura 112- A: Trituração da mandioca; B: Passando a massa da mandioca na peneira; C: Tirado o tucupí; D: Concertando o forno com barro; E: Torrando a farinha.

Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

No dia seguinte, finalmente, a mandioca é colocada em uma chapa de aço que está em cima do forno, que já precisa estar bem aquecido. A fumaça que vem de lá arde nos olhos, mas não parece incomodar muito o integrante da família que está a frente da tarefa de torrar a farinha. O torrador da farinha com habilidade mexe a mesma que aos poucos vai ganhando cor e textura, fumaçando em cima do forno. Mais mandioca crua vai sendo acrescentada àquela que já está no forno torrando. Para mexer a farinha são utilizados instrumentos específicos, logo no início é usado uma espécie de espátula de madeira e, à medida que se vai acrescentando mais mandioca, passa-se para um remo, também de madeira (Figura 112).

Os movimentos do remo a mexer a farinha são diversificados, é preciso movê-los em várias direções, da esquerda para a direita, de baixo para cima, jogando a farinha para o alto, para que possa torrar bem a mesma não pode ficar parada. É necessário ter habilidade com o remo para mexer a farinha, da mesma forma quanto para remar na água. Um único objeto com distintas funções, mas, o domínio e a técnica de saber usá-lo para as diferentes situações, deve ser fazer presente. Disso depende o sucesso da empreitada, de uma farinha bem torrada a uma remada firme e que leve a canoa onde o ribeirinho deseja ir.

Tudo é vigiado pelo olhar atento de dona Rosa, que fica por perto ajudando sempre que é solicitada por seu neto (o que está torrando a farinha no forno).

É um trabalho árduo que exija muito esforço físico e resistência, pois ali o calor é intenso. Quando o cansaço é grande o mesmo faz pausas para recuperar o folego, limpando os olhos lacrimejantes por causa da fumaça, mas, ao mesmo tempo, ele aproveita para colocar mais lenha dentro do forno. Para sentir o ponto certo da farinha a esfrega entre os dedos e, com o toque das suas mãos, ele sabe se ainda está faltando torrar mais.

Com a habilidade que adquiriu durante anos ao realizar essas atividades, os ribeirinhos sabem o ponto certo da farinha, que quando pronta vai sendo retirada do forno com a ajuda de uma cuia e colocada em sacos de fibra.

Essa farinha, feita ainda de forma tradicional é muito trabalhosa e exige força e resistência do agricultor desde o processo de plantação, colheita e processamento, até a mesma virar a farinha de mandioca que vai parar em nossos pratos todos os dias. É como nas palavras de dona Rosa “*E ainda tem gente que reclama do preço da farinha! É porque não sabe o trabalho que dá!*”.

Percebemos por meio dessa atividade a amplitude da vida cotidiana do ribeirinho amazônico que, com seus conhecimentos da terra, do rio e da floresta se reproduz enquanto sujeito pertencente a um grupo social, convergindo com o pensamento de Netto e Carvalho sobre a vida cotidiana.

Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente como indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social. Toda a reprodução que ultrapassa o imediato na vida cotidiana deixa de ser cotidiana. Na vida cotidiana o homem aprende as relações sociais e as reproduz enquanto instrumento de sobrevivência. Mas o homem não é só sobrevivência, só singularidade. O homem é, ao mesmo tempo, singular e genérico. Apenas, na vida cotidiana, este ser genérico, co-participante do coletivo, da humanidade, se encontra em potência, nem sempre realizável. Na vida cotidiana só se percebe o singular. (NETTO; CARVALHO, 2012, p. 26).

Observamos na vida cotidiana, nas atividades diárias, no ir e vir das horas, dias e semanas, a amplitude da reprodução social e coletiva dos ribeirinhos do Zé Açú. É no cotidiano que o homem se constrói enquanto ser individual e também coletivo, é a dimensão imediata da vida que vai se reproduzindo. É pelos afazeres cotidianos que a dimensão histórica e cultural de determinado grupo social ganha sentido e se concretiza, é por ela que podemos vislumbrar um pouco de como os ribeirinhos do Zé Açú vivem e se relacionam com seu ambiente.

No tocante ao pertencimento e apego ao lugar, apresentamos a seguir a entrevista realizada com dona N.S.M., 73 anos, uma das moradores mais antigas da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, na qual a mesma nos detalha a forma como sua vivência começou na comunidade, alguns aspectos de seu cotidiano e, principalmente, seu apego ao lugar.

**Pesquisadora: Há quanto tempo mora na comunidade?**

Moradora: *Nós chegamos aqui eu estava com 10 anos de idade.*

**Pesquisadora: O que tinha aqui no Zé Açú quando chegou?**

Moradora: *Aqui o que tinha era somente mesmo mato, fomos os primeiros moradores, aqui era isolado, não tinha nada nada só mato mesmo.*

**Pesquisadora: O que é para senhora morar aqui na comunidade? Como se sente morando aqui?**

Moradora: *Eu me sinto bem, né, graças a Deus não tenho inimizade com os outros, eu me sinto bem. Só vou na cidade quando preciso mesmo.*

**Pesquisadora: A senhora moraria na cidade ou prefere continuar morando aqui?**

Moradora: *Não, prefiro morar aqui mesmo. Já me meteram muito na cabeça, os meus filhos já me disseram pra comprar uma casa na cidade, mas não consigo morar em parte nenhuma longe daqui, verdade! Eu já fui pra Manaus, parei quase um ano lá, mas não me acostumei não, de jeito nenhum, me lembrava muito muito daqui, eu não fazia outra coisa só pensava na minha casa. Pensava nas plantações, eu tinha deixado cinco balcões cheios de*

*plantas, bonito que estava. Tudo isso me preocupava. Eu deixei aí e quando cheguei em casa era um mato, eu deixei gente em casa, mas irresponsável, né. Paguei eles, pagava luz e água, mandava dinheiro de Manaus para cá e eles não cuidavam de nada e ainda deixaram roubar um bocado das minhas vasilhas aqui de casa.*

**Pesquisadora: A senhora foi para Manaus, como se sentiu longe daqui?**

*Moradora: Muito mal, mesmo estando na casa dos meus filhos eu me senti mal por Deus! Eles me tratavam bem, mas me senti mal longe da minha casa.*

**Pesquisadora: Quando a senhora retornou de Manaus e veio para a comunidade, ao entrar no lago e avistar a comunidade o que a senhora sentiu?**

*Moradora: Muita, muita alegria. Palavra! Eu fiquei muito alegre porque em Manaus as casas já sabe né, tudo era casa alugada que a gente parava, tanto da minha filha como do meu filho, rolemos muito em Manaus alugando casa, eu não criava apego na casa. De noite a gente não dormia era um calor medonho, e então eu disse: eu vou me embora! Eu não aguento mais! Tinha horas que eu olhava lá e pra mim eu estava dentro da minha casa, liberta mesmo.*

**Pesquisadora: O que a senhora mais gosta aqui da comunidade? De morar aqui? O que mais sentiu falta? Por que a senhora gosta tanto daqui?**

*Moradora: Porque aqui tudo é perto. A aula perto, igreja perto, posto de saúde perto e lá em Manaus eu não fui na igreja nenhuma vez, pois lá tudo é longe, tudo é de ônibus que a gente vai, tudo tudo. Não podia me movimentar pra lugar nenhum, pois tudo é longe. Aqui me sinto mais livre, eu vou pra onde eu quero não me acontece nada graças a Deus, pois não tem perigo nenhum aqui.*

**Pesquisadora: Aqui os moradores ainda se relacionam bem?**

*Moradora: Bem graças a Deus, eu me dou bem com meus vizinhos. Mas entre meus filhos já passei muito mal em relação a desentendimentos, foi o tempo que se revoltaram aí mas já passou graças a Deus. Aí fiquei naquele tempo muito irritada e não aceitava em meu pensamento uma coisa dessa. Mas conversei muito com eles, chamei atenção deles, chorando de ver a situação que estava, fiquei a ponto de me acabar desesperada, mas eu pedia muita ajuda de Deus, rezava bastante pra não acontecer mais o que estava acontecendo.*

*Mas, na minha opinião, a forma como as pessoas se tratavam mudou muito mesmo de uns tempos pra cá, muito mesmo!*

**Pesquisadora: O que mais mudou no relacionamento das pessoas, na sua opinião?**

*Moradora: Mais ou menos assim, as pessoas mesmo que eram agarradas com a gente, certas coisas já não têm mais, a união tinha mais, agora já não, bem pouco mesmo. Eu que não ligo muito pra conversas.*

**Pesquisadora: O que gostava mais antes da comunidade crescer e mudar?**

Moradora: *Eu gostava mais, muitas vezes, era de lazer, negócio de festas, né, sempre eu gostava das festas, as festas antigamente eram mais legais, mais animadas, agora já não, não eh mais como era. [...] o meu pai era bravo mesmo, às vezes não deixava nós ir pra festa, aí era na escapada mesmo, ele fechava os olhos e nós ia pra festa [risos].*

**Pesquisadora: O que poderia ser melhorado aqui na comunidade?**

Moradora: *Está faltando muita coisa ainda nessa comunidade, muitas coisas estão bem, mas tem outras que precisa melhorar. Precisamos viver mais tranquilos aqui, se tivesse aqui um banco postal ajudaria bastante, não precisaria mais ir tanto à cidade, eu mesmo já poderia tirar meus benefícios aqui... eu já até passei meu dinheiro pra ser tirado pelo Osmar (filho da mesma) é ele que vai na cidade tirar. Também está faltando mais segurança aqui, até já teve briga dentro do quintal da minha casa, e eu estava sozinha aqui e não tinha ninguém aqui pra prender, foi um alvoroço medonho. Aqui tem pessoas que tomam a cachaça e fica desafiando os outros aí. Eu tenho muito medo, nesse sentido o crescimento da comunidade não foi bom não. Aqui precisa de uma segurança. Tem noites que eu passo a noite inteira sem saber o que é dormir, por Deus eu tenho muito medo, principalmente de sábado pra domingo, que o pessoal começa a beber. Já solicitaram muitas vezes um posto policial pra cá, mas até agora ainda não conseguiram.*

**Pesquisadora: A senhora vai sempre na cidade?**

Moradora: *Vou uma vez por mês mesmo, é só chegar lá e tirar o meu dinheiro mesmo e volto, faço minhas comprinhas e volto, não me acostumo na cidade de jeito nenhum, às vezes passo um dia ou dois, mais bem na bomba.*

**Pesquisadora: As pessoas das outras comunidades vêm sempre aqui?**

Moradora: *Vem, sempre estão aqui, sempre, sempre, Boa Esperança, Santa Fé, Paraíso, aqui é centro destas comunidades mesmo, pelo posto de saúde, pela escola, de toda parte eles vêm mesmo, dá muito mesmo gente de fora aqui, mesmo na semana as pessoas vêm de fora, os turistas aparecem aí, vem muita gente da cidade para os banhos que tem aqui, as praias quando saem aí. E vem muita gente.*

**Pesquisador: A senhora visita com frequência as outras comunidades próximas?**

Moradora: *Eu sempre vou nas outras comunidades, arrebolando mais vou, aqui eu tenho mais liberdade do que eu morasse na cidade.*

**Pesquisadora: A senhora ainda trabalha na agricultura?**

Moradora: *Eu já fui agricultora, mas hoje em dia não planto mais, fico só mesmo em casa. Eu tenho muita vontade de trabalhar, mas hoje em dia os filhos não querem mais que eu trabalhe. Mas meus filhos ainda plantam, eles têm roça deles.*

**Pesquisadora: Tem plantações no quintal com balcões suspensos?**

Moradora: *Sim. Planto só pra minha panela aqui, às vezes que aparece alguém querendo comprar aí eu vendo ou então eu dou.*

**Pesquisadora: E do seu quintal quem cuida é só a senhora?**

Moradora: *É só eu e Deus (risos) [...] Quando eu era solteira eu trabalhava desconforme, quando eu casei tinha tudo que eu precisava.*

Pela fala da entrevistada podemos constatar o seu apego ao lugar, que para ela significa liberdade de ir e vir, de estar e fazer parte desse território. De poder sair às tardes para visitar parentes e amigos, tanto os que moram na própria comunidade como os que estão nas comunidades próximas; de ir à igreja e participar das festas, cuidar do seu quintal, das flores e hortaliças que cultiva com todo o zelo. Para a moradora as flores dão vida e beleza às casas e as plantas medicinais são as farmácias naturais de onde é retirado o remédio para a cura de certas doenças. (Figura 113 ).



Figura 113 - Plantação de Olerícolas em balcões suspensos.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

A senhora mantém em seu quintal plantas das mais variadas espécies que, como ela mesma relata, são mantidas principalmente para a alimentação da família, com a venda ocorrendo de forma esporádica, quando as pessoas vêm procurar em sua casa (Quadro 07). Ao redor e na frente de sua casa estão as plantas ornamentais que enfeitam a mesma, no quintal também cultiva várias espécies de plantas medicinais que são usadas para tratar algumas

doenças.

Olerícolas	Frutíferas	Ornamentais	Plantas Medicinais
Alface	Abacate	Begônia	Amor crescido
Alfavaca	Açaí	Borboleteira	Arruda
Cheiro Verde	Acerola	Brinco de princesa	Azeitona
Chicória	Banana	Cambráia	Babosa
Coentro	Cajú	Crista de Galo	Boldo
Couve	Côco	Cróton	Capim Santo
Maxixe	Goiaba	Comigo ninguém pode	Cidreira
Pimenta de cheiro	Jambo	Espada de São Jorge	Corama
Pimenta malagueta	Laranja	Gaiotinha	Hortelã (grande)
Pimentão	Limão	Lavadeira	Pobre Velho
Quiabo	Manga	Onze Horas	Sena
Tomate	Maracujá	Papoula	
Urucum	Mamão	Perpétua	
	Cupuaçu	Rosa	
		Terezinha	
		Tajá	

Quadro 7- Plantações nos quintais dos moradores

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Na fala da moradora podemos ver a dimensão da territorialidade desses ribeirinhos, os vínculos com a terra e com o lago que, ao serem vistos de longe, dão a sensação de alegria por estar de volta, do retorno, pois mesmo longe aquele pedaço de terra está presente em suas lembranças.

Notamos também o saudosismo por parte da senhora entrevistada, pela forma de sociabilidade que tinha antes em comparação com o que existe hoje. Para ela, as melhorias de infraestrutura e equipamentos por um lado foram boas, pois proporcionam certo conforto e facilitam a vida cotidiana, mas, por outro, trazem aspectos negativos como narrado por ela, principalmente a perda de vínculos afetivos e familiares, a sensação de insegurança em alguns momentos, acentuadamente nos fins de semana, pois a tranquilidade de outrora foi alterada. Porém, mantém firme a vontade de que a comunidade cresça e que venha a oferecer melhoria de vida a seus moradores.

Esse apego ao lugar demonstra todo o sentimento topofílico em relação ao Zé Açú. A topofilia, como conceituado por Yi-fu Tuan (1980, p. 5), “é o elo afetivo entre a pessoa e o

lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”. Tuan, criou o termo Topofilia para associar sentimento ao lugar. Para este autor,

A topofilia assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade. É um começo descrever o que elas são: prazer visual efêmero; o deleite sensual de contato físico; o apego por um lugar por ser familiar, porque é o lar e representa o passado, porque evoca orgulho de posse ou de criação; alegria nas coisas devido à saúde e a vitalidade animal. (TUAN, 1980, p. 286).

Tuan (1983), em sua obra *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* faz distinção entre espaço e lugar afirmando que o lugar significa a segurança e o espaço liberdade, ou, também, o “espaço é movimento e o lugar pausa”. Sendo assim, a sensação de conforto a alegria, relatada pela moradora ao avistar o lago quando retorna de um longo período longe de seu lugar é a confirmação de seu vínculo, do seu apego ao lugar de origem, onde está sua família, onde se casou, concebeu e criou seus filhos e onde deseja terminar seus dias, conforme a mesma nos relatou.

A geógrafa Lívia de Oliveira também apresenta importantes contribuições sobre a noção de lugar. Para ela, a valorização do lugar se dá devido sua concretude, sua realidade se dá por meio de todos nossos sentidos, das nossas experiências, tanto mediante nossa imaginação quanto do poder simbólico que atribuímos a ele. Como nas palavras da autora,

Todo lugar adquire identidade mediante as diversas dimensões espaciais, tais como: localização, direção, orientação, relação, **território**, espaciosidade e outras. É relevante também relacionar o espaço/lugar com o tempo, pois em três momentos este se torna aquele: tempo como movimento, sendo lugar como pausa; afeição ao lugar como função do tempo; e lugar como tempo tornado visível ou lugar como lembrança. Em suma, lugar é um mundo de significados organizados, a um tempo estático e a outro dinâmico; são caminhos que torna lugares significativos. (OLIVEIRA, 2014, p. 12, grifo meu).

Sendo assim, as categorias lugar e território estão inter-relacionadas e, dependendo da abordagem que se dá, podem ser também estudadas de forma separada. Mas aqui, neste estudo, onde a amplitude do cotidiano é importante para se entender a territorialidade, o lugar torna-se conceito-chave para compreender essa territorialidade.

Em 2007 foi elaborado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA, um estudo sobre os ribeirinhos do Zé Açu, no qual consta como vivem esses sujeitos sociais, na ocasião realizou-se o levantamento do uso do território por essas pessoas, o que culminou na produção do mapa das territorialidades desses ribeirinhos. Assim como entrevistas, em que

os mesmos falam sobre o que é ser um ribeirinho nessa região, ou seja, como elaboram a sua identidade coletiva.

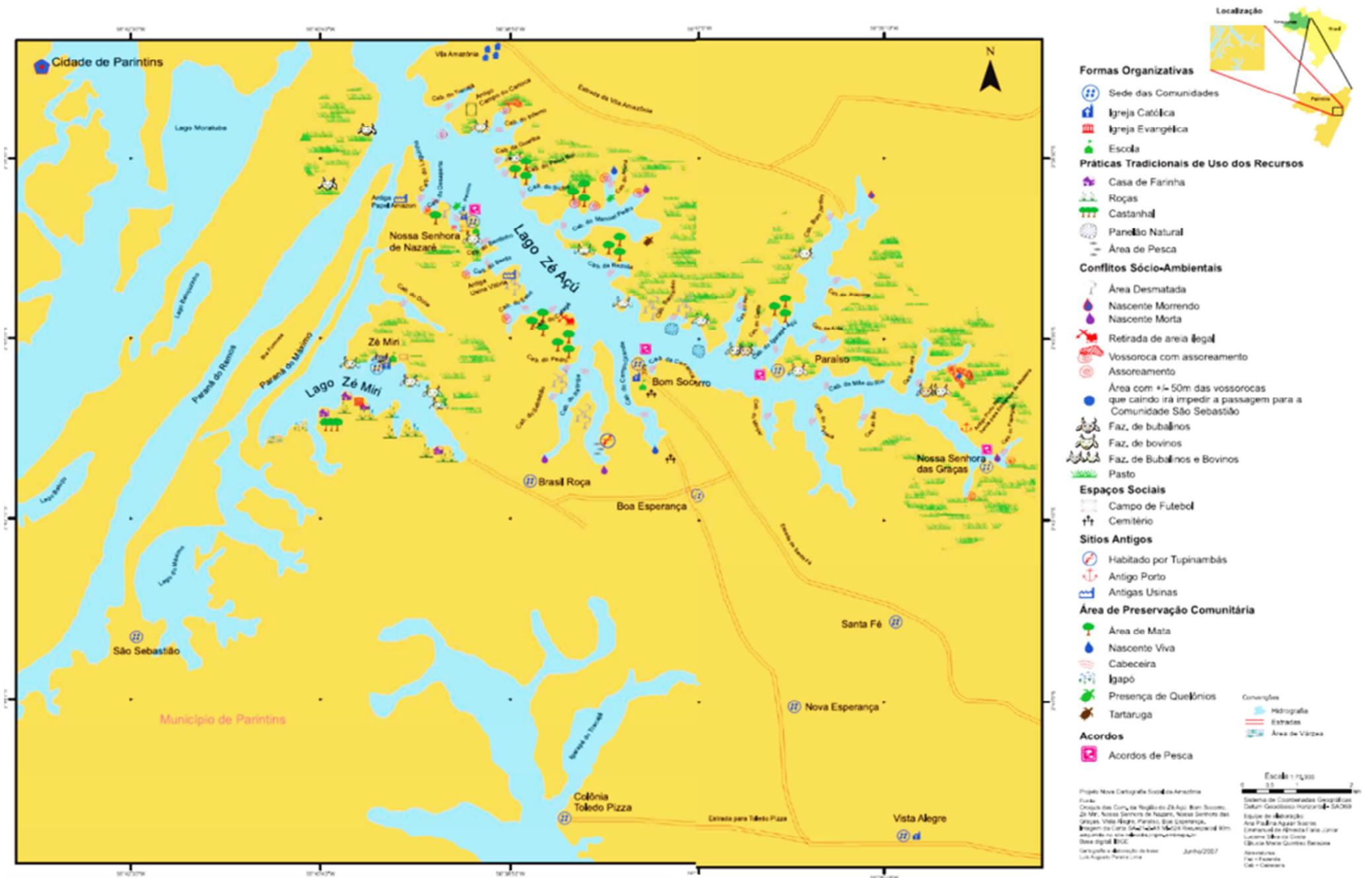
Para a elaboração desse estudo<sup>34</sup>, foi adotado como metodologia para a coleta de dados e posterior tratamento a utilização de aparelho Gps<sup>35</sup> pelos próprios moradores para coleta de pontos, fotografias dos locais, entrevistas e *croquis* desenhados pelos moradores. Com esse material foi posteriormente elaborado um banco de dados que compôs uma base cartográfica que culminou com a confecção de um mapa das condições socioambientais do Zé Açu.

Como os próprios moradores foram os responsáveis de escolher os pontos que deveriam constar no mapa e foram responsáveis pela coleta com o *GPS* desses pontos. Podemos visualizar no mapa 4 os elementos mais relevantes do ponto de vista ambiental e social dessas pessoas, logo, a forma como os mesmos utilizam esse território, ou seja, a territorialidades existentes no Zé Açu, oriundos da utilização/apropriação do território.

---

<sup>34</sup> Que não foi feito só no Zé Açu, mas em muitas outras localidades do Brasil, pois trata-se de um projeto abrangente.

<sup>35</sup> Sistema de Posicionamento Global.



Mapa 4: Mapa das territorialidades dos ribeirinhos do Zé Açú  
 Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2007.

Esse mapa elucida muitos pontos importantes para entendermos as territorialidades no Zé Açu, e cabe aqui uma reflexão sobre os mesmos, comparando com os dados obtidos com a nossa pesquisa.

No mapa os ribeirinhos pontuaram principalmente as áreas onde se localizam as práticas econômicas no território. Observa-se um número significativo de pastos para a criação de bovinos e bubalinos que só por olhar rapidamente o mapa já percebemos que é maior que as áreas de plantação de roça dos moradores. Ou seja, a atividade de pecuária, cujos principais criadores não são moradores do Zé Açu<sup>36</sup>, é a atividade principal do uso e ocupação das terras, sendo praticada por pessoas que não têm vínculo afetivo com esse território, apenas o utiliza para fins econômicos.

Os ribeirinhos demarcaram no mapa as áreas com voçorocas já em estado avançado e as áreas que já estão sofrendo assoreamento. Identificam-se também as nascentes mortas e morrendo por causa do assoreamento devido à retirada da vegetação. Os locais de retirada de areia para a construção civil também estão pontuados no mapa, informações que corroboram com os resultados obtidos por esta pesquisa e apresentados nos capítulos 7 e 8.

Outros elementos que também constituem parte da vida dessas pessoas como as sedes das comunidades, as igrejas, escolas e campos de futebol estão ali representados.

Em relação ao lago, observamos a presença de uma grande quantidade de “cabeceiras” como são chamadas por eles. As áreas de pesca, com locais onde se encontra ainda boa quantidade de peixes foram chamados “panelões”. Eles demarcaram também as áreas no lago que poderiam ter acordos de pesca, pois são áreas que apresentam atualmente pouca quantidade de peixes, mas outrora eram locais importantes para a pesca nesse território, no entanto, por serem pontos estratégicos, precisam ser preservados.

No mapa podemos ver de forma mais concreta a forma de apropriação tanto do lago como da terra no Zé Açu, as fragilidades ambientais representadas pelas voçorocas, as erosões, o aterramento das nascentes, estas que são tão importantes para o equilíbrio hidrológico do lago. Não podemos deixar de notar que há conflitos em relação ao uso do território, visto que as margens desse lago estão quase todas ocupadas por fazendas e áreas de pasto que ocasionaram acentuado desmatamento, já atinge os ecossistemas naturais afetando, consequentemente, as dimensões econômicas, sociais e culturais da vida desses ribeirinhos.

Utilizando como referência o estudo realizado por esse projeto no Zé Açu, podemos também perceber toda preocupação desses ribeirinhos com a conservação da natureza:

---

<sup>36</sup> Apesar de alguns moradores possuírem algumas cabeças de gado.

*“O nosso dever como ribeirinho, é defender aquilo que existe ainda, falando em termo da natureza. Conservar ou preservar aquilo que ainda existe nas margens dos rios, nas margens das estradas, nas matas como toda a fauna e a flora, é como é o nosso dever cuidar de tudo isso. Depois desse trabalho, desse dever cumprido, nós temos o direito no peixe dos rios, na água potável dos rios, das fontes dessas aqui que são tiradas da estrada. Então ele tem o direito, o ribeirinho de usufruir dessas coisas que a natureza oferece dos recursos naturais, nós temos o direito de zelar por esses recursos que a natureza nos oferece. Como ribeirinho e como comunitário nós temos o dever de zelar pelo nosso habitat. O habitat natural, nessa comunidade temos que zelar. Na verdade todos os comunitários têm que zelar pelo seu patrimônio. Esse é o nosso dever.” (Samuel dos Santos, Projeto Nova Cartografia Social, 29 abril 2007).*

*“Aqui na área do Zé Açú a vida do ribeirinho é muito difícil. De primeiro era uma área boa. Num ganhava muito dinheiro, mas tinha a sobrevivência melhor. A alimentação, os peixes era mais fácil. Farinha era mais barato a gente podia chegar no vizinho que trocava por alguma coisa se vivia melhor. Agora nós não temos mais peixe, não temos caça, mata não tem pra trabalhar pra plantar uma boa roça. Aqui no nosso linguajar nós tem capoeira, mas capoeira não são boa de plantar. As arvores vão se acabando rápido não conseguem passar dois três anos. A terra é fraca. Se planta mandioca não consegue passar um ano dois anos, não dá uma mandioca que preste.*

*Outra coisa, as caças sumiram, vão mais pro mato. Nós não temos o apoio do IBAMA, do INCRA. Vem aqui tá cheio de balsa cheia de areia, levam madeira, levam tudo daqui da nossa área. Nós fica olhando. Não tem o IBAMA, o INCRA pra nos apoiar pra fazer reunião com nós e debater com algo que nós pode procurar as leis.*

*Dentro da nossa comunidade muitas famílias sofrem por causa de falta de higiene, assistência social, assistência hospitalar que nós não temos. Se morrer por acaso aqui, acontecer um acidente com cobra, com baque, vai morrer por aqui mesmo porque nós não temos recursos. Corre pra cá corre pra li, nós não temos posto, não temos transporte. Se tivesse um transporte pra ir pra cidade rápido. Uma lanchazinha levava o doente. Isso é uma prioridade aqui pra nós do Baixo Amazonas.” (Jair da Silva Muniz, Projeto Nova Cartografia Social, 29 abril 2007).*

Constatamos por essas falas que alguns ribeirinhos do Zé Açú têm a compreensão das transformações que estão ocorrendo no ecossistema do lago e da floresta, que são elementos que dão suporte à sua reprodução tanto material da vida, como também imaterial. Com isso, é um dever deles zelar por seu patrimônio, para que seus filhos e netos também possam usufruir do mesmo.

## **6.2 A circularidade da cultura em “comunidades” rurais: As complementaridades da interação entre rural e urbano**

A circularidade da cultura pode ocorrer de várias formas e pelos mais diversos instrumentos. As sociedades rurais sempre mantiveram ligações com o urbano. Seja nas idas para a cidade para a venda de seus produtos, comprar as mercadorias de que necessitam, seja para visitar parentes que moram na cidade, participar de festas ou se consultar com o médico.

Durante muito tempo essas relações se baseavam em apenas o necessário, aquilo que os mesmos não conseguiam obter em suas comunidades.

Agora com a chegada da energia elétrica em muitas comunidades rurais, em grande parte pelo programa “Luz para todos” do governo federal, essas pessoas também passaram a adquirir outros equipamentos que não eram frequentes há alguns anos, como a TV, geladeira, aparelho DVD, máquina de lavar roupas, entre outros (Figura 114,115 e 116).

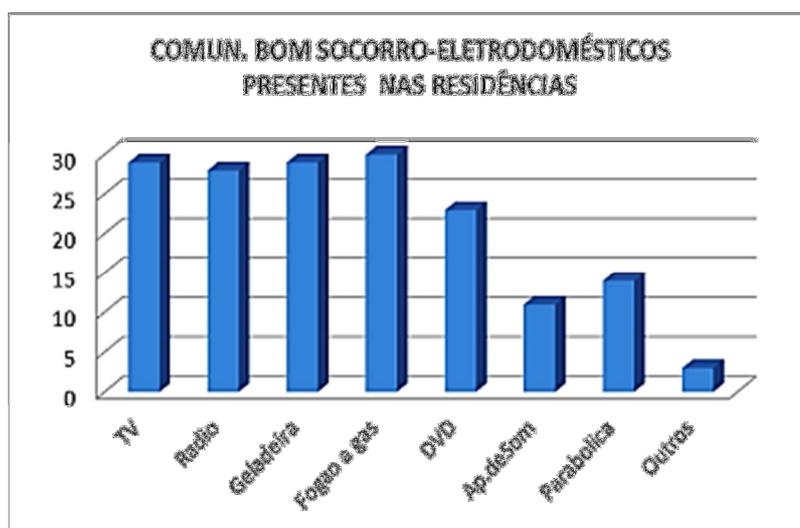


Figura 114- Eletrodomésticos presentes nas casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

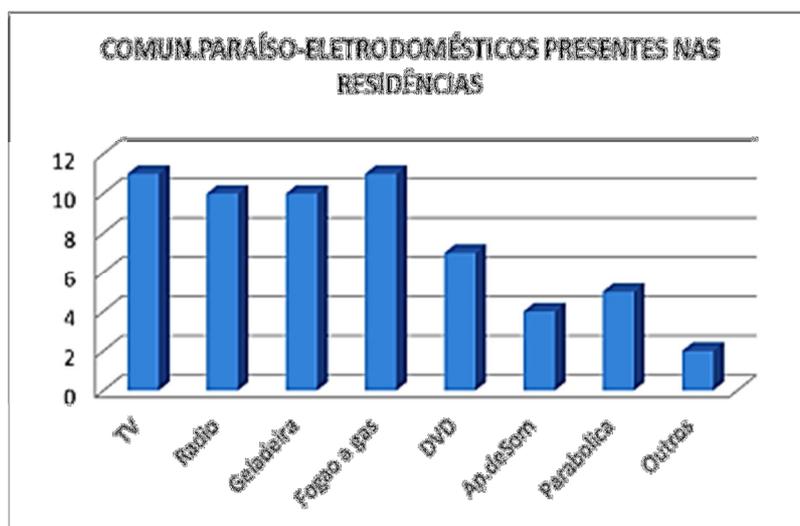


Figura 115- Eletrodomésticos presentes nas casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

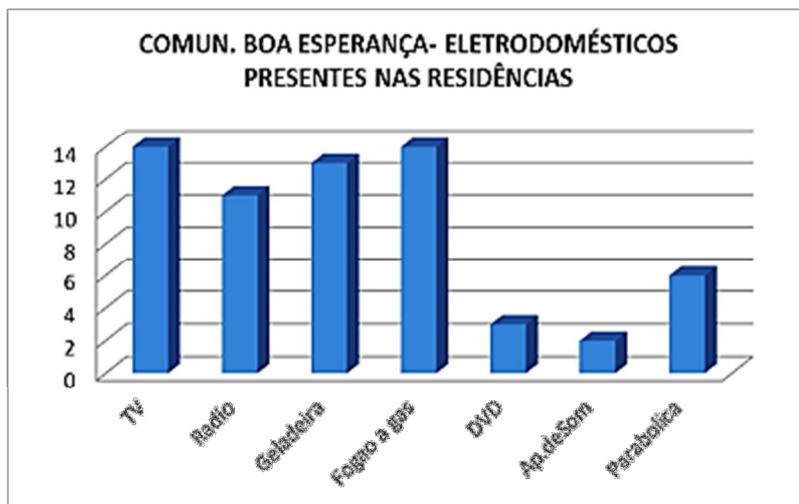


Figura 116- Eletrodomésticos presentes nas casas.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Essa condição, de certa forma, intensifica cada vez mais a relação com a cidade, pois o estilo de vida vai também se adaptando e passando a criar necessidades que antes não existiam. Assistir um programa de televisão, um filme no DVD, a novela, assistir ao jornal que apresenta as notícias locais e do mundo; escutar o seu cantor favorito ou a sua banda favorita no aparelho de som; não precisar mais se preocupar com certas atividades que antes eram cotidianas como, por exemplo, apanhar todos os dias água na beira do rio ou lago para beber ou fazer refeições. Os banhos na beira do lago agora ocorrem somente por diversão, pois há banheiros dentro das casas.

Certa racionalidade que vai se moldando a partir da chegada desse aparato de instrumentos que visam a facilitar a vida de seus usuários. Evidenciamos assim que a área estudada, assim como em muitas outras, estão conectadas de alguma forma com a modernidade, onde muitas combinações do moderno e do tradicional podem ser encontradas nesses cenários sociais concretos. Ou seja, algumas tradições não se perdem por completo como afirma Giddens (1991), porém ela não é imutável e acaba se adaptando a certas situações do presente, como ele já havia explanado:

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa. (GIDDENS, 1991, p. 38).

Os ribeirinhos do Zé Açú, estão em constante contato com o urbano, seja de forma direta, com a ida e vinda constante, entrando em contato com as representações da modernidade, seja de forma indireta, por meio dos meios de comunicação, que também trazem as informações para os mesmos.

Como demonstração dessa permanente troca de informações entre o rural e o urbano, na Figura 117 podemos observar um documento da década de 1970 pertencente ao um ribeirinho do Zé Açú, o senhor João. Demonstra uma operação financeira feita por ele com uma loja da cidade de Parintins na compra de um brinquedo para sua filha, naquela época com cinco anos.

Vencimento: 03 de abril de 1976

N. 01 Cr\$ 150,00

Ao(s) tres dias do mes de abril de mil novecentos e setenta e seis  
 pagar... ei por esta única via de **NOTA PROMISSÓRIA**  
 a... E. DIAS DE ALBUQUERQUE CPF 880  
 OU À SUA ORDEM, A QUANTIA DE CIENTO E CINQUENTA CRUZEIROS -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-  
 -X- EM MOLDA CORRENTE DESTE PAÍS

Paidel em Parintins  
 João Lauro Simas  
 INDEPENDENTE  
 CPF 880  
 CEC Logo do Zé Açú  
 ENDREÇO

*João Lauro Simas*

Figura 117- Nota promissória da dec. 70 assinada por um ribeirinho do Zé Açú.  
 Fonte: Arquivo Pessoal do senhor João Lauro



Figura 118- Carnê de loja, pertencente um ribeirinho do Zé Açú.  
Fonte: Arquivo Pessoal do senhor João Lauro

As figuras 117 e 118 mostram que as comunidades rurais sempre mantiveram esse contato com a cidade, seja por meio de trocas financeiras, seja pelo fluxo de informações obtidas pelos meios de comunicação.

Nas Figuras 119,120 e 121 podemos ver os principais meios de como eles se mantêm informados dos principais acontecimentos.

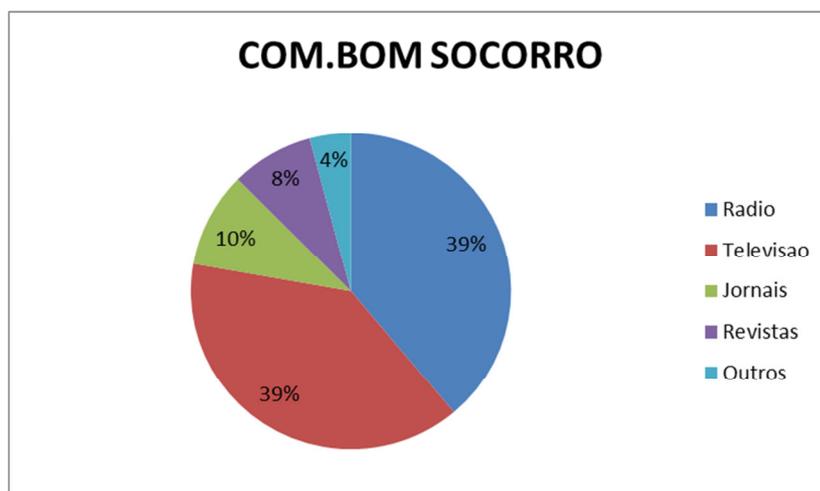


Figura 119- Como os ribeirinhos do Zé Açú se mantêm informados.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

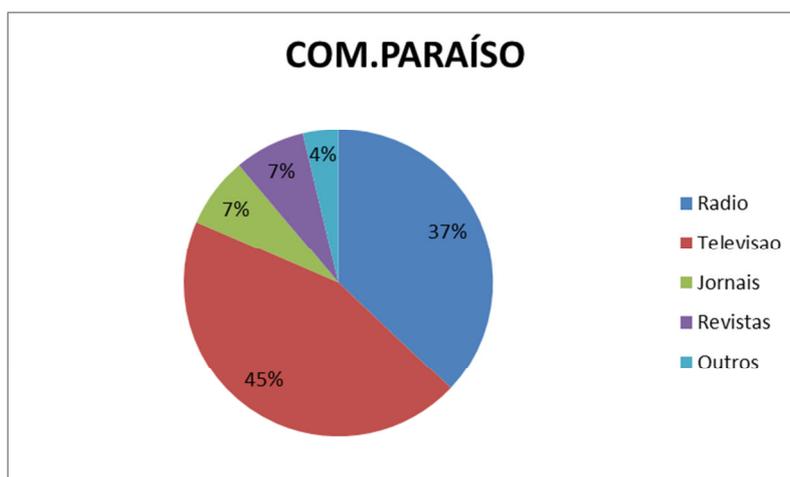


Figura 120- Como os ribeirinhos do Zé Açú se mantêm informados.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

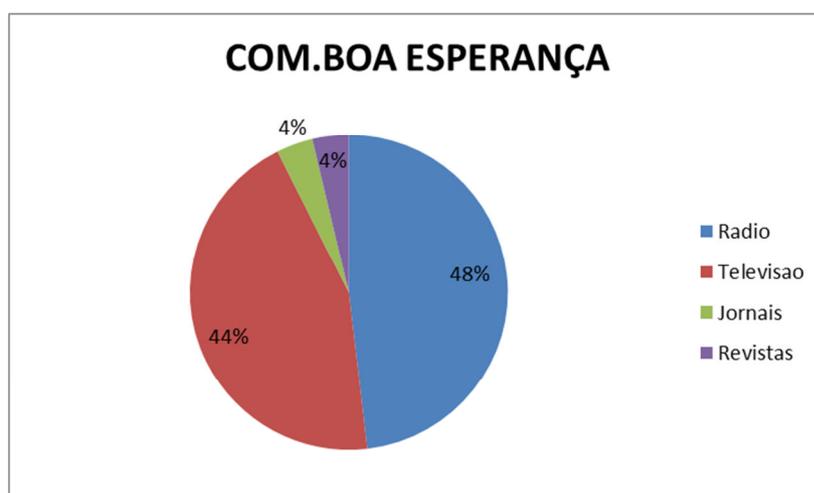


Figura 121- Como os ribeirinhos do Zé Açú se mantêm informados.  
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Constatamos então nos resultados expostos a importância da televisão e do rádio na vida desses ribeirinhos, que tem nesses meios a forma de se manter conectado ao mundo e receber dele as informações que, pela concepção de Giddens, são reconfiguradas e adquirem caracterização própria. Importante frisar que isso não acaba com as tradições, mas que, de alguma forma, a influência pode suscitar alterações na vida cotidiana dessas pessoas.

Nas comunidades do Zé Açú identificamos as principais motivações de ida tanto para a cidade como para as outras comunidades, ou seja, como ocorre o fluxo de pessoas e os motivos e frequências de seu deslocamento.

Por meio da aplicação de formulários identificamos os principais motivos de ida para a cidade, e entre eles estão: venda de produtos agrícolas, comprar alimentos e vestuário, comprar remédios, comprar insumos agrícolas, atendimento médico, receber benefícios sociais, visitar parentes e amigos, passeio e entretenimento. Para cada uma dessas respostas, procuramos saber o seu grau de importância para esses ribeirinhos. Compomos uma escala de gradação em azul com o seguinte parâmetro: Pouco importante, Importante, Muito Importante, Essencial, os resultados foram obtidos por meio do programa SPSS, e estão apresentados no esquema a seguir (Figura 122).

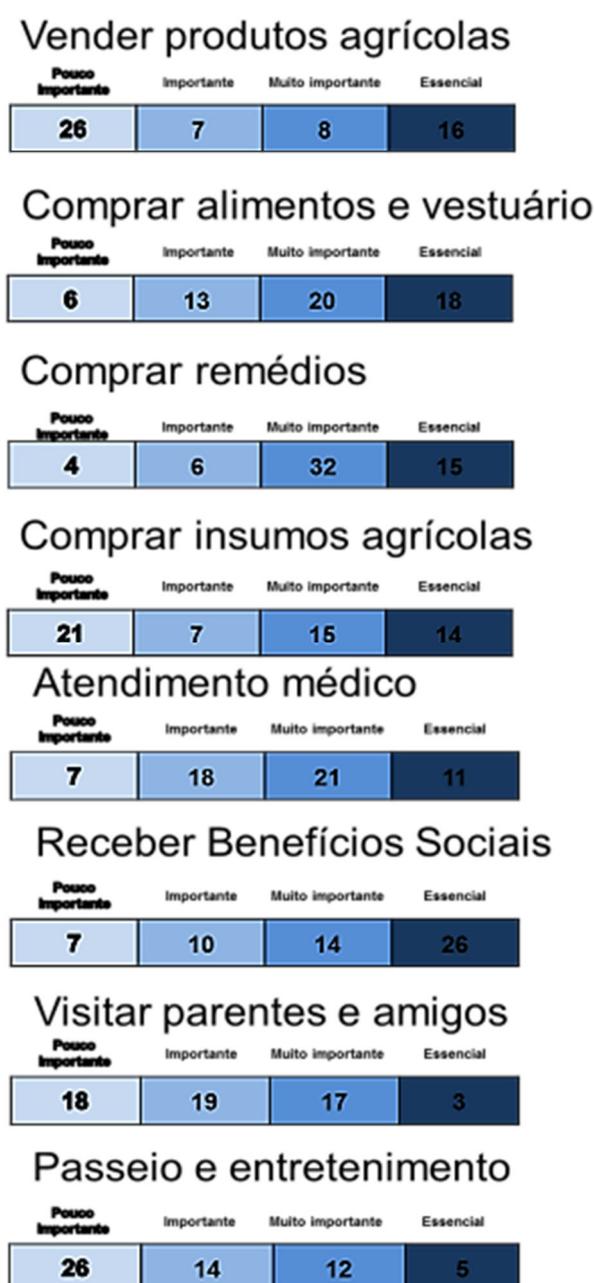


Figura 122- Escala da frequência das respostas dos entrevistados  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Observamos que no quesito **Venda de produtos** há uma diferença grande entre aqueles que consideram **pouco importante** (26) e os que consideram **essencial** (16). Isso demonstra a queda da importância dessa atividade econômica primária para esta área, sendo que a maioria dos que ainda possuem roça utilizam a mesma somente para abastecer a casa, principalmente com a farinha derivada da mandioca. Porém, há aqueles que ainda consideram **essencial** ir à cidade vender seus produtos agrícolas, esses são aqueles moradores que ainda tiram da agricultura a sua renda principal e, portanto, precisam ir à cidade fazer a comercialização.

As comunidades não têm lojas de roupas e calçados ainda, pois a proximidade com a cidade de Parintins faz com que a maioria dos moradores compre nesta cidade seu vestuário e alimentos. Apesar de ter mercearias que vendem gêneros alimentícios, os moradores explicam que muitas vezes o valor cobrado pelos produtos é mais elevado que da cidade, assim como a variedade é menor, por isso a preferência por comprar lá.

Como ainda não há drogarias, eles compram remédios somente na cidade. Apesar de haver um posto de saúde, muitas pessoas consideram ir à cidade para atendimento médico **muito importante** e **essencial**. Isso ocorre porque o posto tem algumas restrições quanto a oferta de certos serviços, principalmente para casos de doenças mais complexas e que necessitam de atendimento especializado.

Para esses moradores, a maior necessidade de ir à cidade recai sobre receber seus benefícios sociais como Bolsa Família, aposentadoria e pensão. Uma das grandes reivindicações é para que o município possa instalar na comunidade central do Zé Açú (Bom Socorro) um posto dos correios que possua o serviço de banco postal, desta forma os moradores poderiam retirar seus benefícios sem ter que se deslocar à cidade, principalmente os mais idosos que afirmam não ter mais disposição de fazer viagens de barco, mesmo sendo uma viagem de curta duração. Muitas vezes esses idosos precisam passar uma procuração para que seus filhos ou netos possam retirar seus benefícios na cidade.

Verificamos que visitar parentes e amigos, assim como passeio e entretenimento, obtiveram pontuação elevada no nível de **pouco importante**, mas, apesar disso, há também pontuação significativa no nível de **importante** e **muito importante**, o que apresenta certo equilíbrio e demonstra um fluxo grande de pessoas vai à cidade não necessariamente para realizar atividades vinculadas à sua reprodução material de vida. Vão à cidade para manter e reforçar a sociabilidade com seus parentes e amigos que moram lá, assim como participar das festas, evidenciando ainda mais o processo de circularidade da cultura, por meio da troca de informações, idéias e costumes que, posteriormente, acabam por trazer e reproduzir nas

comunidades rurais, principalmente os grupos dos mais jovens.

Refletindo mais sobre como esse processo atua de forma mais incisiva sobre certos elementos culturais, procuramos inferir como essa circularidade pode afetar os hábitos alimentares desses moradores do Zé Açú, acompanhamos durante uma semana o cardápio de duas famílias que moram na comunidade do Bom Socorro. Os resultados deste acompanhamento podem ser vistos nos Quadros 8 e 09.

**MORADORA (A):** Maria Judecy Lima de Souza

<b>DIAS DA SEMANA</b>	<b>CAFÉ DA MANHÃ</b>	<b>ALMOÇO</b>	<b>LANCHE</b>	<b>JANTA</b>
Domingo 05/01/2014	Café, pão e manteiga.	Frango guisado com arroz e macarrão/farinha	Café com cará	Salsicha, ovo e arroz
Segunda 06/01/2014	Café, pão e manteiga+cará.	Peixe cozido no tucupi com farinha	Café com cará	Ovo frito com macarrão
Terça 07/01/2014	Café, pão e manteiga+cará.	Guisado de carne somente com farinha	_____*	Sopa de carne
Quarta 08/01/2014	Café, pão e manteiga.	Guisado de carne com macarrão e farinha	_____*	Guisado de carne
Quinta 09/01/2014	Café, pão e manteiga.	Frango frito com macarrão, arroz e farinha	Suco de maracujá	Sopa de frango
Sexta 10/01/2014	Café com pupunha	Peixe frito com arroz/farinha	Café com pupunha	Peixe cozido
Sábado 11/01/2014	Café com pupunha	Peixe frito com arroz/farinha	Café com pupunha	Ovo frito com calabresa

Quadro 08 : Tabela de Alimentação do morador A  
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

\* Nesse dia não teve

**MORADORA (B):** Maria Odenize dos Santos

<b>DIAS DA SEMANA</b>	<b>CAFÉ DA MANHÃ</b>	<b>ALMOÇO</b>	<b>LANCHE</b>	<b>JANTA</b>
Domingo 05/01/2014	Café, leite, pão e manteiga.	Carne bovina assada na brasa, arroz e farinha.	Tangue de Uva com pão	Bife de carne com macarrão/farinha
Segunda 06/01/2014	Café, leite, pão e manteiga.	Guisado de carne, arroz e macarrão/farinha.	Suco de maracujá com pão	Sopa de carne/farinha
Terça 07/01/2014	Café, leite, pão e manteiga.	Carne de Paca cozido com arroz/farinha.	_____*	Carne de caça (paca) guisado com arroz e macarrão/farinha
Quarta 08/01/2014	Café, leite, pão e manteiga.	Carne de caça guisado (paca), arroz e macarrão/farinha.	Suco de maracujá com bolacha creme craker	Carne de caça (paca) guisado com arroz e macarrão/farinha
Quinta 09/01/2014	Café, leite, pão e manteiga.	Frango guisado/farinha.	Tangue de laranja com pão doce	Sopa de frango/farinha
Sexta 10/01/2014	Café com beiju de tapioca.	Feijão com arroz + carne de caça (paca) +farinha.	Café com beiju de tapioca	Peixe cozido/farinha
Sábado 11/01/2014	Café com frito de banana.	Peixe Frito com arroz/farinha.	Café com frito de banana	Bife com arroz e macarrão/farinha.

Quadro 09 : Tabela de Alimentação do morador A  
 Fonte: Trabalho de campo, 2014.

\* Nesse dia não teve

O que observamos é a presença constante de alimentos que, em outras épocas, não faziam parte da dieta das populações da área rural, como o frango congelado, salsichas e calabresas, que são alimentos industrializados que contêm vários tipos de conservantes e, no caso do frango congelado, os hormônios que são prejudiciais à saúde. Mas, apesar dessa presença dos industrializados, ainda consta na alimentação dessas famílias os alimentos que são típicos da dieta cabocla ribeirinha, como o peixe, a carne de caça, o cará, pupunha, o beijú de tapioca, entre outros. Isso evidencia que, apesar de consumirem produtos já processados, os mesmos mantêm alguns *habitus* alimentares de antes, porém de forma mais reduzida.

Essa preocupação referente à segurança alimentar e à dependência cada vez maior de produtos artificiais foi alvo de estudos de Santos (2012), em que a mesma fez investigação sobre a alimentação no município de Parintins, identificando as diferenças entre o tipo de

alimentação das famílias da zona urbana e da zona rural (as famílias que moram nas áreas de várzea), os resultados confirmam que na cidade as pessoas vêm consumindo cada vez mais produtos industrializados, principalmente frango congelado e refrigerantes, e a diminuição do pescado na alimentação. Já as famílias de várzea ainda consomem bastante o peixe e dão preferência aos produtos regionais em sua alimentação.

Porém, essa característica das famílias de várzea estudada pela autora com as famílias de terra firme, que foram alvo desta pesquisa, é distinta, com estas dando preferência aos produtos industrializados.

Na concepção da autora isso incorre em vários problemas. Entre eles estabelece-se um quadro de insegurança alimentar, como nas palavras da mesma:

O acesso a esses alimentos industrializados é facilitado, sobretudo, pelos auxílios governamentais (bolsa família, aposentadoria, pensões, etc.) como já demonstrado acima. O consumo de produtos industrializados reforça um padrão insustentável da alimentação com sérios problemas à saúde como a obesidade. À primeira vista se pensa ser uma escolha livre de cada cidadão, significando apenas comer o que se bem entende, não importando a opinião de outrem. É a própria liberdade da pessoa que está sendo violentada. Uma escolha alimentar não é apenas ausência de restrições. As escolhas são substantivas, pois supõem a presença de condições objetivas, sociais e materiais com base nas quais os indivíduos levariam adiante seus projetos pessoais e ampliar seu leque de escolhas para uma vida digna e valiosa. (SEN, 2010). Isto significa que as pessoas, muitas vezes, não têm real escolha dos seus alimentos consumidos. Um exemplo disso, em Parintins, é a geração mais jovem, com acesso a TV, recebendo mensagens de propagandas de alimentos pouco saudáveis e influenciando nas preferências de suas famílias. Isto explica, de certa maneira, a presença de refrigerantes nas casas de muitos agricultores familiares da várzea e terra-firme, principalmente aquelas que tinham muitos jovens como membros. Essas famílias não podem dizer que realmente tiveram a livre escolha para decidir consumir aquele alimento. (SANTOS, 2012, p. 157).

Para a autora, a alimentação ecológica é a mais indicada, alimentação esta que os ribeirinhos tinham e que, em alguns lugares, principalmente nas áreas de várzea, ainda têm. No qual existe um equilíbrio, onde os mesmos podem retirar da terra, das florestas e das águas quase tudo o que consomem para sua alimentação, ou seja, não precisam depender exclusivamente do mercado para conseguir sua alimentação diária. Além disso, sua renda não fica quase toda comprometida com a compra de alimentos, podendo desta forma adquirir outros produtos que a unidade familiar não produz, mas que são necessários. A autora traduz muito bem esse modos de vida ribeirinho.

Os grupos amazônicos rurais traduzem, em seu cotidiano, um estilo de vida econômico e ambientalmente sustentável pela cultura tradicional de suas roças, da caça, e da pesca expressos, sobretudo por seus hábitos alimentares saudáveis que acompanham o fluxo das águas, dos frutos e dos animais. É uma alimentação sustentável com segurança alimentar porque têm autonomia de produção e consumo. (SANTOS, 2012, p. 185).

Percebemos, então, que parte dessa cultura alimentar ribeirinha está se perdendo, esta que é importante para o equilíbrio de uma alimentação saudável. Essa troca, essa circularidade entre campo e cidade também pode acarretar aspectos negativos a vida dos ribeirinhos do Zé Açu, fazendo com que os mesmos, ao longo dos anos, percam essa identidade cultural traduzida por meio dos hábitos alimentares. Acreditamos que essa questão deve ser trabalhada com mais cuidado, principalmente entre os mais jovens que são os principais agentes de introdução das mudanças socioculturais.

As manifestações folclóricas também se caracterizam como uma forma de circulação da cultura. No Zé Açu, existem festas folclóricas realizadas todos os anos e que possuem muitas semelhanças com as festas da cidade de Parintins, um exemplo é a festa das quadrilhas rurais do Zé Açu.

Ela acontece na comunidade do Paraíso todos os anos, desde 2001. Foi uma iniciativa dos moradores com o objetivo de unir as comunidades pertencentes ao Zé Açu para manter a identidade cultural e suas tradições. Em 2014 ocorreu o XIII Festival de Quadrilhas Rurais do Zé Açu.

Nesse dia as quadrilhas das comunidades se reúnem e disputam para ver quem é a melhor. A comunidade se enfeita toda com bandeirolas de todas as cores e tamanhos; a quadra onde ocorre a disputa é reformada e pintada. Durante o dia, antes da festa, tem o torneio de futebol, sendo a atração principal os times das comunidades do Zé Açu e também da cidade de Parintins que se enfrentam em partidas animadas e cheia de rivalidade.

À noite as atrações principais são as quadrilhas, sempre muito animadas com suas coreografias bem ensaiadas, todos dançam com muita dedicação. O animador vai narrando as coreografias que as quadrilhas têm que executar, em uma delas é narrado a lenda da cobra grande que vive no fundo do lago do Zé Açu. Nesse momento, a quadrilha vai imitando os movimentos de uma cobra balançando pra lá e pra cá; logo em seguida o animador fala sobre a roça, o *puxirum* e sobre a pesca no lago, nesse momento a quadrilha imita os movimentos de colocar a mandioca na peneira e remar a canoa. Percebe-se que as coreografias transmitem as vivências e os *habitus* locais, próprios da vida rural no Zé Açu (Figura 123).



Figura 123 – A e B : Festival de Quadrilhas Rurais do Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014. (Foto: Charlene Muniz).

Participando da festa tem muitos moradores das mais diversas comunidades do Zé Açú (Bom Socorro, N. S. de Nazaré, N. S. das Graças, Boa Esperança, Santa Fé, Santa Maria de Vila Amazônia), estão todos reunidos ao redor da quadra, animados, torcendo por sua comunidade sendo que a presença dos jovens é mais intensa.

No final é anunciada a quadrilha vencedora e a mesma é convidada a voltar e evoluir novamente na quadra, nesse momento as outras quadrilhas participantes são convidadas a se juntar à vencedora e dançarem juntas e confraternizar. Logo em seguida a festa continua ao som de músicas de forró; as pessoas vão para o meio da quadra, que nesse momento se transforma em um grande salão de festas, onde dançam os mais variados ritmos até a madrugada, encerrando assim mais um Festival de Quadrilhas Rurais do Zé Açú.

Como nas palavras de dona E.P., 45 anos, uma das idealizadoras desta festa, “*As quadrilhas representam a nossa cultura, pautadas nas raízes rurais zé açuense*”.

Podemos então observar uma manifestação cultural que, assim como a religiosa (já apresentada no capítulo 6), reforça a identificação territorial rural do Zé Açú. Rogério Haesbaert discorre sobre essa relação da identidade com o território.

A identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção dessa identidade parte do ou transpassa o território. Território que pode ser percebido e suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como cotidiano, ‘vivido’, que ‘simboliza’ uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e, em tese, mais abstrato como o Estado-nação. (HAESBAERT, 2013, p. 238).

Essa assertiva vem ao encontro dos depoimentos dos moradores em relação à sua identidade como ribeirinho morador do Zé Açú, coletados pelo Projeto da Nova Cartografia Social (2007).

*“Nós, já vimos que ser ribeirinho, essa palavra, ribeirinho, ela já vem de muito tempo, aí muitas vez eu vejo assim que ela num é esclarecida. Muitas vezes nós mesmos como ribeirinho não sabemos o que é um ribeirinho. Pra mim hoje eu nem sei, é um paradigma, então esse paradigma pra mim tá em torno de que, do meu relacionamento, da minha cultura, do dia-dia, da minha bandeira de luta, assim, por exemplo, a questão da minha vivência na minha comunidade ou no cotidiano. Então eu vejo que, questão cultural, então eu tenho que mostrar aqui que eu tenho mesmo, por exemplo, na nossa comunidade, não adianta querer copiar da cidade, nós temos o boi, temo o boizinho, temo a pastorinha, temo quadrilha, isso é importante pra nós, a nossa identidade como ribeirinho.[...] Então, hoje pra nós eu já tenho uma noção de que ser ribeirinho é ser um homem, ter identidade própria de ribeirinho, que mora na área rural, que trabalha na área rural, tem sua identidade como homem trabalhador rural, pra mim é tudo isso ser ribeirinho [...] Mas têm muitos companheiros que ainda não sabe o que é ser um ribeirinho. Só pensa que é o homem que tá na beira do rio, dentro da várzea, se fala em ribeirinho, é aquele que tá lá na beira do rio, mas não, todo o trabalhador que tá nas colônias, nas comunidades centrais, todos esses são ribeirinhos.”* (Arthur José Coelho).

Essa fala traduz a compreensão desse ribeirinho sobre sua identidade coletiva, sobre o que vem a ser um ribeirinho que mora, vive e convive em seu ambiente, seja ele natural ou cultural, são suas atividades cotidianas que o fazem singular, seu trabalho na terra e nas águas, seu conhecimento da natureza, suas crenças em seres encantados, sua religiosidade. O *modus vivendi* do ribeirinho que convive tanto com aspectos tradicionais como também com o moderno, pois o mesmo estabelece relações com a cidade e o urbano por meio da circularidade da cultura, mas ao mesmo tempo conserva suas características rurais, seus *habitus* que foram herdados de seus avós e pais e que também repassa a filhos e netos.

Finalizamos este relato sobre o Zé Açú apresentando uma poesia feita por um morador antigo desta comunidade, conhecido como seu Juk Camarão. Um senhor de idade avançada, magro, de cabelos brancos e que caminha com o auxílio de uma bengala. Todas as vezes que íamos à comunidade de Bom Socorro, no final da tarde, aquele senhor de aparência frágil

estava sempre sentado em um banco na frente de sua casa a contemplar o lago<sup>37</sup>. Um dia, resolvemos ir lá puxar uma “prosa” com este senhor, que nos recebeu com sorrisos e muita simpatia.

Ao falar que estávamos a realizar uma pesquisa acadêmica sobre o Zé Açu, ele na mesma hora recitou uma poesia e então descobrimos que ele fazia poesias sobre o Zé Açu, o que aguçou nossa curiosidade. Dissemos que gostaríamos de ler algumas de suas poesias, e neste mesmo instante, num caminhar lento e com a ajuda de sua bengala que parece sustentá-lo mais até que as suas próprias pernas, estas já bem frágeis, ele entra em sua casa e logo em seguida retorna com uma pasta de capa preta na qual estão guardadas as suas poesias sobre o Zé Açu, ele a coloca em minhas mãos dizendo: “*Podes ler quantas você quiser*”.

Ao revirar as páginas daquela pasta preta e ler as poesias que ali estavam, descobrimos uma infinidade de manifestações de amor e de gratidão ao Zé Açu, que até mesmo nas entrevistas com outros sujeitos da pesquisa não tínhamos visto de forma tão intensa. Algo curioso é que naquela mesma pasta também estavam guardadas as lembranças que seu Juk tinha de sua mocidade, entre estas uma carta de amor que ele recebeu de sua esposa, que naquela época era sua namorada. Não lemos a carta, até porque não poderíamos ler algo tão íntimo que pertence a outra pessoa e que o mesmo não nos autorizou a ler. Mas nos intrigou ele guardar por tantos anos aquele pedaço de papel, já amarelado do tempo, junto com suas poesias.

Por fim, escolhemos duas poesias que, com certo receio e esperando até mesmo uma resposta negativa, pedimos autorização para apresentar neste trabalho. Para nossa surpresa, o mesmo, com seu sorriso característico, disse de forma tão natural “Podes levar!”.

---

<sup>37</sup> Sua casa fica logo na frente da comunidade, tendo assim uma vista privilegiada da paisagem do lago do Zé Açu.

### *Homenagem ao meu torrão*

*Vou cantar pra minha terra,  
Homenagear o meu torrão,  
Onde nasci e cresci,  
Com meus pais e meus irmãos.*

*Bom Socorro abençoado  
Que me serviste de berço  
Foi aqui que eu cresci  
Por isso de ti não esqueço.*

*Foi aqui que eu encontrei  
A minha primeira namorada  
Minha primeira professora  
E minha mulher amada.*

*Aqui nasceram e cresceram meus filhos  
Conseguimos nos realizar  
Queremos ainda ver os netos  
E morrer neste lugar*

*Eu amo esta comunidade  
Que meus pais ajudaram a construir  
Se Deus não mudar a gente  
Daqui não vamos sair*

*Minha terra é abençoada  
Terra boa para se viver  
Aqui passamos nossa vida  
E aqui queremos morrer.*

*(Juk Camarão)*

Quadro 10 : Poesia escrita por um ribeirinho do Zé Açú.  
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A ligação com o território, mediado pela dimensão do lugar, está presente nessas palavras, que representa a topofilia do ribeirinho com o território do Zé Açú. A territorialidade, manifestada pelo uso do território, permeia toda a vida dessas pessoas que têm no equilíbrio com o ambiente fator fundamental para sua (re)produção sociocultural.

Considerando os aspectos identificados e analisados sobre a circularidade da cultura, *habitus* e *ethos* ambiental dos ribeirinhos do Zé Açú, afirmamos que este território rural apresenta, por meio de suas territorialidades, uma forte interligação entre os ribeirinhos-ambiente e cultura, pautada principalmente por suas atividades na agricultura, pesca, religiosidade e festas folclóricas.

Essas territorialidades estão seriamente ameaçadas pelas constantes pressões sobre os recursos ambientais engendradas por agentes econômicos externos, que degradam os recursos hídricos e florestais, ameaçando diretamente a sustentabilidade socioambiental deste território.

## CONCLUSÃO

Em virtude dos dados apresentados e dos resultados inferidos ao longo dos capítulos deste trabalho, que teve como objetivo principal compreender as territorialidades rurais em Zé Açu, no município de Parintins, e a sua relação com a sustentabilidade socioambiental, identificamos como os ribeirinhos do Zé Açu estabelecem as suas territorialidades, usam e se apropriam desse território. Levando em consideração esses aspectos, os mesmos estabelecem uma relação com seu ambiente que é mediada pela cultura que orienta seu *ethos* ambiental.

Para compreendermos essa complexa relação foi necessário analisar a circularidade da cultura, *habitus* e o *ethos ambiental* dos ribeirinhos do Zé Açu. Com o trabalho de campo ao longo desses quatro anos, compreendemos parte da sociodiversidade existente na Amazônia, tendo como unidade empírica uma localidade rural do município Parintins.

Compreender os aspectos sociais, ambientais e culturais do Zé Açu, sob o ponto de vista de território, e entender as territorialidades dos sujeitos sociais que nele vivem foi o principal desafio desta pesquisa, pois a perspectiva do território, assim como do lugar, abre um campo abrangente que permite interligar sociedade, ambiente e cultura. Analisamos esses elementos como componentes importantes para a compreensão da sustentabilidade nas suas dimensões: econômica, social, ambiental e cultural.

Buscamos demonstrar que sociedade, ambiente e cultura são interdependentes e estão intimamente interconectados, se relacionam e se transformam mutuamente. Alterações em um causam transformações no outro. Portanto, é necessário buscar o equilíbrio entre a sociedade e o ambiente, sendo essa condição *sine qua non* para se alcançar a sustentabilidade.

Pelos resultados apresentados ao longo dos capítulos, a localidade do Zé Açu, composta por várias comunidades das quais selecionamos três para serem analisadas, constitui-se em um território rural do município de Parintins que possui suas especificidades e singularidades próprias, onde o lago, as terras de trabalho, a religião e suas manifestações culturais são as principais referências de identificação neste território.

Território este que traz em seu interior as territorialidades manifestas na forma de apropriação de seus moradores, os ribeirinhos do Zé Açu, no tocante a seus recursos ambientais: águas, terras e floresta, mas que são também fonte de seu capital cultural. De igual forma como essas territorialidades se manifestam por meio de suas crenças, religião e festas folclóricas.

Os ribeirinhos do Zé Açú obtêm sua renda principal da prática da agricultura, ainda trabalhada de forma tradicional e com força de trabalho familiar. A comunidade apresenta pouca diversificação na produção agrícola e concentram-se, principalmente, na plantação de mandioca e macaxeira para fazer a farinha.

Pelo levantamento socioeconômico constatamos que a maioria das famílias possui renda baixa, ganhando até um salário mínimo, e com muitas famílias sobrevivendo em grande parte dos programas de transferência de renda do governo, como o Bolsa Família e aposentadorias. Os fatores de saúde também não contribuem para uma realidade social satisfatória, com carências na área de atendimento médico, segurança e até mesmo alimentação saudável.

Essas são questões preocupantes, pois, os ribeirinhos têm no equilíbrio com o ambiente natural onde vivem condição indispensável para garantir a sua reprodução tanto material como imaterial.

No caso do território estudado, as atividades da pesca e da agricultura que, além de serem atividades que ajudam a manter o corpo (pois é por meio destas que as famílias se alimentam com a farinha de mandioca e da macaxeira, o beijú; e os mais variados peixes), também ajudam a alimentar a sua essência, o *ethos ambiental* ribeirinho. São atividades mantenedoras da cultura e da identidade, ou seja, seu vínculo *com e no* território. São as expressões mais claras da territorialidade dessas pessoas.

Observamos que é por meio da agricultura e da pesca que são repassados os saberes tradicionais, que são herdados dos pais e transmitidos para seus filhos; a terra, floresta e a água tornam-se o lócus da reprodução da vida das famílias ribeirinhas do Zé Açú.

Outro elemento importante para a manutenção/afirmação da territorialidade no Zé Açú são os ritos religiosos. Eles ajudam a manter a estrutura social, cultural e territorial dos ribeirinhos. Os festejos em honra aos santos vivificam e reafirmam a cultura, identidade e o sentimento de pertencimento que são, também, características da territorialidade. E por mais que essas festas estejam se modificando, elas são parte das tradições que foram deixadas pelos primeiros moradores e por isso serão sempre realizadas como forma de manter e reafirmar as identidades coletivas que são culturais e ao mesmo tempo territoriais.

Apesar de algumas comunidades do Zé Açú, já estarem passando por processo de transformação engendrada principalmente pelo contato com o urbano e com modernidade, constatamos que as atividades de pesca e agricultura são as que mantêm esses ribeirinhos ligados com as práticas culturais tradicionais do rural amazônico, mantendo-os vinculados ao passado, porém, sem se dissociar do presente e sem deixar de pensar no futuro.

Por essas atividades serem importantes não só do ponto de vista econômico e cultural, e pelas mesmas já estarem demonstrando certo enfraquecimento no Zé Açu é que consideramos necessário um olhar mais cuidadoso, não só do poder público municipal ou estadual, mas também das instituições de pesquisa e universidades, para que possam encontrar alternativas para as problemáticas e para proporcionar melhoria na qualidade de vida dessas comunidades do Zé Açu.

Há em Parintins duas universidades públicas (UEA e UFAM) e outras universidades particulares; um instituto técnico (IFAM), e outros órgãos como a EMBRAPA, que poderiam ajudar em projetos, ações e atividades voltadas às áreas rurais no tocante às questões ambientais, econômicas, sociais e culturais. Acreditamos já estar na hora de ações mais concretas dessas instituições no sentido de auxiliar essas comunidades rurais a buscar e manter sua sustentabilidade.

Incentivar a prática da agroecologia nas pequenas unidades familiares objetivando, primeiramente, a segurança alimentar, mas também com a venda do excedente para obtenção de renda compatível com os investimentos e esforço dos agricultores. Da mesma forma, apresentar alternativas para manutenção de áreas de pesca ou até mesmo acordos de pesca para conservação dos estoques pesqueiros. E também o incentivo à criação de peixes em cativeiro (piscicultura) pelos próprios ribeirinhos, onde utilizariam tanto a mão de obra familiar como também contratada e o recurso do próprio lago para a construção de tanques para a criação de peixes, seriam alternativas viáveis, desde que respeitadas as características do ecossistema local.

Essas propostas poderiam solucionar/mitigar os problemas encontrados, desde que essas atividades estejam de acordo com as diretrizes da sustentabilidade e não venham a causar alterações no ecossistema local, mais do que já está alterado.

Foram constatados quatro problemas ambientais mais graves no Zé Açu, sendo estes: assoreamento do lago, desmatamento para a pecuária, extração mineral e o aumento na produção de resíduos sólidos com sua destinação inadequada. Os três primeiros são causados, principalmente, por agentes externos, ou seja, os de “fora” do Zé Açu, como os grandes pecuaristas e empresas da construção civil. E o último está se intensificado devido à mudança na forma de consumo de alimentos e no estilo de vida cada vez mais parecido com o da cidade.

Esses problemas já causam transformações diretas no lago, afetando também os ribeirinhos do Zé Açu, pois os fazendeiros, ao desmatarem para a pecuária na maioria das vezes não respeitam as reservas legais, cortando a vegetação até a margem do lago, incorrem

desta forma no assoreamento do mesmo pelas constantes quedas de terras. Ademais, com a exposição do solo às chuvas ocorre o surgimento de grandes voçorocas, que estão soterrando várias nascentes no lago do Zé Açú.

As consequências dessas ações no lago já começam a afetar a vida dos ribeirinhos por interferir na reprodução da fauna aquática, e sua conseqüente diminuição. Isso faz com que os ribeirinhos tenham dificuldade na pesca e no consumo dessas proteínas animais. Somando-se a isso, o aumento populacional nos últimos anos no Zé Açú torna o problema da falta de peixe ainda mais grave, obrigando-os muitas vezes a comprar peixes das outras comunidades rurais.

Constatou-se que no Zé Açú a atuação dos órgãos ambientais, tanto por parte da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), do Estado, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) como do governo federal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), é diminuta. Essas esferas não estão presentes de forma constante, e muitos dos moradores reclamam que quando se dirigem a esses órgãos, tanto para denunciar um crime ambiental como para solicitar alguma ação/intervenção, não são atendidos em seus pleitos e muitas vezes são ignorados nessas instituições.

São necessárias, principalmente por parte de outras instituições, tanto de ensino como de pesquisa, atividades de esclarecimento relativas às questões ambientais no Zé Açú, para que se possa dar empoderamento e ajudar essas pessoas a se organizarem e formarem grupos para buscar junto aos órgãos governamentais maior cumprimento da legislação ambiental no Zé Açú. O que encontramos ali, principalmente por parte dos agentes econômicos representados pelos pecuaristas e empresários, foram sérias infrações ambientais, principalmente relacionadas ao desrespeito às reservas legais, à falta de um Estudo de Impacto e Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA) para extração de minério (areia).

Não existe nenhuma contrapartida na minimização ou mitigação dos impactos ambientais já produzidos, muitos menos ações no sentido de evitar os efeitos negativos de suas atividades aos ribeirinhos do Zé Açú, que estão vendo o seu ambiente natural e seus *modos* de vida seriamente ameaçados, caso nada seja feito essas atividades continuarão degradando seu ambiente.

A mitigação dos problemas ambientais não é fácil e talvez as medidas sugeridas não sejam suficientes para resolver todos os problemas, pois, como afirma Porto-Gonçalves “a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem ética, filosófica e política” (2013, p. 15). Seria necessária, em muitas instâncias, uma transformação na própria concepção de sociedade que temos hoje.

Essa sociedade individualista, consumista e utilitarista que vê na aquisição e posse de bens materiais a única via para se alcançar o bem-estar e a felicidade. Porém, como acadêmicos e como pessoas que acreditam na transformação da sociedade, não podemos fechar os olhos e deixar de denunciar as injustiças ambientais encontradas. E também não devemos desistir de trabalhar para encontrar possíveis soluções que venham ao encontro de uma sociedade mais justa e menos desigual. A começar pela realidade local que nos cerca.

A proposta desta pesquisa foi um desafio devido à grandiosidade da Amazônia tanto em seus aspectos naturais, com sua diversidade ecossistêmica, como também em seu componente social, com sua pluralidade cultural. Torna-se perigoso e até mesmo imprudente fazer inferências genéricas a respeito de temas tão abrangentes como a questão da sustentabilidade dos territórios rurais somente a partir de estudo realizado em um fragmento delimitado dessa região, que neste caso foi o território do Zé Açú, no município de Parintins.

No entanto, entendemos que muitas das questões apresentadas, sendo elas ambientais, sociais, econômicas e culturais também podem ocorrer ou já estão ocorrendo, talvez não da mesma forma e com a mesma intensidade, mas em ritmos diferentes, em outras áreas da Amazônia. Logo, são válidas as reflexões contidas nesta pesquisa em relação a possíveis ações ou providências, principalmente para a manutenção da qualidade ambiental em lugares onde as alterações na paisagem natural já começam a modificar de forma negativa a vida dos povos tradicionais que dependem dos recursos ali existentes para a manutenção de seus *modos de vida*, seu *habitus*.

Por isso o esforço em, primeiramente, diagnosticar as principais problemáticas do Zé Açú nas mais diversas esferas (econômicas, sociais, ambientais e culturais), resumidas no Quadro 6, e as alternativas e soluções para esses problemas, no Quadro 7 do capítulo 5, juntamente com os investimentos necessários para o Zé Açú, resumido na Figura 101, como possíveis caminhos para se alcançar a sustentabilidade desse território rural. Os principais investimentos apontados pelos ribeirinhos do Zé Açú, estão relacionados à infraestrutura de água e energia, saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos sólidos, e melhoria na educação.

Os resultados apresentados foram fruto do diálogo com as comunidades pertencentes ao Zé Açú, assim como os gráficos, tabelas, e mapas que foram resultado principalmente dos formulários aplicados, entrevistas e observação participante. Houve a preocupação em ouvir essas pessoas por meio das entrevistas individuais e em grupo com o uso da técnica do grupo focal. A observação participante ajudou a entender melhor a realidade em que vivem, pois só

a partir do contato direto com o cotidiano é possível entender como esses grupos societários estabelecem suas relações com o ambiente, tanto natural como socialmente construído.

Os resultados apresentados nesta pesquisa não estão pautados somente em no levantamento quantitativo, mas também qualitativo, com a utilização de técnicas variadas, onde foi realizada a triangulação desses dados para que pudéssemos obter um quadro mais próximo possível da realidade ali encontrada.

O panorama expresso nesses dois quadros elaborados com as respostas, sugestões e aspirações dos próprios moradores do Zé Açú não significa que estejam contempladas todas as necessidades, e que se fossem todos implantados traria imediatamente a sustentabilidade para esse local. Trata-se mais de uma tentativa de reflexão sobre as alternativas disponíveis para a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas que moram, trabalham e vivem nessas áreas rurais e que merecem viver com tranquilidade e em um ambiente saudável. Para que se reproduzam social e culturalmente, mantendo as suas tradições, seus *modos* de vida, que não é melhor ou pior que de outros grupos sociais, mas é a manifestação própria de seu *ethos* ambiental, e que precisa ser respeitado e mantido.

Porém, é necessário refletir até que ponto as alternativas apontadas pelos sujeitos da pesquisa realmente levariam a um equilíbrio na relação destes com o ambiente. Se trariam um desenvolvimento com sustentabilidade. Ou será que o melhor para essas áreas seria seguir as premissas do “decrescimento” ora apontado neste trabalho. Estas são questões que merecem maior profundidade em reflexões acadêmicas futuras.

A compreensão da relação do território com a cultura pode auxiliar nas análises sobre as estratégias utilizadas por esses grupos para ordenar e controlar melhor seus territórios, assim como na conservação dos recursos naturais de forma a garantir o equilíbrio entre os ecossistemas e os sujeitos que os utilizam, pois esse é o pressuposto básico da sustentabilidade em sua dimensão social, econômica, cultural e ambiental.

As permanências e as transformações que ocorrem no Zé Açú foram estudadas com base na multiplicidade do *modos* de vida de seus moradores, que envolvem seu sistema sociocultural e seu *ethos* ambiental por meio da abordagem do território e territorialidade.

Na sua principal comunidade, Bom Socorro, que passa por transformações espaciais mais aceleradas, constatou-se que a mesma convive como as imbricações entre rural e urbano, convergindo com o pensamento de Giddens (1991), Rua (2002, 2005, 2006 e 2007) e Canclini (2011).

Afirmamos que a modernização na sociedade não exige abolir as tradições, nem que os grupos tradicionais devam ficar de fora da modernidade. Os grupos societários que moram

em territórios rurais podem assimilar alguns aspectos da modernidade, porém não significa que eles percam totalmente seus vínculos históricos e culturais. Estes permanecem concomitantes às inovações trazidas pela modernidade, podem até suscitar mudanças, porém não são descartados.

No entanto, é necessário um trabalho de informação junto a essas comunidades sobre a importância de se valorizar os aspectos de sua vida cotidiana tradicional, de seus *modos* de vida, que são frutos de sua cultura. Principalmente aquelas atividades que envolvem a sua relação com o ambiente natural circundante, pautado no respeito aos processos ecológicos e ao equilíbrio decorrente da relação homem-natureza, características ainda presentes nos grupos ribeirinhos amazônicos.

Portanto, esta tese abordou a importância de pensar o território e as territorialidades do ponto de vista da sustentabilidade. A relação direta existente entre o *habitus* e o *ethos ambiental* dos grupos societários tradicionais e a forma como organizam os espaços. Também fez a abordagem da circularidade da cultura como processo que faz a mediação entre o urbano e o rural, que implica em mudanças e permanências nesses lugares.

A compreensão das dimensões socioculturais dos sujeitos que dão vida e dinamicidade ao território é uma questão chave nas reflexões sobre a sustentabilidade dos sistemas sociais e ambientais. Somente por meio do conhecimento profundo das concepções de vida e ambiente dos grupos societário que vivem nesses territórios rurais (seus reais interesses e necessidades) é possível compor um quadro analítico capaz de auxiliar nas políticas de gestão dos territórios que venham a contemplar a qualidade de vida para essas pessoas.

As discussões deste estudo auxiliam na compreensão da forma como as sociedades rurais estabelecem suas redes de conexões, as quais envolvem troca de informações entre essas comunidades, intercâmbios culturais, tomadas de decisões relacionadas à forma de organização do território e o uso pelos ribeirinhos, entre outros aspectos importantes do ponto de vista acadêmico, que podem servir como ponto de partida para outras pesquisas do gênero.

A reflexão sobre a sustentabilidade deve contemplar as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais como um todo. Essas questões estão presentes na vida dos povos de comunidades tradicionais, e têm reflexo direto na forma de apropriação e uso de seus territórios. Por isso, a importância de conhecer e respeitar o *habitus* e *ethos ambiental* dos ribeirinhos do Zé Açú, destaque nesta pesquisa. Para que seus territórios de vida sejam mantidos e legitimados, possibilitando a continuidade da (re)produção de seu *modos* vida.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- ANDRADE, João Bosco de. A política nacional de resíduos sólidos (lei nº 12.305) e o papel relevante e útil dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no município de Manaus (AM). In: FRAXE [et al.]. **Papel para a vida: Estudo da cadeia produtiva de embalagens de papelão no polo industrial de Manaus (PIM)**. Manaus: EDUA, 2011.
- ARMITAGE, Derek. **Governance and the commons in a multi-level world**. In: **International Journal of the Commons**. vol 2, no 1 January 2008, p. 7-32.
- BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 81-108.
- BODIN, Örjan; CRONA, Beatrice I. **The role of social networks in natural resource governance: What relational patterns make a difference?**. In: *Global Environmental Change*, 2009, n 19: 366–374.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- BRANDÃO, Jesuete Pachêco. **Uso e ocupação da Terra d A Sustentabilidade Ambiental da dinâmica fluvial Das microbacias hidrográficas Zé Açú e Tracajá na Amazônia Ocidental**. Tese De Doutorado. 2013.
- BROWN, L. R. **Éco-économie, une autre Croissance est Possible**, Écologique et Durable. Trad. Denis Trierweiler. Paris: Seuil, 2003.
- BRUM, I.A.S.; Oliveira Júnior, J.B. e Santos, M.C. **Análise do plano de recuperação de áreas degradadas pela mineração areia Otomar Mineração**. In: VI Southern Hemisphere Meeting on Mineral Technology e XVIII Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa, volume 3, p. 340-344, Rio de Janeiro, maio 2001.
- BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- \_\_\_\_\_, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BRUNDTLAND, Harlen G. **Our Common Future (The Brundtland Report)**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- CMMAD –Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, **Nosso futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. 5.reimp. São Paulo: EDUSP, 2011.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CASTRO, Fábio de. Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo Amazonas. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

CASTRO [et al]. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, Teresinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus : Reggo Edições, 2011.

CATALÃO, Vera Lúcia. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto. **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte : Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé do médio Amazonas**. 2. ed. Manaus: ProGraf Gráfica e Editora, 2009.

CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. **Manifestação da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, L. F. B. **Transformações socioespaciais em comunidades rurais. Um estudo da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú no município de Parintins, AM/Luís Fernando Belém da Costa – (Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC)**. Universidade do Estado do Amazonas, Parintins: UEA, 2012.

CLAVAL, Paul. “**A volta do cultural**” na geografia. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002.

\_\_\_\_\_, Paul. **A geografia Cultural**. 3º ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

\_\_\_\_\_, Paul. **Geografia cultura: um balanço**. Revista de Geografia de Londrina, v.20, n.03, p.05-24, set. / dez. 2011.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DA MATA, Roberto. **Relativizando, uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis, Ed.Vozes, 1981.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares de Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza**. In: Bol. Mus. Pará Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v.5, n.1, p.59-77, jan-abr, 2010.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004..

FRAXE, Therezinha; WITKOSKI, Antônio Carlos. **A noção de *habitus* em O desencantamento do mundo**. Rev. Somanlu, Manaus, ano 7, n.1, jan./jun. 2007.

FRAXE, Therezinha; WITKOSKI, Antônio Carlos; SILVA, Suzy Cristina Pedroza da. **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento e formas de manejo**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

FRAXE, Therezinha. **Homens Anfíbios. Etnografia de um campesinato das águas**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011

FRAXE, Teresinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (Org). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, *ethos* e identidade**. Manaus : Reggo Edições, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: cultural material e imaterial**. São Paulo: Annablume, 2011b.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mirian; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. O método de pesquisa *survey*. In: **Revista de Administração**, São Paulo v.35, n.3, p. 105-112, julho/setembro, 2000.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita**. Companhia Editorial Nacional: São Paulo, 1955.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço sagrado: estudos em geografia da religião**. Curitiba, IBPEX, 2008.

GUIMARÃES, R. P. **The ecopolitics of development in the third world: politics and environment in Brazil**. Boulder, Lynne Rienner Publisher 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: uma antologia**, v. II. Rio de Janeiro; EdUERJ, 2013.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HONIGMANN, J. J. Ethos. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Digital, 2004.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 2007

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEFF, Enrique (Org.). **A complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÉNA, Philippe. Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do Médio Solimões. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. **População e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

LATOUCHE, Serge. O decrescimento. Por que e como?. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante**. In: Boletim Paulista de Geografia. Ano: 2006, nº 84 p. 105-136.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. In: Revista NERA. Presidente Prudente, ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008.

MORIN, Edgar. **Vers l'abîme**. Paris: L'Herme, 2007.

MIGUEZ, Sâmia Feitosa; FRAXE, Teresinha de Jesus Pinto; Antônio Carlos. In: FRAXE, Teresinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade**. Manaus: Reggo Edições, 2011.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MORIN, Edgar. **Vers l'abîme**. Paris: L'Herme, 2007.

NASCIMENTO NODA, Sandra do; NODA, Hiroshi; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. Agricultura familiar na várzea amazônica: espaço de conservação da diversidade cultural e ambiental. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHERER, Elenise (Org.). **Amazônia: Políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NODA, Sandra do Nascimento (Org.). **Agricultura Familiar na Amazônia das águas**. Manaus: EDUA, 2007.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido do lugar. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. **Qual é o espaço do lugar**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PANTOJA, Geandro Guerreiro; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Vidas molhadas - Um estudo socioambiental de comunidades ribeirinhas da várzea amazônica**. In: Rev. Somanlu, Manaus, ano 6, n.1, jan./jun. 2006.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 16 – **Ribeirinhos da região do Zé Açú em defesa de sua história e da natureza**. Manaus, junho 2007.

PEREIRA, S. Henrique; SOUZA, Davyd Spencer Ribeiro; RAMOS, Marcia Melo. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, Teresinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus : Reggo Edições, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RABELO, Francisco Davi Braz; SANTOS, José Amaro dos; FARIAS, Juliana Felipe (et. al) . Diagnostico e Zoneamento socioambiental das comunidades do açude de Forquilha, Semiárido Cearense. In: SILVA, Edson Vicente da; GORAYEB, Adryane; PEREIRA, Luci Cajueiro (Org.). **Planejamento socioambiental em comunidades tradicionais no semiárido nordestino e na Amazônia oriental**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

RAPOZO, Pedro; WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Pescadores e territórios sociais no mundo do trabalho da pesca na Costa do Pesqueiro II Baixo rio Solimões –Manacapuro. In: FRAXE, Therezinha; WITKOSKI, Antônio Carlos; SILVA, Susy Cristina Pedroza da. **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e forma de manejo**. Manaus: EDUA, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RIBEIRO, Marcela Arantes. Entre o rio e a mata: **História oral e espaço Vivido em Comunidades Ribeirinhas**. In: Anais do X Encontro Nacional de História Oral. Recife: UFPE, 2010.CD-ROM.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis: o sagrado e o urbano**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Trilhas do Sagrado**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

RUA, João. **Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas considerações Teóricas**. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO (Org.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002.

\_\_\_\_\_. **A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica**. In: Revista da ANPEGE. Fortaleza, v.1, n.1.2005. 45-66.

\_\_\_\_\_. **Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades**. In: Revista Campo e Território: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia, v.1, nº.1, 2006.82-106.

\_\_\_\_\_. As crises vividas pelo Estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens teórico metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 271-298.

RÜCKERT, Aldomar A. **Reforma do estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 17, pp. 79 - 94, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 4 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Alem Silvia Marinho dos. **Segurança alimentar no ritmo das águas: mudanças na produção e consumo de alimentos e seus impactos ecológicos em Parintins, AM**. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável-Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília), 2012.

SAQUET, Marcos, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a concepção e para o desenvolvimento territorial**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

\_\_\_\_\_, Marcos Aurélio. **Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia.** In: Revista *Campo-território: revista de geografia agrária*, p. 1-30, jun., 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAHLINS, Marshall David. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Monica de; LEITE, José Correa. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos.** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

SEGATO, Rita Laura. **Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea.** Série Antropológica. Brasília: 2005.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura.** In: II Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais, 2008, Brasília-DF. 34 slides,color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

SILVA, Charlene Maria Muniz. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia.** 2009,176 f.. Dissertação (Mestrado em Geografia-Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SOUZA, José Camilo Ramos de. **O currículo da escola de várzea e o ensino de geografia no município de Parintins.** 2006, 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação- Programa de Pós graduação em Educação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

SILVA, Charlene Maria Muniz; RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Formação histórica e perspectiva de estudo das comunidade rurais do município de Parintins: a agrovila de São João do Mocambo.** In: Marupiará: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins. Ano 3, nº4 p. 11-28, Jul a Dez 2010.

SILVA, A. S.; GIL FILHO, S. F. **Geografia da Religião a Partir das Formas Simbólicas em Ernst Cassirer: Um Estudo da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil.** Revista de Estudos da Religião. p. 73-91, junho / 2009 /. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2009/t\\_silva.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv2_2009/t_silva.pdf)>. Acesso em: 01 Mai. 2012.

SIMAS, João Lauro. **1º História do Zé Açú.** Parintins: Gráfica Parintins, 2000.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista.** Estudos CEBRAP, nº 26, editora Vozes, 1980.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** 1. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2006.

TERRA, A.C. **Descortinando a Lógica Diocesana no Espaço Fluminense**. Revista de Estudos da Religião. p. 21-50, junho / 2009 /. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2009/t\\_terra.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv2_2009/t_terra.pdf)>. Acesso em: 05 Jan. 2012.

TORRES (Org) . **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VAZ, Florêncio Almeida. **Ribeirinhos da Amazônia: identidade e magia na floresta**. In: Revista Cultura Vozes: Rio de Janeiro, 1996, nº2-março-abril.

VEIGA, José. Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac, 2010.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1988.

WAGNER ,Philip L. ; MIKESELL, Marvin W. . Os temas da geografia cultural. In:CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução a Geografia Cultural** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: **Desafios para a governança ambiental**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23 n. 68 outubro, 2008.97-108.

**APÊNDICE**

**Apêndice A: Formulário socioeconômico**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia  
**TERRITORIALIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS: *HABITUS*, CIRCULARIDADE  
DA CULTURA E *ETHOS* AMBIENTAL NA LOCALIDADE DO ZÉ AÇU.**

NOME DA COMUNIDADE: _____	FORM.Nº. _____	DATA: _____
---------------------------	----------------	-------------

**INFORMAÇÕES GERAIS****1. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE**

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F

Estado Civil: ( ) casado ( ) solteiro ( ) viúvo ( )amigado ( )separado

Local de Nascimento: ( )Na própria comunidade ( )Sede do Município de Parintins -

( ) Outra comunidade: Qual \_\_\_\_\_

( ) Outro Município Qual: \_\_\_\_\_

( ) Outro Estado Qual: \_\_\_\_\_

1.3 Tempo de Moradia na Comunidade : ( )01 ano- ( )02 a 04 - ( )05 a 07 - ( )08 a 10  
( )10 a 15 – ( )15 a 20 – ( )Mais de 20

1.4 Sempre morou na comunidade: ( ) sim ( ) não

1.5 Caso a resposta seja **NÃO**, quais motivos para vir morar na comunidade?:

( ) Infraestrutura e serviços- ( )Trabalho- ( )Ficar próximo aos familiares

( ) Gostar do lugar

( ) Outros Quais: \_\_\_\_\_

**2. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA**

2.1- ( ) Nuclear- Quantas pessoas: \_\_\_\_\_ ( ) Extensa- Quantas famílias \_\_\_\_\_ Total de pessoas: \_\_\_\_\_

**3. MOBILIDADE**

3.1 Tipos de transporte utilizados pelos moradores dentro comunidade:

( ) Moto - ( )Carro - ( )Bicicleta - ( )Triciclo - ( )Outros

Quais: \_\_\_\_\_

3.1.2 Tipo de transportes utilizados pelos moradores para ir as outras comunidades rurais:

( )Barco - ( )Canoa - ( )Rabeta- ( )Moto- ( )Outros-

Quais: \_\_\_\_\_

3.1.3 Tipo de transportes utilizados pelos moradores para ir a cidade de Parintins:

( )Barco de Linha - ( )Canoa - ( )Rabeta - ( ) Outros.

Quais: \_\_\_\_\_

**3.2 OCUPAÇÃO/RENDA**

3.1 De onde vem a PRINCIPAL renda familiar:

( ) Agricultura - ( ) Pesca - ( ) Pecuária- ( ) Artesanato - ( ) Extrativismo - (

)Funcionário Público ( )Bolsa Família- ( )Aposentadoria ( )

OutrosQual: \_\_\_\_\_

3.2.1 No caso da **Pecuária**, quais as principais modalidades: ( )Bovinocultura - (

)Avicultura - ( )Bubalinocultura - ( )Suinocultura - ( )Piscicultura - (

)Outros.Qual: \_\_\_\_\_

3.2.2 No caso da **Agricultura**, quais os principais culturas:

( )Mandioca - ( )Macaxeira - ( )Frutos -( ) Hortaliças - ( )Farinha - ( )Plantas medicinais  
- ( )Juta e/ou Malva-( ) Outros.

Quais: \_\_\_\_\_

**Cultivos Agrícolas ( PREENCHER NO CASO DE AGRICULTOR)**

Nº	Espécies Utilizadas	Área Plantada	Plantio(Mês/época)	Produção(ano/safra)	Unidade	Preço R\$	Quantidade Vendida por semana/mes
01	Ex.Mandioca	03 Quadras	julho	04/sacos	Saco 60 kg	40,00	03 sacos(semana)
02							
03							
04							
05							

Deixa a terra descansar ( Faz pousio)? Sim (  ) Não (  )

Quanto tempo: \_\_\_\_\_

**PREENCHER NO CASO DE PESCADOR**

3.2.3 No caso da Pesca, quais as principais espécies capturadas: \_\_\_\_\_

3.2.4 Como é realizada a pesca: ( )Sozinho- ( )Em grupo- ( )Com familiares

**Informações sobre componente PESCA**

Espécie	Local Pesca		Tipo de Embarcação	Apetrecho	Armazenamento		
	Seca	Cheia			Salga	Gelo	Freezer
Ex: jaraqui	lago	rio	rabeta	malhadeira			

**1. Locais de Pesca****Apetrechos Utilizados**

1 .Ex: Lago grande	6	1Arco e flexa	6 -Caniço	11- Zagaia
2	7	2- Currico	7-Linha de mão	12- Outros
3	8	3- Arpão	8- Malhadeira	
4	9	4 Linha comprida	9- Tarrafa	
5	10	5 Espinhel	10- Tramalho	

### 3.3 Comercialização dos Produtos oriundos das atividades agropecuárias

3.3.1 Locais de Comercialização : ( ) Na própria comunidade - ( ) Cidade de Parintins - ( ) Manaus - ( ) Outros municípios - ( ) Outros Estados

3.3.2 -Forma de Comercialização: ( ) Atravessador - ( ) Comerciante - ( ) Direto ao consumidor

#### 4- RENDA FAMILIAR:

Não tem renda nenhuma ( )	Até 1 salário mínimo ( )
Até 2 salários mínimos ( )	Até 3 salários mínimos ( )
Até 4 salários mínimos ( )	5 salários mínimos ou mais ( )

#### 5. RENDA SOCIAL: BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS RECEBIDOS PELOS MORADORES

( ) Bolsa Família - ( ) Auxílio Doença INSS - ( ) Aposentadoria - ( ) Pensão –  
( ) Outros

#### 6. HABITAÇÃO

6.1 Tipo de construção: ( ) Alvenaria ( ) madeira ( ) palha ( ) taipa ( ) mista especificar:

\_\_\_\_\_

6.2- Tipo de cobertura: ( ) amianto - ( ) alumínio - ( ) barro - ( ) palha  
( ) Outros: \_\_\_\_\_

6.3- Nº de cômodos: \_\_\_\_\_ Nº de banheiros: \_\_\_\_\_. -Dentro da casa: \_\_\_\_\_. Fora de casa: \_\_\_\_\_

#### INFRA- ESTRUTURA

**Água:** 7.1 - Água: ( ) encanada - ( ) poço artesiano - ( ) cacimba - ( ) igarapé - ( ) chuva  
Outro: \_\_\_\_\_

7.2- A água é tratada: ( ) não - ( ) sim. Qual: ( ) Clorada - ( ) Fervida - ( ) Filtrada  
- ( ) Coada - ( ) Outros: \_\_\_\_\_

#### Esgoto: Destino dos Dejetos

7.3 : rede de esgoto: ( ) fossa séptica (banheiro dentro de casa)  
( ) fossa negra (banheiro fora de casa “ casinha”)

Outro : \_\_\_\_\_

#### Lixo:

7.4. - Lixo: ( ) queima - ( ) enterra no quintal - ( ) joga a céu aberto .Onde: \_\_\_\_\_

#### Energia:

7.5-Energia elétrica: ( ) **sim** : ( ) rede pública- ( ) Programa “Luz para todos” - ( ) motor  
( ) **não** - iluminação a: ( ) querosene ( ) vela outro: \_\_\_\_\_

#### 8. ACESSO AOS SERVIÇOS:

##### Saúde:

8.1 - Quando adoece vai ao : ( ) Hospital na cidade - ( ) posto de saúde da comunidade  
- ( ) rezador - ( ) usa ervas medicinais - ( ) outros \_\_\_\_\_

8.2- Quais as doenças mais freqüentes entre os adultos ?

- ( ) malária ( ) febre amarela ( ) gripe ( ) verminose  
( ) escabiose ( ) desidratação ( ) hepatite ( ) catapora  
( ) sarampo ( ) diarreia ( ) cólera ( ) acidentes ofídicos  
( ) problemas respiratórios ( ) acidentes de trabalho  
( ) Outros: Quais \_\_\_\_\_

8.3- Quais as doenças mais freqüentes entre as crianças ?

- ( ) malária ( ) febre amarela ( ) gripe ( ) verminose  
( ) escabiose ( ) desidratação ( ) hepatite ( ) catapora  
( ) sarampo ( ) diarreia ( ) cólera ( ) acidentes ofídicos  
( ) problemas respiratórios  
( ) Outros: Quais \_\_\_\_\_

8.4- Qual a forma mais comum de tratar as doenças?

- ( ) Remédio caseiro - ( ) remédio sem orientação médica - ( ) remédio com orientação médica

8.5- Em caso de doenças graves como vocês fazem: \_\_\_\_\_

8.6- Ainda utiliza ervas medicinais para curar algumas doenças ( ) sim - ( ) não

8.7- Considera os serviços de saúde: ( ) ótimo - ( ) bom - ( ) regular - ( ) péssimo - ( ) nunca utilizou - ( ) não sabe informar

8.8- É visitado constantemente pelo Agente Comunitário de Saúde: ( ) Sim - ( ) Não

8.9- Onde fazem os partos ? ( ) casa - ( ) hospital - ( ) posto de saúde - ( ) outros \_\_\_\_\_

## 9. EDUCAÇÃO

9.1- Quantas pessoas na família estudam: \_\_\_\_\_

9.2- Grau de Instrução: ( ) Não alfabetizado - ( ) Ens. Funda. Incompleto - ( ) Ens. Fund. Completo - ( ) Ens. Médio Incompleto - ( ) Ensino Médio Completo - ( ) Universitário

9.3- Tem crianças em idade escolar fora da escola: ( ) sim quantas: \_\_\_\_\_ ( ) não

9.4- Quantas crianças na Escola: \_\_\_\_\_

## 10 . MEIOS DE COMUNICAÇÃO/ INFORMAÇÃO/ EQUIPAMENTOS:

Quais os meios de comunicação que você utiliza?

- ( ) Telefone residencial - ( ) Telefone público - ( ) Telefone celular - ( ) Correios

Outro : \_\_\_\_\_

10.1 - Como você se mantém informado?

- ( ) Rádio - ( ) Televisão - ( ) Jornais - ( ) Revistas - ( ) Outros Qual: \_\_\_\_\_

10.2- Eletrodomésticos que existem nas residências:

- ( ) TV - ( ) Rádio - ( ) Geladeira - ( ) Fogão ( ) Parabólica - ( ) Aparelho de Som - ( ) DVD -  
Outros . Quais: \_\_\_\_\_

## 11. SEGURANÇA

11.2- Quais os principais problemas de segurança na comunidade:  
\_\_\_\_\_

12. FORMAS DE LAZER: ( ) Futebol - ( ) Festas Dançantes - ( ) Festas de Santos -

( ) Visita de Amigos - ( ) Leituras - ( ) Outros Jogos - ( ) Banhos nos rios e lagos - ( ) Assistir Televisão - ( ) Outros . Quais : \_\_\_\_\_

## 13. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS SOCIAIS

( ) Associação de Produtores - ( ) Conselho Paroquial - ( ) Conselho Comunitário - ( ) Grupo de Jovens - Clube de Mães - ( ) Grupo de Esportes - ( ) Cooperativas - ( ) Outros

Quais: \_\_\_\_\_

( ) NÃO PARTICIPA

**14. RELIGIÃO** : ( ) Católica - ( ) Evangélica - ( ) Outra Qual: \_\_\_\_\_

( ) Não segue nenhuma religião

**15.- COMO OCORRE A CIRCULAÇÃO DA CULTURA**

15.1- Na comunidade ocorre festas juninas? ( ) sim - ( ) não

Caso positivo: Quais os elementos que compõe essas festas juninas:

( ) Bois-Bumbás

( ) Quadrilhas

( ) Danças folclóricas

( ) Outras:quais?: \_\_\_\_\_

15.2- Na sua opinião, as festas juninas da comunidade possuem semelhanças com as festas na cidade de Parintins? ( ) sim - ( ) não

15.3- Você participa sempre dos festejos juninos na cidade? ( ) sim - ( ) não - ( ) as vezes

15.4- As festas em honra aos santos, atraem muitos participantes na comunidade?

( ) sim - ( ) não

15.4- Vem pessoas da cidade ou comunidades participar destes festejos?

( ) sim - ( ) não

15.4 -Na sua opinião as festas de santos continuam sendo realizadas como antigamente?

( ) sim - ( ) não

15.6 Quais as principais mudanças?

\_\_\_\_\_

O que ainda permanece como antigamente? \_\_\_\_\_

15.7 -A festa de santo da comunidade tem semelhanças com a festa da padroeira de Parintins?

( ) sim - ( ) não- ( ) alguns elementos. Quais: \_\_\_\_\_

15.8- Há torneios de futebol na comunidade? ( ) sim - ( ) não

15.9- Qual a periodicidade que as mesmas ocorrem

( ) Todos os dias

( ) Finais de semana

( ) Mensalmente

15.10- Esses torneios concentram muitas pessoas da comunidade? ( ) sim - ( ) não

15.11- Vem times da cidade ou de outras comunidades jogar aqui? ( ) sim - ( ) não

**16- RELAÇÃO CAMPO-CIDADE**

16. 1- Qual a frequência com que o Sr(a) Vai a cidade?

( ) Diariamente -( ) Semanalmente - ( ) Mensalmente- ( ) Bimestralmente -

( ) Semestralmente - ( ) Anual

16.2- Qual o meio de transporte utilizado?

( ) Barco de recreio/linha - ( ) Voadeira - ( ) Rabeta/bajara- ( ) Canoa- ( ) Outros:

17- Quais as principais motivações/necessidades que o levam a cidade?

<b>Motivações</b>	<b>Nível de prioridade*</b>
Vender produtos	
Comprar alimentos	
Comprar remédios	
Comprar insumos agrícolas e mercadorias em geral	
Atendimento médico/hospitalar	
Receber benefícios sociais	
Visitar parentes e amigos	
Passeio e entretenimento	

**\* 1- Essencial 2-Muito importante 3- Importante 4- Pouco importante.**

18- O senhor(a) vai muito as outras comunidades próximas? ( ) sim - ( ) não – ( ) as vezes

18.1 - Quais as principais motivações/necessidades que o levam a ir?

( ) escola- ( ) posto médico – ( ) Comprar produtos – ( ) Rever parentes e amigos

( ) Outros: Quais \_\_\_\_\_

18.2- : Quais as principais comunidades

visitadas: \_\_\_\_\_

19.3- : Com que frequência vai a elas: ( ) Diariamente - ( ) Semanalmente

- ( ) Mensalmente- ( ) Bimestralmente – ( ) Semestralmente - ( ) Anual

**Apêndice B: Formulário de Questões Ambientais**

**TERRITORIALIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS: *HABITUS*,  
CIRCULARIDADE DA CULTURA E *ETHOS* AMBIENTAL NA LOCALIDADE DO  
ZÉ AÇU.**

**NOME DA COMUNIDADE:** \_\_\_\_\_ **FORM.Nº.** \_\_\_\_\_ **DATA:** \_\_\_\_\_

**Como os moradores apreendem a questão ambiental?**

- ( ) Acha importante e sempre participam  
 ( ) Não participam dos debates sobre as questões ambientais  
 ( ) Participam só as vezes

**Acha que os órgãos ambientais deveriam ser mais atuantes na fiscalização e controle ambiental na localidade do Zé Açú?**

- ( ) Sim  
 ( ) Não  
 ( ) Não sabe responder

**Na sua opinião, quais os principais problemas ambientais na localidade do Zé Açú?**

- ( ) Assoreamento do lago do Zé Açú.  
 ( ) Retirada de areia do território do Zé Açú  
 ( ) Desmatamento das margens do lago do Zé Açú  
 ( ) A produção e o destino do lixo na comunidade  
 ( ) Todos esses problemas acima relacionados

**Na sua opinião, um trabalho em conjunto entre a prefeitura e a comunidade melhoraria na solução dos problemas ambientais na localidade do Zé Açú?**

- ( ) Melhoraria  
 ( ) Melhoraria bastante  
 ( ) Melhoraria um pouco  
 ( ) Não melhoraria nada  
 ( ) Não sabe responder

**Quais os órgãos ambientais deveriam ser mais atuantes na localidade?**

- ( ) IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas  
 ( ) SEMA- Secretaria de Meio Ambiente de Parintins  
 ( ) IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

**Qual o papel da escola no processo de informação sobre as questões ambientais?**

- ( ) Importante  
 ( ) Muito importante  
 ( ) Pouco importante

**Quais ações poderiam ser feitas na localidade do Zé Açú, para melhorar sua qualidade ambiental?**

- ( ) Fiscalização dos órgãos ambientais  
 ( ) Projetos de Educação Ambiental  
 ( ) Capacitação e Palestras sobre questões ambientais aos moradores

**Existe na localidade, algum projeto para melhoria da qualidade ambiental ?**

Sim ( ) – Não ( ) – Não sabe responder ( )

**Você acredita ser importante a preocupação sobre a sustentabilidade ambiental na localidade do Ze Açú ?**

- ( ) Importante  
 ( ) Muito importante  
 ( ) Pouco importante  
 ( ) Não sabe responder

**Quais investimentos poderiam ser feitos na localidade do Zé Açú, para melhorar a qualidade de vida de seus moradores?**

- ( ) Infraestrutura de água e energia  
 ( ) Saneamento básico  
 ( ) Coleta de resíduos sólidos  
 ( ) Agricultura e pesca  
 ( ) Pecuária  
 ( ) Melhoria na Educação  
 ( ) Ecoturismo (aproveitando as potencialidades naturais)  
 ( ) Outros. Quais: \_\_\_\_\_

**Dentre as opções abaixo relacionadas, como você classificaria em ordem de importância:**

<b>Investimentos para a Localidade do Zé Açú</b>	<b>Nível de prioridade</b>
Infraestrutura de água e energia	( )- Essencial ( )-Muito importante ( )-Importante ( )-Pouco importante.
Saneamento básico	( )- Essencial ( )-Muito importante ( )-Importante ( )-Pouco importante.
Coleta de resíduos sólidos	( )- Essencial ( )-Muito importante ( )-Importante ( )-Pouco importante.
Agricultura e pesca	( )- Essencial ( )-Muito importante ( )-Importante ( )-Pouco importante.
Pecuária	( )- Essencial ( )-Muito importante ( )-Importante ( )-Pouco importante.
Melhoria na Educação	( )- Essencial ( )-Muito importante ( )-Importante ( )-Pouco importante.

Ecoturismo	<input type="checkbox"/> - Essencial <input type="checkbox"/> -Muito importante <input type="checkbox"/> -Importante <input type="checkbox"/> -Pouco importante.
------------	---

## Apêndice C: Roteiro de Entrevistas

### Moradores Antigos, Lideranças Comunitária-

- Como você classifica o lugar onde mora?
- Porque do nome?
- Quem deu esse nome?
- O que significa morar na comunidade para o senhor?
- Qual a importância do lago do Zé Açú na vida dos moradores?
- Como o senhor(a) morador do Zé Açú se denomina?( caboclo, camponês, ribeirinho, agricultor , pescador etc. )
- O que você sente quando vai chegando da cidade ao ver o lago?
- O que você enxerga primeiro ao se aproximar de barco da comunidade?
- O senhor sabe quando ela foi formada?
- E por quem?
- Quantas pessoas moravam no início?
- Como ela era Antigamente?
- É bom morar na comunidade?
- Gosta de morar aqui? Porque?
- Como se dá o relacionamento entre os moradores?
- Você conversa com seu vizinho?
- Há desentendimento entre os moradores?
- Houve mudanças na forma de relacionamento com o passar dos anos?
- O senhor(a) poderia nos informar quando foi que chegou a energia elétrica e água encanada para a comunidade?
- Quais as principais mudanças que ela sofreu nos últimos anos?
- O senhor gosta mais dela antes ou agora?
- O que gosta nela antes das mudanças e depois das mudanças
- O que acha que deve ser melhorado?
- Como você espera que a comunidade esteja daqui a 05 anos?
- Com que frequência você vai a cidade de Parintins?
- Você vai sempre as outras comunidades rurais próximas?
- As pessoas das outras comunidades vem sempre aqui?
- Com que frequência?
- Fale sobre as festas que existem na comunidade?
- Quais as instituições, órgãos públicos atuam na comunidade?
- Quais as entidades organizativas tem na comunidade(Ex: Grupos associativos, clube de mães, cooperativa de produtor rural, grupos religiosos, grupos esportivos) . Ano de criação, as atividades de cada grupo, quais suas relações com a comunidade, suas responsabilidades e suas contribuições.

### **Funcionário e/ou responsável pelo posto de saúde/ Agentes de saúde**

- Quantidade de funcionários que estão trabalhando no posto? Quantos médicos? Enfermeiros? Auxiliar de enfermagem?
- Dias e horários de funcionamento?
- Quantas pessoas são atendidas, por dia, mês?
- Quais as principais doenças?
- Quais são os serviços de atendimento que são prestados?
- Quais as Principais carências e dificuldades?
- As pessoas ainda tratam algumas doenças com ervas medicinais? Ou procuram mais o posto de saúde?
- **Comerciantes:**
- De onde vem os produtos que o senhor comercializa?
- Qual é a forma de venda?
- Vende para moradores de outras comunidades rurais próximas?
- Com que frequência eles vem comprar em seu comércio?
- Quais os produtos mais vendidos?
- Quando é a melhor época de venda no mês?
- Como é a principal forma de pagamento?

### **Lideranças Comunitária**

- Qual a sua visão sobre os serviços da comunidade?
- E quais as maiores necessidades da mesma?
- Porque do Nome da comunidade?
- Qual é a sua opinião sobre as atividades econômicas na comunidade?
- Como as pessoas adquirem as Antenas parabólicas?
- Quanto custa, de quem compra, onde compra?
- Qual é a sua opinião sobre a convivência entre as famílias?
- Pedir para descrever as manifestações culturais da comunidade ( quais são, período, dias, como se organizam e etc.)
- Quem organiza a festa em honra aos santos?
- Quem participa?
- Quem iniciou?
- Quais as principais atividades que envolvem a festa?
- Qual é a sua opinião sobre a Segurança aqui na comunidade?
- Quais os principais problemas da comunidade?
- Quais as possíveis Soluções?
- Como o senhor vê a questão da melhora na infraestrutura da comunidade?
- Quais os dias e horário dos barcos que fazem o traslado até a cidade? (pegar nomes dos barcos, tirar fotos desses barcos), perguntar a média do preço das passagens de barco
- Quais as principais dificuldades de locomoção dos moradores para a cidade?
- Quantas escolas existem na comunidade e quais as séries atendidas?

**Pescador -**

- Pedir para descrever sua atividade, desde quando sai de casa até o seu retorno.
- Como é realizado a pesca nos logos e igarapés?
- Individualmente ou em grupo?
- Ainda pesca para vender ou só para o consumo?
- Se ainda vende: Onde vende? na comunidade? na sede municipal?
- Vende à vista? Fiado?
- Quanto apura na venda?
- Acha justo o preço pago pelo consumidor?
- Qual a melhor época de venda na semana ou no mês?
- O senhor mesmo fabrica seus instrumentos de pesca ou já compra pronto?
- Se compra, é na cidade ou na própria comunidade?
- O que significa o lago do Zé Açú para o senhor?
- Qual a importância do mesmo?
- Antigamente o lago era mais farto em peixes?
- E como está agora?

**Agricultor--04**

- Pedir para descrever sua atividade, desde quando sai de casa até o seu retorno?
- Como planta?
- Quais as técnicas utiliza para fazer a roça?
- Como o senhor qualificaria sua atividade de agricultor?
- Gosta do trabalho?
- Descreva como é o seu lote de produção agrícola?
- Fica longe de sua casa?
- Perguntar se ainda existe a prática do puxirum ou mutirão? (ajuda mútua entre os agricultores do campo) ?
- Quem participa?
- Onde vende? na comunidade? na sede municipal?
- Vende à vista? Fiado?
- Quanto apura na venda?
- Qual a melhor época de venda na semana ou no mês?
- Do que é produzido é tirado uma parte para seu consumo? Quanto?
- Como o senhor acha que poderia melhorar a sua renda com essa atividade?
- Além, do que o senhor faz, qual outra atividade gostaria de fazer para aumentar sua renda familiar?
- Qual o significado da palavra “centro” para o senhor, a que se refere?
- Quem cuida do quintal da casa?

**ANEXOS**

## Anexo A: Parecer do Comitê de Ética



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TERRITORIALIDADES RURAIS NO BAIXO-AMAZONAS: HABITUS, CIRCULARIDADE DA CULTURA E ETHOS AMBIENTAL

**Pesquisador:** Charlene Maria Muniz da Silva

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 14831013.2.0000.5020

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade

**Patrocinador Principal:** Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 262.379

**Data da Relatoria:** 02/05/2013

#### Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa, tem como objeto de estudo principal Compreender a formação dos territórios rurais a partir da análise dos habitus e o processo da circularidade da cultura na localidade do Zé Açú, no município de Parintins, tendo como referência a comunidade central de Bom Socorro do Zé Açú. A pesquisa será de natureza exploratória e descritiva, tendo como método principal a pesquisa etnográfica, porém se utilizando tanto de dados quantitativos e qualitativos. Tem como técnicas de pesquisa : as entrevistas, aplicação de formulários e questionários e a observação participante. Com isso no final da os resultados esperados são os seguintes: Obter uma etnografia da comunidade de Bom Socorro, Levantar um banco de dados socioeconômicos da comunidade e compreender como ocorre a circularidade da cultura entre a comunidade e a cidade de Parintins, demonstrando por meio de mapas mentais, e entrevistas como os mesmos estabelecem as suas territorialidades.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:**

Compreender as territorialidades rurais na região no Baixo Amazonas e sua relação com a sustentabilidade sócioambiental, a partir da análise do processo de circularidade da cultura, habitus e o ethos ambiental na localidade do Zé Açú, no município de Parintins.

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

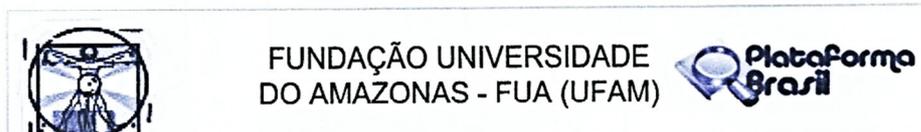
**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br

**Anexo B: Termo de Consentimento das Comunidades**

Continuação do Parecer: 262.379

As pendências foram resolvidas e o protocolo está adequado. Mas considerem-se as recomendações.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O parecer é pela aprovação do protocolo por estar adequado ao que prevêm as resoluções que tratam da ética nas pesquisas envolvendo seres humanos.

MANAUS, 03 de Maio de 2013

---

**Assinador por:**  
**Ana Paula Pessoa de Oliveira**  
**(Coordenador)**

Endereço: Rua Teresina, 4950  
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070  
UF: AM Município: MANAUS  
Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



Universidade Federal do Amazonas  
 Centro de Ciências do Ambiente  
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e  
 Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



UFAM

### TERMO DE ANUENCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Ilmo Sr. Rosário Aires de Souza  
 Presidente da Comunidade de Bom Socorro do Zé Açú.

Prezado Sr.

Após nossos cordiais cumprimentos, vimos através desta, verificar a possibilidade da realização de uma pesquisa na Comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, município de Parintins. A referida pesquisa intitula-se: "TERRITORIALIDADES RURAIS NO BAIXO-AMAZONAS: HÁBITUS, CIRCULARIDADE CULTURAL E ETHOS AMBIENTAL NA LOCALIDADE DO ZÉ AÇU, NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM", a ser realizada no âmbito do programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia-Doutorado.

O estudo será realizado pela doutoranda Charlene Maria Muniz da Silva, tendo como orientadora a Prof Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas.

Charlene Maria Muniz da Silva  
 Charlene Maria Muniz da Silva  
 Pesquisadora responsável pela pesquisa

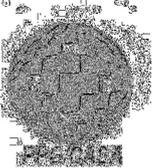
### TERMO DE CONCORDÂNCIA

Diante da solicitação acima, informo que concordo com a realização da pesquisa.

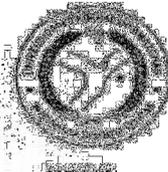
Parintins, 05/02/2012.

Rosário Aires de Souza  
 Assinatura do representante

Parintins, 05 de 02 de 2012



Universidade Federal do Amazonas  
Centro de Ciências do Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e  
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



**TERMO DE ANUIÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

Ilmo Sr. Presidente da Comunidade de Bom Jardim

Prezado Sr.

Após nossos cordiais cumprimentos, damos a você, uma nobre autoridade para realização de uma pesquisa na Comunidade de Bom Jardim de 22 km. A pesquisa possui o título: **TERRITORIALIDADES RURAIS NO BAIXO AMAZONAS: HABITUS, CIRCULARIDADE CULTURAL E ETHOS AMBIENTAL NA LOCALIDADE DO ZE ACU, NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM**, a ser realizada no âmbito do programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia Doutorado.

O estudo será realizado pelo doutorando, **Charlene Maria Mann da Silva**, sendo como orientadora a **Prof. Dra. Therezinha de Jesus Pinheiro**, da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas.

**Charlene Maria Mann da Silva**  
Pesquisadora responsável pela pesquisa

**TERMO DE CONCORDÂNCIA**  
Diante da solicitação acima, informo que concordo com a realização da pesquisa.  
**Parintins, 02 de Maio de 2014**  
**Ilmo Sr. Presidente da Comunidade de Bom Jardim**  
**Assinatura do Presidente**

Parintins, 02 de Maio de 2014



Universidade Federal do Amazonas  
 Centro de Ciências do Ambiente  
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e  
 Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



### TERMO DE ANUENCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Ilmo Sr. Presidente da Comunidade do Paraíso

Prezado Sr.

Após nossos cordiais cumprimentos, viemos através deste solicitar autorização para realização de uma pesquisa na Comunidade de Bom Socorro do Zé Açú. A referida pesquisa intitula-se: "TERRITORIALIDADES RURAIS NO BAIXO-AMAZONAS: HÁBITUS, CIRCULARIDADE CULTURAL E ETHOS AMBIENTAL NA LOCALIDADE DO ZÉ AÇU, NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM", a ser realizada no junto ao programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia-Doutorado.

O estudo será realizado pela doutoranda Charlene Maria Muniz da Silva, tendo como orientadora a Profª Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas.

*Charlene M. da Silva*

Charlene Maria Muniz da Silva  
 Pesquisadora responsável pela pesquisa

#### TERMO DE CONCORDÂNCIA

Diante da solicitação acima, informo que concordo com a realização da pesquisa.

Parintins, 05 de 04 de 2012.

*Abuanderto Ferreira dos Santos*

Assinatura do representante

Parintins, 05 de 04 de 2012

### Anexo C: Lista das Comunidades Rurais do Município de Parintins

RELAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS					
	COMUNIDADE	LOCALIDADE	FAMÍLIAS	ATIVIDADE ECONÔMICA	ACESSO
1	Harmonia	Repartimento do Limão	23	Agropecuária	Rio
2	Nossa Senhora das Graças	Paraná do Limão de Cima	28	Agropecuária	Rio
3	São José Operário	Paraná do Limão do Meio	52	Agropecuária	Rio
4	Nossa Senhora de Nazaré	Paraná do Limão de Baixo	50	Agropecuária	Rio
5	São José	Paraná do Esp. Santo de Cima	40	Agropecuária	Rio
6	Divino Espírito Santo	Paraná do Esp. Santo do Meio	90	Agropecuária	Rio
7	São Francisco das Chagas	Paraná do Esp. Santo de Baixo	16	Agropecuária	Rio
8	Santo Antonio	Catispera	42	Agricultura e Pesca	Rio
9	São Sebastião	Brasília	43	Agricultura e Pesca	Rio
10	São Sebastião	Costa do Boto	50	Agropecuária	Rio
11	Santa Rita	Igarapé do Boto	34	Agropecuária	Rio
12	São José	Vila Bentes	32	Agricultura e Pesca	Rio
13	São Raimundo	Matipucu	18	Agropecuária	Rio
14	Nossa Senhora da Saúde	Núcleo Paraná do Arco	18	Agropecuária	Rio
15	São José	Costa do Arco	18	Agropecuária	Rio
16	N. Sra. de Nazaré (Pajé)	Paraná do Arquinho	25	Agropecuária	Rio
17	Sagrada Família	Ilha das Guaribas	27	Agropecuária	Rio
18	São José	Ilha das Onças	41	Agropecuária	Rio
19	Sagrado Coração de Jesus	Costa da Águia	22	Agropecuária	Rio
20	São Sebastião	Saracura	43	Agropecuária	Rio
21	São Lázaro	Vila Nova	25	Agropecuária/Aqüicul	Rio
22	Nossa Senhora de Fátima	Araçatuba	35	Agropecuária	Rio
23	Sagrado Coração de Jesus	Paraná do Macaco	30	Agropecuária	Rio
24	N. S. de Nazaré/Nova Olinda	Borrvalho	30	Agropecuária	Rio
25	Nossa do Perpetuo Socorro	Paraná do Xibuí	21	Agropecuária	Rio
26	Boa Vista – Cristo Rei	Costa do Itaboraí Baixo	42	Agropecuária/Pesca	Rio
27	Imaculada Conceição	Costa do Itaboraí de Cima	38	Agropecuária/Pesca	Rio
28	Menino Deus	Itaboraí do Meio	41	Agropecuária/Pesca	Rio
29	São José	Itaboraí de Baixo	32	Agropecuária/Pesca	Rio
30	São Vicente	Itaboraí de Baixo	33	Agropecuária/Pesca	Rio
31	Sagrado Coração de Jesus	Ilha do Macaiany	16	Agropecuária	Rio
32	Ver. Carlos Bruce	Ilha do Valha-me Deus	54	Agropecuária	Rio
33	Sagrado Coração de Jesus	Ilha do Chaves	31	agropecuária	Rio
34	Menino Deus	Paraná de Parintins do Meio	35	Agropecuária	Rio
35	N Sra do Perpetuo Socorro	Paraná de Parintins de Baixo	24	Agropecuária	Rio
36	Betel	Valéria	22	Agropecuário	Rio/Estrada

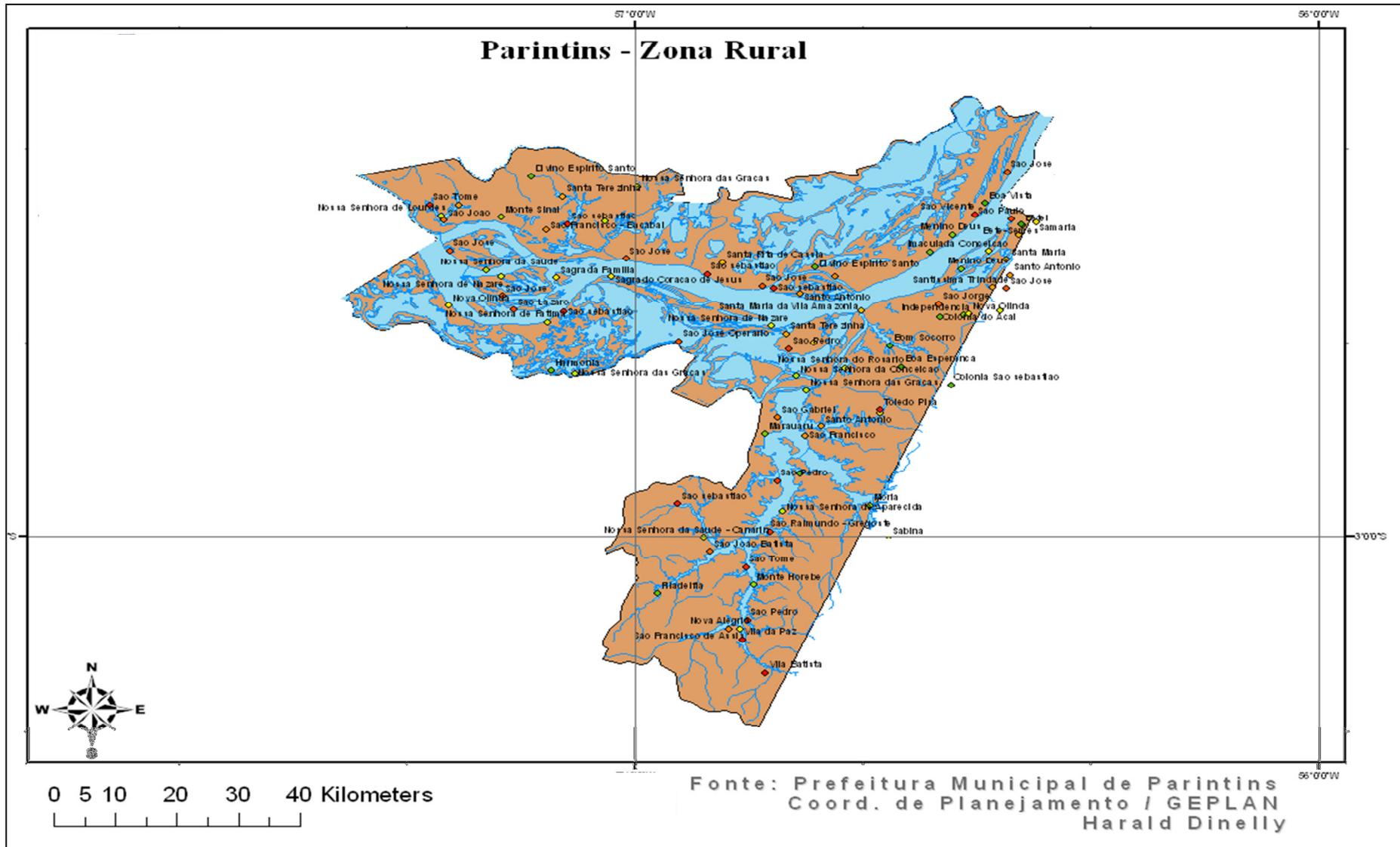
37	Bete Semes	Valéria	34	Agropecuário	Rio/Estrada
38	Fé em Deus	Valéria	11	Agropecuário	Estrada
39	Sa Maria	Valeria	20	Agricultura	Estrada
40	Santa Rita de Cássia	Valeria	54	Agropecuária	Rio/Estrada
41	São Francisco	Valéria	15	Agropecuária	Rio
42	São Paulo	Valéria	32	Agropecuária	Rio
43	Recordação Santo Antonio	Valéria	14	Agricultura	Rio/Estrada
44	Núcleo da Recordação	Juruti Velho	50	Agricultura	Rio/Estrada
45	São Mateus	Juruti Velho	20	Agricultura	Rio/Estrada
46	Capitão	Juruti Velho	45	Agricultura	Rio
47	Betel	Juruti Velho	20	Agricultura	Rio/Estrada
48	Nova Aliança	Parintinzinho	10	Agricultura	Rio
49	Santa Maria	Parintinzinho	54	Agropecuária	Rio
50	N. Sra. Do Perpetuo Socorro	Laguinho	42	Agropecuária	Estrada
51	Santíssima Trindade	Laguinho	22	Agricultura	Rio/Estrada
52	São João Batista	Laguinho	17	Agricultura	Estrada
53	São José	Laguinho	40	Agropecuária	Estrada
54	Nova Olinda	Laguinho (Estrada)	27	Agropecuária	Estrada
55	Colônia Independência	Laguinho (Estrada)	60	Agropecuária	Estrada
56	Santa Maria	Murituba	35	Agricultura	Rio/Estrada
57	Santo Antonio	Murituba	25	Agricultura	Estrada
58	Colônia Santa Clara	Quebrinha	20	Agricultura	Estrada
59	Colônia São Sebastião	Quebra	22	Agricultura	Estrada
60	N. Sra. da Assunção	Lago do Zé Miri	30	Agropecuária	Rio
61	Colônia Flor de Maio	Mato Grosso	20	agricultura	Rio/Estrada
62	Colônia Santa Maria	Mato Grosso	20	Agricultura	Estrada
63	Irmãos Coragem	Mato Grosso	15	Agricultura	Estrada
64	São João Batista	Mato Grosso	45	Agropecuária	Rio/Estrada
65	Santa Maria (agrovila)	Vila Amazônia	300	Agropecuária	Rio/Estrada
66	Nossa Senhora de Fátima	Açaí	18	Agricultura	Estrada
67	Colônia Nova Jerusalém	Miriti	20	Agricultura	Estrada
68	Nossa Senhora de Aparecida	Miriti	24	Agropecuária	Rio
69	N. Sra. De Santana	Miriti	20	Agropecuária	Rio/Estrada
70	Santa Clara	Jauari	37	Agropecuário	Rio/Estrada
71	Colônia São Jorge	Jauari	20	Agropecuário	Estrada
72	Paraíso	Zé Açú	42	Agricultura	Rio/Estrada

73	Boa Esperança	Zé Açú	86	Agricultura	Estrada
74	Colônia Nova Esperança	Zé Açú	32	Agricultura	Rio/Estrada
75	Bom Socorro	Zé Açú	137	Agropecuária	Rio/Estrada
76	Colônia Santa Fé	Zé Açú	42	Agricultura	Estrada
77	Nossa Senhora das Graças	Zé Açú	20	Agricultura	Rio/Estrada
78	Nossa Senhora de Nazaré	Zé Açú	60	Agricultura	Rio/Estrada
79	Colônia Toledo Pizza	Zé Miri	15	Agricultura	Estrada
80	Monte Sião	Zé Miri	22	Agricultura	Rio
81	Nossa Senhora do Rosário	Lago do Máximo	34	Agropecuária	Rio
82	Santo Antonio Brasil Roça	Lago do Maximo (Zé Miri)	30	Agropecuária	Rio
83	N.S. da Conceição/Vila Manaus	Paraná do Ramos	24	Agropecuária	Rio
84	Vista Alegre - Toledo Pisa	Est. Toledo Pisa – Tracajá	36	Agricultura	Estrada
85	Colônia Soares	Igarapé do Tracajá	9	Agricultura	Rio/Estrada
86	Nossa Senhora de Fátima	Igarapé do Tracajá	25	Agricultura	Rio/Estrada
87	Núcleo Novo Oriente	Igarapé do Tracajá	27	Agricultura	Estrada
88	Núcleo do Arizona	Igarapé do Tracajá	20	Agricultura	Estrada
89	Sagrado Coração de Jesus	Igarapé do Tracajá	56	agropecuária	Rio
90	Santo Antônio	Igarapé do Tracajá	120	agropecuária	Rio/Estrada
91	São Benedito	Igarapé do Tracajá	20	Agropecuária	Rio/Estrada
92	São Gabriel das Dores	Peixe Marinho – Rio Uaicurapá	33	Agropecuária	Rio
93	Maraurú	Rio Uaicurapá	30	Agricultura	Rio
94	Nossa Senhora das Graças	Maranhão - Uaicurapá	87	Agropecuária	Rio
95	Santa Terezinha	Badajos - Uaicurapa	15	Agricultura	Rio
96	Monte das Oliveira (núcleo)	Uaicurapá	15	Agricultura	Rio
97	São Sebastião	Igarapé do Jará	14	Agricult / Pequenas Criações	Rio
98	Santo Antônio	Itatuba (área indígena)	10	Agricultura	Rio
99	São Francisco de Assis	Itatuba (área indígena)	13	Agricultura	Rio
100	Nova Alegria	Uaicurapá (área indígena)	13	Agricultura	Rio
101	Vila Batista	Uaicurapá (área Indígena)	24	Agricultura	Rio
102	Vila da Paz	Uaicurapá (área Indígena)	12	agricultura	Rio
103	Nossa Senhora de Aparecida	Cajual - Uaicurapá	27	Agricultura	Rio
104	Santo André	Ig. do Marajó	25	agropecuária	Rio
105	São Pedro	Ig. do Marajó	45	agropecuária	
106	Nossa Senhora da Saúde	Canarinho	36	Agropecuária	Rio
107	São Sebastião	Igarapé do Jará	40	agropecuária	Rio
108	São Raimundo	Ig. do Gregoste	45	Agropecuária	Rio
109	Betânia da Benção	Rio Uaicurapá	22	Agricult / Pequenas Criações	Rio

110	Nossa Senhora de Nazaré	Mangueirão	43	Agropecuária	Rio
111	São Benedito	Simão – Uaicurapá	17	Agropecuária	Rio
112	N. Sra. Do Perpetuo Socorro	Igarapé do Remijo	29	Agropecuária	Rio
113	Monte Sinai	Rio Uaicurapá	15	Agricultura	Rio
114	São João Batista	Rio Jacu - Uaicurapá	60	Agropecuária	Rio
115	São Benedito do Simão/Núcleo	Rio Jacu - Uaicurapá	18	Agropecuária	Rio
116	Nova Canaã	Rio Jacu - Uaicurapá	16	Agricultura	Rio
117	El Shadai	Rio Jacu - Uaicurapá	15	Agricultura	Rio
118	Núcleo de Santo Expedito	Rio Jacu	16	Agricultura	Rio
119	Filadélfia	Igarapé do Jacu	24	Agricultura	Rio
120	Nossa Senhora de Fátima	Igarapé Açú	22	Agropecuária	Rio
121	São Tomé	Rio Uaicurapá	80	Agropecuária	Rio
122	São Pedro do Paraíso	Rio Uaicurapá	26	Agropecuária	Rio
123	Colônia Santana	Igarapé do Simeão	20	Agricultura	Rio
124	Colônia Oliveira Machado	Igarapé do Simeão	13	Agricultura	Rio
125	N. Sra. do Perpetuo Socorro	Igarapé do Simeão	32	Agricultura	Rio
126	Monte Horebe	Rio Uaicurapá	29	Agricultura	Rio
127	São Francisco	Varre Vento	30	Agricultura	Rio
128	N. Sra. Perpetuo Socorro	Simeão – Mamurú	30	Agropecuária	Rio
129	N. Sra. Das Lágrimas - Simeão	Ponta Alta Rio Mamurú	32	Agropecuária	Rio
130	São José	Terra Preta - Mamurú	52	Agricultura	Rio
131	Deus Proverá	Rio Mamurú	18	Agricultura	Rio
132	São Pancrácio	Rio Mamurú	26	Agricultura	Rio
133	São Pedro	Igarapé Açú	30	Agropecuária	Rio
134	Manain	Igarapé do Arauá	18	Agricultura	Rio
135	Santo Antônio	Igarapé do Arauá	14	Agricultura	Rio
136	São João Batista	Igarapé do Arauá	45	Agropecuária	Rio
137	São Francisco de Assis	Igarape do Trapiá	24	Agropecuária	Rio
138	Monte Sinai	Igarapé do Trapiá	17	Agricultura	Rio
139	Moriá	Igarapé do Trapiá	38	Agricultura	Rio
140	São Francisco	Bacabal – Arauá	18	Agricultura	Rio
141	Jardim do Senhor	Rio Mamurú	12	Agricultura	Rio
142	Boa Vista – Sabina	Ig.da Sabina – Mamurú	20	Agropecuária	Rio
143	N. Sra. Da conceição	Ig. Da Sabina	18	Agricultura	Rio
144	Sagrado Coração de Jesus	Ig. da Sabina	50	Agropecuária	Rio
145	Merapucú	Rio Mamurú	10	Agricultura	Rio
146	Santa Inês	Igarapé do Cabeçudo	20	Agricultura	Rio
147	N. Sra. Perp. Socorro	Mocambo – Rio Mamurú	73	Agropecuária	Rio
148	Monte Gerezim	Igarapé Açú	5	Agricultura	Rio
149	Monte Carmelo	Rio Mamurú (Ipiranga)	20	Agricultura	Rio
150	Ipiranga São João Evangelista	Rio Mamurú (Ipiranga)	12	Agricultura	Rio
151	Jaratuba	Rio Mamurú	39	Agropecuária	Rio

152	Monte Ararate	Rio Mamerú	12	Agricultura	Rio
153	Nova Independência	Forca	20	Agricultura	Rio
154	Nossa Senhora de Lourdes	Igapô Açú - Forca	15	Agricultura	Rio
155	Cataueré -	Mirizal – Rio Mamerú	13	Agricultura	Rio
156	Guaranatuba	Rio Mamerú	21	Agricultura	Rio
157	Porto Betel- Evangélica	Rio Mamerú	15	Agricultura	Rio
158	Samaúma	Rio Mamerú	30	Agropecuária	Rio
159	Santa Terezinha	Aninga	200	Agropecuária	Rio/Estrada
160	São Miguel	Paranenema	26	Agricultura	Estrada
161	São Pedro	Parananema	150	Agropecuária	Estrada
162	Santa Luzia	Macurany	200	Agropecuária	Rio/Estrada
163	Colônia Anjo da Guarda	Mocambo do Ararí	6	Agricultura	Estrada
164	Nossa Sra. das Graças	Marajá - Mocambo do Ararí	16	Agropecuária	Estrada
165	N. S. de Lourdes	Mocambo do Ararí	90	Agropecuária	Estrada
166	Núcleo Neotestamentário	Mocambo do Ararí	8	Agricultura	Estrada
167	Sagrada Família-Remanso	Mocambo do Ararí	56	Agropecuária	Rio
168	Santo Antonio	Mocambo do Ararí	50	Agropecuária	Rio
169	São João (Agrovila)	Mocambo do Ararí	327	Agropecuária	Rio/Estrada
170	São Pedro	Mocambo do Ararí	40	Agropecuária	Rio
171	São Tome	Mocambo do Ararí	52	Agropecuária	Rio
172	N. Sra. de Aparecida	Panauarú - Caburi	33	Agropecuária	Estrada/Rio
173	Colônia Altamira	Panauarú	36	Agricultura	Estrada/Rio
174	Santo Antônio	Panauarú	32	Agropecuária	Rio
175	Monte Sinai	Itatuba Ararí	25	Agropecuária	Rio/Estrada
176	Sagrado Coração	Buiussú - Caburi	30	Agropecuária	Rio/Estrada
177	São Francisco de Assis	Palhal	48	Agropecuária	Rio/Estrada
178	São Raimundo	Matipucu	20	Agropecuária	Rio
179	Monte Sinai	Imbaubal	33	Agropecuária	Estrada/Rio
180	São Marcos	Lago da Esperança	25	Agropecuária	Rio/Estrada
181	Santa Terezinha	Caburi	84	Agropecuária	Rio
182	São Tomé (Vila Nogueira)	Lago do Caburi	23	Agropecuária	Rio
183	São Sebastião (Agrovila)	Lago do Caburi	448	Agropecuária	Rio
184	Divino Espírito Santo	Aduacá	30	Agropecuária	Rio
185	N. Sra. das Graças	Aduacá	35	Agropecuária	Rio
186	Núcleo Cesário	Aduacá	10	Agricultura	Estrada

**Anexo D: Mapa de localização das Comunidades Rurais do Município de Parintins**



Anexo E: Registros em cadernos do início das comunidades do Zé Açú (Anotações do senhor João Lauro, primeiro presidente de comunidade)

Não Era Comunidade! Era  
 Congregação Mariana  
 Porque Começou Com  
 Marianos  
 Só depois ~~de~~ 68. Passou Para  
 Comunidade  
 eu não tinha formação Para  
 Comunidade . . . . .

os Padres me ajudaram muito

Terreno P. igreja  
 luta Cêra Empreitei  
 tudo . . . . .

Como Escola? <sup>com eles pensou</sup> Escolher . . .  
 Professoras Janice e Zeraide,  
 Fernando Abcasis (o Cabeceira)

Não tinha Escola . . . . .  
 era na casa do milão não tinha  
 Bancos! . . . . .  
 só depois fomos agitando . . . . .

Anexo F: Registros em cadernos da luta dos moradores para construção da 1ª escola no Zé Açú (Anotações do senhor João Lauro, primeiro presidente de comunidade).

Tudo era improvisado  
 o tempo passava as nossas necessidades  
 aumentavam. <sup>Em</sup> Passava o dia  
 todo sentado no Banco da Prefeitura  
 ninguém me atendia  
 um dia uma Professora me vendo  
 na quebra situação resolveu  
 interceder por mim ao Prefeito.  
 ... Benedito Azevedo ...  
 ele me atendeu <sup>com</sup> 12 cadeiras  
 mais os alunos eram mais ...  
 Entramos nas matas para tirar  
 madeira pra Bancos e  
 interdia ... e junto com  
 outros ... fizemos alguns  
 Banquinhos pra Escola que  
 já era um Barracão de palha  
 e usava-se mais o menos  
 Em 1960. ou ~~o~~ nesse tempo já  
 a Boa Esperança estava em plano  
 ... Em 64. foi fundada  
 a Boa Esperança ...  
 já com elementos do Bom Socorro;  
 ... Sairam daqui —

Anexo G: Atestado emitido pelo então Presidente da Comunidade do Bom Socorro do Zé Açú, para uma de suas moradoras pudesse requerer aposentadoria no INSS.

Atestado

Atesto que <sup>para</sup> Devidos fins de direitos junto ao INSS que a Senhora Maria do Carmo Brito Simas é trabalhadora Rural, e vive nesta Comunidade de Bom Socorro de Zé açú neste Município de Parintins desde 1926 até a Presente data vive trabalhando em Agricultura Para a sua manutenção.

Pelo que firmo o Presente atestado Para que Produza Efeitos legais.

João Simas da Silva  
Presidente

Comunidade de Bom Socorro  
Zé açú.  
2 - 1 - 92.

Anexo H: Portaria concedida ao senhor João Lauro por um desembargador para que atuasse como juiz preparador eleitoral no Zé Açú no ano de 1968.

